

Ubiratã Kickhöfel Alves
Gládis Massini-Cagliari
(orgs.)

Da Subjacência à Superfície:

A Contribuição de
Leda Bisol para a
Materialização da
Fonologia no País

Uma homenagem da
Associação Brasileira
de Linguística

EDITORA DA **ABRALIN**

DA SUBJACÊNCIA À SUPERFÍCIE: A CONTRIBUIÇÃO DE LEDA BISOL PARA A MATERIALIZAÇÃO DA FONOLOGIA NO PAÍS

Uma homenagem da Associação
Brasileira de Linguística

Ubiratã Kickhöfel Alves
Gladis Massini-Cagliari
(Organizadores)

EDITORA DA **ABRALIN**



PALAVRA DAS EDITORAS

É com grande prazer que apresentamos aos leitores das publicações da Editora da ABRALIN a obra *Da Subjacência à Superfície: a contribuição de Leda Bisol para a materialização da Fonologia no país. Uma homenagem da Associação Brasileira de Linguística*, organizada por Ubiratã Kickhöfel Alves e Gladis Massini-Cagliari, atuais coordenadores da Comissão de Fonologia da ABRALIN.

O livro homenageia, com grande entusiasmo e competência, uma das maiores linguistas brasileiras, responsável por inaugurar e trilhar percursos de pesquisa em Fonologia do Português que revelam uma refinada compreensão de fenômenos pertinentes à gramática dessa língua. Trata-se de estudos que espelham a excelência do trabalho acadêmico desenvolvido pela própria Professora Leda Bisol, na medida em que esse trabalho é a inspiração para os capítulos, assinados por seus ex-orientandos de Doutorado ou ex-supervisionados de Pós-Doutorado.

Desde sua criação, o objetivo da Editora da ABRALIN é atuar como um canal permanente de apoio à divulgação da pesquisa em Linguística no Brasil. Assim, a presença de uma obra como esta entre as publicações da Editora é uma nova oportunidade de difundir obras significativas, de acesso aberto, e uma feliz oportunidade de demonstrar o reconhecimento e a admiração de toda a Associação à Professora Leda Bisol.

Ana Paula Scher

Olga Ferreira Coelho

EDITORAS

Sumário

- 8** **PALAVRAS INICIAIS**
Ubiratã Kickhöfel Alves
Gladis Massini-Cagliari
- 13** **LEDA BISOL E O CONCEITO DE GRAMÁTICA**
Luiz Carlos Schwindt
Carmen Lúcia Matzenauer
- 35** **INTERFACE FONOLOGIA-MORFOLOGIA: SOBRE A
VOGAL TEMÁTICA DE NÃO VERBOS**
Ana Ruth Moresco Miranda
Cíntia da Costa Alcântara
- 86** **A HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA**
Ailma do Nascimento Silva
Cláudia Regina Brescancini
- 133** **A PALATALIZAÇÃO DAS OCLUSIVAS DENTAIS/
ALVEOLARES**
Dermeval da Hora

- 162 OS DITONGOS**
Valéria Neto de Oliveira Monaretto
- 183 A NASALIDADE**
Elisa Battisti
- 215 A SÍLABA**
Evellyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa
Giovana Ferreira-Gonçalves
Tatiana Keller
- 256 O ACENTO DE PALAVRA**
José Magalhães
- 281 A PALAVRA FONOLÓGICA**
Carla de Aquino
Luciene Bassols Brisolará
- 314 EPÍLOGO**
Texto lido pelo Prof. Luiz Carlos Schwindt, na
cerimônia de outorga do título de Professora Emérita
da UFRGS à Profa. Leda Bisol, em 14 de outubro de
2021

322 **SOBRE OS ORGANIZADORES**

324 **SOBRE OS AUTORES**

PALAVRAS INICIAIS

Pensar na área de Fonologia no Brasil implica, necessariamente, evocar o nome de Leda Bisol. A partir de seus estudos referentes à descrição do sistema sonoro do Português Brasileiro e de suas análises teóricas primorosas, sempre à luz de modelos contemporâneos, Leda Bisol molda caminhos de investigação que levam a um maior entendimento da gramática de nossa língua. Suas pesquisas possibilitam, entre os pesquisadores brasileiros, um maior entendimento referente aos modelos teóricos formais em Linguística. Dados os seus inúmeros e pertinentes achados de investigação acerca de distintos fenômenos do Português Brasileiro, não há estudo sobre a Fonologia de nossa língua que possa se esquivar de estabelecer, como seu ponto de partida, os achados dessa grande pesquisadora.

A homenagem que a Associação Brasileira de Linguística rende à Profa. Leda através da presente obra, cujas discussões mostram o alto nível de reflexão linguística da pesquisadora, busca refletir a sua trajetória, que serve de modelo para qualquer estudioso da língua (sênior ou iniciante). É com muito orgulho que, na condição de coordenadores da Comissão da Fonologia da ABRALIN, aceitamos o desafio de levar este projeto a cabo. Através do referido projeto, objetivamos reunir, em uma só obra, todas as análises da Profa. Leda acerca dos diversos temas da Fonologia do Português sobre os quais a pesquisadora tem se debruçado ao longo de sua carreira. Ao reunirmos as análises de Leda em uma única obra, esperamos expressar uma trajetória de pesquisa, a qual, ao longo dos anos, atravessa diferentes propostas

de modelos teóricos de base gerativa para dar conta dos diversos fenômenos da nossa língua.

Para além dos resultados diretos de sua pesquisa, grande parte da importância do legado de Leda Bisol à Fonologia brasileira reside na formação das próximas gerações de pesquisadores, que levam adiante a investigação iniciada pela professora. Em outras palavras: a qualidade dos orientandos formados por Leda ao longo de toda a sua trajetória fala por si, revelando a qualidade e a profundidade de suas reflexões, que se espriam para o trabalho de seus orientandos e que são continuadas por eles. Por isso, ao organizarmos esta obra, consideramos que ninguém melhor do que os pares mais próximos da Profa. Leda para relatar as suas análises. Dessa forma, todos os autores deste livro foram orientandos de Doutorado e de Pós-Doutorado de Leda Bisol. Todos os autores foram convidados a discutir temas a partir dos quais tiveram seu contato mais próximo com a Profa. Leda, a partir de suas Teses e de análises em colaboração com a professora. Ressaltamos que, apesar do pouco tempo destinado à elaboração do livro, cada um dos autores aceitou a tarefa com grande satisfação e estima. Os referidos aceites constituem, também, homenagens individuais prestadas por cada autor à querida Professora Leda, cujo trabalho contribuiu em muito para a formação de cada um desses pesquisadores. De acordo com os relatos de vários desses autores, reviver tais temas de pesquisa, a partir da elaboração dos capítulos, fez-lhes recordar memórias de quando eram alunos ou membros do Grupo de Pesquisa coordenado pela professora.

A presente obra conta com nove capítulos. O primeiro deles, assinado por Luiz Carlos Schwindt e Carmen Lúcia Matzenauer, discute a concepção de gramática nos estudos de Leda Bisol. A partir desse capítulo, em que é caracterizada a visão de língua e os modelos a partir dos quais Leda tem desenvolvido estudos ao

longo de sua carreira, abre-se caminho para os demais capítulos, de modo que cada um deles lide com um dos fenômenos da Fono-
logia do Português estudado pela pesquisadora. Temos, portanto, capítulos sobre a ‘Interface Fonologia-Morfologia’ (de Ana Ruth Miranda e Cíntia Alcântara), a ‘Harmonia Vocálica’ (de Ailma Nascimento e Cláudia Brescancini), a ‘Palatalização das Oclusivas Dentais Alveolares’ (de Dermeval da Hora), os ‘Ditongos’ (de Valéria Monaretto), a ‘Nasalidade’ (de Elisa Battisti), a ‘Sílaba’ (de Evelyne Costa, Giovana Ferreira-Gonçalves e Tatiana Keller), o ‘Acento’ (de José Magalhães) e a ‘Palavra Fonológica’ (de Carla de Aquino e Luciene Brisolará). No Epílogo da obra, apresentamos o texto lido pelo Prof. Luiz Carlos Schwindt na cerimônia de outor-
ga do título de Professora Emérita da UFRGS à Profa. Leda Bisol, em 14 de outubro de 2021. O texto em questão fornece um perpassar da trajetória de Leda como professora e pesquisadora.

Todos os capítulos da obra apresentam, ainda que a partir de seções diferentemente intituladas, uma organização comum, composta por três momentos. No primeiro momento de cada capítulo, o fenômeno em discussão é apresentado, em linhas gerais, com um breve histórico das análises que constam na literatura. No desenvolvimento do capítulo, são, então, apresentadas as análises de Leda Bisol acerca do referido fenômeno. É importante mencionar que, em muitos desses fenômenos, Leda implementou uma verdadeira agenda de pesquisa, analisando o mesmo fato fonológico a partir de diferentes modelos gerativos ao longo dos anos (veja-se, por exemplo, o capítulo sobre ‘nasalidade’). No terceiro e último momento de cada capítulo, faz-se uma reflexão sobre análises contemporâneas do fenômeno, de modo a deixar clara a contribuição dos achados da estudiosa para o cenário atual das pesquisas brasileiras. Todos os capítulos, nesse sentido,

deixam clara a premissa que fundamenta esta obra, já expressa no início deste texto: a análise de qualquer fenômeno do Português Brasileiro passa, necessariamente, pela reflexão acerca dos estudos de Leda Bisol.

É também importante mencionar que, apesar do esforço didático de separarmos cada capítulo em temáticas ou fenômenos distintos da Fonologia do Português, a organicidade entre todos os capítulos é evidente, dado que todos eles acabam por estabelecer relações explícitas entre si. Não se trata, pois, de análises desvinculadas. Isso fica claro, por exemplo, entre os capítulos referentes à nasalidade e aos ditongos, ou os capítulos referentes à sílaba, ao acento e à palavra fonológica, dentre muitos outros exemplos. Tal fato evidencia, também, a maneira integrada com que Leda Bisol trata os fatos da língua, estabelecendo relações entre os diferentes fenômenos como constituintes de uma mesma gramática fonológica. Nesse sentido, consideramos pertinente a leitura de todos os capítulos da obra para um maior entendimento de cada tema de investigação, bem como para uma visão acerca do *status* pormenorizado e detalhado das análises da pesquisadora.

Antes de terminarmos, para além do alto nível acadêmico dos capítulos apresentados, julgamos pertinente “quebrar o protocolo” e ressaltarmos o caráter carinhoso dos autores de cada capítulo ao se referirem ao ser humano ‘Leda’. Cada capítulo ressalta não somente a admiração acadêmica dos autores, mas também um grande apreço à professora formadora e ser humano que é Leda Bisol. É ressaltado, sobretudo, o modelo de pesquisadora que é Leda, a qual, para além do alto nível acadêmico, sempre se mostrou humilde, acessível e acolhedora a todos aqueles que buscaram aprendizado.

A presente obra, para além de homenagear Leda Bisol com palavras, pretende, portanto, expressar sua admiração a esta grande

estudiosa a partir de sua própria obra. Ao prestar uma merecida homenagem à Profa. Leda, a ABRALIN, ao mesmo tempo, presenteia toda a comunidade de linguistas, ao reunir um material de excelência e de fácil acesso. Façamos votos de que a presente obra represente uma referência importante para futuras gerações de linguistas, não somente pela excelência acadêmica das análises reunidas, mas também, e sobretudo, pelo modelo de linguista e fonte de inspiração que Leda Bisol é para todos nós.

Ubiratã Kickhöfel Alves

Gladis Massini-Cagliari

ORGANIZADORES

LEDA BISOL E O CONCEITO DE GRAMÁTICA

Luiz Carlos Schwindt

Carmen Lúcia Matzenauer

Leda Bisol notabilizou-se por sua grande contribuição à descrição e teorização da fonologia, de modo particular do português. Sua abordagem de processos fonológicos, para além dos fenômenos investigados *per se*, permite importante reflexão sobre o conceito de gramática. Sem a pretensão de sermos exaustivos, dado o volume e a densidade de sua produção científica, é sobre o que pretendemos refletir neste capítulo: a concepção de gramática na obra de Leda Bisol, com foco especial no debate sobre representação, arquitetura e interfaces.

Apesar da relevância do estruturalismo — tanto o europeu, com destaque para as reflexões da Escola de Praga, mas sobretudo o norte-americano, com o rigoroso o exame da distribuição de estruturas linguísticas —, é no gerativismo que se sedimenta em bases científicas o estudo da gramática. Embora, na abordagem dos primeiros modelos, apenas a sintaxe constituísse um sistema gerativo (e, portanto, *gramática*, em sentido estrito), logo a fonologia, com a publicação do livro *'The Sound Pattern of English'* (SPE), de Chomsky e Halle (1968), e a morfologia, com a publicação do artigo *'Remarks on Nominalization'*, de Chomsky (1970), foram também reconhecidas como módulos ou componentes gramaticais. Essa visão de gramática, contudo, ainda se restringia a oposições ditas categóricas, até

se estabelecer a ideia de regra variável como parte do conhecimento internalizado dos indivíduos (LABOV, 1966; 1972)

Bisol transita entre essas diferentes abordagens e, interessantemente, muitas vezes as combina no estudo de fenômenos fonológicos, valendo-se de modelos variados. Neste capítulo, recuperamos alguns desses estudos, com o objetivo de sintetizar seu entendimento de gramática. Na seção 1, que segue esta introdução, nos debruçamos sobre definições do termo extraídas de algumas de suas obras que consideramos basilares. Nas seções 2, 3 e 4 especializamos esse olhar, respectivamente, na perspectiva do que identificamos como sua identidade estruturalista, gerativista e variacionista. Na seção 5, sintetizamos brevemente as ideias desenvolvidas no capítulo com foco nos caminhos abertos pela obra de Bisol para abordagem da fonologia como parte da gramática.

1. O TERMO 'GRAMÁTICA' NA OBRA DE LEDA BISOL

A concepção de gramática na obra de Leda Bisol é diversa, ainda que respeite uma base comum que perpassa a maioria de seus trabalhos. Nesta seção, a partir de excertos de algumas das suas principais produções em que o termo é explicitamente abordado, tentamos resumir num só lugar seu entendimento de gramática.

Nossa primeira referência, ainda que fora do escopo da fonologia, é sua Dissertação de Mestrado, que trata de predicados complexos em português (ex. 'O menino estava cansado quando chegou'), na perspectiva da gramática gerativa de base transformacional.

Através desse estudo, palmilhando a metodologia transformacional, sob cuja visão a gramática deve representar o saber do falante, bem maior do que sua fala possa revelar, percebe-se quão complexo é o fenômeno da linguagem humana.

As verdadeiras relações gramaticais se encontram, como podemos verificar, nas camadas subjacentes da sentença. É verdade que os elementos da estrutura superficial são valiosos, também apontam interpretações; mas não se deslindam ambiguidades, quer semânticas, quer sintáticas, com base exclusiva na organização física da oração.

Assim como o homem tem a sua substância e a sua face externa tão distinguíveis que, muitas vezes, um tom de voz, uma maneira de ser que conquista ou rechaça é a fonte do verdadeiro homem, assim a Linguagem tem duas faces e, para atingir a verdade, sutis caminhos. (BISOL, 1975, p.68)

Do trecho acima, pelo menos três aspectos merecem destaque: (i) o entendimento de gramática como conhecimento internalizado; (ii) a crença na oposição entre formas abstratas e concretas na constituição da linguagem; (iii) a convicção de que a explicação sobre a linguagem repousa sobre os aspectos que subjazem o enunciado associada à clareza sobre o valor do dado linguístico concreto.

Esses três aspectos são a base comum a que nos referimos, que se identifica nas diferentes abordagens que faz, a partir de então, de fenômenos não mais sintáticos, mas fonológicos.

Outro aspecto importante na abordagem de gramática empreendida por Leda Bisol, que reflete sua afinação à linguística gerativa, diz respeito à concepção de modularidade. Em sua obra, resta claro seu entendimento de que o conhecimento linguístico se estrutura em módulos, ou componentes, e, além disso, que esses módulos se relacionam a partir de uma arquitetura, definida pelo modelo adotado na análise.

[...] No entanto, constituinte fonológico e constituinte sintático ou morfológico tem, cada um deles, suas próprias regras e princípios. Por isso é de real importância que se tenha em mente que o constituinte prosódico, que conta com informações de

diferentes tipos, fonológicas ou não fonológicas, para a sua definição inicial de domínio, não apresenta compromissos de isomorfia com os constituintes de outras áreas da gramática. [...] (BISOL, 2010, p.259)

Na passagem acima, ao reconhecer fonologia, morfologia e sintaxe como componentes gramaticais distintos, Bisol sustenta que constituintes prosódicos não se pareiam necessariamente a constituintes morfológicos ou sintáticos, apesar de poder tomá-los como domínios.

Em sua Tese de Doutorado, que trata do fenômeno fonológico variável de harmonia vocálica (ex. ‘menino’ ~ ‘minino’, ‘coruja’ ~ ‘curuja’), a partir de uma crítica ao tratamento marginal da variação nos modelos formais, Bisol amplia sua visão de conhecimento linguístico, dando lugar ao conceito laboviano de regra variável.

Mas, embora a Teoria Gerativa tivesse alicerçado algumas hipóteses centrais na diacronia e tivesse apontado para o fenômeno da variação que distingue a gramática da criança da gramática do adulto, sua metodologia de análise, ao perscrutar os caminhos de uma gramática formal, elegante, simples e homogênea, revelou-se com respeito à variação não menos inovadora que a estruturalista que a precedeu. (BISOL, 1981, p.17)

“Uma gramática contém regras e regras variáveis. Essas últimas são aquelas em que fatores linguísticos e extralinguísticos impedem a aplicação plena” (BISOL, 1981, p.25).

Como se lê nos excertos acima, ao reconhecer que o modelo gerativo não havia avançado em relação à ideia de variação livre preconizada pelos estruturalistas, Bisol, em lugar de abandonar a ideia de gramática como conhecimento internalizado, a incrementa, assumindo o pressuposto de sistematicidade de fenômenos

variáveis que se revela por regras. Diferencia, nesse sentido, regras categóricas, as de aplicação plena, em seu dizer, de regras variáveis, condicionadas por fatores sociais mas também estruturais.

Bisol [1996]/(2010), “o livro da capa amarela”, cuja primeira capa se exibia predominantemente em cor salmão, concentra capítulos assinados por colegas da linguista (a maioria seus alunos à época) sobre a estrutura fonológica do português brasileiro, embaçados nas teorias então correntes. É certamente a referência mais segura para acessar direta ou indiretamente seu legado e, não por acaso, por vezes carinhosamente referida como a “gramática” de Leda Bisol.¹

2. A ESTRUTURALISTA

Ainda que, como vimos, desde seus trabalhos mais iniciais, Bisol assumia uma abordagem gerativa de gramática, sua descrição da fonologia do português é fundamentada em fortes bases estruturalistas. Aluna de Camara Jr., à semelhança do mestre, compromete-se com o rigor da descrição distribucional do objeto investigado, mas com argumentos fortemente sustentados na tradição pragueana.

Selecionamos, entre vários, dois textos para ilustrar essa boa ambiguidade que identificamos no trabalho da linguista. O primeiro é Bisol (1998), em que trata do *status* fonológico da nasalidade; o segundo, Bisol (2003a), em que trata do processo de neutralização de vogais átonas. Não desenvolveremos aqui com detalhe o teor

1 O livro ‘Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro’, como quase todas as obras coletivas organizadas por Bisol, foi elaborado em sucessivas reuniões do Grupo de Estudo e Pesquisa da PUCRS, nas quais cada capítulo era exaustivamente debatido entre os pares. Contou com seis edições, com atualizações mais radicais na 4ª e na 5ª, essas envolvendo acréscimo e reestruturação de capítulos.

propriamente dito desses textos, por serem objetos de outros capítulos deste livro, mas nos deteremos no viés analítico.

Em Bisol (1998), para sustentar a tese de que há dois tipos de nasalidade em português — por estabilidade e por assimilação —, ainda que situando a análise em teorias de base gerativa (Autossegmental Phonology, doravante AP, e Lexical Phonology and Morphology, doravante LPM), a linguista parte de noções distribucionalistas por excelência. A primeira é a de contraste, quando compara os pares mínimos ‘senda’/‘seda’, ‘lança’/‘laça’, ‘mão’/‘mau’, ‘pão’/‘pau’ e ‘põe’/‘boi’, que serão falseados sob sua argumentação. A segunda é a oposição entre formas com e sem marcador de classe, ou vogal temática, um tipo de morfema de natureza precipuamente distribucional, sem significado nocional ou mesmo funcional em sentido amplo. A presença ou a ausência de vogal temática responderá, nessa análise, pela distinção entre ditongos nasais lexicais e pós-lexicais. O debate sobre vogais temáticas, aliás, mais especificamente a defesa da hipótese de formações baseadas no tema em PB, será aprofundado anos mais tarde em Matzenauer e Bisol (2016).

Em Bisol (2003a), defendendo, na perspectiva da AP, que o português brasileiro possui duas regras de neutralização em favor de vogais altas, e não três como sugeriu Camara Jr. (1977), a autora fundamenta sua argumentação em bases oferecidas pelo estruturalismo europeu. A primeira dessas bases está na noção de neutralização preconizada por Trubetzkoy [1939]/(1969), pois assume a ideia de convergência de alternantes em favor de fonemas distintivos em cada pauta acentual, o que Camara Jr. interpretou como redução de inventário: de 7 oposições na posição tônica para 5 na pretônica e de 5 para 3 na postônica final. Para contraditar a leitura de uma regra específica de neutralização para a pauta postônica não final, de 5 para 4 oposições, com o/u se neutralizando (ex. ‘fósforo’ ~ ‘fósforo’),

mas não necessariamente e/i (ex. ‘vértebra’ ~ *‘vértibra’), entre outros argumentos, vale-se do que afirma Martinet, expoente da escola estruturalista de Paris. Para o autor (1974, p.139), em sistemas com igual número de fonemas na série posterior e anterior, as margens de segurança são mais estreitas na série posterior. A abordagem da neutralização de Bisol (2003a) é sustentada, ainda, por dados quantificados do Projeto Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARSUL), do qual é uma das fundadoras.

Uma das importantes evidências da essência estruturalista na análise fonológica de Bisol é, como vemos, a admissão do fonema como unidade de análise, mesmo que associado a outras teorias representacionais de base gerativa, como a teoria de traços do SPE². O que se depreende de seus principais trabalhos é um sistema constituído, à semelhança do que propôs Camara Jr. (1970), de 26 segmentos distintivos: 19 consoantes, / p b t d k g f v s z ʃ ʒ l ʎ r r̥ m n ɲ/, e 7 vogais, /i u e o ε ɔ a/.

Em relação ao inventário consonantal, merecem destaque o tratamento dado aos róticos, à lateral pós-vocálica e às afriçadas [tʃ dʒ].

Quanto ao rótico, os trabalhos de Bisol costumam trazer a distinção entre o que rotulamos como ‘R forte’ e ‘R fraco’ (que a autora representa foneticamente em geral com uma fricativa velar desvozeada e um tepe, respectivamente, mas que admite como sons subjacentemente soantes). Em Bisol (1999), contudo, texto que

2 Os traços empregados nos estudos de Bisol são predominantemente aqueles propostos pelo SPE e, mais tarde, os propostos pela Fonologia Autossegmental/Geometria de Traços, mais do que os propostos pela Escola de Praga. Por outro lado, suas análises sugerem, na maioria das vezes, uma visão pragueana de base na abordagem de traços, qual seja, a de que traços são, em algum nível de análise, atributos de fonemas (ou de que fonemas se caracterizam como ‘feixes de traços distintivos’). Isso não a impede, no entanto, nas análises que têm o suporte da Fonologia Autossegmental, de olhar o fonema como portador de uma estrutura interna, constituída de autossegmentos.

aborda a sílaba e seus constituintes, resgata em parte a análise de Camara Jr. [1953]/(1977), em sua versão mais original, ao sugerir que há apenas uma vibrante, simples (ex. ‘caro’) ou geminada (ex. ‘car.ro’), em português. Essa hipótese é retomada, recentemente, por Monaretto e Bisol (2022)³.

No que diz respeito à lateral em posição de coda, Bisol assume que se trata da mesma consoante alveolar, que se sujeita ao processo de vocalização pós-vocalicamente, podendo se realizar como uma lateral velarizada, variante ainda observada no português do sul do Brasil, ou como um glide labiovelar (ex. ‘so[tʃ]’ ~ ‘so[w]’).

Em relação às africadas [tʃ] e [dʒ], por fim, Bisol as considera produto de variação contextual, isto é, trata-se de processo que modifica, em determinados dialetos, os fonemas /t/ e /d/, quando precedem a vogal /i/. Bisol e Hora (1993) assumem que tal processo é, nos termos da LPM, pós-lexical, já que viola o Princípio de Preservação de Estrutura, e é alimentado pela neutralização, esta considerada lexical pós-cíclica. De certo modo, violar Preservação de Estrutura aqui, apesar de ser ideia ambientada na fonologia não linear, pode se explicar por se criar um segmento não previsto no inventário fonêmico da língua.

Interessante observar, ainda, que em diferentes trabalhos de Bisol, encontramos segmentos consonantais sujeitos a neutralização representados por letras maiúsculas, /S, L, R, N/, referidos como arqui-fonemas, seguindo a tradição da Escola de Praga, ou referidos como elementos subespecificados, na tradição gerativa. Esse mesmo entendimento se aplica às vogais em contexto de neutralização, /I, U, E, O/.

3 Camara Jr. (1977) admite textualmente, na reedição da obra, a mudança de ponto de vista, assumindo dois róticos no inventário fonêmico do português em vez de um. É fato que a adoção radical da ideia de geminação, no caso do R forte, implicaria se admitir um inventário de 18, e não 19, consoantes fonêmicas no sistema.

Passamos agora ao inventário vocálico defendido por Bisol. Destacamos o tratamento dado à abordagem dos ditongos e das vogais nasais.

No que concerne aos ditongos, Bisol (1989, 1994) os distingue em verdadeiros e falsos. O verdadeiro ditongo, segundo a autora, se caracteriza por uma estrutura VV subjacente que se converte em VG por força do processo de silabação (ex. /pauta/→[‘paw.tɛ]). O falso ditongo, por sua vez, parte de um monotongo subjacente, e o glide nesse caso é produto de espraçamento de traço da consoante fricativa coronal seguinte (ex. [fa.’ʃi.nɐ] ~ [faj.’ʃi.nɐ], [‘mes] ~ [‘mejs])⁴. Destaca-se dessa análise, à parte de seus detalhes analíticos, o fato de que Bisol, mesmo no caso de ditongos verdadeiros, não considera que glides integrem o inventário fonêmico do português.

Quanto às vogais nasais, para Bisol são também derivadas de uma estrutura bifonêmica, do tipo VN (ex. /se.da/→[‘se.dɛ] *versus* /seN.da/→[‘sɛ̃ⁿ.dɛ]), à semelhança do que propôs Camara Jr. (1970). No caso dos ditongos nasais, para lidar com a crítica à análise mattosiana, que acabava por permitir que se licenciasses rimas do tipo VCC, em que o último C não fosse ocupado por /S/, a autora (1998) propõe uma distinção na língua entre nasalidade gerada por estabilidade e por assimilação. No primeiro tipo de nasalidade, próprio de nível lexical na perspectiva da LPM, N tautossilábico em posição de rima final é apagado, mas mantém o traço de nasalidade fluante. Esse traço, reassociado à rima, é assimilado pela vogal te-

4 Num investimento bastante abstracionista, Bisol (1994) hipotetiza que mesmo palavras como ‘peixe’ seriam subjacentemente desprovidas do glide, maximizando, desse modo, o papel da consoante palatal heterossilábica na produção variável do ditongo, que produz igualmente [‘faj]xina’. Embora estenda em parte esse tratamento às sílabas tônicas finais seguidas de /S/ tautossilábico, nesse caso precisa distinguir entre formas com VV subjacente, mesmo quando seguidas de palatal (ex. /seiS/→[sej] ~ *[sej]), de formas com ditongo derivado (ex. /tres/→[‘trej] ~ [‘trej]).

mática e estendido à vogal nuclear por percolação (ex. *ir/maN/+o* → *ir/mauN<NASAL>/* → *ir[mẽw̃ⁿ]*). No segundo tipo de nasalidade, pós-lexical⁵, N não é apagado; ao contrário, realiza-se foneticamente, o que se evidencia pela assimilação do ponto de articulação da consoante seguinte ou da vogal precedente. Essa análise valeria tanto para ditongos finais, em que não há vogal temática envolvida (ex. *ho/meN/* → *ho[mẽm]* forte ~ *ho[mẽj̃n]*#), quanto para a nasalidade interna (ex. */leN/da* → *[lẽn]da*).⁶ Como se vê, Bisol não reconhece vogais nasais em nível fonêmico, mas dá conta da oposição entre segmentos orais e nasais atestados em nível de superfície e de diferentes tipos de nasalidade fazendo uso de expedientes formais intrínsecos à arquitetura de gramática que adota.

3. A GERATIVISTA

Em teoria gerativa é importante se diferenciar ‘representação’ de ‘gramática’. Essa distinção, um tanto imprecisa no SPE, vai adquirindo clareza na LPM, proposta por Kiparsky (1982) e Mohanan (1982), mas sobretudo com o advento da Teoria da Otimidade (OT, de *Optimality Theory*), proposta por Prince e Smolensky (1993) e McCarthy e Prince (1993). Em termos simples, representações são objetos listados, como morfemas, fonemas, traços, etc., manipula-

5 Mesmo reconhecendo tratar-se de processo categórico, Bisol (1998) opta por tratar a nasalidade por assimilação como pós-lexical por entender a nasalidade como redundante nesse caso, já que a oposição está lexicalmente assegurada pela tese de bifonemicidade (ex. *s/e/da* versus *s/eN/da*).

6 Bisol (1998) não representa foneticamente codas nasais plenas como representamos aqui, apesar de afirmar que se realizam foneticamente. Usa, ao contrário, no caso de coda interna, um diacrítico indicando alongamento da vogal nasalizada (ex. *tã:go*) e, no caso de coda final sem vogal temática, um símbolo nasal sobrescrito (ex. *home^{ñ}*). Entendemos, contudo, que se trata da mesma hipótese, segundo a qual está assegurada a **realização** da nasal, numa concepção ampla dessa noção.

dos pela gramática, que opera com regras ou restrições ordenadas. Regras ou restrições atuam sobre representações, modificando-as ou simplesmente mapeando-as entre si. A análise fonológica de Bisol ilustra, em diversos pontos, clareza em relação à distinção entre representações e regras. É isso que licencia, como vimos, a autora a falar, por exemplo, de fonemas ou traços em uma análise em LPM ou em OT.

Muitos dos modelos gerativos empregados por Bisol em sua extensa obra nesse segmento já foram mencionados até este ponto do texto. Nesta seção os exploramos brevemente focalizando a conexão que a linguista estabelece entre os objetivos ‘descritivo’ e ‘explicativo’ na investigação de fenômenos fonológicos.

Começamos pelo SPE, conhecido como o modelo padrão da fonologia gerativa. Em Bisol (1981) — sua Tese sobre harmonia vocálica, como referimos —, associada à minuciosa descrição sociolinguística empreendida em seu trabalho, a autora oferece uma discussão sobre a regra fonológica a partir do mapeamento dos traços envolvidos na perspectiva de Chomsky e Halle (1968).

(1) Primeira formulação da regra de harmonia vocálica

$$\begin{array}{ccc}
 V & \rightarrow \langle +\text{alt} \rangle / \text{---} \langle -\# \rangle (C_1V) * & V \\
 [-\text{bx}] & & \begin{bmatrix} +\text{alt} \\ -\text{ac} \end{bmatrix}
 \end{array}$$

Fonte: Bisol (1981, p.144)

Seguindo a tradição dos textos na área, a regra acima vai sendo expandida no trabalho, de modo a incluir cada um dos condicionadores contemplados em sua investigação (esses traduzidos sem o rigor dos traços do SPE, como <átone permanente>, <átone casual> etc).

Ainda na década de 1980, Bisol migra da abordagem linear do SPE para o que se notabilizou como fonologia não linear. Sob esse rótulo estão, entre outros modelos, a Fonologia Autossegmental (GOLDSMITH, 1976) — em que se inclui a Geometria de Traços (CLEMENTS, 1985, 1991) —, a Fonologia Métrica (HAYES, 1981; LIBERMAN, 1975; LIBERMAN; PRINCE, 1977) e a Fonologia Prosódica (NESPOR; VOGEL, 1986; SELKIRK, 1980). Essas teorias foram abordadas pela autora em geral sob a perspectiva representacional, combinadas, como mostramos, com a gramática da LPM, mas também com a gramática da OT.

Colocamos em relevo, a seguir, algumas entre as muitas análises de Bisol na perspectiva da fonologia não linear que se tornaram referenciais.

No modelo de Geometria de Traços, trabalhos já mencionados aqui sob outro prisma têm grande impacto: Bisol (1989, 1994), que tratam de falsos e verdadeiros ditongos; Bisol e Hora (1993), sobre palatalização de oclusivas dentais; e Bisol (1998), sobre nasalidade.

Em Fonologia Métrica, destacamos Bisol [1992]/(2013), que, baseando-se na proposta de Halle e Vergnaud (1987), oferece duas alternativas de análise para o acento do português, uma insensível e outra insensível ao peso silábico⁷, e Bisol (2003b), que, em breve narrativa, retoma a análise de 1992 na perspectiva de Hayes (1995), sustentando a atuação mais específica do troqueu mórico em contraste à atuação mais geral do troqueu silábico em português.

7 Este texto, consagrado como um clássico em seu segmento, com grande repercussão na área, por razões adversas, circulou por onze anos apenas como manuscrito. Em 2013, a convite, tem sua versão publicada em número especial da Revista ORGANON, da UFRGS, em edição organizada por Gisela Collischonn e Luiz Carlos Schwandt.

No âmbito da Fonologia Prosódica, a maior contribuição de Bisol reside no debate sobre o estatuto da sílaba (BISOL, 1999), dos clíticos (BISOL, 2000) e da palavra fonológica (BISOL, 2004; SCHWINDT; BISOL, 2022).

Defendendo a ideia de que a sílaba é um constituinte prosódico estruturado e valendo-se de princípios que fazem referência à sonoridade sequencial, à maximização do *onset* e à integridade prosódica, entre outros, Bisol (1999) sustenta que a sílaba do português tem a configuração CVCC. Das particularidades de sua análise, destacamos duas, já enunciadas neste texto. A primeira é a de que ditongos são sempre derivados, seja pela semivocalização de uma vogal alta na coda, seja como variante de um hiato, no caso dos ditongos crescentes. A exceção se restringe à análise de /k^w/ e /g^w/ (ex. ‘qua.lidade’, ‘á.gua’), segmentos que devem contar com a labialidade, plena ou como propriedade secundária, em sua estrutura subjacente. A segunda é a de que o último *slot* C da estrutura silábica proposta, além de lexicalmente restrito, só pode ser ocupado por /S/ (ex. ‘pers.pectiva’, ‘sols.tício’).

Bisol, em diferentes análises, assume o pressuposto de Nespor e Vogel (1986) de que a palavra fonológica é o constituinte prosódico que promove a interação entre fonologia e morfologia. Esse pressuposto representacional tem forte aderência à gramática da LPM, em especial quando se considera, como faz a autora seguindo Kiparsky (1985), o nível da palavra como o segundo e último nível, em princípio não cíclico, do componente lexical. Considerando a palavra como domínio por excelência do acento primário, Bisol (2004) vale-se da proposta de Camara Jr., que classifica, com algarismos de 3 a 0, em ordem decrescente, a força acentual dos vocábulos portugueses (ex. /a₁.bi₁.li₁.da₃.de₀/ ‘habilidade’ *versus* /a₂.bi₀.li₁.da₃.de₀/ ‘hábil idade’). Em Schwindt e Bisol (2022), combinando perspectivas analíticas, aprofunda-se o de-

bate sobre o isomorfismo e não isomorfismo entre palavra fonológica e estruturas morfológicas, que redundam no falseamento dos princípios de exaustividade e não recursividade de estruturas prosódicas.

Igualmente na perspectiva de Nespor e Vogel (1986), e a partir de dados quantificados do fenômeno de sândi vocálico externo (BISOL, 1996; 2003c), em particular do processo de elisão, Bisol defende o grupo clítico como um nível da hierarquia prosódica. O argumento é o de que a elisão, sendo um processo que ocorre em contexto frasal, relacionando palavra+palavra ou clítico+palavra (ex. ‘menina orgulhosa’ ~ ‘menin[o]rgulhosa’, ‘pela estrada’ ~ ‘pel[i]strada’), mas não no interior de palavras (ex. ‘maometano’ ~ *’m[o]metano’), evidencia a necessidade de uma estrutura prosódica maior do que a palavra fonológica e menor do que a frase fonológica, com caráter pós-lexical.

Em termos de teoria gramatical, a LPM predomina nas análises de Bisol. De fato, a LPM é plenamente compatível com os modelos representacionais não lineares empregados em grande parte de seus trabalhos, o que em dada medida justifica essa predominância. Bisol, contudo, investiu importantemente, a partir da primeira década dos anos 2000, em análises em OT, assumindo diferentes teorias representacionais de base.

Entre suas produções em OT, destaca-se a análise do sândi externo (BISOL, 2003c), acima referida, em que o conflito entre a síncope identificada nos processos de elisão e degeminação se resolve pela interação entre restrições relativas ao acento, à silabação e restrições de alinhamento e de fidelidade, incluindo-se aí o recurso de conjunção local de restrições (SMOLENSKY, 1993). Ditongação, o processo menos restrito na língua, emerge como não marcado.

Também no âmbito da abordagem de restrições, Bisol e Magalhães (2004) oferecem um tratamento do acento em português

valendo-se de restrições que fazem referência fundamentalmente à representação de traços do SPE, destacando-se nesse caso a relevância do traço $[\pm\text{ATR}]$, que diferencia vogais médias altas e baixas, em concorrência com outras restrições de marcação e fidelidade. O estudo aborda o padrão acentual a partir do fenômeno de neutralização vocálica em PB, com foco na tese de redução de inventário sugerida por Camara Jr.

Por fim, uma contribuição relevante para os estudos em OT no Brasil, com dimensão teórico-descritiva e em alguma medida pedagógica, está em Bisol e Schwindt (2010). A coletânea apresenta-se possivelmente como a primeira introdução ao modelo, em forma de livro, escrita em português e preponderantemente aplicada à fonologia da língua. Nesse livro, particularmente, Bisol assina com Cíntia Alcântara capítulo sobre o fenômeno da marcação.

4. A VARIACIONISTA

O trabalho de Bisol caracteriza-se por um casamento entre linguística de base formal e grande volume de dados analisados quantitativamente. Esse casamento, incomum até os anos 1980, no Brasil, mas sobretudo em nível internacional, é fruto da influência das ideias de Labov (1966, 1972) em sua formação como pesquisadora. Como vimos, a ideia de regra variável como uma regra de competência (na abrangência formal desse termo) foi incorporada sem ressalvas pela autora em seu conceito de gramática.

Desde sua Tese de Doutorado, foram inúmeros os estudos de Bisol envolvendo variação linguística, entre artigos científicos, capítulos de livros e livros e periódicos organizados. Dos artigos e capítulos, destacamos um em particular, Bisol e Guy (1991), por tratar especificamente da relação entre teoria fonológica e variação.

No texto, os autores discutem os processos de apagamento de t/d em fim de palavra em inglês norte-americano, como em ‘mist’ ~ ‘mis’ (‘névoa’) e ‘missed’ ~ ‘mis’ (‘sentir falta_{pret}’, vocábulo homófono a ‘mist’), bem como o processo de harmonia vocálica em PB, como em ‘perigo’ ~ ‘pirigo’ e ‘dormia’ ~ ‘durmia’, sob a perspectiva do contraste entre modelagem formal e observação de dados. Ao problematizarem representações por traços e interface com a morfologia, por exemplo, concluem que o primeiro processo é de mais fácil modelagem fonológica, enquanto o segundo exige se fazer menção a propriedades de nível fonético. Acrescentam que o modelo que inclui a regra de apagamento de t/d deverá se sofisticar de modo a incluir informações probabilísticas, para dar conta do fato de que a fronteira de morfema precisa estar visível tardiamente para que se distingam, variavelmente, monomorfemas de verbos flexionados no pretérito⁸. Indiretamente, a observação que fazem sobre os condicionadores da harmonização vocálica abre espaço para o debate sobre a aproximação entre fonologia e fonética — o que esteve em pauta para Bisol desde sua Tese, que contempla, inclusive, análise de base acústica. Como hipótese-mestre, contudo, neste artigo se advoga em favor do esforço em se associarem na análise fonológica adequada observação de dados e modelagem gramatical.

Tratamos de mostrar que estudos quantitativos da língua têm um papel central na avaliação e no desenvolvimento da teoria fonológica. (...) Existem postulados ou princípios, tais como a hierarquia sonora, que são essencialmente confirmados pelos fatos de variação e que sugerem, ao mesmo tempo, novas abor-

8 Bisol e Guy (1991) atribuem o impasse de distinção entre monomorfemas e verbos flexionados no pretérito em inglês no tratamento do apagamento de t/d à Convenção de Apagamento de Colchetes, que tornaria invisíveis as fronteiras morfológicas no nível pós-lexical, onde em princípio se processam fenômenos variáveis.

dagens dos dados (...). Em suma, acreditamos que essa espécie de interação entre teoria e dado, entre construção de modelos e observação, representa a mais produtiva linha de futuras pesquisas linguísticas. (GUY; BISOL, 1991, p.135)

Vários são os livros e periódicos organizados por Bisol, na maioria das vezes em parceria, visando à descrição de dados de variação fonológica, em particular dos falares do sul do Brasil. Destacamos quatro coletâneas, com diferenciais que merecem relevo em nossa avaliação: primeiro, Bisol e Brescancini (2002) e Bisol e Collischonn (2010), por serem descrições referenciais com os dados do Projeto VARSUL, que mapeiam quantitativamente a maioria dos fenômenos em uso na região; em seguida, Bisol e Battisti (2014), por ser uma iniciativa concebida com o propósito de apresentar a análise de parte desses mesmos fenômenos em perspectiva resumida e fazendo uso de uma linguagem na medida do possível menos técnica; por fim, Schwindt e Bisol (2017), número especial da Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL), que reúne artigos tratando do papel da frequência lexical na análise desses fenômenos fonológicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, procuramos caracterizar a noção de gramática refletida na obra de Leda Bisol.

É claro, desde os trabalhos mais iniciais, seu entendimento de gramática como conhecimento internalizado. Isso resta evidente em sua principal feição como linguista, a de gerativista, mas está nítido antes mesmo, ou para além dessa feição, nas intuições estruturalistas que imprime às análises que realiza. A língua em uso tem também importante relevância em sua abordagem gramatical

a partir da compreensão de regra variável como parte da competência dos falantes.

Com a dificuldade de quem garimpa itens preciosos, e aprendendo a cada linha, realizamos essa singela resenha de alguns dos trabalhos referenciais de Bisol em busca de uma síntese de sua concepção de gramática. Refazendo em parte seu percurso analítico, pudemos contemplar, e nos comprazemos em compartilhar, a diversidade de abordagens e as inúmeras perspectivas generosamente abertas por seu trabalho pioneiro na área.

REFERÊNCIAS

- BISOL, L. **Predicados complexos**: Uma análise transformacional do português. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.
- BISOL, L. **Harmonização vocálica**: Uma regra variável. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.
- BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. **D.E.L.T.A.**, v. 5, n. 2, p. 185-224, 1989.
- BISOL, L. O acento, duas alternativas de análise. **Organon**, v. 28, n. 54, p. 281-321, [1992] 2013.
- BISOL, L. Ditongos Derivados. **D.E.L.T.A.**, v. 10, n. especial, p. 123-140, 1994.
- BISOL, L. (Org.) **Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro**. 5 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, [1996] 2010.
- BISOL, L. A nasalidade, um velho tema. **D.E.L.T.A.**, v. 14, n. especial, p. 24-46, 1998.
- BISOL, L. A sílaba e seus constituintes. *In*: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do Português Falado**. Vol. 7: Novos Estudos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999. p. 701-742.
- BISOL, L. O clítico e seu status prosódico. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 9, n. 1, p. 5-30, 2000.
- BISOL, L. Neutralização das átonas. **D.E.L.T.A.**, v. 19, n. 2, p. 267-276, 2003a.
- BISOL, L. O acento, mais uma vez. **Letras & Letras**, v. 18, n. 2, p. 103-177. 2003b.
- BISOL, L. Sandhi in Brazilian Portuguese. **Probus**, n. 15, n. 2, p. 177-200, 2003c.
- BISOL, L. Mattoso Camara Jr. e a palavra prosódica. **D.E.L.T.A.**, v. 20, n. especial, p. 59-70, 2004.

BISOL, L. Os constituintes prosódicos. *In*: BISOL, L. (Org.) **Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro**. 5 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 259-271.

BISOL, L.; BATTISTI, E. (Orgs.) **O Português Falado no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (Orgs.) **Fonologia e Variação**: Recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (Orgs.) **Português do Sul do Brasil**: Variação fonológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BISOL, L.; HORA, D. Palatalização da oclusiva dental e fonologia lexical. **Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística**. Coimbra: APL, 1993. p. 61-80.

BISOL, L.; MAGALHÃES, J. S. A redução vocálica no português brasileiro: Avaliação via restrições. **Revista da ABRALIN**, v. 3, n. 1/2, p. 195-216, 2004.

BISOL, L.; SCHWINDT, L. C. (Orgs.) **Teoria da Otimidade**: Fonologia. Campinas: Pontes Editores, 2010.

CAMARA JR., J. M. **Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa**. Rio de Janeiro: Simões, [1953] 1977.

CAMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CLEMENTS, G. N. The geometry of phonological features. **Phonology Yearbook**, n. 2, p. 225-252, 1985.

CLEMENTS, G. N. Place of articulation in consonants and vowels: A unified theory. **Working Papers of the Cornell Phonetics Laboratory**, n. 5, p. 37-76, 77-123, 1991.

CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. *In*: JACOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. (Eds.). **Readings in English Transformational Grammar**. Waltham, Mass.: Ginn, 1970. p. 184-221.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. **The Sound Pattern of English**. New York: Harper & Row, 1968.

GOLDSMITH, J. **Autosegmental Phonology**. Tese (Doutorado, PhD). Cambridge, Mass.: MIT Press, 1976.

GUY, G. R.; BISOL, L. A teoria fonológica e a variação. **Organon**, v. 5, n. 18, p. 126-136, 1991.

HALLE, M.; VERGNAUD, J. R. **An essay on stress**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987.

HAYES, B. **A Metrical Theory of Stress Rules**. Tese (Doutorado, PhD). Cambridge, Mass.: MIT, 1981.

HAYES, B. **Metrical Stress Theory: Principles and case studies**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

KIPARSKY, P. Lexical morphology and phonology. *In*: YANG, S. (Org.). **Linguistic in the Morning Calm**. Seoul: Hanshin Publishing Co., 1982. p. 3-91.

KIPARSKY, P. Some consequences of Lexical Phonology. **Phonology Yearbook**, v. 2, n.1, p. 85-138, 1985.

LABOV, W. **The Social Stratification of English in New York City**. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LIBERMAN, M. **The intonational system of English**. Tese (Doutorado, PhD) – Cambridge, Mass.: Massachusetts Institute of Technology. Dept. of Foreign Literatures and Linguistics. 1975.

LIBERMAN, M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. **Linguistic Inquiry**, v. 8, n. 2, p. 249-336, 1977.

MARTINET, A. **Economía de los Cambios Fonéticos**: Tratado de fonología diacrónica. Madrid: Editorial Gredos, 1974.

MATZENAUER, C. L. B.; BISOL, L. O inventário e a distribuição subjacente das vogais temáticas na classe dos nomes do português. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 60, n. 2, p. 341-353, 2016.

MCCARTHY, J.; PRINCE, A. S. **Prosodic Morphology I**: Constraint interaction and satisfaction. University of Massachusetts at Amherst and Rutgers University, 1993.

MOHANAN, K. P. **Lexical Phonology**. Tese (Doutorado, PhD). Cambridge, Mass.: MIT Press, 1982.

MONARETTO, V. N.; BISOL, L. Revisitando uma proposta de análise da vibrante em português brasileiro. In: OLIVEIRA, J. M.; MOTA, J. A.; REIS, R. C. P. (Orgs.). **Contribuições para a Linguística Brasileira**: Uma homenagem a Dinah Callou. Campo Grande: Ed. UFMS, 2022. p. 59-73.

NESPOR, M.; VOGEL, I. **Prosodic Phonology**. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. **Optimality Theory**: Constraint interaction in generative grammar. Rutgers University and University of Colorado-Boulder, 1993.

SCHWINDT, L. C.; BISOL, L. The prosodization of derived words: Joining perspectives. **D.E.L.T.A.**, v. 28, n. 3, p. 1-27, 2022.

SCHWINDT, L. C.; BISOL, L. (Orgs.) **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. Ed. especial sobre frequência lexical, v. 15, n. 14, 2017.

SELKIRK, E. **On Prosodic Structure and its Relation to Syntactic Structure**. Bloomington: IULC, 1980.

SMOLENSKY, P. **Harmony, Markedness and Phonological Activity**. Handout to talk presented at Rutgers Optimality Workshop 1, 23, New Brunswick, N.J. [ROA-87, <http://rucss.rutgers.edu/roa.html>], 1993.

TRUBETZKOY, N. **Principles of Phonology**. Traduzido do alemão por BALTAXE, C. A. M. University of California Press. [1939] 1969.

INTERFACE FONOLOGIA-MORFOLOGIA: SOBRE A VOGAL TEMÁTICA DE NÃO VERBOS

Ana Ruth Moresco Miranda

Cíntia da Costa Alcântara

A conexão Pelotas-Porto Alegre durou alguns bons anos de nossas vidas. Ônibus das 5 horas da manhã para chegar à PUCRS a tempo da aula das 9 horas. No cardápio, ‘Fonologia Lexical’, ‘Fonologia Métrica’, ‘Fonologia Autossegmental’ e o bom e velho estruturalista, homem de seu tempo, Mattoso Camara. Estávamos (e ainda estamos) em formação! Nesse período, éramos guiadas pela mão segura, pela sabedoria e pelo doce afago da Leda. Uns anos depois, era Pelotas-Porto Alegre nas quartas-feiras, às 8 horas da manhã. Chegávamos no prédio 40 para o almoço com a Leda e depois participávamos da reunião do Grupo de Fonologia. Teoria da Otimidade em suas várias vertentes, Morfologia Distribuída e o que mais estivesse sendo pensado sobre a gramática fonológica estavam na ordem das nossas tardes de estudos. Teorias e novos modelos para tratar de antigos fenômenos enriqueciam a nossa experiência e reforçavam nossas parcerias.

Havia duas palavras: ‘Leda’ e ‘lenda’: par mínimo e binômio. ‘Leda’-‘lenda’, par mínimo para discutir a nasalidade em português naquelas manhãs inesquecíveis de aprendizado e prazer. A nasalidade é contrastiva, isso é certo, ‘Leda’-‘lenda’. Mas de onde ela vem? Da vogal ou da estrutura consoante-vogal? Assim, os ensinamentos de Mattoso Camara eram trazidos para o quadro de giz e, logo

em seguida, os argumentos eram modelados pelas fonologias não lineares. Era então meados da década de 1990. ‘Leda-lenda’ binômio, termo definido no dicionário como um composto constituído por dois nomes, o que pressupõe uma indissociabilidade entre os termos; um não pode prescindir do outro para ser interpretado. Um binômio é um composto e um composto tem uma sintaxe. O termo ‘Leda’, linearmente à frente do termo ‘lenda’, estabelece com ele uma relação sintática e assume um lugar que se poderia dizer ‘foco’. Como disse Margarida Basílio (2004), ao tratar de composições que envolvem substantivos, há uma hierarquia de foco e, não raro, um dos termos é tomado como principal e ressignificado pelo outro. ‘Leda-lenda’.

Com a incumbência de rever estudos em que fonologia e morfologia interagem, especificamente aqueles relacionados à vogal temática (VT) na trajetória de estudos da Leda, escolhemos um roteiro que começa com uma busca na sua produção de artigos e culmina com a retomada de duas Teses por ela orientadas, as quais têm a VT como elemento-chave, quais sejam: o estudo sobre a metafonia nominal de Miranda (2000) e o estudo sobre marcadores de classe de Alcântara (2003).

Um levantamento realizado nos artigos publicados pela Leda, ao longo dos últimos quarenta anos, tendo como expressões de busca ‘vogal temática’ e ‘elemento terminal’, levou-nos à seleção dos três principais temas tratados em seus estudos, nos quais a vogal temática se mostra relevante para a análise por ela proposta, quais sejam: o acento (BISOL, 1992, 1994, 2013); o sufixo de Classe II, formador de diminutivo –(z)inho (BISOL, 2010, 2011) e a nasalidade (1998, 2002). Todos esses constituem textos basilares para a compreensão de fenômenos fonológicos relevantes para o português. Como discípula de Camara Jr., construiu ao longo de sua

trajetória as análises mais definitivas de fenômenos complexos do nosso sistema linguístico. Elegância e simplicidade são a sua marca.

Neste capítulo, além desta introdução, faremos uma breve retomada de estudos sobre a VT, a fim de contextualizar esse elemento que tem caráter morfofonológico; na seção seguinte serão trazidos os estudos de Bisol nos quais a VT mostrou relevância: o acento, o sufixo de Classe II e a nasalidade lexical; e nas duas seções subsequentes figuram os estudos de Miranda (2000) sobre a metáfora nominal, à luz da Fonologia Lexical (FL), e de Alcântara (2003) sobre marcadores de classe, sob a ótica da Morfologia Distribuída (MD). Para encerrar, tecemos considerações finais sobre o capítulo.

1. NOTAS SOBRE A VT

Nesta seção, são apresentadas diferentes visões acerca do *status* da VT nominal no português. Inicia-se com a visão de Camara Jr. (1976; [1977] 1999), Luft (1974), Lee (1995), Moreno (1997) e, por fim, Matzenauer e Bisol (2016).

Segundo Camara Jr. ([1977] 1999, p.231), a VT é um segmento fônico denominado ‘índice temático’, cujo papel consiste em caracterizar morficamente um conjunto de vocábulos da mesma espécie, ou seja, aqueles que podem ser identificados sob uma mesma classe temática, uma vez que amplia o radical formando o tema da palavra, sobre o qual podem, então, ser adicionados sufixos flexionais. Quando isso ocorre, a VT está sujeita a sofrer diferentes regras morfofonêmicas, tal como a regra de truncamento, que nada mais é do que o apagamento da VT, quando em contato com outra vogal (cf. ‘macaco+a’ > ‘macacā’).

Os temas nominais em português são em número de três e acabam nas vogais ‘-a’, ‘-e’, ‘-o’ átonas finais, subjacentemente in-

terpretadas como os fonemas /a, i, u/. No caso da vogal ‘-a’, essa é a única passível de assumir duas vestes distintas, a saber, VT (cf. ‘rosa’, ‘artista’) ou desinência de feminino (cf. ‘macaco+a’>’macaca’). Não obstante, como sufixo flexional de gênero feminino, essa vogal somente existe se contraposta a uma forma masculina em Ø – representada pela vogal ‘-o’ para os nomes em geral (substantivos e adjetivos: ‘gato’/‘papagaioo arisco’) ou ‘-e’, condição esta disponível somente para os nomes substantivos (cf. ‘mestre distante’, ‘mestra *distanta’), assim mesmo em escasso número. Em outros contextos, a vogal átona final ‘-a’ será sempre VT.

É também considerado temático o sufixo derivacional ‘-eu’, como em ‘europeu’ (*versus* ‘europeia’), cujo tema em ‘-o’ “se revela na vogal assilábica do ditongo” (CAMARA JR., [1970] 1995, p.90). Já os nomes terminados em ‘l’, ‘s’ e ‘r’ têm, de acordo com Camara Jr. ([1976] 1999, p.231) a emergência de uma VT nas suas formas do plural. Ao lado dos nomes temáticos, aparecem os atemáticos, os quais “circunscrevem-se, a rigor, aos oxítonos”, cuja terminação pode ser ‘-ã’, ‘-é’ ou ‘-ê’, ‘-ó’ ou ‘-ô’, ‘-u’ e ‘-i’ (‘vatapá’, ‘curió’, ‘jabuti’, ‘urubu’, ‘jacaré’).

Luft (1974) compartilha a visão mattsosiana de que a VT, adjungida ao radical, constitui um tema de flexão, o qual forma a base para a anexação das desinências. Seu lugar é, pois, entre o Radical e a Desinência: RD + VT + D. No entender de Luft, a função única da VT, por ele concebida como um ‘morfema gramatical’, é a de marcar classes, sendo um ‘morfema classificatório’ de nomes (substantivos/adjetivos) e verbos: vogal temática nominal {‘a’, ‘e’, ‘o’} e verbal {‘a’, ‘e’, ‘i’}, respectivamente. Na classificação proposta por Luft (*op. cit.*), os morfemas – constituintes estruturadores das palavras – estariam divididos, quanto à significação, em ‘lexicais’, como respeito à significação ‘externa’, e ‘gramaticais’, i.e., de significação

‘interna’. A classificação também poderia ser feita da seguinte forma: morfema ‘nuclear’ (a raiz) e morfemas ‘periféricos’, os quais, por sua vez, estariam divididos entre ‘derivativos’ (de radical: afixos (prefixos e sufixos) e de tema: classificatório (VT)) – e ‘flexivos’, que dizem respeito às desinências.

Note-se que, apesar de essa visão parecer ser diferente das demais, pelo menos no que concerne à divisão dos morfemas, ainda assim, a vogal temática necessariamente terá de sofrer uma regra de truncamento quando da adjunção de sufixos iniciados por vogal (‘livr-o’+‘-eiro’>‘livr-Ø’+‘-eiro’>‘livreiro’) ou do acréscimo de desinências (‘menin-o’+‘-a’>‘menin-Ø’+‘-a’>‘menina’).

O autor assume também que as palavras terminadas em ditongo decrescente oral carregam uma VT na representação subjacente, a qual é realizada por uma semivogal, como em /'pae/ → ['paj]; /'sai/ → ['saj]; /'mao/ → ['maw] (LUFT, 1974, p.166). Tal posição parece captar a generalização de que todos os vocábulos (nomes e adjetivos) do português estão divididos em distintas classes formais, em oposição aos vocábulos atemáticos, como os oxítonos terminados por vogal do radical, que não carregam um ‘morfema classificatório’.

Luft observa ainda que as vogais temáticas tornadas internas, em palavras derivadas, podem ficar inalteradas (cf. ‘levanta(r)’: ‘levantamento’, etc.) ou ser modificadas (cf. ‘luto’: ‘lutuoso’, ‘hábito’: ‘habitual’, etc.). Em ambos os casos, ao que parece, a função classificatória permanece; em ‘levantamento’, a VT interna ‘a’ identifica verbos (classes de conjugação), enquanto ‘u’, em lutUoso, identifica nomes (classes de declinação).

Lee (1995), sob a perspectiva da Fonologia Lexical, localiza a vogal temática nominal no português não no nível da flexão, como defende Harris (1991a) para o espanhol, mas no nível do radical. Para tanto,

Lee traz evidências de que também nos processos derivacionais ('matagal'), assim como no processo de composição ('espaçonave'), a vogal temática pode ocorrer entre constituintes. Neste caso, "a forma não-verbal 'mata' serve de base (radical derivacional) para formar a nova palavra, 'matagal'" (LEE, 1995, p.40); por conseguinte, a vogal final em 'mat-a' não satisfaz o contexto para ser realizada como marcador de palavra, "uma vez que o marcador de palavra se realiza no nível flexional." (LEE, 1995, p.40) Ou seja, em 'matagal', a vogal final de 'mat-a' faz parte do radical derivacional, ao passo que, como marcador de palavra, tem de ocorrer após toda a derivação, ou seja, no nível flexional. Em suma, na análise de Harris (1991a), essa presença de vogal temática é problemática. Como solução para o problema, Lee (1995, p.40-41) redefine a noção de marcador de palavra (cf. HARRIS, 1991b), o qual passa a ter uma função fonológica, além de sua função morfológica, a de marcador de gênero. A redefinição é feita nos seguintes termos: "o elemento (vogal temática do não-verbo) que fica na margem direita do seu domínio é o marcador de palavra", que está sujeito à Condição de Perifericidade" (cf. HAYES, 1995).

Lee (*op. cit.*), como os demais autores, assume a regra de truncamento da vogal temática nominal no PB. Contudo, essa não será a visão esposada por Moreno (1997) que, em sua Tese sobre a morfologia nominal do português, à luz da Fonologia Lexical, discute o *status* da tradicional 'VT nominal', passando a interpretá-la como um 'marcador de classe' (cf. HARRIS, 1991b) ou 'elemento terminal' (cf. HARRIS, 1983) que aparece unicamente na borda da palavra. Sua propriedade morfológica fundamental é de sempre assinalarem o vocábulo completo derivacionalmente e poderem ser seguidos unicamente por '-S' plural.

Em português, seguindo a proposta de Harris para o espanhol, Moreno (1997) estabelece serem três essas vogais, /o, a, e/.

Esses elementos servem unicamente como “identificadores fonológicos de várias classes de forma lexicalmente arbitrárias em que todos os radicais de substantivos, adjetivos e advérbios e sufixos derivacionais são divididos”, que não estão necessariamente relacionados ao gênero gramatical do vocábulo (MORENO, 1997, p.47).

Moreno faz uma distinção fundamental entre o marcador de palavra e a vogal temática verbal. Enquanto aquele somente aparece ao final da palavra, esta, que aparece após o radical do verbo, pode ser mantida mesmo nas formas deverbais derivadas, como bem notara Luft (1974), como um tipo de vogal temática ‘interna’, a exemplo de ‘encorajar’ → ‘encoraj_a’ + ‘ment_o’; ‘amar’ → ‘am_a’ + ‘nt_e’; ‘vender’ → ‘vend_e’ + ‘dor_a’; ‘pedir’ → ‘ped_i’ + ‘nt_e’. Para Moreno (1997, p.47) “qualquer análise da morfologia do português necessita definir a verdadeira natureza desses segmentos vocálicos que costumam fechar os vocábulos não-verbais (substantivos, adjetivos, pronomes e advérbios)” e um dos objetivos do autor é “definir a verdadeira natureza dessa vogal e o momento da derivação em que ela se liga ao vocábulo”. Em sua análise, à luz da proposta de Borowsky (1993), afirma que é somente no Nível 1, o do Radical, que radicais e afixos recebem o elemento terminal (ET), denominação utilizada para o marcador de palavra. O ET seria adicionado, por esta perspectiva, unicamente na saída do Nível 1 – quando a palavra já recebeu todos os afixos derivacionais –, sendo, logo, a última operação desse nível morfológico.

Para Moreno (1997, p.49), conforme referido anteriormente, os ETs “são morfemas terminais que se acrescentam na saída do Nível 1, representando a operação final deste nível morfológico”. No que concerne às palavras derivadas, a vogal terminal somente é anexada após o processo de sufixação haver terminado. Quando uma forma entra no Nível 2, o da Palavra, ela já traz a posição ET preenchida

da. Ao entrarem ‘-mente’ ou ‘-zinhV’ – sufixos especiais do Nível da Palavra –, “o marcador, tanto do elemento à esquerda, quanto do sufixo especial, já está lá” (MORENO, 1997, p.49).

Há também vocábulos sem marcador de palavra, os quais se subdividem em português em dois grupos (MORENO, 1997, p.50): (a) acabados em consoante (‘éter’, ‘útil’, ‘ônix’; ‘mulher’, ‘fatal’, ‘rapaz’) ou (b) acabados em vogal tônica (‘vatapá’, ‘jacaré’, ‘saci’, ‘umbu’). Segundo o autor, a um pequeno grupo de palavras não-derivadas oxítonas terminadas em uma das consoantes /r/, /s/ ou /N/ é acrescentada, na forma plural, ou seja antes do /S/-plural, a vogal epentética /e/ (‘paz’, ‘pazes’; ‘lar’, ‘lares’). “Esta é que pode ser chamada de vogal epentética, e não se confunde com o /e/ que serve de marcador de palavra em ‘dente’, ‘leve’ ou ‘longe’” (MORENO, 1997, p.50).

Moreno assume, como Harris (1991b), que os marcadores de palavras são morfemas flutuantes, i.e., unidades melódicas desassociadas das posições esqueléticas nas representações subjacentes. Consequentemente, todos os radicais são interpretados como consonânticos, e o ET que lhes é adjungido somente aí se manifesta para que tais formas adquiram o *status* de vocábulo. Assim, se os radicais têm terminações consonânticas e os ETs lhes são adicionados unicamente para completar a palavra morfológica, as derivações sempre serão feitas a partir do radical, e não do vocábulo primitivo. Por essa visão, a regra de truncamento torna-se sem razão de ser, pois não faz parte do radical, seja ele simples ou expandido por sufixação.

O estudo de Matzenauer e Bisol (2016), cujo foco é a vogal temática nominal, discute o inventário e a distribuição subjacente das vogais temáticas do não verbo em português. Com respeito ao inventário, o estudo advoga a existência de duas legítimas vogais temáticas /o, a/, as quais, via de regra, se correlacionam ao gênero da

palavra, ao passo que a vogal átona /e/ dessas difere por desempenhar mais de um papel na língua – vogal epentética e, em reduzido número de casos, vogal temática –, além de não apresentar correlação com gênero. Relativamente à distribuição subjacente das vogais temáticas na constituição e na derivação das palavras, as autoras defendem que esses elementos vocálicos integram o tema desde a subjacência, do que decorre adotarem a ‘derivação com base no tema’, por meio da qual sufixos se combinam com temas. Os argumentos para tal adoção assentam sobre critérios de ordem morfofonológica, morfológica e semântica. Os fundamentos da análise partem de Camara Jr. (1970), Basílio (2001), Alcântara (2003, 2010), Harris (1999) e Bermúdez-Otero (2007, 2013).

Matzenauer e Bisol (2016), com o intuito de introduzir a discussão acerca da ‘derivação com base no tema’, visão por elas defendida, sinalizam que há duas opções quanto ao processo da inserção ou presença da VT no léxico: a de base morfológica, em que a derivação tem como ponto de partida a raiz (*root-driven*) (HALLE; MARANTZ, 1993; MORENO, 1997; SCHWINDT, 2013a) e na qual, portanto, o afixo derivacional é ligado à raiz (*root-based*); e aquela de base morfofonológica, que defende ser o tema a etapa inicial do processo derivacional (*stem-driven*) (BERMÚDEZ-OTERO, 2013), decorrendo daí a noção de que o afixo derivacional se liga ao tema (*stem-based*).

Assim, a assunção de que a derivação no português assenta no tema e não na raiz respalda-se no estudo de Bermúdez-Otero (2013), relativamente ao espanhol contemporâneo. O autor, ao considerar duas possibilidades de combinação de sufixos, com (i) raízes ou (ii) temas, traz evidências empíricas em prol da superioridade da derivação com base no tema sobre aquela com base na raiz. Segundo ele, o tema (raiz+VT) está armazenado no léxico profundo ([Nmenin-0]); logo, a vogal temática encontra-se na base do processo de derivação.

Por conseguinte, em muitos casos de derivação tem de ser considerado o processo de apagamento da VT, a exemplo do que ocorre em ‘meninada’ ([[menin-o] ada] → [meninada]).

Matzenauer e Bisol (2016) enfatizam, na relação entre raiz e tema, que a expressão ‘base no tema’ (*stem-based*) diz respeito a requisitos de subcategorização morfológica (construção gramatical), enquanto ‘nível do tema’ (*stem-level*) concerne a propriedades fonológicas (domínios fonológicos). Segundo o proponente dessa abordagem, Bermúdez-Otero (2007), as gramáticas estão organizadas de modo a respeitar correspondências entre construções gramaticais e domínios fonológicos. Assim, um afixo será ‘*stem-level*’ se definir domínios que chamem restrições do ‘*stem-level*’, enquanto será ‘*stem-based*’ se for acrescido ao tema de uma palavra. Como consequência, assevera Bermúdez-Otero (*op. cit.*), um afixo poderá ser, por exemplo, ‘*root-based*’ e ‘*stem-level*’, ‘*stem-based*’ e ‘*stem-level*’, ‘*stem-based*’ e ‘*word-level*’, mas não poderá ser ‘*root-based*’ e ‘*word-level*’. Em outras palavras, jamais será o caso de um derivado do nível da palavra (*word-level*) ter base na raiz (*root-based*). Eis o que é defendido e fartamente ilustrado com fenômenos linguísticos do português, em todos os casos trazidos pelas autoras à luz dos diferentes critérios apresentados.

As autoras, ao assumirem para o português que a vogal temática integra as formas armazenadas como entradas lexicais da língua, destacam que tal posicionamento acarreta, “como implicação, que essa vogal nunca se manifeste, nas formas de superfície, no meio de sufixos derivacionais adjungidos a temas” (MATZENAUER; BISOL, 2016, p.345). E, nos casos em que certos derivativos apresentam em seu interior a vogal final da base preservada, essa se encontra destituída da função de vogal temática. Eis a visão adotada quanto à interpretação da estrutura morfológica subjacente do tema dos no-

mes: (a) VT está integrada ao tema no léxico [menin-o], derivação a partir do tema, eliminando, assim, a interpretação de: (b) VT é uma unidade independente na representação subjacente [[menin] o], derivação a partir da raiz. Na sequência, têm-se os argumentos para a posição assumida, com respeito à derivação no português, a partir de Bermúdez-Otero (2013), com o estabelecimento de três tipos de critérios: (a) critério morfofonológico; (b) critério morfológico e (c) critério semântico.

O critério morfofonológico traz como evidências, para a defesa de que a derivação ocorre com base no tema, dois processos fonológicos condicionados pela morfologia da língua – metafonía nominal (MIRANDA, 2000) e neutralização da pretônica. A metafonía nominal, segundo Miranda (*op. cit.*), é um processo fonológico aplicado “no nível da palavra e que causa a alternância da vogal média labial da raiz, quando o gatilho – a vogal temática labial – está na borda da palavra; a qualidade da vogal média alta labial na sílaba tônica na sequência /o/ ... /o/, segundo a autora, decorre de uma restrição fonotática, que atende a uma condição morfológica” (MATZENAUER; BISOL, 2016, p.345) (cf. ‘p[o]rca’, diante de ‘p[ɔ]rca’, ‘p[ɔ]rcos’; ‘[o]sso’, diante de ‘[ɔ]ssos’). Em termos fonológicos, a forma derivada com a vogal média alta na posição tônica mostra ser o fenômeno ‘*word-level*’, cuja base é o tema (*stem-based*), dado que um derivado do nível da palavra não pode ter base na raiz (*root-based*), segundo os princípios apresentados por Bermúdez-Otero (2007). Outro fenômeno de caráter morfofonológico que é fundamento favorável à derivação com base no tema é o processo de neutralização das vogais médias do português em posição pretônica, visto que a alternância da vogal da raiz (‘b[ɛ]lo’ – ‘b[e]ldade’; ‘l[ɔ]ja’ – ‘l[o]jista’) depende do acento e raízes não são portadoras de acento, exceto em nomes atemáticos de VT zero.

Com respeito ao critério de natureza morfológica, Matzenauer e Bisol referem o comportamento do gênero dos nomes derivados, “considerando-se que as vogais temáticas /o/ e /a/ compreendem categorias que contêm de forma majoritária nomes dos gêneros masculino e feminino. A pertinência do fundamento em questão encontra respaldo nos sufixos do português que herdaram o gênero da base, a exemplo dos sufixos de diminutivo ‘-inho/a’: ‘o livro’, ‘o livrinho’; ‘a casa’, ‘a casinha’; ‘-ico/a’: ‘o verão’, ‘o veranico’; ‘a barba’, ‘a barbica’; ‘-ejo’: ‘o lugar’, ‘o lugarejo’, e sufixos de aumentativo, como ‘-aço/a’: ‘a água’, ‘a aguaça’; ‘-arra/orra’: ‘a boca’, ‘a bocarra’; ‘a cabeça’, ‘a cabeçorra” (MATZENAUER; BISOL, 2016, p.346). Segundo as autoras, esse funcionamento da língua exige que a derivação seja sempre ‘stem-based’ em lugar de ‘root-based’, dado requerer a presença da VT envolvida com o gênero, na base da derivação. E acrescentam que, embora nem sempre se verifique a preservação do gênero da base com todos os sufixos formadores de nomes no português (cf. sufixo aumentativo ‘-ão’: ‘a mulher’, ‘o mulherão’, e outros como ‘-ada’: ‘o pêssego’, a ‘pessegada’; ‘-aria’: ‘o livro’, ‘a livraria’), a base da derivação é o tema. Com o intuito de trazer evidências para tal posicionamento, arrolam vários casos exemplificativos de manutenção da vogal final da base, desprovida, portanto, da função de VT, no interior de certas formas derivadas:

(a) derivação com o sufixo ‘-oso’, em que a VT -o da base é preservada, manifestando-se como [u] ~ [w] (‘afeto’ > ‘afet[u]oso’ ~ ‘afet[w]oso’; ‘luto’ > ‘lut[u]oso’ ~ ‘lut[w]oso’; ‘preconceito’ > ‘preconceit[u]oso’ ~ ‘preconceit[w]oso’; ‘luxo’ > ‘lux[u]oso’ ~ ‘lux[w]oso’; ‘monstro’ > ‘monstr[u]oso’ ~ ‘monstr[w]oso’);

(b) derivação com a sequência ‘-ão’, em que a VT -o da base é preservada, manifestando-se como [o] ~ [w] (‘feijão’ > ‘feij[o]ada’ ~

‘feij[w]ada’; ‘ferrão’>‘ferr[o]ada’ ~ ‘ferr[w]ada’; ‘trovão’>‘trov[o]ada’ ~ ‘trov[w]ada’; ‘ladrão’>‘ladr[o]agem’ ~ ‘ladr[w]agem’>‘ladr[o]eira’ ~ ‘ladr[w]eira’>‘ladr[o]aço’ ~ ‘ladr[w]aço’);

(c) derivação de nomes deverbais, em que se mantém a VT verbal, cuja presença se justifica porque os sufixos que derivam nomes a partir de verbos iniciam por consoante, como ‘-mento’ (‘alinh-a-mento’, ‘abaix-a-mento’, ‘chave-a-mento’, ‘esquec-i-mento’, ‘acolh-i-mento’, ‘afer-i-mento’). Esse fato linguístico, segundo as autoras, leva a considerar-se econômica a visão de que a VT, presente nos derivados de verbos, também está na base da derivação em se tratando de nomes.

Com respeito ao critério semântico para a derivação com base no tema, o argumento ancora-se em uma relação implicacional: “em se considerando que o significado de um derivativo é composicional, então é mais provável que sua base seja um tema em vez de uma raiz” (MATZENAUER; BISOL, 2016, p.347). São trazidos exemplos, em português, em formas de diminutivo, como em ‘animalzinho’, ‘cafezinho’, e em formas com o sufixo ‘-mente’, como em ‘calmamente’ ou ‘logicamente’, “que mantêm uma vogal remanescente da VT da palavra base, sem a função que lhe é peculiar” (MATZENAUER; BISOL, 2016, p.347). As autoras referem que os fenômenos arrolados são tratados diferentemente na literatura. Segundo Camara Jr. (1970), decorrem de derivação por justaposição. Na visão de Menuzzi (1993) e de Schwindt (2013b), trata-se de palavras prosódicas formadas por composição. “Bisol (2010), com respeito ao diminutivo, ressalta o papel de /z/ como epêntese, caso de estrutura de superfície, constituindo-se a formação do diminutivo – seja ‘-inho’, seja ‘-zinho’ – um processo derivacional a partir de ‘-inho’” (MATZENAUER; BISOL,

2016, p.347). Tem-se, mais uma vez, um argumento em prol da derivação com base no tema.

Outra evidência a favor do critério semântico para a derivação com base no tema “é a existência de itens lexicais que têm, como única especificidade formal, a vogal temática, mas que apresentam significados diferenciados, embora sejam, em termos mais amplos, relacionados, a exemplo de palavras como ‘pingo’/‘pinga’, ‘saco’/‘saca’ e ‘fruto’/‘fruta’” (MATZENAUER; BISOL, 2016, p.347).

No caso de ‘pingo’/‘pinga’, por exemplo, as especificidades de significado são apresentadas, bem como o comportamento morfológico dos sufixos que podem ser anexados às bases. A ambas pode ser adjungido o sufixo ‘-ado’, mas há a especificidade de apenas à base com vogal terminal ‘-o’ poderem ser adicionados os sufixos ‘-ar’, ‘-ada’, ‘-oso’ (‘pingo’ → ‘pingar’, ‘pingada’, ‘pingoso’), sendo os sufixos ‘-uçó’, ‘-eiro’ adjungidos à base ‘pinga’(VT -a) (‘pinga’ → ‘pinguçó’, ‘pingueiro’) – a acepção de cada base licencia diferentes comportamentos morfológicos. Esse exemplo e outros arrolados permitem às autoras reconhecer que “a VT atribui, aos itens lexicais, especificidade formal e semântica, com reflexos no processo derivacional, tendo de estar, nesses casos, na base da derivação” (MATZENAUER; BISOL, 2016, p.348). Trata-se, pois, de fenômeno ‘*stem-based*’ e ‘*word-level*’.

Em suma, é a partir de subsídios dos três critérios discutidos, de ordem morfofonológica, morfológica e semântica, que as autoras concluem ser o tema, isto é, a forma com a VT definida, a base da derivação em português, admitindo-se, conseqüentemente, que a VT está inserida no léxico. Salientam ainda que o entendimento de que o afixo derivacional é *stem-based* uniformiza o processo de derivação na língua, uma vez que, ao se con-

siderarem bases com VT e bases atemáticas, o afixo será sempre adjungido a uma unidade da língua de mesma natureza.

Com respeito ao inventário das vogais temáticas nominais do português, Matzenauer e Bisol assumem haver duas legítimas vogais temáticas, /o, a/, enquanto a vogal /e/ átona final, em virtude do comportamento diferenciado em dados da língua, comparativamente àquele das vogais /o, a/, somente em reduzido número de palavras cumpre o papel de VT. Em grande número de casos, /e/ átono final é chamado tão somente para ocupar, na estrutura de superfície, “o espaço que a morfologia da língua destina à vogal temática” (MATZENAUER; BISOL, 2016, p.351).

2. A VT NOS ESTUDOS DE BISOL

O recorte para esta seção foi definido a partir do levantamento realizado nos artigos publicados por Bisol, ao longo das últimas décadas, e os temas que se sobressaíram foram o acento prosódico, o sufixo ‘-inho’ e a nasalidade.

2.1 O acento prosódico

O acento prosódico é definido como uma relação de proeminência que se estabelece entre sílabas, sendo a tônica a mais proeminente enquanto as átonas, menos. Diferentemente da proposta de Mira Mateus (1983, 1999) e Lee (1995), que defendem a aplicação do acento sobre a última vogal da raiz, a análise do acento para o português arquitetada por Bisol (1992, 1994) tem como domínio de aplicação a palavra. Seguindo a Teoria Métrica (HAYES, 1995), BISOL (1992, p.69) formula regra para o acento primário, como em (1):

(1)

Regra do acento primário

Domínio: palavra

a. Atribua um asterisco (*) à sílaba pesada final, isto é, sílaba de rima ramificada.

b. Nos demais casos, forme um constituinte binário (não iterativamente) com proeminência à esquerda, do tipo (* .), junto à borda direita da palavra.

A autora chama atenção para a diferença da estrutura morfológica de verbos e não verbos. Os primeiros entendidos como radical + vogal temática e os últimos, como radical + vogal temática + sufixo modo-temporal + sufixo número-pessoa. A regra do acento é interpretada como lexical e se aplica ciclicamente aos nomes, isto é, toda a vez que houver a entrada de algum sufixo, volta a atuar. Já nos verbos, a regra se aplica somente depois que estiver pronta a palavra.

Para alcançar a generalização necessária, a formulação de Bisol faz uso da extrametricidade, recurso da teoria que torna invisíveis certos elementos periféricos à regra do acento. O elemento extramétrico seria lexicalmente marcado e, no português, seriam duas as classes de não verbos que recebem essa marca: as palavras cujo acento recai na terceira sílaba (proparoxítonas) e as paroxítonas terminadas em sílaba pesada. Após a atribuição do acento, o material extramétrico é recuperado por meio da ligação ao membro fraco do pé métrico (Adjunção da Sílaba Perdida – ASP (HAYES, 1995, p.108). A seguir, é exemplificada a aplicação da regra de atribuição do acento, de acordo com (1a e b):

(2)

(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	
/kaz + a/	/xapid + a/	/pomar/	/fasil/	/kafeC/	
	<da>		<l>		extrametricidade
(* .)	(* .)	(*)	(* .)	(*)	acento
	(* ..)		(* ..)		ASP
['kaza]	['xapida]	[po'mar]	['fasil]	[ka'fe]	

Como se pode observar, pela proposta, para as palavras do tipo 'casa' e 'pomar', em (2a) e (2c), a aplicação das regras 1a e 1b é suficiente para que se obtenha o *output* correto. A regra do acento primário aliada à extrametricidade derivaria as palavras do tipo 'rápida' e 'fácil', (2b) e (2d). No que tange ao grupo de palavra como 'café', oxítonas terminadas em vogal, a autora postula a existência subjacente de uma consoante abstrata que se manifesta apenas nas formas derivadas como 'cafeteira', por exemplo. As oxítonas terminadas em /a/, /e/ e /o/ são, portanto, vistas pela regra como palavras do tipo (2c).

Em 2013, Bisol volta ao tema explorando duas alternativas de análise para o acento em português. A primeira não leva em conta o peso silábico e o resultado da análise é confrontado com as abordagens de 1992 e 1994, segundo as quais o peso silábico compõe regra que primeiro se aplica, seguida da regra mais geral para a formação do troqueu silábico, como mostram (1a e 1b). Fundamentada em Halle e Vergnaud (1987), que seria, segundo a autora, a linha mais avançada da Fonologia Métrica, a proposta de 2013 analisa o algoritmo acentual de nomes e verbos tendo em vista a peculiaridade de cada classe de palavras no processo deri-

vacional, conforme expressa pela Fonologia Lexical, com o intuito de determinar: (i) se os constituintes são limitados ou ilimitados; (ii) se há ou não elemento terminal no cabeça; (iii) se há, qual a posição; (iv) qual a direção, se da borda direita para a esquerda ou vice-versa. Além disso, volta à baila a discussão referente ao papel da extrametricidade.

A apresentação e análise dos dados se realiza a partir da definição do domínio que é, como na proposta de 1992 e 1994, a palavra lexical para os nomes, Radical +VT] [-verbo] [desinência], e a palavra morfológica para os verbos, Radical +VT+MTA+NP[+verbo] [desinência]. Tendo a Fonologia Lexical como quadro teórico e analítico a autora explora o funcionamento do sufixo de Classe II, -inho, considerados neutros em relação ao acento. Tais sufixos são considerados não cíclicos por terem sua representação diretamente vinculada ao plano da raiz. É também da Fonologia Lexical que advém a justificativa para a invisibilidade do morfema de plural mediante a regra de acento, visto que a desinência de número somente é introduzida na etapa final da derivação, quando as regras cíclicas não mais operam, no nível da palavra pronta.

Em sua conclusão, após avaliar o impacto de se considerar ou não a sensibilidade do português ao peso silábico, Bisol (2013) assevera que, ao se considerar o peso da sílaba final e destinar a extrametricidade à classe das proparoxítonas ('lâmpad(a)') e das palavras com sílaba final ramificada com acento na penúltima ('fúti(l)'), estruturas minoritárias do ponto de vista da constituição do léxico, obtêm-se vantagens, pois com o uso restrito da extrametricidade, a análise "não precisa recorrer à regra de apagamento de asterisco, que tem o efeito de uma metátese, nem ao filtro do imperfeito para dar conta das proparoxítonas para resolver a única barreira encontrada, o das a consoante idiossin-

crática que tais itens registram lexicalmente e que manifestam em processos derivacionais” (BISOL, 2013, p.318-319).

Nos estudos de Bisol sobre o acento, a VT adquire papel relevante, uma vez que a classe dos nomes se divide entre vocábulos temáticos e atemáticos, uma informação necessária para o algoritmo acentual que computa a VT para sua aplicação.

2.2 O sufixo ‘-inho’

A análise dos sufixos de Classe II, especificamente o de diminutivo, ‘-inho’ e ‘-zinho’, tem propiciado importantes discussões referentes à sua natureza e à sua distribuição. Na primeira metade do século 20, Maurer Jr. (s/d, p.235), afirmou que o sufixo ‘-zinho’ é uma variante de ‘-inho’ e, como tal, empregado em posições nas quais ‘-inho’ não soa bem. Produzia-se ‘cachorrinho’, mas ‘cãozinho’. Com o passar do tempo, no entanto, ‘-zinho’ passou a ser mais utilizado, adquirindo assim autonomia para se transformar no que o autor chama de ‘um sufixo com vida própria’.

Tal afirmação é interpretada por Bisol (2010, p.62) como uma ideia de elemento de composição que se opõe à característica derivativa de ‘-inho’, que, ao ser adjungido pode mudar a base da palavra, enquanto ‘-zinho’, por se tratar de processo de justaposição, mantém a fisionomia da base, mantendo a abertura vocálica (‘nó’-‘nozinho’) e, nos casos de flexão de gênero e número, flexionando base e diminutivo (‘aneizinhos’ e ‘lobazinha’).

A sensível preferência por -zinho a que referira Maurer Jr. é sustentada para o português moderno por Camara Jr. (1975, p.227) e se expressa também na distribuição apresentada por Said Ali (1964, p.32):

- a) ‘-inho’ ou ‘-zinho’ para nomes que terminam com vogal simples átonas -o, -a;
- b) ‘-zinho’, preferencialmente, para palavras terminados em L ou R;
- c) ‘-zinho’ para os vocábulo terminados em outros fonemas.

Ao mencionar a estrutura silábica e o acento como condicionantes para a determinação da distribuição do diminutivo, Bisol (1992, p.75) se coaduna com a proposta de Said Ali e, a partir da divisão dos vocábulo nominais em temáticos e atemáticos, propõe que os primeiros, excetuando-se os proparoxítonos, formem diminutivo em ‘-inho’ e os últimos, em ‘-zinho’. Na mesma direção, Moreno (1977, 1997) concorda não ser realmente possível regulamentar o uso de ‘-zinho’ ou ‘-inho’, havendo contextos em que a alternância é observada, mas, segundo ele, ‘-zinho’ pode ser utilizado para todos os vocábulo, e ‘-inho’ pode alternar com ‘-zinho’ nos vocábulo paroxítonos que possuam marcador, bem como em alguns proparoxítonos.

Mesmo que a distribuição não ofereça um argumento conclusivo que aponte para a existência de uma ou duas formas de diminutivo na língua, há uma tendência a arguir em favor da existência de um único morfema (BISOL, 1992, 2010; CAMARA JR., 1970, 1975; MAIA, 1981; MAURER JR., s/d; MORENO 1977, 1997).

Bisol (2010) retoma este assunto e faz uma revisão detalhada das diferentes propostas para o diminutivo do português. Inspirando-se na proposta de Soares Barbosa (1875), sustenta que ‘-inho’ é o morfema de diminutivo e ‘-zinho’ é o resultado de uma consoante epentética que emerge para satisfazer exigências estruturais. Essa hipótese é trabalhada pela autora a partir dos dados do português, tendo como base a palavra morfológica definida em termos da presença da VT, ou de sua ausência. A análise desenvolvida com

base na Teoria da Otimidade pôde dar conta, segundo a autora, de todas as principais propriedades do diminutivo, quais sejam:

- i) evitação de hiato – ‘pat-o’ → ‘patinho’, *‘patoinho’
- ii) fidelidade aos traços do *input* – ‘rɔz-a’ → ‘rɔziña’, *‘rozinha’
- iii) fidelidade à estrutura silábica da base – ‘mar]’ → ‘mar] zi.nho’, *‘ma.ri.nho’
- iv) recorrência a uma forma de output no plural de certos diminutivos de base atemática – ‘flores’ → ‘flore]zinhas’
- v) preservação do acento marcado – ‘lámpad-a’ → ‘lãm.pa.da] zi.nha’

A análise do diminutivo e de seu funcionamento, de acordo com as análises, envolve obrigatoriamente a interface morfologia-fonologia e, ainda que se considere seu papel derivativo ou compositivo, as informações de borda são imprescindíveis para escrutinar o fenômeno, pois a formação de diminutivo não altera a borda das palavras atemáticas (‘sol](z)inho’; ‘pomar](z)inho’).

Diz a autora:

“As variantes que constituem exceções à entrada de /z/, isto é, que ignoram a restrição de alinhamento à direita (Align-R) são raras, entre elas, colherinha e florinha. A primeira sobrepuja sua contraparte na frequência de uso; a segunda, ao contrário, é sobrepujada por florzinha” (BISOL, 2010, p.71).

A análise de Bisol desenvolvida a partir da Teoria da Otimidade em 2010, e revisitada em 2011, coloca em jogo restrições que exploram a interface morfologia-fonologia, tais como ALIGN-R (Base, σ) (Alinhe a borda direita da base com a borda direita de uma sílaba) e ANCHOR-PL (O morfema de plural {S} deve ancorar-se no vocoi-de mais à direita da palavra), e reafirma ser a palavra morfológica,

definida em termos da presença de VT para as temáticas ou de sua ausência para as aтемáticas, a base para a formação do diminutivo.

2.3 A nasalidade em português

Dentre os estudos de Bisol acerca da nasalidade vocálica, serão aqui mencionados apenas aqueles em que a VT entra em jogo, especificamente a chamada nasalidade lexical. Bisol (1998) diz que a hipótese de a vogal nasal em português ser constituída por dois segmentos, como defendeu Mattoso Camara Jr, é bem aceita, embora com interpretações variantes. Contudo, a de o ditongo nasal ser interpretado como um ditongo seguido de um arqui fonema nasal em final de palavra, não seria bem aceita, uma vez que o padrão silábico do português proíbe a configuração VCC[nasal], estando apenas licenciado o padrão VCC[fricativa].

Em seu artigo, a autora reinterpreta a hipótese de Mattoso Camara acerca da constituição do ditongo nasal, à luz da fonologia moderna, defendendo que o referido padrão silábico não passível de ocorrer em português (VCC[nasal]) não se realiza integralmente em termos de segmentos. Segundo Bisol (1998, p.27), a nasal subespecificada para traços articulatorios /N/, que seria o último segmento do referido padrão silábico proibido, não fere a Condição de Coda, uma vez que se anexa “à rima para nasalizar o ditongo que a vogal temática ajudou a construir”.

No que diz respeito à nasalidade final, Bisol (1998) assume que o português possui dois processos distintos de nasalidade, condicionados à presença ou à ausência de vogal temática. Para os casos em que está presente a VT, tem-se um ditongo fonológico resultante de processo de nasalização por estabilidade, processo de nível lexical. Para aqueles casos em que não há a presença de VT, tem-se

um ditongo fonético, decorrente da nasalização por espriamento no pós-léxico, suscetível à variação.

Para a nasalidade por estabilidade, como em ‘irmão’ e ‘irmãos’, a autora propõe como entradas lexicais as seguintes formas: ‘irmaN+o]’ e ‘irmaN+o]’, respectivamente. O colchete que se vê à borda direita das formas subjacentes ilustradas demarca o fim do vocábulo morfológico, que ocorre no nível da palavra. No Nível 2, a VT é adjungida e o resultado é [[ir.máN]o] para ‘irmão’; o passo seguinte é a flexão da forma do plural, cujo resultado é [[[ir.máN]o]S] para ‘irmãos’. Em sendo tais formas identificadas como itens lexicais, ficam sujeitas, conforme Bisol (1998), à perda de N (pela Condição de Desligamento de Nasal, CDN), como exemplificado, a seguir, em um quadro resumido:

(3)

Entrada lexical	irmaN+o]sing	irmaN+o]plural
Nível 2		
Entrada de VT	[[irmaN]o]]	[[irmaN]o]]
Flexão		[[irmaN]o]S]
CDN	[[irmaN]o]] <N>	[[irmaN]o]S] <N>
Elevação de VT	ir.máu <N>	ir.máuS <N>
Output	[irmãw]	[irmãws]

Como se pode observar, a VT, acrescida no Nível 2, satisfaz à condição de perifericidade vocabular, ocupando, assim, a posição destinada à N. Após a silabação, a VT é convertida em vogal alta pela regra de elevação de VT – que reza serem as vogais médias ele-

vadas para vogal alta quando estiverem adjacentes ao núcleo silábico na rima. Uma vez a nasal reassociada à rima, o ditongo nasal é gerado por percolação (RNP), “garantindo-se, no léxico, o contraste do tipo ‘pãw’/‘paw’, ‘mãw’/‘maw’” (BISOL, 1998, p.35).

Com respeito à terminação ‘aN’, no caso de dois ‘a’s se encontrarem (cf. ‘irmã’ /irmaN+a/), o OCP é chamado, resolvendo assim a sequência indesejável pela fusão das duas vogais idênticas em um só segmento. Tal elemento vocálico sofre, em razão de tratar-se de dois segmentos que se fundiram em um só, um processo de alongamento, de acordo com Bisol (1998, p.41), preenchendo, desta feita, “a posição vazia da coda disponível no molde CCVC”.

Da terminação /oN/ acentuada, criam-se dois ditongos fonológicos ‘ãw’ e ‘õys’ (cf. ‘limão’, ‘limões’, ‘coração’, ‘corações’, ‘paixão’, ‘apaixonado’, ‘paixões’) (BISOL, 1998, p.36). Note-se que o ditongo nasal /õw/, que seria gerado a partir da terminação /oN/, só existe em palavras monossílabas (cf. [bõw], [tõw], etc.) não em palavras polissílabas (cf. *‘limõw’, *‘coraçõw’, etc.). Eis uma condição de boa-formação (CBF), de língua particular, empregada pela autora para as formas aludidas.

Segundo a proposta de Bisol, palavras como ‘coração’ (/korasõN+o/), e ‘limão’ (/limõN+o/) sofrem uma regra de dissimilação intitulada ‘Dissimilação Labial’, responsável pela desassociação do traço labial da vogal nuclear e o preenchimento dessa posição com a vogal /a/. No caso dos plurais de palavras polissilábicas com a terminação /oN/, tem-se o ditongo nasal ‘õj’, com a vogal ‘e’ na escrita. Para casos como estes, Bisol (1998, p.38) defende que o *glide* é “o resultado da expansão da coronalidade de /S/, como em ‘rapaz’> ‘rapazes’, ‘flor’>‘flores’, ‘mar’>‘mares’ – quando uma nova sílaba se forma –, ou como ‘coronel’>‘coronéis’, ‘fácil’>‘fáceis’, ‘funil’>‘funis’, em que um glide vem à tona”.

Pela análise de Bisol (1998, p.44-45), a vogal nasal, destituída de VT, é criada por um processo de “nasalidade por assimilação a partir de uma consoante nasal *in situ* e o ditongo nasal, portador de VT, é gerado por um processo de “nasalidade por inserção na rima de uma nasal flutuante e estável”. Assim são descritos e analisados os dois processos de nasalidade existentes em português, segundo a análise de Bisol (1998), à luz da Teoria da Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1985).

3. A METAFONIA NOMINAL POR MIRANDA (2000)

A metafonia nominal é um processo assimilatório bastante ativo na evolução do vocalismo latino e está presente ainda hoje na sincronia do português e de vários dialetos italianos. Miranda (2000) analisou exclusivamente a alternância [o] ~ [ɔ], em razão de sua atividade permanente no sistema da língua. Os princípios e convenções da Fonologia Não-Linear, mais especificamente da Fonologia Lexical (KIPARSKY 1982, 1985) e da Autossegmental (CLEMENTS; HUME, 1995), constituíram o aporte teórico da tese.

O modelo teórico assumido, proposto por Kiparsky (1982, 1985), estabelece integração entre morfologia e fonologia em um léxico constituído por estratos, sendo as regras fonológicas divididas entre as que atuam no nível lexical, porque dizem respeito à informação idiossincrática, e aquelas operantes no nível pós-lexical, pois atuam nos níveis lexicais mais baixos da derivação, na entrada da sintaxe. As regras da fonologia lexical são intrinsecamente cíclicas, uma vez que são reaplicadas depois de cada operação morfológica, ao passo que as regras pós-lexicais são intrinsecamente não cíclicas e estão sujeitas à variação linguística (KIPARSKY, 1982).

Por esta perspectiva, a fonologia (lexical e pós-lexical) passa a ser entendida como um único sistema de regras, o que requer menos marcação de domínio do que foi suposto nos primeiros modelos. O fato de uma regra estar circunscrita a um determinado nível passa a ser uma consequência das restrições gerais, atuantes no léxico, sobre a aplicação de regras. De acordo com Kiparsky (1985), as restrições específicas que são importantes para a análise envolvem três propriedades das regras lexicais, a saber: a aplicação cíclica, a restrição a ambientes derivados e a preservação de estrutura.

As regras lexicais aplicam-se à palavra e têm acesso a sua estrutura interna, estando sujeitas à ‘Preservação de Estrutura’, um princípio que proíbe a geração de formas infleis ao sistema fonológico da língua. A aplicação cíclica relaciona-se ao ‘Princípio do Ciclo Estrito’, formulado por Mascaró (1976), segundo o qual regras cíclicas se aplicam apenas a ambientes derivados, quer dizer, àqueles em que já atuou a morfologia.

Para o exame do fenômeno da metafofia, com base nos princípios e convenções da Fonologia Lexical, foram formuladas três perguntas principais para a Tese: ‘Qual a subjacência da vogal alternante?’; ‘Qual o status da regra de metafofia no sistema da língua?’; ‘Qual o nível de aplicação dessa regra?’.

Os estudos diacrônicos mostram a metafofia como um fenômeno geral das línguas romances, o qual se manifestou de forma distinta nas diversas línguas e dialetos em diferentes momentos de suas evoluções, como se pode observar no português, no proto-espanhol e em alguns dialetos do italiano, por exemplo. Segundo Lausberg (1981, p.186), é um tipo de harmonização à distância, um fenômeno frequente que atinge as vogais médias tanto sincrônica como diacronicamente.

A ação metafônica altera a qualidade da vogal tônica e é desencadeada pela vogal de uma sílaba contígua, causando a mudança do timbre vocálico. Para entender o fenômeno, é importante que se observe a evolução do sistema vocálico do latim clássico para o vulgar. O sistema do latim clássico – que apresentava dez fonemas vocálicos: cinco timbres (/a/, /e/, /i/, /o/, /u/) e contraste de quantidade (longa e breve), isto é, cinco vogais longas e cinco vogais breves – na evolução para o latim vulgar desfonologizou a quantidade e passou a apresentar apenas uma distinção tímbrica que ainda se mantém no português atual, sistema que apresenta sete vogais, sendo duas altas (/u/, /i/), uma baixa (/a/) e quatro médias (/e/, /ɛ/, /o/, /ɔ/). As vogais médias são justamente aquelas mais instáveis no sistema, suscetíveis à neutralização, isto é, à perda de distintividade.

Diacronicamente, a alteração metafônica das vogais se manifesta quando as vogais médias, que no clássico eram breves e deveriam, pela evolução regular, se manifestar com o timbre aberto, adquirem o timbre fechado nas formas do masculino singular, como mostram os exemplos de Silva Neto (1970, p.190):

(4)

<i>forma latina</i>	<i>evolução regular</i>	<i>metafonia masc. sing.</i>	<i>manifestação do timbre primitivo no masc.pl.</i>
pōrcu	*pōrco	pōrco	pōrco
ōssu	*ōsso	ōsso	ōssos
jōcu	*jōgo	jōgo	jōgos

Fonte: Miranda (2000, p.144)

A metafonia, que tem sua origem em um processo de mudança fonética, é associada por muitos autores a questões morfológicas, uma vez que as desinências de gênero e número estão envolvidas

no processo. A alternância metafônica de dialetos italianos como o Salentino, por exemplo, ocorre no plural e não no singular, por efeito da desinência ‘-i’, marcadora de número (CALABRESE, 1985, 1988). Em português, do ponto de vista histórico, não é o plural o responsável pela alteração da fisionomia primitiva da vogal, mas o singular, uma vez que o plural mantém a correspondência com o latim ($\ddot{o} \rightarrow [o]ssos$) (CAMARA JR., 1975; CAVACAS, 1920; PIEL, 1943; SILVA NETO, 1970; WILLIAMS, 1973).

No português, diacronicamente, a metafoia atuou sobre as vogais médias coronais e dorsais. Sua atuação sobre as coronais foi, no entanto, menos intensa. Sincronicamente, apenas a alteração da vogal média labial pode ser observada. Na Tese, a metafoia foi tratada como um processo assimilatório determinado pela vogal temática /o/, que atua sobre a vogal média arredondada da raiz. A alternância encontrada deriva do fato de as palavras que sofrem essa regra possuírem no seu étimo uma vogal média posterior breve (/ø/), a qual redundaria pela evolução regular em vogal média baixa (/ɔ/), mas se manifesta, no masculino singular, como uma vogal média alta ([o]), em decorrência de um processo assimilatório. Essa ação metafônica está exemplificada nos dados recém-apresentados.

Miranda descreveu a alteração metafônica partindo do contexto, conforme proposto por Andrade (1994), [-ó C_o o]_N, isto é, vocábulos nominais constituídos de duas vogais médias posteriores no núcleo das duas sílabas finais, tendo acentuada a sílaba mais à esquerda (um troqueu silábico). Após uma busca no léxico do português, foi feita a primeira classificação dos dados com base na descrição estrutural recém-explicitada, a qual encerra também conjuntos de palavras que não mostram alternância, como pode ser observado a seguir:

GRUPO₁ – palavras em que a tônica se manifesta sempre com o timbre fechado, como ‘lobo’-‘loba’, ‘moço’- ‘moça’, ‘polvo’- ‘polvos’, ‘piolho’- ‘piolhos’;

GRUPO₂ – palavras em que o timbre é sempre aberto, como ‘solo’- ‘solos’, ‘poro’- ‘poros’, ‘bloco’- ‘blocos’. ‘sonoro’- ‘sonoros’;

GRUPO₃ – palavras em que ocorre a alternância metafônica, como ‘povo’-‘povos’, ‘porco’- ‘porca’ - ‘porcos’- ‘porcas’, ‘formoso’-‘formosos’.

O exame das formas nominais encontradas no léxico do português mostra que as palavras do GRUPO₁, que têm [o] tanto na forma do masculino singular como na do feminino (quando houver) e dos plurais, são encontradas em grande número. Não foi feita uma contagem dos itens lexicais, mas em termos comparativos, considerando-se os três grupos, são palavras desse tipo as que predominam. A vogal média alta dos itens que compõem o GRUPO₁ tem origens variadas, a saber: ‘u breve’, ‘o longo’ (mostrando uma evolução esperada do vocalismo latino para as vogais médias do português) ou, ainda, palavras vernaculares e emprestadas.

Já o GRUPO₂ inclui vocábulos que apresentam a vogal média baixa em todas as formas. O número de palavras desse tipo encontradas na língua é bastante reduzido, em torno de vinte. A baixa presença no léxico indica que são estruturas que constituem um grupo fechado, uma exceção. Williams (1973, p.50) e Cavacas (1920, p.148) chamam-nas palavras eruditas ou semi-eruditas, visto que todos os vocábulos que correspondem a esta descrição estrutural ([o C_o o]_N) têm um traço característico comum, qual seja, a entrada no português por via erudita, predominantemente no século XIX, revelando um timbre contrário ao da vogal primitiva que é, na maioria dos casos, uma vogal longa. Nota-se ainda que não há geração de formas novas com esta configuração no vernáculo.

No GRUPO₃, estão as palavras que apresentam alteração do grau de abertura da vogal média tônica, aquelas nas quais a metafonía se manifesta. Há um subgrupo de palavras em que a alternância é observada nas formas do feminino singular e plural ('p[o]rco', 'p[ɔ]rca', 'p[ɔ]rcos' e 'p[ɔ]rcas'); outro em que a alternância somente se manifesta entre plural e singular ('p[o]vo', 'p[ɔ]vos').

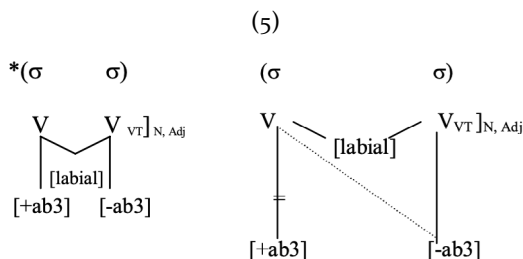
Observando-se o léxico do português, é possível afirmar que o número de casos em que as formas alternantes têm feminino é menor do que os casos em que a alternância ocorre entre o masculino singular e o plural, motivo pelo qual encontramos, na literatura sobre o assunto, a afirmação de que a metafonía está associada à flexão de número e não, necessariamente, à de gênero (CAMARA JR., 1975; PIEL, 1943; WILLIAMS, 1973). Entende-se que isso é um indicativo de que a regra somente se aplica depois da flexão, embora não seja por ela determinada.

Em relação à forma básica da vogal alternante, há um quase consenso entre os autores de que ela está relacionada ao étimo latino (/o/ breve) e o argumento ancora-se também na distribuição observada, uma vez que apenas o masculino singular exibe a média alta. Assim, a forma teórica básica seria /ɔ/ (ANDRADE, 1994; CAFEZEIRO, 1981; CAMARA JR., 1970; LÓPEZ, 1979; MAIA, 1981).

Respondida a questão relativa à forma subjacente, a questão volta-se para o motivo por que um grupo sofre a metafonía e outro não, se ambos apresentam a mesma descrição estrutural, isto é, tanto as palavras do GRUPO 2 como as do GRUPO 3 apresentam um /ɔ/ na subjacência, mas apenas as últimas alternam com [o]. O fato de as palavras do GRUPO 2 pertencerem a um grupo fechado, foi decisivo para a decisão. Se a língua não gera formas com a sequência /ɔ/.../o/ e elas estão restritas ao conjunto limitado de vocábulos, seria plausível propor que fossem caracterizadas por um

traço, definido como [ERUD], o qual funcionaria uma marca lexical que tornaria tais palavras marcadas invisíveis à regra.

A justificativa para a marcação lexical do grupo que está imune à regra exige, portanto, algum tipo de restrição operante na língua, a qual seja capaz de engatilhar a regra da metafonia que se aplica em contextos nos quais uma vogal tônica /o/ de formas nominais tem, na sílaba subsequente, a vogal temática /o/. A seguir, ambas, restrição e regra estão reproduzidas:



Fonte: Miranda (2000, p.160;165)

Uma restrição fonotática como a que está formulada à esquerda, em (5), proíbe a presença de formas cuja configuração seja [-o C_o o_{VT}] N. Dito de outra forma, em um pé troqueu, a sequência de vogais labiais do núcleo silábico deve concordar em relação ao valor do traço [ab3] para que a restrição não seja ferida. Em sendo detectada a presença da configuração proibida, a regra de metafonia nominal, como expressa à direita, em (5), encontra contexto para sua aplicação. Conforme a representação, o contexto para a aplicação da regra se caracteriza pela presença de duas vogais que compartilham o traço labial e a vogal da borda é uma VT. Quanto à primeira vogal, trata-se de uma vogal média cuja especificação para o traço de abertura é obtida por meio de uma operação que inclui desligamento ([+ab3]) e espraçamento ([-ab3]). A regra de metafonia atua, portanto, no do-

mínio do pé, espriando o traço [-ab₃] da vogal átona final, a VT, para a tônica. Como se pode observar, nos termos expostos, o ponto de partida da metafonia nominal é uma restrição da língua que atua ativamente em palavras como as do GRUPO 3.

Respondida a pergunta relativa à forma da vogal subjacente e apresentadas a restrição fonotática e a descrição da regra de metafonia, restam as duas outras perguntas formuladas: qual o *status* da regra de metafonia no sistema da língua e qual o nível de aplicação dessa regra. As respostas às questões estão sintetizadas na formalização em (6), a qual visa reproduzir o funcionamento do léxico.

(6)

<i>Representação</i>	[pɔrk-] _N	[pɔrk-] _N ,.pt.	[lob-] _N	[vɔt-] _[+Emad] , N	[[fɔg-] _N ɔz-] _A
Nível 1					
<i>Ciclo 1</i>					
Acento	[pórk]	[pórk]	[lób]	[vót]	[fóg]
<i>Ciclo 2</i>					
Afixação					[[fɔg]ɔz]
Desacentuação					[[fɔg]ɔz]
Acento					[[fɔg]óz]
Marc de Classe	[pórko]	[pórko]	[lób]	[vót]	[fóg]ózo]
Silabação	[pór.ko]	[pór.ko]	[lo.bo]	[vɔ.to]	[[fɔ.g]ó.zo]
Nível 2	[pór.ko]	[pór.ko]	[ló.bo]	[vɔ.to]	[[fɔ.g]ó.zo]
Flexão	_____	[pór.koS]	_____	_____	_____
Metafonia (13)	[pór.ko]	N/A	N/A	bloqued	[[fɔ.g]ó.zo]
Neutraliz.	_____	_____	_____	_____	[[fɔ.g]ó.zo]
BEC					[fɔ.go.ózo]
<i>output</i>	[pór.ku]	[pór.kus]	[ló.bu]	[vɔ.tu]	[fɔ.go.ózu]

Fonte: Miranda (2000, p.174)

Na derivação apresentada em (6) foram testadas as palavras dos três grupos que correspondem à descrição estrutural, as do GRUPO 1,

que não alternam, as do GRUPO 2, que têm a marca [ERUD], e as do GRUPO 3, que alternam. Na representação, que corresponde ao léxico profundo, as formas trazem informação referente à classe gramatical e o marcador de palavra entra por regra de redundância (cf. HARRIS, 1991a) na saída do Nível 1, assim como para Moreno (1997, p.49). Note-se que esta proposta traz implicações em relação à posição adotada no que concerne ao acento. Admite-se um acento morfológico, isto é, que tem como domínio de aplicação o radical derivacional (LEE,1995; MATEUS, 1999; MORENO, 1997) e um acento rítmico definido depois da entrada do marcador.

No Nível 2, primeiramente opera a morfologia. Após a afixação do morfema de plural, atua a fonologia e a regra da metafonia encontra contexto para sua aplicação. De acordo com o modelo da Fonologia Lexical empregado, o Nível 2 não é cíclico, por isso admite-se que o morfema de plural é acrescido à palavra por uma condição específica, sem que se crie uma nova camada morfológica, diferentemente de qualquer processo derivativo. A regra de metafonia atua desligando o traço [+ab 3] da vogal média tônica e o traço [-ab3] da vogal temática final espraia para a sua esquerda. A metafonia se aplica apenas às formas do masculino singular que, após a formação do pé métrico, apresentaram o contexto que fere a restrição fonotática. Às palavras com duas vogais médias altas ('lobo') e àquelas que têm o traço [ERUD], a metafonia não se aplica, pois não encontra contexto. Do mesmo modo, não atua sobre as palavras que já receberam o '-S' de plural, uma vez que a entrada do morfema flexional desfaz o contexto para a sua aplicação. No final do léxico, atuam a regra de neutralização da pretônica e da postônica final, conforme proposto por Wetzels (1992, p.24), e o apagamento de colchetes (*Bracket Erasure Convention* - BEC).

Por seu comportamento morfológico e prosódico, os sufixos de Classe II, ‘-mente’, ‘-(z)inho’ e ‘-íssimo’, considerados por muitos estudiosos como elementos de composição, apresentam comportamento diferente daquele dos sufixos de Classe I, pois são portadores de acento primário e não alteram o timbre vocálico da base. No caso das formas que sofrem a metafonia, os sufixos deste tipo associam-se à palavra pronta e revelam que sua associação é posterior à flexão de número, o que explica *outputs* do tipo ‘pørquinhos’ e ‘nøvamente’.

A metafonia foi, assim, interpretada como uma regra fonológica lexical que opera no Nível 2, tendo como gatilho a vogal (VT) da borda. As palavras que contêm os sufixos de Classe II (‘-inho’, ‘-íssimo’ e ‘-mente’) foram também abordadas e igualmente tratadas à luz da Fonologia Lexical e do modelo de léxico recém-reproduzido, o qual se mostrou adequado para gerar as formas esperadas no *output* da língua.

4. OS MORFEMAS DE CLASSE FORMAL POR ALCÂNTARA (2003; 2010)

A presente seção contempla uma análise da ‘vogal temática do não-verbo’ – o denominado ‘morfema de classe formal’, sob o enfoque teórico da Morfologia Distribuída, cujos textos seminais são Halle e Marantz (1993; 1994). Sob tal vertente teórica, a informação de classe formal/temática toma a feição de traço morfológico, o qual, por seu caráter imprevisível, aparece como parte da informação idiossincrática de muitas raízes, da mesma sorte que os traços de categoria morfossintática e de gênero. É somente em etapa posterior no componente morfológico da gramática que a informação abstrata de classe formal recebe traços fonológicos, os quais permitem então identificar membros de um mesmo agrupamento formal

cuja semelhança única entre si é carregarem a mesma terminação, independentemente do gênero de que sejam portadores.

Em se tratando do português, defende-se que as vogais átonas /o/ e /a/ são legítimos morfemas de classe formal, ao passo que a vogal /e/ pode funcionar como morfema de classe formal ou vogal epentética. Antes de passar à análise empreendida sob os pressupostos teóricos da Morfologia Distribuída, em que se explicam os mecanismos teóricos mediante os quais se dá a correta atribuição de classe formal a vocábulos não verbais do português, são apresentados os pontos importantes do modelo teórico em pauta.

O modelo teórico conhecido como Morfologia Distribuída (doravante DM, do inglês *Distributed Morphology*) é uma teoria da arquitetura da gramática, como proposto em Halle e Marantz (1993; 1994), e muitos trabalhos relacionados (cf. BONET, 1991; 1998, 2002; HALLE, 1997; HARRIS, 1994, 1996, 1997; MARANTZ, 1997; NOYER, 1992). Segundo Calabrese (2002), a organização da gramática comporta três módulos autônomos – a Sintaxe, a Morfologia e a Fonologia. Diz-se que são autônomos, pois têm seus próprios princípios e propriedades.

A Sintaxe configura-se como um módulo gerador de estruturas que carregam, sob nós terminais ('morfemas'), feixes de traços sintáticos e semânticos, selecionados, pelas línguas particulares, a partir de um repositório disponibilizado pela Gramática Universal (GU).

A Morfologia, no módulo subsequente, encarrega-se de "assegurar a boa-formação morfológica das palavras e das unidades gramaticais maiores" (HALLE, 1997, p.101), mediante a atuação de mecanismos que atuam em três etapas: (i) 'operações morfológicas'; (ii) 'inserção vocabular' (*Spell-Out*); e (iii) 'regras de reajustamento'.

As 'operações morfológicas' (i) manipulam não só as representações advindas da Sintaxe, bem como seu conteúdo – os tra-

ços abstratos que se fazem presentes nos nós terminais/morfemas. Das seis operações morfológicas, elencadas por Calabrese (2002), que satisfazem condições de boa-formação universais e/ou de língua particular, interessa particularmente à presente exposição a operação morfológica de ‘Adição de morfemas’, cuja tarefa é acrescentar constituintes morfológicos não diretamente motivados pela Sintaxe, a exemplo da ‘Adição de Nó Terminal de Sufixo Temático a X^o’, proposta por Harris (1999) para o espanhol, e por nós assumida para o português (ALCÂNTARA, 2003; 2010), conforme se verá adiante neste trabalho.

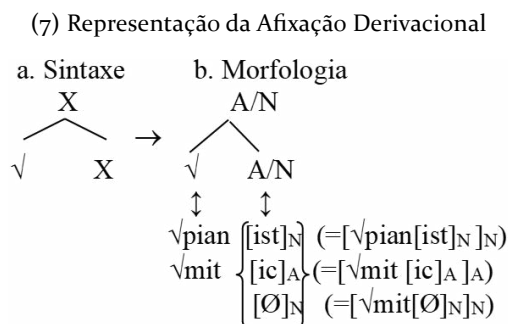
A etapa morfológica seguinte, ‘inserção vocabular’ (ii), atua fornecendo traços fonológicos aos nós terminais/morfemas. É importante referir que o mapeamento de informação fonológica aos morfemas, até então providos de informação abstrata, ocorre de maneira cíclica, com início naquele mais profundamente encaixado, a raiz, até alcançar os mais periféricos.

A última etapa na Morfologia concerne às ‘regras de reajustamento’ (iii), em que regras/operações fonológicas atuam no componente morfológico da gramática, alterando, em contextos morfológicos específicos, formas fonológicas já inseridas. Como exemplo no português, tem-se a vocalização da soante /l/ da raiz/radical no contexto de plural em português (/l/ → [j] / _ [pl], em [anɛj]s’).

Construído o vocábulo no módulo morfológico, a etapa seguinte é a Fonologia, que faz interface com a Morfologia. Nesse componente, as operações fonológicas manipulam dados advindos da Morfologia, o que explica o fato de muitas delas serem sensíveis a informações morfológicas, tal o processo de epêntese atuante no PB. A epêntese, neste caso, dá-se mediante a inserção da vogal /e/ na posição destinada ao morfema de classe formal de membros da

Classe Temática III, sobre cujo tema, no entanto, o presente texto não se detém.

Outro aspecto importante do modelo teórico da Morfologia Distribuída diz respeito à noção de ‘afixação derivacional’, pois somente através de morfemas derivacionais, sem considerar se têm conteúdo fonológico ou não, é que “raízes desprovidas de categoria morfossintática podem atingir o status de nomes e adjetivos sintaticamente viáveis” (HARRIS, 1999, p.53). A formalização da afixação derivacional é mostrada em (7).

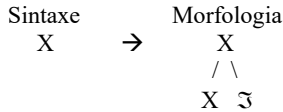


Fonte: Adaptado de Alcântara (2010, p.7)

Em (7a), estão as tradicionais *partes do discurso* N, A, V, representadas pela raiz ‘√’, cuja categoria morfossintática é determinada pelo morfema licenciador mais próximo ‘X’. Em (7b), já na Morfologia, pode-se observar que a sub-árvore está sob a atuação do mecanismo de ‘Inserção vocabular’, mediante o qual ocorre a atribuição de traços fonológicos aos feixes de traços abstratos, o que é mostrado pelas setas bidirecionais (‘↕’). O resultado é a inserção das raízes ‘pian-’/‘mit’- e dos sufixos ‘-ist-’/‘-ic’-, além do morfema \emptyset - sintaticamente motivado, embora não apresente conteúdo fonológico. Nada obstante, a fim de que essas formas possam receber o *status*

de vocábulos morfológicamente bem-formados, exigem a atuação de uma operação morfológica de ‘adição de morfema’, em (8) ilustrado.

(8) Adição de Nó Terminal de Sufixo Temático ‘ \mathfrak{S} ’ a X°

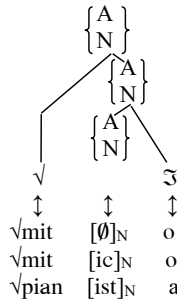


Fonte: Alcântara (2010, p.7)

Tal operação estrutural, sob a forma de condição de língua particular, assegura que toda raiz portadora de categoria morfosintática (N ou A) receba o acréscimo de nó terminal de morfema de classe formal/sufixo temático para gozar do *status* de vocábulo morfológicamente bem-formado.

A estrutura constitutiva completa de palavras do português é ilustrada com as formas ‘pianista’, ‘mítico’, ‘mito’, em (9).

(9) Estrutura Constitutiva das Palavras Não-Verbais do Português



Fonte: Adaptado de Alcântara (2010, p.8)

Observa-se, em (9), que a estrutura constitutiva de vocábulos não-verbais do português necessariamente apresenta em sua repre-

sentação morfossintática um nó terminal de classe formal, à borda direita do vocábulo. Em decorrência de tal constituição vocabular, é preconizado, sob a DM, inexistir a regra de truncamento de morfema de classe formal ('vogal temática'), em (10) ilustrado.

(10) Formação de Palavras Não-Verbais do Português

- a. *mít-o*
mít+ic-o (**mít-o+ic-o*)
 b. *pian-o*
pian+ist-a (**pian-o+ist-a*)

Fonte: Adaptado de Alcântara (2010, p.8)

A ideia de a derivação basear-se em radicais ('raízes') e não em palavras flexionadas, cujo proponente é o próprio Harris (1983, 1985, 1991a), é também defendida sob outras vertentes teóricas (cf. MORENO, 1997; PEPERKAMP, 1997; VILLALVA, 1994, entre outros).

Na sequência, procede-se à breve exposição sobre as classes formais (temáticas) do português, cujos integrantes têm em comum unicamente a terminação que carregam, independentemente do gênero de que sejam portadores, não podendo, logo, tais classes ser consideradas 'classes de gênero'. E mais, ilustra-se a atribuição de classe formal ('temática') a vocábulos não-verbais do português que pertencem à Classe II, à luz da DM.

A Classe I, identificada pelo morfema de classe formal /o/, é a classe mais geral, sendo, por isso, um dos agrupamentos formais mais produtivos. Nela prevalecem vocábulos de gênero masculino (cf. 'astro', 'figo', 'imenso', 'sino', 'urso', 'vândalo'), conquanto também inclua vocábulos de gênero feminino (cf. 'libido', 'tribo', 'virago'). Nesse agrupamento formal ocorre uma estreita correlação entre gênero e classe formal. A Classe II, cujo

morfema de classe formal é a vogal /a/, é a segunda mais produtiva do português e, à semelhança da Classe I, também apresenta correlação mais estreita entre gênero e classe formal. É considerada a classe não marcada para os vocábulos femininos (cf. ‘alameda’, ‘dama’, ‘fada’, ‘girafa’, ‘ilha’, ‘juta’, ‘ostra’, ‘pedra’), ainda que abrigue um expressivo número de vocábulos masculinos (cf. ‘aroma’, ‘cometa’, ‘drama’, ‘edema’, ‘fantasma’, ‘gorila’, ‘idioma’). À Classe III afiliam-se, independentemente do gênero que apresentem, todos os nomes que recebem a vogal átona final /e/, seja no singular (cf. ‘abacate’, ‘blefe’, ‘vale’; ‘ave’, ‘cidade’, ‘prole’) ou no contexto de plural (cf. ‘cor’-‘cores’, ‘noz’-‘nozes’). A complexidade desta classe reside no fato de abrigar um restrito número de vocábulos que recebem a vogal átona final /e/ ainda no componente morfológico – um legítimo morfema de classe formal –, a qual não seria requisitada fonologicamente, dado a consoante final da base ser licenciada pela condição de coda do português. Além desse grupo de exceção portador de /e/ ‘temático’, a Classe III reúne um grande número de vocábulos cuja consoante final, por não ser licenciada pela coda do português, requer a inserção da vogal epentética /e/, a fim de que emergja um vocábulo bem-formado. Em termos da DM, a Classe III é um agrupamento formal mais complexo que as Classes I e II, como se verá em (5). Por fim, a Classe IV compõe-se de palavras conhecidas como ‘atemáticas’, que, sob a DM, são identificadas pelo morfema de classe formal \emptyset , tanto no singular quanto no plural (cf. ‘bagageN’, ‘corageN’, ‘joveN’, ‘homeN’; ‘frei’, ‘lei’, ‘rei’, ‘boi’, ‘apogeu’; ‘pá’, ‘vatapá’, ‘chá’, ‘jabuti’; ‘vil’, ‘farol’, ‘papel’).

Conforme se observou anteriormente, as classes temáticas não são agrupamentos de gênero, dado reunirem palavras masculinas e femininas, mas são classes formais, cuja informação de

classe formal, por ser geralmente imprevisível, deve ser incluída como parte da informação das entradas vocabulares de muitas raízes, o que é ilustrado em (11).

(11) Entradas Vocabulares de Nomes

- a. [/pian/, N, - - ...] *piano*
- a'. [/trib/, N, f I ...] *tribo*
- b. [/kaz/, N, f - ...] *casa*
- b'. [/planet/, N, - II ...] *planeta*
- c. [/mestr/, N, - III ...] *mestre*
- c'. [/prɔl/, N, f III ...] *prole*

Fonte: Adaptado de Alcântara (2010, p.8)

Em (11), observa-se que as entradas vocabulares de nomes do português carregam traços abstratos de: categoria morfossintática – [N], classe formal – [I], [II] ou [III], e gênero – [f], conforme referido anteriormente. Por óbvio, todas as entradas carregam informação de categoria morfossintática; porém, somente as entradas vocabulares de nomes femininos apresentam traço de gênero (a'-b-c'), informação marcada no português, por oposição ao gênero masculino – o não-marcado, ou seja, a *ausência do feminino* (CAMARA JR., 1966, para o português; HARRIS, 1996, para o espanhol). Isso explica por que o traço de gênero masculino não consta das entradas vocabulares, em (11) ilustradas. Relativamente ao traço de classe formal, esse aparece em quase todas as entradas vocabulares (a'-b'-c-c'), salvo naquelas que ilustram membros não-marcados (a-b) das duas maiores classes temáticas da língua portuguesa. Com respeito à Classe I, é o caso *default*, aquele para onde convergem todas as formas que não foram direcionadas às demais, em virtude de especificação de traços abstratos. Relativamente à Classe II, a informação de classe formal é fornecida mediante regra de redundância morfológica, em (12) ilustrado.

(12)

Regra de Redundância para Classe: f > II

Fonte: Adaptado de Alcântara (2010, p.9)

Reitera-se que é somente para os casos não-marcados das duas maiores Classes Temáticas do português que o traço de classe formal é fornecido por *default* ou por regra de redundância. Nos demais casos, o traço morfológico de classe formal deve aparecer na entrada vocabular de raízes e afixos, de acordo com os pressupostos teóricos da DM. Em (13), apresentam-se as entradas vocabulares para morfema de classe formal ('sufixo temático') que falantes nativos de português têm de memorizar.

(13) Entradas Vocabulares para \mathfrak{S}

a. $\mathfrak{S} \leftrightarrow \emptyset / \text{IV } \underline{\quad}$
 e / III $\underline{\quad}$
 a / II $\underline{\quad}$
 o (*default*)

b. entrada única de [plural] em nomes e adjetivos
 plural \leftrightarrow S

Fonte: Adaptado de Alcântara (2010, p.9)

A formalização em (13) permite observar que o conteúdo fonológico a ser inserido em um dado contexto de traços decorre sempre da exigência desse contexto, o qual é traduzível em termos de traços. As entradas vocabulares de sufixo temático representam a relação entre um expoente fonológico e a informação sobre o contexto em que tal informação tem de ser inserida.

Em (14), a seguir, ilustra-se o que ocorre no componente morfológico da gramática com raízes afiliadas à Classe II, que compreende todas as palavras terminadas na vogal /a/, sejam elas masculinas ou femininas.

(14) Ilustrações de Membros da Classe II

a. <i>entradas vocabulares das raízes</i>			
/planet/, II			
/mal/, f			
b. <i>derivações</i>			
<i>planeta</i>	<i>mala</i>		
[/planet/] ₃	[/mal/] ₃	1	MORFOLOGIA
[]	[]		
f		a	
II		b	
		2	
	II		
	↓		
	a	3	<i>Inserção vocabular</i>
planet+a	mal+a		

Fonte: Adaptado de Alcântara (2010, p.10)

As raízes afiliadas à Classe Formal II têm sempre um traço abstrato em suas entradas vocabulares, conforme pode ser observado em (14a), ou seja, carregam informações idiossincráticas. A raiz nominal ‘planet-’ apresenta informação de classe formal, enquanto ‘mal-’ carrega informação de gênero, como todas as raízes femininas; daí decorre a noção de maior marcação da Classe II em relação à Classe I. Em (14b) são mostradas as derivações das formas ‘planeta’ e ‘mala’. Na linha 1a, observa-se a atribuição de gênero à forma feminina, através do traço ‘f’; o vocábulo masculino, por sua vez, nada recebe, pois, pelo fato de ser portador do gênero não-marcado, ou seja, desprovido de flexão específica, tal traço morfológico não precisa ser informado na entrada vocabular. Na linha 1b, não obstante, a raiz ‘planet-’ tem de carregar o traço idiossincrático de classe formal [II]; isso deve acontecer a fim de não ser incorretamente atribuída à classe que abriga o maior número de formas masculinas, ou seja, Classe I (/o/) (cf. *‘planeto’). Na linha 2, vê-se a atribuição de

classe formal [II] para ‘mal-’, por meio de (12). E, finalmente, na linha 3, acontece a ‘Inserção vocabular’, ou seja, o mapeamento de informação fonológica para a posição de morfema de classe formal de ambas as formas. Sumariando, todas as raízes que carregam o traço de Classe Formal [II], seja idiossincraticamente, no caso das formas masculinas, seja por regra de redundância morfológica, no caso das femininas – que preponderam nesse agrupamento formal –, recebem a vogal /a/, enquanto manifestação fonológica desta classe.

Para finalizar, sob a Teoria da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994), a análise ilustrada dos vocábulos não verbais do português do Brasil, no presente caso aqueles terminados na vogal átona final /a/ – manifestação fonológica do morfema de classe formal [II] –, permite concluir que:

Ainda que o gênero, sob a DM, seja um traço abstrato, tanto quanto o é o de classe formal e o de categoria morfossintática -, é informação crucial para a correta seleção de traço morfológico abstrato de classe formal para nada menos do que o grande contingente de membros não-marcados das duas maiores Classes Temáticas de vocábulos não verbais do português do Brasil. Em outras palavras, nas duas grandes classes citadas, normalmente, a informação de classe formal é previsível a partir do gênero de que muitas raízes são portadoras. Contudo, em se tratando dos membros das demais classes temáticas, os traços abstratos de gênero e de classe formal são informações idiossincráticas das raízes.

A vogal /a/ é morfema de classe formal, independentemente de estar correlacionada ao gênero, pois identifica agrupamento formal cujos membros têm como semelhança única entre si carregarem a mesma terminação.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Neste capítulo, tratamos de uma importante unidade da língua, a vogal temática dos não verbos do português, um elemento que se situa na interface entre os componentes morfológico e fonológico da gramática. Uma viagem pela produção bibliográfica da Leda mostrou-nos que esse tema permeia boa parte das suas análises, especialmente aquelas referentes ao acento, ao sufixo ‘-inho’ e à nasalidade por estabilidade. Nossa incursão sobre o tema revelou-nos ainda as muitas possibilidades de interpretar esse elemento que transita entre as segunda e primeira articulações da linguagem, como uma unidade fonológica prosodicamente fraca (sujeita a truncamento) ou uma unidade capaz de portar informações morfológicas de gênero ou, ainda, desencadear regras lexicais como a metafonía. Mais que tudo, o que quisemos ilustrar foi a contemporaneidade da Leda, que sempre, de maneira rigorosa e única, propôs e repropôs análises fonológicas emblemáticas, tanto pelo cuidado com os dados como pela interpretação construída a partir de diferentes modelos teóricos. ‘Leda-lenda’, binômio.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, C. C. **As classes formais do português e sua constituição**: Um estudo à luz da teoria da morfologia distribuída. 2003. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- ALCÂNTARA, C. C. As classes formais do português brasileiro. **Letras de Hoje**, v. 45, n. 1, p. 5-15, 2010.
- ANDRADE, E. **Temas de Fonologia**. Lisboa: Colibri, 1994.
- BARBOSA, J. S. **Gramática Philosophica da Língua Portuguesa**. 6ª ed. Lisboa: Typographia da Academia geral de Ciências de Lisboa, [1875] 1787.
- BASÍLIO, M. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 2001.
- BASÍLIO, M. **Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- BERMÚDEZ-OTERO, R. Morphological structure and phonological domains in Spanish denominal derivation. *In*: MARTINEZ-GIL, F.; COLINA, S. (Eds.). **Optimality-theoretic studies in Spanish phonology**. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 278-311
- BERMÚDEZ-OTERO, R. The Spanish lexicon stores stems with theme vowels, not roots with inflectional class features. **Probus**, v. 25, n. 1, p. 3-103, 2013.
- BISOL, L. Aspectos da fonologia atual. **D.E.L.T.A.**, v. 8, n. 2, p. 263-283, 1992.
- BISOL, L. O acento e o pé binário. **Letras de Hoje**, v. 29, n. 4, p. 25-36, 1994.
- BISOL, L. A nasalidade, um velho tema. **D.E.L.T.A.**, v. 14, n. esp., p. 27-46, 1998.
- BISOL, L. Estudo sobre a nasalidade. *In*: ABAURRE, M. B. M. (Org.). **Gramática do Português Falado**: Novos estudos descritivos. Vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 501-531.

- BISOL, L. O Diminutivo e suas demandas. **D.E.L.T.A.**, v. 26, n. 1, p. 59-83, 2010.
- BISOL, L. O diminutivo e suas demandas, uma versão revisada. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, ed. Especial, n. 5, p. 80-95, 2011.
- BISOL, L. O acento: Duas alternativas de análise. **Organon**, v. 28, n. 54, p. 120-147, 2013.
- BONET, E. **Morphology after syntax**: Pronominal clitics in Romance. Tese de Doutorado. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991.
- BOROWSKY, T. On the word level. *In*: HARGUS, S.; KAISSE, E. M. (Eds.) **Studies in Lexical Phonology**. Academic Press. San Diego, 1993. p.199-234.
- CAFEZEIRO, E. M. **A metafonía portuguesa**: Aspectos sincrônicos e diacrônicos. 1981. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.
- CALABRESE, A. Metaphony in Salentino. **Rivista di grammatica generative**, v. 9-10, p. 1-141, 1985.
- CALABRESE, A. **Towards a theory of phonological alphabets**. Unpublished Ph.D. Dissertation. Cambridge, Mass.: MIT, 1988.
- CALABRESE, A. The notion of phonological complexity in phonological theory. **Harvard Working papers in Linguistics**, v. 2, p. 3- 75, 1993.
- CALABRESE, A. Some remarks on the Latin case system and its development in Romance. *In*: TREVINO, E.; LEMA, J. (Eds.) **Theoretical Analysis of Romance Languages**. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 71-126.
- CALABRESE, A. On fission and impoverishment in the verbal morphology of the dialect of Livinallongo. *In*: TORTORA, C. (Ed.). **The Syntax of Italian Dialects**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 3-30.
- CAMARA JR, J. M. Considerações sobre o gênero em português. **Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada**, v. 1, n. 2, p. 1-9, 1966.

CAMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 23a ed. Petrópolis: Vozes, [1970] 1995.

CAMARA JR, J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CAMARA JR, J. M. **Dicionário de Linguística e Gramática** – Referente à língua portuguesa. 20. ed. Petrópolis: Vozes, [1977] 1999.

CAVACAS, A. D'A. **A Língua Portuguesa e sua Metafonia**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

CLEMENTS, G. N.; HUME, E. V. The internal organization of speech sounds. *In*: GOLDSMITH, J. (Ed.). **The Handbook of Phonological Theory**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1995. p. 245-307.

HALLE, M. Distributed Morphology: Impoverishment and fission. **MIT Working Papers in Linguistics**, v. 30, p. 425-449, 1997.

HALLE, M; MARANTZ, A. Distributed Morphology and pieces of inflection. *In*: HALE, K.; KEYSER, S. J. (eds.) **The View from Building 20: Essays in Honor of Sylvain Bromberger**. Cambridge, MA: MIT Press, 1993. p. 111-176.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Some key features of Distributed Morphology. **MIT Working Papers in Linguistics**, v. 21, p. 275-288, 1994.

HALLE, M; VERGNAUD, J. R. **An Essay on Stress**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987.

HARRIS, J. W. **Syllable structure and Stress in Spanish**: A nonlinear analysis. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1983.

HARRIS, J. W. Spanish word markers. *In*: NUESSEL JR., F. (Ed.). **Current Issues in Hispanic Phonology and Morphology**. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1985. p. 34-54.

HARRIS, J. W. The exponence of gender in Spanish. **Linguistic Inquiry**, v. 22, n. 1, p. 27-62, 1991a.

HARRIS, J. W. The form classes of Spanish substantives. In: BOOIJ, G.; Van MARLE, J. **Yearbook of Morphology**. vol 1. 1991b. p. 65-88.

HARRIS, J. W. HARRIS, J.W. The syntax-phonology mapping in Catalan and Spanish clitics. **MIT Working Papers in Linguistics**, v. 21, p. 321-353, 1994.

HARRIS, J. W. The syntax and morphology of class marker suppression in Spanish. In: ZAGONA, K. (Ed.). **Grammatical Theory and Romance Languages**. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 99-122.

HARRIS, J. W. There is no imperative paradigm in Spanish. In: MARTÍNEZ-GIL, F.; MORALES FRONT, A. (Eds.), **Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian Languages**. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 1997. p. 269-340.

HARRIS, J. W. Nasal depalatalization no, morphological wellformedness sí; the structure of Spanish word classes. **MIT Working Papers in Linguistics**, v. 33, p. 47-82, 1999.

HAYES, B. **Metrical Stress Theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

KIPARSKY, P. Lexical Morphology and Phonology. In: YANG, S, (Ed.). **Linguistics in the Morning Calm**. Seoul: Hanshin Publishing Co., 1982. p. 3-91.

KIPARSKY, P. Some consequences of Lexical Phonology. **Phonology Yearbook 2**. London: Cambridge University Press, 1985. p. 85- 138.

LAUSBERG, H. **Linguística Românica**. 2a ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981.

LEE, S. H. **Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil**. Tese (Doutorado em Letras), UNICAMP, São Paulo, 1995.

LÓPEZ, B. S. **The Sound Pattern of Brazilian Portuguese (Cariocan Dialect)**. Tese (Doutorado em Linguística). University of California, Los Angeles, 1979.

LUFT, C. P. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo, 1974.

MAIA, E. A. M. **Phonological and Lexical Processes in a Generative Grammar of Portuguese**. Tese (Doutorado em Linguística). Brown University, Providence, 1981.

MARANTZ, A. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. **Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium**, v. 4, n. 2, p. 201-225, 1997.

MASCARÓ, J. **Catalan Phonology and the Phonological Cycle**. Tese (Doutorado em Linguística). Cambridge, MA: MIT, 1976.

MATZENAUER, C.; BISOL, L. O inventário e a distribuição subjacente das vogais temáticas na classe dos nomes do português. **Alfa**, v. 60, n. 2, p. 341-353, 2016.

MAURER JR., H. Um sufixo de comportamento original: O Diminutivo em -zinho. In: NETO, R. B. (Org.). **Estudos em Homenagem a Candido Jucá (filho)**. Rio de Janeiro: Simões, s/d. p. 233-46.

MATEUS, M. H. M. O acento de palavra em português: Uma nova perspectiva. **Boletim de Filologia**, Tomo XXVIII, 1983.

MATEUS, M. H. M. **Curso de Fonologia**. (ms.) ABRALIN- UFSC, 1999.

MENUZZI, S. **On the prosody of the diminutive alternation -inho/-zinho in Brazilian Portuguese**. (ms.) HIL/University of Leiden, 1993.

MIRANDA, A. R. M. **A metafonía nominal**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MORENO, C. **Os diminutivos em -inho e -zinho e a delimitação do vocábulo nominal no Português**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977.

MORENO, C. **Morfologia nominal do português**: Um estudo de fonologia lexical. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

NOYER, R. **Features, positions and affixes in autonomous morphological structure**. Doctoral Dissertation. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992.

PEPERKAMP, S. **Prosodic words**. Doctoral Dissertation, Universiteit van Amsterdam. The Hague: Holland Academic Graphics, 1997.

PIEL, J. **Considerações Sobre a metafonia portuguesa**. Coimbra: Biblos XVIII, 1943. p. 1-11.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SCHWINDT, L. C. Palavra fonológica e derivação em Português Brasileiro: Considerações para a arquitetura da gramática. In: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (Orgs.). **Fonologia: Teorias e perspectivas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013a. p.15-28.

SCHWINDT, L. C. Neutralização da vogal pretônica e formação de palavras em português. **Organon**, v. 28, n. 54, p. 137-154, 2013b.

SILVA NETO, S. **História da Língua Portuguesa**. 2a ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

VILLALVA, A. **Estruturas morfológicas: Unidades e hierarquias nas palavras do português**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

WETZELS, L. Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 23, p. 19-55, 1992.

WILLIAMS, E. **Do Latim ao Português**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/INL, 1973.

A HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA

Ailma do Nascimento Silva
Cláudia Regina Brescancini

1. A HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA NO TÚNEL DO TEMPO

Para esta incursão, cabe, inicialmente, mencionar uma lição ressaltada por Bisol sempre quando diante da tarefa de sistematizar o uso da língua no “andar dos tempos”: é crucial olharmos os fenômenos linguísticos não apenas por um ângulo em que se possa reconhecer a fluidez do sistema em estudo, mas é preciso pôr em evidência as mudanças ocorridas e suas implicações a esse sistema. Em se tratando de harmonização vocálica (HV), uma regra variável antiga, essa tarefa possibilita o reconhecimento de gatilhos que inibiram ordenações mais rígidas do sistema e a análise desses elementos como entidades da língua que retratam, de forma fidedigna, cada momento da organização e/ou reorganização do sistema linguístico.

Bisol (1981; 2015) coloca-nos no túnel do tempo por meio das primeiras análises sobre o alçamento da vogal média em posição pré-tônica, conduzidas a partir da observação da alternância das formas escritas das vogais *e/i* e *o/u* em posição pré-tônica, seguidas ou não de vogal alta na sílaba subsequente, registradas em documentos antigos do século IV ao século XVIII. São eles: ‘*Appendix Probi*’ (século IV) (SILVA NETO, 1956); ‘*The Latinity of Dated Documents in the Portuguese Territory*’ (770-1120) (SACKS, 1941); ‘Orto do

Esposo' (1381) (MALER, [1956] 1964); 'Tratado de Confissoon' (1489) (MARTINS, 1973); 'Os Lusíadas' (1572) (ASSIS *et al.*, 1966); 'Thesouro da Língua Portuguesa' (PEREYRA, 1647), 'Regras Gerais' (PEREYRA, 1666); 'Compendio de Orthografia ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa' (FEIJÓ, 1739).

No início de sua trilha história, Bisol (1981) observa que na passagem do latim para o português, a perda da quantidade como traço fonológico ocasionou a confusão entre vogais de timbres semelhantes, o que, na posição pré-tônica, resultou na manutenção de algumas, como se observa em 'perigo' < 'pērīculum', e na transformação de outras, como em 'lição' < 'lectiōne'. Quanto à variação da pré-tônica, é desse período de transição latim-português, entre os séculos IX e XI', e com base no 'The Latinity of Dated Documents in the Portuguese Territory' (SACKS, 1941), que Bisol (2015) elenca ocorrências de harmonização vocálica, entendida como um processo de assimilação regressiva variável, em que a vogal pré-tônica é influenciada pela vogal alta seguinte, que assume o papel de "motivadora" do alçamento da vogal alvo. Nesse primeiro estágio da língua portuguesa, ao lado de exemplos como 'custumes' < 'consuetudinem' e 'mulinos' < 'molina' registrados no documento citado, figuram outros, como 'vender' < 'vendere' e 'lugares' < 'locales', que revelam, para além da harmonização vocálica, o alçamento pré-tônico sem motivação aparente. Registros de ambas as variações, no entanto, precedem a fase inicial do português, fato comprovado pelas representações 'formiga' ~ 'furmiga' e 'formosura' ~ 'furmusura', por exemplo, do *Appendix Probi* (século IV), conforme atesta Bisol (1981).

1 Bisol (2015) parte da seguinte proposta de periodização da língua portuguesa: português inicial (IX-XIII); português medieval (XIII-XV); português clássico (XVI-XVIII), período crítico (XIX) e português contemporâneo (XX-XXI).

Como representativos do séculos XIII a XV, a chamada fase medieval da língua, os textos ‘Orto do Esposo’ (1385) (MALER, [1956] 1964) e o ‘Tratado de Confisso’n’ (1489) (MARTINS, 1973), ratificam, segundo Bisol (2015), o fenômeno linguístico da harmonização vocálica no sistema do Português medieval em ocorrências como em ‘acuntycia’ ~ ‘acontecia’; ‘acurrimento’ ~ ‘acorrimento’; ‘acustumar’ ~ ‘acostumar’, em ‘Orto do Esposo’, e ‘bebidice’ ~ ‘bebedice’; ‘celistial’ ~ ‘celestial’; ‘cirimonias’ ~ ‘cerimônias’, em ‘Tratado de Confisso’n’, além de revelar certa regularidade contextual para a sua emergência. O alçamento sem motivação aparente, em número bem menor, parece justificar-se, nas palavras de Bisol (2015, p.191), por “mero equívoco” gráfico.

A harmonização vocálica faz-se presente também nos textos representativos da língua portuguesa da fase clássica, período entre os séculos XVI e XVIII de forte expressão literária, impulsionada pela produção escrita e pelo fortalecimento do Estado nacional. Registros de sua ocorrências são atestados, de acordo com Bisol (1981), na primeira gramática da língua portuguesa, de Fernão de Oliveira ([1536] 1975, p.64), para quem a proximidade articulatória entre as vogais pré-tônicas [+posterior] resulta na produção de algumas pessoas como “[...] somir e outros sumir e dormir ou durmir e bolir ou bulir [...]”, e na primeira edição de ‘Os Lusíadas’ (1572), onde se encontram 29 casos de harmonia vocálica, como, por exemplo: ‘apinino’ (‘apenino’); ‘embebidos’ ~ ‘embibidos’ (‘embebidos’); ‘cyfícia’ (‘cefícia’); ‘engulindo’ (‘engolindo’); ‘cubiça’ ~ ‘cobiça’; ‘gingiva’ (‘gengiva’); ‘cubiçado’ ~ ‘cobiçosos’; ‘insufríbil’ (‘insofrível’), e apenas um caso de alçamento da vogal pré-tônica sem motivação aparente, em ‘cigueira’ por ‘cegueira’.

O exame de ‘Thesouro da língoa portuguesa’ (1647), ‘Regras Gerais’ (1666) e ‘Orthografia ou Arte de Escrever e Pronunciar

com acerto a *Língua Portuguesa*’ (1734), manuais que, nos moldes do ‘*Appendix Probi*’, regulamentavam o uso da língua na modalidade escrita, oferecem mais evidências de que no português clássico já havia duas vogais, tanto na série anterior quanto na posterior, que se confundiam em determinados contextos. A recomendação para que a harmonização fosse evitada pode ser ilustrada pela afirmação de Pereyra (1666), em sua REGRA V – ‘Para a analogia, e ethymologia, ou origem das palavras’:

Esta regra tem duas partes, huma da analogia, que he a conveniência, e proporção das palavras, e outra da ethymologia, ou origem das mefmas palavras, e huma, e outra parte tem lugar na lingua Latina, e Portugueza. Quanto à primeira, affim como os Latinos dizem *vestimentum*, *vestire*, *vestitus*, dizem *vendere*, *venditus*, *venditio* dizem *gemitus*, *gemitus*, guardando sempre a proporção dos derivados; affim os Portuguezes devemos dizer *vestidura*, *vestir*, *vestido*, e não, como alguns, *viftidura*, *viftir*, *viftido*: devemos dizer *vender*, *vendido*, *venda*, e não, como outros, *vender*, *vindido*: devemos dizer *gemitus*, *gemitus*, e não *gimer*, *gimido*: terceiro, e não *tirceiro*: *tefouro*, e não *tifouro*. (PEREYRA, 1666, p.6-7).

A partir da lista de palavras registrada em ‘*Orthografia ou Arte de Escrever e Pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*’ (FEIJÓ, 1739), Bisol (2015) identifica 90 casos de harmonização vocálica, a exemplos de ‘*abitumar*’ ~ ‘*abetumar*’; ‘*acredito*’ ~ ‘*acredito*’; ‘*acugular*’ ~ ‘*acogular*’; ‘*acustumo*’ ~ ‘*acostumo*’; ‘*aconticido*’ ~ ‘*acontecido*’, separando-os dos 51 de elevação sem motivação aparente, como em ‘*algudão*’ ~ ‘*alгодão*’; ‘*almufada*’ ~ ‘*almofada*’; ‘*almucreve*’ ~ ‘*almocreve*’; ‘*alvijar*’ ~ ‘*alvejar*’; ‘*arijar*’ ~ ‘*arejar*’.

A análise conduzida por Bisol (1981) dos *corpora* dos sete documentos antigos revelou ainda a percentagem alta de ocorrências² que naturalmente figurariam na variedade gaúcha do português da segunda metade do século XX. Tal fato indica que os contextos condicionadores do passado, ou seja, a vogal alta em sílaba seguinte, para os casos de harmonização vocálica e, para os casos de alçamento sem motivação aparente, a consoante velar e labial circundante, para as vogais [+posterior] pré-tônicas, e a palatal seguinte, para as vogais [-posterior] pré-tônicas, ainda se mostram atuantes no presente.

Apesar dos contornos definidos, a variação da pré-tônica assume no Português Europeu (PE) do século XVIII novos rumos, que conduzem, no século XIX, à ausência da harmonização vocálica nessa variedade. Bisol (2015) elenca três processos que concorrem para esse desfecho, explicando assim a diferença entre as variedades da língua portuguesa: a perda da distintividade das médias, o papel da harmonização vocálica e do alçamento sem motivação aparente, que fragilizaram a presença das médias no sistema, e a centralização das vogais [-posterior]. Sobre o primeiro processo, Nunes ([1930] 1945, p.53) aponta que “[...] tanto o é como o ó se confundem com ê e ô, não se fazendo distinção entre essas vogais, senão quando a palavra é proferida com ênfase [...]”, uma consequência da suscetibilidade à modificação e até mesmo ao apagamento das vogais médias átonas. Para Bisol (2015, p.198), tal ambiguidade das médias átonas:

[...] tendeu desde cedo a ser resolvida, no português europeu, pela centralização das vogais [-post] e pela substituição

2 Orto do Esposo, 88% (N=77); Tratado de Confisson, 84% (N= 45); Os Lusíadas, 100% (N=30); Thesouro da Língua Portuguesa e Regras Gerais, 80% (N= 44); Orthographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa, 74% (N= 158) (BISOL, 1981).

das médias [+post] pela alta correspondente, o que foi motivado pelo papel de HV e sua congênere, que familiarizam a troca das médias pelas altas, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, quando a sua ação conjunta se faz notar. No séc. XIX os efeitos dos três processos tornam-se translúcidos, desaparecendo as médias átonas do sistema fonológico do PE. Persistem apenas em exceções.

Com relação ao Português Brasileiro (PB), Bisol (1981, 2015) aponta que o primeiro registro a mencionar a harmonização vocálica nessa variedade deve-se a Barbosa (1822, p.51), para quem os brasileiros “pronunciam o *e* pequeno breve em lugar do Grande *e* Aberto em *Prëgar* por *Prêgar* já mudando o *e* pequeno e breve em *i*, dizendo *Minino*, *Filiz*, *Binigno*, *Mi dêo*, *Ti dêo*, *Si firio*, *Lhi dêo*”. Também Franco de Sá (1915) figura como pioneiro, ao comparar o Português Brasileiro ao Europeu, assinalando neste o apagamento da vogal [-posterior] (‘p’ssoa’; ‘p’zar’; ‘q’rer’) e a produção alta para a série [+posterior], e naquele, a variação em termos regionais, mas com predominância da alta no caso da série [+posterior].

O atento olhar para as diversas pronúncias das médias pré-tônicas no PB despertou interesse descritivo de muitos estudiosos no século XX, início da fase do Português Contemporâneo, período que ofereceu um cenário propício às investigações linguísticas mais contundentes, favorecido pela consolidação da linguística saussureana e de seus desmembramentos. A harmonização vocálica passa a ser investigada não apenas em dados de escrita, mas sobretudo em dados de fala, os quais passaram a constituir a base da maioria dos estudos sobre o comportamento das vogais médias pré-tônicas no PB. Bisol (2015) aponta Silva Neto (1970) como um dos primeiros a mencionar a harmonização vocálica nesse período. De acordo com esse autor:

[...] no Brasil, o e pretônico está sujeito a dois tipos de harmonização vocálica e - i > i - i e e - u > i - u. Eis exemplo do primeiro: feliz>filiz; pepino>pipino; medida>midida; menino>minino; perigo>perigo; avenida>avenida; bem-te-vi>bem-ti-vi. E do segundo, na verdade menos frequente: veludo>viludo; seguro>siguro; peludo>piludo, mas, claramente, verdura (SILVA NETO, 1970, p.611).

Em relação ao comportamento da vogal média pretônica [+ posterior], o filólogo corrobora o depoimento, a respeito da pronúncia carioca, de Sousa da Silveira (1940), de acordo com o qual

[...] mantemos no diminutivo o som ô, isto é, não ensurdecemos em u, de corpo, corpinho, de folha, folhinha, mas se já não nos lembramos de que o vocábulo é morfologicamente um diminutivo, pronunciamos-lhe o com u: folhinha(u) = calendário; corpinho(u) = peça de vestuário que se ajusta ao corpo (SOUSA DA SILVEIRA, 1940, p.352).

Ainda sobre a variedade carioca e a partir da observação da harmonização vocálica envolvendo a vogal [-posterior], Houaiss (1959), em sua ‘Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca’, afirma que:

Aflutuação ou oscilação do [e’] para [i’], como se disse, parece condicionada, na área (e quiçá no Brasil, mas então com tendências diferentes), a dois fatores, que se contrabalançam ou se corroboram: um, certa “harmonia vocálica”, e o outro, a “regularização morfológica”. Concomitantemente, nesse terreno, se pode ver, com maior nitidez talvez que em outros campos fonéticos, o jôgo de influências recíprocas entre a deriva popular e a restauração erudita por via, sobretudo, da feição escrita da linguagem. Eis alguns graus do processo:

[...] de um modo geral, muitas conexões de [e’ ... i’] ou [e’ . . . i’]. que apresentam, destarte, a oscilação: menimo [m(i)n(i)n’u],

“veludo” [v(i)lúd'u]; como sempre, a expressão culta tensa tende a restaurar o [e'], mas não chega a ousá-lo nos vocábulos que, ausentes de correlações morfológicas, como que se apresentam isolados e patrimonialmente, populares, tal o caso de “menino”, só [m(i)'ní(i)n'u], pois [m(e)'ní(i)l'u] é sem dúvida marca de alienígena à área; por tal motivo, vocábulos como “feliz” e seus derivados; “felicitar, felicitações” comportam a oscilação, com dois graus - em “feliz” quase com repugnância, prevalecendo de muito a forma [fi'liyš [...]] (HOUAISS, 1959, p.68-70).

Também com base na variedade carioca do PB é a descrição de base estruturalista do sistema vocálico do PB proposta por Camara Jr. (1970), considerada como o ponto de partida para estudos sobre fonologia da língua portuguesa, por seu caráter inaugural e abrangente. O quadro vocálico de sete fonemas, que só funcionam por completo em posição tônica (/i, e, ε, a, o, u/), foi apresentado por Camara Jr. (1970) como um sistema triangular de base para cima em que se tem a vogal /a/ no seu vértice. A altura gradual da língua em direção à parte anterior da boca ou à parte posterior determinará a classificação articulatória da vogal como baixa (/a/), médias de 1º grau (abertas) (/ε, o/), médias de 2º grau (fechadas) (/e, o/) e altas (/i, u/).

Esse quadro de oposições reduz-se, quando em posição átona no PB, por efeito da neutralização (TRUBETZKOY, 1967), processo em que se verifica a perda do traço que distingue dois fonemas. Desse modo, o quadro de sete fonemas vocálicos em posição tônica reduz-se para o de cinco fonemas em posição pretônica (/i, e, a, o, u/), para o de quatro em posição átona não-final (/i, e, a, u/) e para o de três em posição átona final (/i, a, u/). Especificamente com relação à posição pré-tônica, foco deste capítulo, a redução é verificada, de acordo com Bisol (1981), sobretudo em dados do Sul e Sudeste, nos quais a oposição entre as médias abertas e fechadas

se neutraliza em favor das médias fechadas, a exemplo de ‘b[ε]lo’ – ‘b[e]leza’ e ‘s[ɔ]’ – ‘s[o]lção’, conforme ilustra o Quadro 1 a seguir.

De acordo com Bisol (2015), também é a neutralização que explica, no PE contemporâneo, o quadro assumido pelas pré-tônicas, como pode ser visualizado no Quadro 1 a seguir. A ambiguidade entre as médias átonas referida por Nunes (1945 [1930]), citado anteriormente, foi solucionada pela neutralização em favor da vogal /u/, como se verifica, nos exemplos de Bisol (2015), em ‘m[ɔ]da’ – ‘m[o]delo’ e ‘p[u]ço’ – ‘p[u]ceiro’. Da mesma forma, as médias [-posterior] neutralizam em favor de um segmento centralizado, a exemplo de ‘mira’ – ‘m[i]rar’ ~ ‘m[ə]rar’ (‘m[i]rar’ no PB); ‘selo’ – ‘s[i]lar’ ~ ‘s[ə]lar’ (‘s[e]lar’ no PB) e ‘pega’ – ‘p[i]gar’ ~ ‘p[ə]gar’ (‘p[e]gar’ no PB).

Quadro 1 – Sistema vocálico pretônico do Português Brasileiro Contemporâneo (PBC) e do Português Europeu Contemporâneo (PEC)

Posição pretônica (PBC)	Posição pretônica (PEC)

Fonte: Adaptado de Bisol (2015, p.201)

Assim, constata-se que as mudanças iniciadas em meados do século XVIII e consolidadas no século XIX, motivadas, conforme Bisol (2015), também pela harmonização vocálica, culminaram, no português contemporâneo, em quadros distintos para as pré-tônicas no PB e no PE. Por essa razão histórica, como “dialetos de uma língua só” (BISOL, 2015, p.203), fica o PB caracterizado pela presença da harmonização vocálica e o PE, pela sua extinção.

De acordo com a visão de Camara Jr. (1970), as oposições entre as médias-altas e as altas para o dialeto carioca informal, expostas no Quadro 1, “ficam prejudicadas” (CAMARA Jr., 1970, p.34) pela tendência a harmonizar a altura da vogal pré-tônica com a da vogal tônica. Para esse autor:

A rigor, diante de /i/ e /u/ tônicos, /e/ e /o/ só aparecem com firmeza em vocábulos inusitados na linguagem coloquial e por isso não encontradiços num registro informal, como fremir, e alguns outros. A distinção entre cumprido “longo” e cumprido “executado” é, por exemplo, praticamente gráfica, pois a pronúncia corrente, por causa da harmonização no primeiro vocábulo, é, nos dois vocábulos /kuNpri¹du/ (CAMARA Jr., 1970, p.34).

As pesquisas que se devolveram a partir desse ponto reiteram as alterações que as vogais médias pré-tônicas sofreram, mapeando esse comportamento por meio de dados de fala de diversas regiões do Brasil, com destaque, pelo volume de trabalhos, para o Sul e o Sudeste. Um ponto convergente nessas pesquisas é a constatação da influência majoritária dos fatores linguísticos que favorecem a presença da harmonização vocálica no PB, conforme será apresentado na próxima seção.

2. A HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA: FONOLOGIA E VARIAÇÃO

São duas as vertentes exploradas por Bisol em suas pesquisas sobre a harmonização vocálica em língua portuguesa: a fonológica, a partir da perspectiva gerativa, abordada nos estudos de 2003, 2011 e 2013, e a da sociolinguística, embasada nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação (LABOV, 1972a, 1972b), abordada

em sua Tese de Doutorado de 1981 e nos artigos publicados em 1988a, 1988b, 1989, 1991 (em coautoria com Gregory Guy) e 2017 (em coautoria com Eneida de Goes Leal).

2.1 Harmonização vocálica na perspectiva fonológica

As propostas de análises da harmonização vocálica na perspectiva fonológica desenvolvidas por Bisol (2003; 2011; 2013) oferecem uma releitura do sistema vocálico proposto por Camara Jr. (1970), a partir da geometria proposta por Clements (1991), que vincula a altura a traços de abertura, aberto 1, aberto 2 e aberto 3. Tal modelo possibilita classificar o português, conforme aponta Bisol (2003, p.269), como uma “língua de registro terciário”, com sete vogais, como apresenta o Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Sistema vocálico do PB na pauta tônica: Traços de abertura

TRAÇOS	i/u	e/o	ɛ/ɔ	a
Aberto 1	-	-	-	+
Aberto 2	-	+	+	+
Aberto 3	-	-	+	+

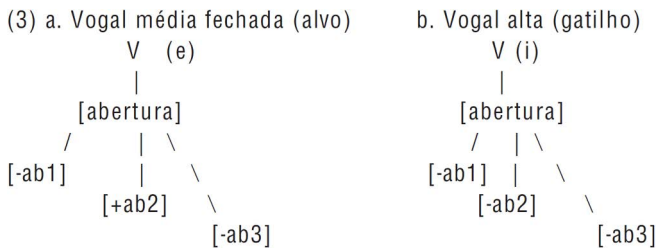
Fonte: Wetzels (1992, p.22)

A neutralização das vogais pré-tônicas, apresentada na seção 1, configura uma mudança de registro terciário para secundário que se aplica a todo o sistema, independentemente da vogal média escolhida para sua manifestação externa: [- aberto 3], comum a variedades do Sul e Sudeste, ou [+ aberto 3], comum a variedades do Centro para o Norte.

Tomando-se a neutralização das átonas como ponto de partida para discussão da harmonia vocálica, Bisol (2011) traz uma proposta de análise desse processo em duas faces: uma ‘privativa’ e outra ‘gradiente’. Assentada nessa compreensão, estabelece a distinção entre a assimilação que preenche vazios em estruturas e a assimilação que muda traços. Essa proposta delinea as assimetrias entre as marcas dialetais das variedades do PB, diametralmente à prevalência dos usos nas regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste. É o que apresentaremos a seguir.

Fundamentada na teoria de Clements e Hume (1995), a análise estabelece que no Sul/Sudeste a harmonização vocálica opera como ‘privativa’, pois como o sistema vocálico, na pauta pretônica, encontra-se reduzido pela aplicação da regras de neutralização, o gatilho é a vogal alta e o único alvo disponível nesse contexto é a vogal média fechada, a exemplos de ‘f[e]liz’ ~ ‘f[i]liz’; ‘b[o]tim’ ~ ‘b[u]tim’. As duas vogais, pretônica e tônica, plenamente especificadas distinguem-se pelo grau de abertura, conforme representa a Figura 1.

Figura 1 – Representação da vogal alvo média-alta e da vogal gatilho alta pela Geometria de Traços



Fonte: Bisol (2011, p.14)

Um ponto posto em relevo por Bisol (2011), ainda na pauta pretônica nessas regiões, é a atuação de duas regras cujos resultados

são semelhantes: além da harmonia vocálica, tem-se o alçamento sem motivação aparente, que, por não possuir condicionador fonético, segue a rota dos paradigmas derivacionais ou flexionais, caso se considerem os efeitos articulatórios da consoante vizinha. Na maioria dos casos, deve ser classificado como uma assimilação progressiva e estritamente local. É o que atestam os exemplos constantes em Bisol (2011): ‘b[o]neca’ ~ ‘b[u]neca’ e ‘emb[u]necar’, ‘emb[o]necado’; ‘c[o]légio’ ~ ‘c[u]légio’ e ‘c[u]legial’, ‘c[u]legiado’; ‘g[o]verno’ ~ ‘g[u]verno’ e ‘g[u]vernar’, ‘g[u]vernado’; ‘j[o]gar’ ~ ‘j[u]gar’ e ‘j[u]gando’, ‘j[u]guei’, ‘j[u]gava’; ‘m[o]leque’ ~ ‘m[u]leque’ e ‘m[u]leção’, ‘m[o]leragem’. Embora a harmonização vocálica e o alçamento sem motivação aparente sejam regras diferentes com efeitos semelhantes, podem atuar conjuntamente, conforme atesta Bisol (2011, p.16), em ‘ac[õ]tecia’ ~ ‘ac[õ]t[i]cia’ ~ ‘ac[ũ]t[i]cia’ (HV); ‘ac[ũ]tec[i]ria’ (ASM, HV) e ‘ac[õ]teceu’ ~ ‘ac[ũ]tecia’ (ASM).

Para a análise do comportamento das pretônicas em variedades do Norte/Nordeste, Bisol (2011) toma como referencial os estudos de Rasky e Santos (2009), sobre as pretônicas de Belém-PA, e Nascimento Silva (2009), sobre as pretônicas de Teresina-PI. Esses estudos postulam a presença de três regras variáveis (em favor das médias-baixas [ɛ, ɔ], das médias-altas [e, o] e da alta [i, u]), interpretadas como assimilação, responsáveis pela presença prevalente das vogais médias abertas na pauta pretônica no falar dessas regiões, uma marca dialetal que se diferencia das apresentadas nas regiões Sul/Sudeste.

Para explicar a presença de três regras variáveis nessas variedades, Bisol (2011, p.18) parte do pressuposto de que as vogais médias pretônicas “têm a mesma estrutura subjacente, isto é, são subespecificadas (KIPARSKY, 1993) quanto a [aberto 3], o traço que as distinguiria. Ambas são [-ab₁, +ab₂]”. Considerando apenas o traço

assimilador da vogal gatilho, a autora propõe a representação para o processo de assimilação que favorece a emergência das vogais médias, conforme a Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Processo de assimilação da pré-tônica diante de vogais médias fechadas e abertas

1. Assimilação da pretônica diante de média fechada	2. Assimilação da pretônica diante de média aberta
<p>a. V C V...]_{Word}</p> <p>[abertura] [abertura]</p> <p>/ \ </p> <p>[-ab1] [+ab2] [-ab3]</p>	<p>b. V C V...]_{Word}</p> <p>[abertura] [abertura]</p> <p>/ \ </p> <p>[-ab1] [+ab2] [+ab3]</p>

Fonte: Adaptado de Bisol (2011, p.19)

As representações constantes da Figuras 2 tratam de processos de assimilação que preenchem vazios na estrutura. Em (1), a média fechada, encontrando-se no contexto seguinte o seu traço [-ab₃], preencherá o vazio da vogal média subjacente, favorecendo a sua manifestação como média fechada na pauta pretônica. Em (2), a média aberta, encontrando-se no contexto seguinte o seu traço [+ab₃], por espriamento, favorecerá a emergência da média aberta na pauta pretônica.

Na busca por similaridades e assimetrias entre as variedades linguísticas no PB, a partir das propostas de análise calcadas nos processos de harmonização vocálica e neutralização, Bisol (2011) pontua que:

[...] embora presentes na pretônica, as médias perdem o valor contrastivo que as distingue, pois decorrem de assimilações. Enquanto no Sul/Sudeste, perde-se esse valor opositivo por neutralização, proibindo a média aberta; no Norte/Nordeste, perde-se esse valor por assimilação, permitindo a presença de ambas. Eis um caso de efeitos semelhantes no sistema interno com resultados externos diferentes em decorrência de processos distintos (BISOL, 2011, p.19).

Um aspecto relevante na proposta de análise da harmonização vocálica gradiente, para as variedades Norte/Nordeste, é a natureza da emergência da pretônica quando se tem uma vogal alta na sílaba subsequente. Com base na diferença mínima de um grau entre a sonoridade da vogal alvo e da vogal gatilho, Bisol (2011) propõe que o ordenamento de regras, na pauta pré-tônica para essas variedades, resulta de uma mudança gradiente que se estende da média aberta à alta gradativamente (/ε, ɔ > e, o > i, u/). Desse modo, em uma variedade em que se apresenta uma variação tripartida, a exemplo de ‘f[ε]liz’ ~ ‘f[e]liz’ ~ ‘f[i]liz’, Bisol (2011), tomando por base a explicação de Nascimento Silva (2009) para a presença da vogal aberta (*default*) na pauta pretônica, conclui que

[...] a partir de fe’liz, tomado para exemplo, realizam-se, gradativamente, feliz e filiz. Isso ocorre tanto com a média [-post] quanto com a média [+post] [...] Portanto, o contexto da harmonização com a vogal alta, regra variável de origens remotas que o português brasileiro preserva, revela resultados gradientes em variedades que possuem a média aberta no sistema. Tudo indica que a variação tripartida, constatada com fartos dados por Nascimento Silva (2009), seja o efeito dessa harmonia gradiente (BISOL, 2011, p.22).

Em suma, diante da peculiaridade da existência dessa variação, Bisol (2011) destaca que, se por um lado não é possível afirmar que

essa variação tripartida se processe em cadeia, por outro, pode-se conjecturar que a média fechada, perceptível ao falante, se reveste como a veiculadora da consecução plena da harmonização vocálica.

Na trilha dos estudos sobre a harmonização vocálica nas variedades do PB, especificamente nas variedades do Sul/Sudeste e Norte/Nordeste, Bisol (2013) reitera a proposta de análise publicada em 2011, agora enfatizando a assimetria do sistema vocálico de cinco e sete vogais em uma e outra variedade. A propositura de análise apoia-se na escala de sonoridade (diferença mínima de um grau de sonoridade entre alvo e gatilho) e na convenção de adjacência (alvo e gatilho devem estar em sílabas sucessivas), observadas em ambas as variedades, embora evidenciem os efeitos de uma mudança gradiente somente nos falares nortistas e nordestinos.

A análise da harmonização vocálica conduzida separadamente nas duas variedades do PB em Bisol (2013) destaca que:

(i) As variedades do Sul/Sudeste privilegiam a média fechada. A diferença em graus de sonoridade entre o alvo (vogal média) e o gatilho (vogal alta) torna-se mínima; portanto, a condição de grau é naturalmente satisfeita. O gatilho pode situar-se na sílaba tônica ou na pré-tônica, expandindo-se para esquerda, como uma assimilação regressiva. O domínio da regra pode estender-se a toda a palavra, quando há receptores, mas pode parar após cada expansão ou, como regra variável, não operar. Diminutivos e superlativos não se expõem ao efeito da harmonização vocálica, pois são preservadores dos traços fonológicos das vogais da base ('b[e]líssimo', mas não 'b[i]líssimo' ou 'b[e]líssimo' ou 'f[ɔ]rtinho', mas não 'f[o]rtinho' ou 'f[u]rtinho'). A força atrativa de /i/ como gatilho ('p[i]pino') é maior do que a de /u/ ('v[e]ludo'), já que /i/ está em um ponto de articulação mais alto do que /u/, levemente mais alto do que /e/. A forma harmonizada convive com a original, a exemplo de 'p[e]pino' ~ 'p[i]pino' e 'p[e]regrino' ~

‘p[i]r[i]grino’. Essas variedades, portanto, são regulamentadas por um subsistema na pretônica, que é composto de cinco vogais.

(ii) As variedades do Norte/Nordeste, por disporem, no seu sistema, da média aberta abrem espaço para harmonia gradiente cujos efeitos dar-se-ão de duas ordens: harmonia parcial, privilegiando a média fechada, e a harmonia total, que é o próprio processo de harmonização vocálica. A harmonização total é resultante da harmonização parcial que atinge as médias abertas, /ε, o/ (‘al[ε]gria’ ~ ‘al[e]gria’; ‘f[o]rtuna’ ~ ‘f[o]rtuna’), passando esta a funcionar como alimentadora daquela (/e, o/ → /i, u/) (‘al[e]gria’ ~ ‘al[i]gria’; ‘f[o]rtuna’ ~ ‘f[u]rtuna’). Essas variedades, portanto, são regulamentadas por um subsistema na pretônica, que é composto de sete vogais.

Segundo Bisol (2013), a harmonização vocálica nas variedades do Sul/Sudeste ocorre em nomes e verbos, sem distinção de classe, portanto, e pode atingir mais de uma vogal, em restrita observância à condição de adjacência, sobretudo em verbos da 3ª. conjugação. É o que se pode afirmar nos exemplos constantes do Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Harmonização Vocálica nas Variedades do Sul/Sudeste

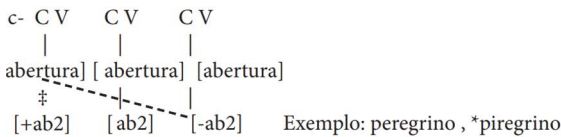
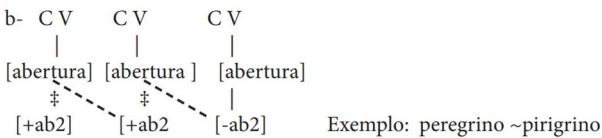
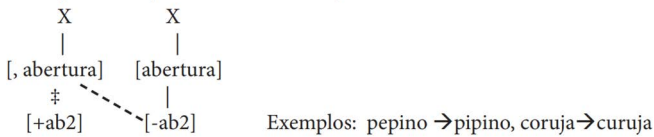
HARMONIA EM NOMES		HARMONIA EM VERBOS
Atingindo uma só vogal	Atingindo mais de uma vogal	
alegria ~ aligria bonita ~ bunita coruja ~ curuja domingo ~ dumingo segunda ~ sigunda	peregrino ~ perigrino ~ pirigrino formosura ~ formusura ~ furmusura mexerica ~ mexirica ~ mixirica	ferir ~ ferir, firi, firia, firido, firira sentir ~ sentir, senti, sintia, sentido, sentiria

Fonte: Adaptado de Bisol (2013, p.51)

Com base no modelo da Geometria de Traços de Clements e Hume (1995), Bisol (2013) apresenta a representação arbórea da harmonização vocálica característica das variedades do Sul/Sudeste, aqui reproduzida na Figura 3 a seguir.

Figura 3 – Harmonização vocálica pela Geometria de Traços

a- Representação da Harmonização vocálica



Fonte: Bisol (2013, p.51)

Em (a), que representa ocorrências como ‘p[e]pino’ ~ ‘p[i]pino’ e ‘c[o]ruja’ ~ ‘c[u]ruja’, as vogais harmonizam-se mediante o apagamento do traço [+ab2] e a imediata expansão do traço [-ab2] para esquerda. A forma original e a harmonizada coexistem e, por essa razão, o sistema de cinco vogais fica preservado. Já em (b), representativo de ocorrências como ‘p[e]r[e]grino’ ~ ‘p[i]r[i]grino’, o traço [-ab2], característico das vogais altas /i, u/, pode estender-se a mais de uma vogal, desde que atenda à condição de adjacência. Em (c), a emergência da harmonização vocálica fica proibida, visto que é vetado ao traço harmonizante pular um segmento que tem

traços apropriados para legitimar o processo, fato que explica a ausência da ocorrência ‘p[i]regrino’, conforme explicado.

A presença, nas variedades do Norte/Nordeste, de formas de superfície que contemplam variavelmente vogais altas, médias fechadas e abertas em posição pré-tônica, caracteriza, segundo Bisol (2013), uma variação tripartida, em que a média fechada se separa da alta por um grau de abertura, e a média aberta, por dois graus (a >> ε/ɔ >> e, o >> i,u). O grau mínimo de abertura entre vogal alvo e gatilho, condição para a harmonização vocálica, é satisfeito tanto nos casos identificados, no Quadro 4 a seguir, como de harmonia parcial, quanto nos casos de harmonia total. foco desta discussão. Visualizemos o Quadro 4, a seguir, em que se mostra a HV nas variedades do Norte/Nordeste.

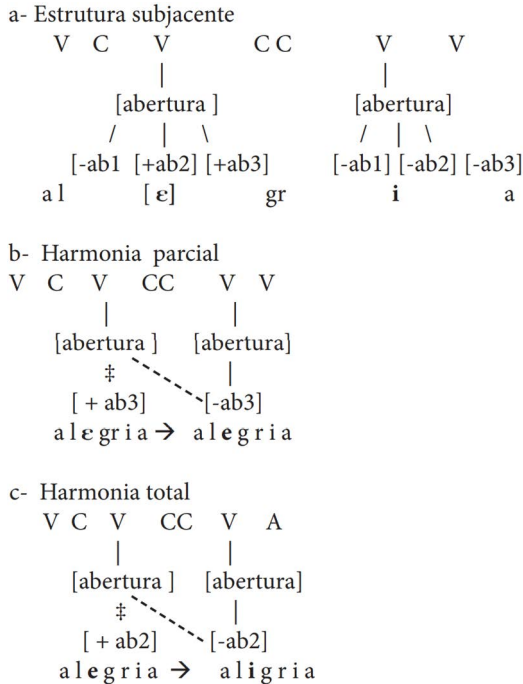
Quadro 4 – Harmonização vocálica gradiente

HARMONIA PARCIAL		HARMONIA TOTAL	
/ε/ → /e/ alegria > alegria feliz ~ feliz mexido ~ mexido recibo ~ recibo tecido ~ tecido	/ɔ/ → /o/ fortuna ~ fortuna novidade ~ novidade polido ~ polido sofrimento ~ sofrimento volume ~ volume	/e/ → /i/ alegria > aligria feliz ~ filiz mexido ~ mixido recibo ~ ricibo tecido ~ ticido	/o/ → /u/ fortuna ~ furtuna novidade ~ novidade polido ~ pulido sofrimento ~ sufrimento volume ~ vulume

Fonte: Adaptado de Bisol (2013, p.56)

Para a análise da harmonização gradual nas variedades do Norte/Nordeste, por meio de representação arbórea, Bisol (2013) parte da concepção da existência da vogal média aberta, de maior uso, como uma vogal *default* na subjacência e que tem a função de ser alimentadora da harmonia total. A Figura 4 a seguir descreve o processo a partir da variação entre ‘al[ε]gria’ ~ ‘al[e]gria’ ~ ‘al[i]gria’.

Figura 4 – Harmonização vocálica gradual pela Geometria de Traços:
Harmonização parcial e total



Fonte: Bisol (2013, p.57)

Em (a), tem-se a representação da estrutura no nível subjacente com a presença da vogal *default* em posição pré-tônica. Em (b), a variação parcial ocorre com o desligamento de [+ab3] para dar lugar ao traço [-ab3] assimilado da vogal gatilho, produzindo assim a média fechada. Já em (c), a harmonia total ocorre pela desassociação do traço [+ab2] e a assimilação do traço [-ab2] da vogal gatilho. Embora não se possa afirmar que a harmonização se processe em cadeia, Bisol (2013) registra a hipótese de que a vogal média fechada, predominante na variedade piauiense em exame, oportunize a

consecução plena do processo, visto que sua realização é o efeito parcial da harmonia, consequência de um processo assimilatório.

Bisol (2013) encerra a análise fonológica da harmonização vocálica no PB concluindo que esse processo distingue variedades que têm cinco vogais átonas na pretônica, nas quais a condição do grau de abertura é naturalmente satisfeita, das que apresentam sete vogais, nas quais estão disponíveis os processos de harmonia parcial, que privilegia as médias fechadas, e de harmonia total, que conduz ao processo de harmonização vocálica.

Para o exame da harmonização vocálica como regra variável no sistema do PB, sobretudo na sua modalidade oral, estudos quantitativos foram conduzidos por Bisol não apenas para referendar teorias, mas principalmente para revelar os contextos favorecedores à sua produção nos sistemas linguístico e social. É o que será discutido na sequência desta seção.

2.2 Harmonização vocálica na perspectiva variacionista

As pesquisas de Bisol sobre a harmonização vocálica desenvolvidas a partir da perspectiva laboviana assumem uma posição de destaque em sua produção científica, fato justificado pela sua defesa de que os estudos quantitativos da língua se revestem de grande relevância na avaliação, no desenvolvimento e na confirmação de um constructo teórico (GUY; BISOL, 1991). A fim de percorrer essa trilha variacionista, seus estudos serão divididos em duas vertentes: a primeira, dedicada ao exame do trabalho inaugural sobre a harmonização vocálica como regra variável do PB - sua Tese de Doutorado de 1981, desenvolvida à luz da Teoria da Variação (LABOV, 1972a) -, e a segunda,

que reúne os trabalhos subsequentes, publicados em 1988a, 1988b, 1989, 1991 e 2017, que retomam, aprofundam e expandem análises da Tese.

Diante da relevância que a pesquisa ‘Harmonização vocálica: uma regra variável’ (BISOL, 1981), faz-se justo e necessário sumariá-la nos aspectos que a definem como um trabalho seminal em fonologia da língua portuguesa.

O estudo, organizado em quatro capítulos, discute o processo fonológico da harmonização vocálica nos moldes variacionistas, com o propósito de investigar não apenas a história de uma regra variável antiga do português e que deixou vestígios no PB, mas de preender a sistematicidade que a caracteriza sob o efeito de certos condicionadores. Para esse propósito, Bisol parte da discussão desenvolvida no primeiro capítulo, intitulado ‘A multidimensionalidade de uma regra variável’, para apresentar a concepção que rege a pesquisa – a da variação como característica inerente ao sistema –, a partir da revisão dos pressupostos da Teoria da Variação de Labov (1972a), de sua base neogramática e do modelo matemático de Cedergren e Sankoff (1974).

É também nesse primeiro capítulo que o desenho metodológico da pesquisa é apresentado, assim como a análise quantitativa conduzida. A amostra de ocorrências considerada envolveu a variedade gaúcha do PB, recortada por cinco grupos sociolinguísticos representantes de diferentes etnias, assim distribuídos: 08 informantes monolíngues da metrópole (Porto Alegre); 08 informantes bilíngues da zona de colonização alemã; 08 informantes bilíngues da zona de colonização italiana e 08 informantes monolíngues da fronteira. Foi considerada, ainda, uma amostra suplementar, representante da fala culta, de 12 informantes do banco de dados de fala do Projeto da Norma Culta (NURC).

Os dados analisados, oriundos de entrevistas gravadas conduzidas por Bisol, com duração média de 60 minutos cada uma, alcançaram um total de 15.496 ocorrências, apresentando na amostra principal 5.743 ocorrências para a vogal anterior e 5.261 para a vogal posterior e, na amostra suplementar, 2.364 ocorrências para a vogal anterior e 2.128 para a vogal posterior. A amostra, de tamanho considerável, recebeu, além do tratamento quantitativo performedo pelos programas VARBRUL, SWAMIC 5 e 6, escritos em linguagem SNOBOL, uma análise completa de ordem fonética, impressionística, articulatória e acústica, e fonológica, com base no modelo gerativo-transformacional.

A decisão sobre as variáveis linguísticas a serem consideradas foi tomada com base na prévia observação das ocorrências, que revelou a alternância da vogal em posição pré-tônica para além da presença da vogal alta seguinte, imediata e/ou tônica, o contexto mais favorável. Os contextos identificados, que envolveram os segmentos fonéticos circundantes à vogal alvo, informações morfológicas relacionadas aos processos de derivação sufixal e flexão verbal e a atonicidade da vogal alvo, “passaram [...] a constituir as variáveis através dos quais se processou a análise” (BISOL, 1981, p.33). Desse modo, a análise considerou as seguintes variáveis linguísticas: ‘Nasalidade’, ‘Tonicidade’ (tônica, pretônica, pré-pretônica, contiguidade e tonicidade, vogal contígua), ‘Distância’, ‘Paradigma’, ‘Atonicidade’, ‘Sufixação’ e ‘Contexto Precedente e Seguinte’ (Alveolar, Palatal, Velar e Labial).

As variáveis extralinguísticas consideradas foram ‘Etnia’, composta por ‘metropolitanos’, grupo de ascendência lusitana, que se subdivide em nível primário e nível superior (amostra complementar), ‘fronteiriços’ (contato com o espanhol), ‘italianos’ e ‘alemães’; ‘Sexo’ (masculino e feminino); ‘Situação’ (teste e fala livre) e ‘Idade’ (25 a 35 anos; 36 a 45 anos; 46 a 55 anos e 56 anos ou mais).

Como resultados gerais, Bisol (1981) aponta que a variação entre médias fechadas e altas em posição pré-tônica é uma regra variável, condicionada por múltiplos fatores, “[...] o mais forte dos quais é a vogal alta da sílaba imediatamente seguinte” (BISOL, 1981, p.259). Observa a autora que quando a regra se dá por tal condicionamento, independentemente da tonicidade da vogal seguinte à pré-tônica, é conhecida por ‘harmonização vocálica’. No entanto, o alçamento pode ser o resultado da ação conjugada de fatores que podem se combinar à presença da vogal alta imediata.

Os condicionadores linguísticos que mostraram desempenhar um significativo papel no alçamento da vogal pré-tônica no dialeto gaúcho podem ser sumariados como se segue:

- 1) A nasalidade evidencia-se como um traço que favorece a elevação da vogal /e/ e inibe a elevação de /o/. Sobre a explicação desse resultado, Bisol (1981, p.89) sugere que “[...]a vogal /e/, quando nasalizada ([ẽ]), aproxima-se da área da vogal /i/, por aumento das frequências dos formantes altos, favorecendo, dessa forma, o processo de harmonização vocálica”;
- 2) A consoante precedente labial, dado o ajustamento de articulações com a vogal alta /u/, desempenha um papel importante na elevação de /o/; a consoante velar revelou-se condicionadora na elevação da vogal /e/ em ambas as posições e de /o/ na posição precedente. Em contexto seguinte, a consoante palatal favorece a elevação de /e/ e de /o/. A consoante circundante alveolar não favorece o alçamento, assim como também a consoante palatal precedente, nesse caso para a vogal /o/ pré-tônica;
- 3) A vogal pré-tônica átona permanente, ou seja, a que preserva a atonicidade em todo o seu processo derivativo, apresenta alta probabilidade de sofrer a regra, sendo uma das mais fortes condicionadoras da harmonização;

- 4) Os sufixos formadores de grau mostraram-se especialmente inibidores do alçamento;
- 5) O processo de harmonização é desencadeado por uma vogal alta contígua que, por espraçamento, pode alcançar uma sequência de vogais; porém, a tonicidade por si mesma é inoperante porque a vogal alta não atua fora do âmbito da contiguidade.

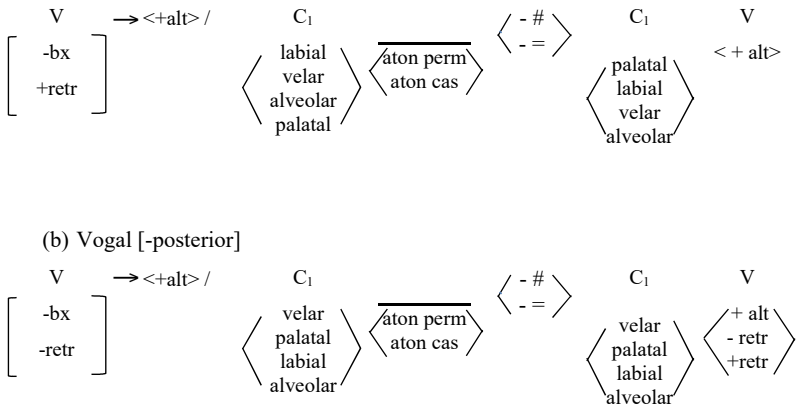
Os resultados referentes aos condicionadores extralinguísticos obtidos por Bisol (1981) são sumariados a seguir:

- 6) A variação em posição pré-tônica não é alvo de estigma social, visto que ocorreu tanto na fala popular quanto na culta, embora com menor frequência nesta;
- 7) Os metropolitanos (fala popular) foram o grupo que apresentou taxas mais altas de alçamento e os fronteiriços, as mais baixas, por influência do espanhol que é, conforme Bisol (1981, p.261), “a língua românica que mais preservou a média pretônica latina”. Os italianos seguem os metropolitanos, o que é justificado por Bisol (1981, p.261), “[...] pela influência da presença da vogal alta no dialeto italiano em contextos paralelos ao da vogal média do PB”. Os bilíngues alemães apresentaram uso diferenciado para a regra com /o/, fato interpretado por Bisol (1981, p.261) como “[...] um reflexo da interferência do Umlaut”, que modifica a vogal posterior do alemão na ambiência de um /i/ sufixal;
- 8) Não foi possível atribuir ao sexo masculino ou feminino função promotora do uso da regra variável;
- 9) A fala livre favoreceu a elevação da vogal /e/ em relação à fala obtida por meio da aplicação dos testes; para a elevação da vogal /o/, apenas os fronteiriços mostraram-se sensíveis à regra nas duas situações de coleta;

10) Os jovens apresentaram taxas mais baixas de alçamento, o que conduziu Bisol (1981, p.262) à proposição da hipótese sobre “[...] a trajetória de regressão” da regra de alçamento no dialeto gaúcho.

Com base nos resultados estatísticos obtidos da análise da amostra de ocorrências representativa do dialeto gaúcho, no segundo capítulo da Tese, intitulado ‘A regra fonológica, Bisol’ (1981) apresenta a formalização da regra de harmonização vocálica nos moldes de uma ‘regra de aplicação opcional’ (LABOV, 1969; 1972a) que se difere das formalizações gerativas lineares pela presença de colchetes angulados, entre os quais são registrados os condicionadores linguísticos variáveis. A Figura a seguir reproduz as duas regras.

Figura 5 – Regras de aplicação opcional: Harmonização vocálica



Fonte: Bisol (1981, p.154)

As regras anteriores têm a seguinte interpretação geral: as vogais pré-tônicas /o/ (a) e /e/ (b) podem ser alteradas ou não para, respectivamente, [u] e [i], quando figurarem entre determinadas consoantes e forem seguidas por vogal alta. Sua caracterização

como uma regra opcional visa a formalizar os contextos probabilísticos que se mostraram relevantes na análise variacionista da harmonização vocálica, conforme apresentado anteriormente entre (1) e (5). Em comum às duas regras reside a condição de atonicidade permanente da vogal alvo como mais relevante do que a casual³ e o limite de palavra (#) ou de morfema especial (=). Diferenciam-se os contextos precedentes e seguintes condicionadores, sobretudo quanto à ordem de favorecimento, depreendida pelo ordenamento vertical dos tipos articulatorios, e qualidade preferida da vogal gatilho, sendo a [+alt, - retr] em (b) probabilisticamente mais favorecedora para o alçamento da média fechada do que [u], o que é justificado por Bisol (1981) pelo fato de que, no quadrilátero articulatorio vocálico, a vogal /i/ é mais alta do que /u/, possuindo, assim, poder maior de perturbação na altura da língua de qualquer vogal. Sobre esse fato, apontam Guy e Bisol (1991) para a inadequação da formalização baseada na teoria gerativa de traços binários, a qual prevê o mesmo traço, [+alto], para /i/ e /u/. Tal assimetria é retomada novamente em Bisol (1989), em 'Vowel harmony: A variable rule in Brazilian Portuguese', estudo que apresenta os resultados da análise variacionista conduzida na Tese no volume inaugural do prestigioso periódico 'Language Variation and Change'.

O terceiro capítulo, intitulado 'Aspectos sincrônicos e diacrônicos da variação da pretônica', divide-se em duas partes, sendo a primeira dedicada à apresentação da análise acústica de parte dos dados da amostra geral do dialeto gaúcho, que foi desenvolvida no Laboratório de Fonética da Universidade de Edinburg, na Escócia, por ocasião de seu estágio doutoral entre 1978 e 1979. Esse capítulo

3 Em Bisol (1991), os condicionamentos <+nasal> para a regra em (b) e <-nasal> para a regra em (a) são adicionados às regras reproduzidas na Figura 5.

foi retomado em uma publicação de 1988b, conforme será discutido na sequência deste capítulo. A segunda parte do terceiro capítulo dedica-se à análise da variação das pré-tônicas em documentos antigos, cujos resultados foram apresentados na seção 1 anterior. Segue-se o quarto capítulo da Tese, intitulado ‘Conclusão’, no qual os principais achados das análises variacionista, fonética, fonológica e diacrônica desenvolvidas são relacionados para a composição de um quadro de referência sobre o processo variável da harmonização vocálica, referenciado amplamente nos trabalhos posteriores sobre o tema no PB.

Ainda na linha descritiva do português falado no Rio Grande do Sul, caracterizado pelos dialetos da metrópole, da zona de colonização italiana, da zona de colonização alemã e fronteira, Bisol (1988a), em ‘A vogal pretônica e a diversidade dialetal’, apresenta os diagramas acústicos bidimensionais (F_1 e F_2), construídos em sua Tese de Doutorado, que descrevem as áreas de realização das vogais pré-tônicas /e/ e /o/. A amostra é constituída de dez ocorrências com vogal /e/ pré-tônica (‘bebida’, ‘feliz’ ou ‘felicidade’, ‘preguiça’ ou ‘preguiçoso’, ‘pepino’, ‘pequeno’, ‘queria’, ‘serviço’, ‘segundo’, ‘vestido’, ‘precisa’) e dez com vogal /o/ na mesma posição (‘boneca’, ‘bonito’, ‘colégio’, ‘cozinha’ ou ‘cozinheiro’, ‘costura’ ou ‘costureiro’, ‘formiga’ ou ‘formigueiro’, ‘gordura’ ou ‘gordurosa’, ‘podia’, ‘sobrinha’), selecionadas, com o auxílio de um dicionário de frequência de ocorrência, entre as 25 que apresentaram percentual mais alto de variação da pré-tônica no corpus considerado em sua Tese.

A análise dos diagramas acústicos revelou que as vogais médias /e/ e /o/, na pauta pré-tônica, apresentaram três configurações distintas de acordo com a posição dos formantes: (i) formantes na área da vogal média; (ii) formantes na área da vogal alta e (iii) formantes entre as duas áreas, fato que revela a característica

gradiente do processo de alçamento. Conforme afirma Bisol (1988a, p.17), “[...]existe no campo das vogais em estudo – a média e alta – outra categoria que entre as duas se coloca”. São essas configurações que distinguem os dialetos, dando-lhes configurações particulares.

A comparação dos diagramas acústicos de cada variedade apontou que:

a) Na região de colonização italiana, as vogais se mostraram mais periféricas, ou seja, com escassa presença de vogais intermediárias, resultado que indica, segundo Bisol (1981, p.10), “[...] uma concentração de vogais não acentuadas na área das acentuadas”. b) Na região fronteiriça, o sistema das átonas revela-se mais centralizado, com vogais menos periféricas.

c) Na região metropolitana, as vogais localizaram-se – ora na área da vogal média, ora na área da vogal alta, ora entre as duas, embora a vogal posterior seja, nas palavras de Bisol (1988a, p.17), “[...] de interpretação ambígua muitas vezes [...]”, por efeito possível do arredondamento dos lábios e/ou da posição da língua no eixo horizontal. As raras ocorrências nas áreas de /ε, o/ não se mostraram expressivas.

d) Na região de colonização alemã, assim como na metropolitana, as vogais apresentam-se nas três séries.

Originário, também, de seu trabalho de Tese, o estudo de Bisol (1988b), intitulado ‘A harmonização vocálica na falta culta’, revisita o tema do alçamento da vogal pré-tônica por harmonização vocálica a partir da análise de uma amostra de fala, oriunda de entrevistas do banco de dados de fala do Projeto da Norma Culta (NURC), de 12 indivíduos com curso superior. São consideradas 4.492 ocorrências, sendo 2.364 com a vogal /e/ e 2.198 com a vogal /o/.

Bisol (1988b, p.1), com base no pressuposto de que “as forças inerentes que provocam essas flutuações devem ser buscadas nos mecanismos que regem o sistema, por tratar-se de uma regra natural do português [...]”, debruça-se, nessa proposta, sobre as variáveis linguísticas, assim definidas: ‘Vogal alta da sílaba seguinte’, ‘Nasalidade’, ‘Consoante vizinha’ e ‘Atonicidade’. Os resultados obtidos permitiram as seguintes considerações, muitas das quais ratificadoras dos resultados obtidos em Bisol (1981), formalizados na Figura 5 anterior:

- a) A contiguidade é um traço obrigatório do condicionador principal da regra, independentemente de ser a vogal acentuada (‘p[e]pino’ ~ ‘p[i]pino’) ou não (‘pr[o]cissão’ ~ ‘pr[u]cissão’), sendo i o assimilador por excelência, enquanto u tende a restringir seu campo de ação à vogal o (‘c[o]ruja’ ~ ‘c[u]ruja’);
- b) A nasalidade é altamente favorável à elevação da pré-tônica [-posterior] (‘ac[ẽ]dido’ ~ ‘ac[ĩ]dido’), mas inibidora da elevação da posterior (‘c[õ]tido’ ~ ‘c[ũ]tido’);
- c) As consoantes labial e velar em contexto precedente à vogal [+ posterior] e palatal em seguinte têm confirmado seu papel favorecedor, assim como as velares precedentes à vogal [-posterior]. Como inibidoras da harmonização, confirmam-se também os contextos alveolar precedente e seguinte para ambas as pré-tônicas, o palatal precedente para a vogal [+posterior] e o labial precedente para a [-posterior]. Resultados discordantes dos obtidos em Bisol (1981) envolvem especificamente a neutralidade, em contexto seguinte, da consoante palatal para a vogal [-posterior] e da velar para a vogal [+posterior].
- d) A átona permanente, tanto para a vogal [- post] quanto para a vogal [+ posterior], confirma seu status como ambiente de exce-

lência da regra de harmonização. Também mostraram-se favoráveis as vogais pré-tônicas do verbos irregulares da 2ª conjugação ('p[o]der' ~ 'p[u]der'; 'p[o]dia' ~ 'p[u]dia') e as dos verbos da 3ª conjugação e das palavras deles derivadas ('f[e]rir' ~ 'f[i]rir'; 'f[e]ria' ~ 'f[i]ria'; 'f[i]rido'), em decorrência da presença da vogal alta na flexão ou no radical.

Ao concluir o estudo, Bisol (1988b) reitera a influência da vogal alta da sílaba imediata seguinte como o aspecto definidor do processo variável de harmonização vocálica que afeta as pré-tônicas /e/ e /o/ no PB, ressaltando que variações como as encontradas, por exemplo, em 'p[o]deria' ~ 'p[u]deria', 'ab[o]rrecido' ~ 'ab[u]rrecido' "[...] não se devem à Harmonização Vocálica, mas à influência sobre o da consoante labial [...]" (BISOL, 1988b, p.19), um efeito articulatorio variável também presente em palavras que não apresentam a vogal alta, como 'b[o]lacha' ~ 'b[u]lacha' e 'g[o]verno' ~ 'g[u]verno'.

À luz da Fonologia de Uso (BYBEE, 1985, 2001, 2002, 2010; LINDBLOM, 1990; PHILLIPS, 1984), a harmonização vocálica é investigada por Bisol e Leal em 'Frequência de uso: *Tokens e types* na harmonia vocálica' (LEAL; BISOL, 2017), com vistas à verificação da hipótese de que seria esse processo preferido por palavras mais frequentes no PB. Parte-se da análise proposta de Phillips (1994), para quem palavras mais frequentes são mais sensíveis à variação do que as menos frequentes, principalmente quando estão envolvidas redução vocálica e assimilação, pois mudanças sonoras fisiologicamente motivadas afetam primeiro palavras mais frequentes.

O *corpus* analisado considerou ocorrências levantadas por Schwindt (1995) nas amostras de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba do banco de dados de fala VARSUL, excluídas todas as ocorrências em que a vogal alta imediata à pré-tônica alvo não es-

tivesse presente. Desse *corpus*, foram codificados separadamente *tokens* e *types*.

Com base em Bybee (2010), as autoras consideraram como ‘frequência de *tokens*’ o número de vezes em que as palavras apareceram no corpus, critério fundamentado na compreensão de que o domínio da aplicação da harmonização vocálica é a palavra, e, como ‘frequência de *types*’, o número de vezes em que apareceram as palavras tomadas como tipos de um determinado padrão. O *software* Rbrul performou a computação estatística da frequência de ocorrências da amostra VARSUL, que foi posteriormente relacionada à frequência registrada no Corpus Brasileiro (CBBS) (BERBER SARDINHA, 2004).

As autoras observam que a relação entre os dados dos *corpora* foi possível, porque o CBBS, que é um *corpus* constituído de palavras classificadas quanto ao uso, tanto na escrita quanto na fala, sem delimitações regionais, possibilita a seleção de dados especificamente de fala, viabilizando assim a que correlação entre esse *corpus* e a do VARSUL, constituído somente por dados de fala. Para a frequência do CBBS, a seguinte escala foi adotada: (a) mais de quatro algarismos: frequência alta; (b) com três algarismos: frequência média e (c) menos de dois algarismos: frequência baixa.

Os procedimentos metodológicos para análises dos efeitos de *tokens* e *types*, conduzidos separadamente, resultaram nos seguintes achados:

a) A hipótese de que *tokens* de frequência alta são preferidos para a harmonização vocálica é parcialmente confirmada: *tokens* mais frequentes no corpus VARSUL, com contexto de harmonização vocálica, não correspondem a palavras de alta frequência; no entanto, as palavras de frequência alta e de frequência média com contexto de harmonização vocálica superam as de baixa frequência.

b) A hipótese de que *types* de frequência alta são preferidos para a harmonização vocálica é confirmada, já que o processo tende a aplicar-se em conjuntos de palavras que tenham a mesma base morfológica. Adicionalmente, afirmam as autoras que a harmonização tende a aplicar-se em *types* em que se manifestam *tokens* de frequência alta.

A fim de buscar indícios do *status* de harmonização vocálica em dados do Sul do Brasil, Leal e Bisol (2017) apresentaram sete paradigmas constituídos de palavras fonológicas derivadas e não derivadas, flexionadas e não flexionadas, divididos em ‘com efeito da harmonização vocálica’ e ‘sem efeito da harmonização vocálica’. A soma de ocorrências de cada um dos paradigmas foi a referência para a apreensão do *status* do processo no paradigma e, a partir do conjunto de resultados, o *status* da harmonização vocálica no sistema. Desse modo, se o subconjunto com efeito de harmonização apresentasse 10 ocorrências a mais em relação ao subconjunto sem efeito, a progressão era identificada; se os valores de ocorrências dos dois subconjuntos fossem idênticos ou diferentes, mínima ou moderadamente, a estabilidade era identificada.

O cômputo geral obtido acenou como indicativos de progressão os paradigmas [segi] (‘seguir’, ‘seguido’, ‘seguisse’, ‘perseguir’, ‘conseguir’ etc.); [kostum] (‘costumo’, ‘acostumado’, ‘custume’ etc.), [poli] (‘policial’, ‘política’ etc.) e [kozi] (‘cozinha’, ‘cozinheiro’, ‘cozido’ etc.). Como indicativos de estabilidade, foram apontados [vesti] (‘vestiam’, ‘vestidas’, ‘vestimenta’ etc.); [felis] (‘feliz’, ‘infeliz’, ‘felicidade’ etc.) e [segu] (‘segurança’, ‘segurou’, ‘seguro’, ‘seguradora’ etc.). A pequena diferença encontrada (quatro com harmonização em progressão e três, em estabilidade) conduziu Leal e Bisol (2017, p.113) a concluir que, para a variedade sulista,

“[...] a HV é uma regra com estabilidade no sistema que dá sinais de expansão”.

A harmonização vocálica no sistema da língua portuguesa falada no Brasil, incorporada à fonologia em língua portuguesa por Camara Jr. (1970), encontra, na produção intelectual de Bisol relatada neste capítulo, sua descrição mais ampla, voltada à variedade sulista, em especial a gaúcha, e análise fonológica apurada. O escopo abarcado para o exame da harmonização transita pela variação laboviana, pela fonética - articulatória, impressionística e acústica - e pela fonologia, sobretudo na linha gerativa linear e na não linear, com breve entrada na chamada fonologia de uso. Esse múltiplo olhar para a harmonização constitui uma base sólida de referência, inspiradora de muitos dos trabalhos que se seguiram sobre o tema, como os que são tratados na próxima seção, ponto de partida para novos estudos.

3. A HARMONIA VOCÁLICA: ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

Das pesquisas realizadas nos últimos dez anos que partem das análises variacionista e/ou fonológica desenvolvidas por Bisol, serão considerados, neste capítulo, os trabalhos de Sândalo (2012), Matzenauer (2013), Collischonn e Silva (2013), Kenstowicz e Sândalo (2016), Abaurre e Sândalo (2017) e Barbosa *et al.* (2019). Sândalo (2012), Kenstowicz e Sândalo (2016), Abaurre e Sândalo (2017) e Barbosa *et al.* (2019) discutem a harmonização vocálica envolvendo vogais baixas; Matzenauer (2013) aborda o processo na produção linguística de crianças, e Collischonn e Silva (2013), a partir da síntese de dois modelos teóricos, com foco em suas características tipológicas e condicionamentos.

Sândalo (2012), com o propósito de interpretar a correlação entre harmonia e redução vocálica na perspectiva da Teoria da Dispersão (FLEMMING, 2004), retoma os resultados dos experimentos em Kenstowicz e Sândalo (2011), para discutir padrões de harmonia em dialetos do português.

Dois experimentos acústicos foram conduzidos, um para o exame da harmonia e outro, para o da redução. O primeiro experimento contou com um corpus de 170 palavras paroxítonas trissilábicas lidas em frase veículo ('Ela disse ____ devagar') por 04 falantes de regiões distintas, Recife-PE, Belo Horizonte-MG e Campinas-SP. Os resultados revelaram a correlação entre os valores de F_1 da vogal tônica e pretônica para todos os falantes em graus, tanto com vogais baixas ('medonha', 'mococa') quanto com altas ('pepino', 'polida'). A resistência da vogal /e/ pré-tônica à harmonia diante da vogal /u/, padrão constatado por Bisol (1981, 1989), também foi atestada pelos autores, que observaram o mesmo comportamento para as baixas: a harmonização é mais resistente se a tônica for anterior e a pré-tônica, posterior.

O segundo experimento observou acusticamente a redução vocálica quanto à duração e ao alteamento de vogais pré-tônicas e pós-tônicas. O *corpus* analisado contou com 25 palavras paroxítonas trissilábicas e 25 proparoxítonas trissilábicas lidas na mesma frase veículo por dois participantes de regiões diferentes (Recife-PE e Campinas-SP). Os resultados apontaram que, na pré-tônica trissilábica, não há mudança significativa da qualidade da vogal /a/; no entanto, em posição pós-tônica, essa vogal sofre alteamento. Quanto à redução, as pré-tônicas mostraram-se mais longas do que a pós-tônica não final, embora a pós-tônica final possa sofrer alongamento. A autora conclui que a harmonia ocorre onde não há intensa redução vocálica, em termos de duração, e onde uma vogal baixa pode ser mantida sem alteamento, isto é, como baixa.

Conclui a autora que a harmonia com /a/ ('pelado', 'selada', 'cocada') está relacionada com a dispersão do sistema vocálico acusticamente mapeado: em sistemas mais amplos, o /a/, por estar fora da faixa harmonizante, permanece inerte; em sistemas mais aglutinados, por outro lado, essa vogal aumenta seu potencial de gatilho.

Em trabalho posterior, Kenstowicz e Sandalo (2016) investigam a redução fonética no PB a partir do exame da proeminência prosódica em posição tônica, pré-tônica, pós-tônica e final. O corpus fora constituído de dois conjuntos de dados, o primeiro composto de 23 substantivos paroxítonos com padrão silábico CVCVCV, para a determinação das diferenças de duração, intensidade e timbre da vogal nas três posições átonas em relação à tônica, e o segundo composto de 170 substantivos paroxítonos com padrão CVCVCV, com alternância das sete vogais tônicas na penúltima sílaba e das cinco em pré-tônica.

Os resultados apresentados, obtidos a partir da aplicação de um teste de regressão linear de efeitos mistos, mostraram que, de fato, foi identificada no *corpus* a harmonia de vogais pré-tônicas médias com as vogais tônicas altas e médias abertas como parte da gramática e não como um simples efeito fonético. No entanto, não foi detectada a harmonia fonológica entre outras vogais e a tônica, bem como entre as vogais médias pré-tônicas e a vogal baixa /a/ na tônica, embora haja certa coarticulação fonética. Conforme observam Abaurre e Sândalo (2017), tal constatação foi possível dada a metodologia para análise proposta pelos autores, cuja orientação básica é a de que a harmonia fonológica de altura envolvendo vogais médias deve envolver uma correlação estatística significativamente maior entre o valor de F_1 dessas vogais e o valor de F_1 da tônica em comparação ao valor de F_1 das demais vogais pré-tônicas e o valor de F_1 da tônica.

Abaurre e Sândalo (2017), na esteira dos trabalhos anteriores, apresentaram argumentos em defesa da Tese de que a harmonia vocálica de pré-tônicas com tônicas altas e médias abertas é uma realidade no PB. Adicionalmente, as autoras buscaram oferecer uma explicação para o fato de que a harmonia vocálica no PB é mais frequente em alguns dialetos do que em outros.

Com base na análise acústica das vogais pré-tônicas de cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife) apresentada em Callou, Moraes e Leite (2013), as autoras observam que, na comparação entre os valores formânticos obtidos para as vogais do Recife e de São Paulo, as vogais médias da capital pernambucana são mais abertas do que as de São Paulo, as vogais altas têm o mesmo valor aproximado das vogais médias fechadas paulistanas e as médias fechadas são mais baixas do que as de São Paulo. Desse modo, sugerem que as vogais médias altas pré-tônicas de Recife são percebidas como abertas por falantes de São Paulo, já que “[...] além de ouvir pretônicas verdadeiramente harmonizadas, o paulista tende a ouvir vogais pretônicas não harmonizadas com médias abertas como abertas” (ABAURRE; SÂNDALO, 2017, p.495). O que parece justificar essa análise, segundo as autoras, é o fato de que a dispersão dos sistemas vocálicos pode ter papel relevante na percepção de contrastes, o que levaria os falantes, portanto, a interpretar as vogais de outras variedades de acordo com a dispersão das vogais de sua língua ou dialeto.

Com base no pressuposto de que o grau de coarticulação vogal a vogal é condição necessária para a harmonia vocálica, mas não é condição suficiente, Barbosa *et al.* (2019) analisaram 58 trissílabos em duas variedades, uma nordestina e outra paulista, com base na produção e na percepção de quatro participantes, dois recifenses e dois paulistas. Foram consideradas as frequências de F₁ e F₂ e a du-

ração das vogais pré-tônicas e tônicas com o objetivo de investigar a harmonização vocálica como consequência da coarticulação antecipatória, isto é, tomou-se como ponto de partida o fato de que a vogal tônica pode influenciar, em diferentes graus, a produção da vogal que a precede, independentemente da consoante interveniente, admitindo-se, inclusive, a possibilidade de bloqueio do processo. Desse modo, a coarticulação foi confirmada para a amostra em análise no estudo quando os valores da pré-tônica nas palavras candidatas à harmonização acompanharam as características formânticas da tônica e quando o eventual abaixamento ou alçamento é acompanhado por alongamento e encurtamento, respectivamente.

As variáveis operacionais independentes consideradas para análise foram dialetos (recifense e paulista); efeito da familiaridade com a palavra (alta e baixa); proeminência da palavra no enunciado ‘Digo ____ baixinho’ e ‘Baixinho digo ____’ (proeminente e não proeminente). As dependentes foram duração, F_1 e F_2 e harmonização vocálica. Os resultados obtidos indicaram que a harmonização ocorre com maior frequência em palavras familiares e é disparada preferencialmente por vogal tônica baixa e média-baixa no Recife. Quanto à qualidade da vogal que mais sofre harmonização, a vogal /e/ mostrou frequência mais alta do que a vogal /o/. A duração não mostrou papel relevante, assim como também a proeminência da palavra no enunciado.

A análise da amostra de produção recebeu o suporte de dois testes de percepção aplicados a 70 ouvintes, 50 paulistas e 20 recifenses, quanto às vogais em posição pré-tônica gravadas por paulistas e por recifenses. Para tanto, foram extraídas, para a composição desses testes, as sílabas pré-tônicas das palavras da amostra de produção, a fim de se evitar a influência do léxico. No primeiro, realizado com 56 sílabas, os ouvintes realizaram um teste de avaliação

da qualidade acústica das vogais /i, a, u/ com base em uma escala de Likert de cinco graus, de ‘muito ruim’, ‘ruim’, ‘passável’, ‘bom’ e ‘muito bom’. No segundo, que contou com 66 sílabas, deveriam informar se as vogais médias eram abertas ou fechadas. Os resultados não confirmaram a maior tendência de /e/ à harmonização com vogal tônica alta verificada nos resultados de produção. De outro modo, tanto para as sílabas produzidas por paulistas quanto por recifenses, ambos os grupos de juízes mostraram-se mais sensíveis à informação referente ao abaixamento diante de tônicas baixas, já que recifenses e paulistas perceberam as pré-tônicas como /e, o/ quando a tônica era /i, e, o, u/; por sua vez, se a tônica era aberta ou médio-aberta, uma pequena percentagem de /e/ pré-tônicos produzidos por paulistas foi percebida como [ɛ], e uma alta percentagem de /e/ pré-tônicos produzidos por recifenses foi percebida como [ɛ]. Quanto aos casos de /o/ pré-tônico diante de /ɛ, a, ɔ/ produzidos por paulistas, metade foi percebida como [ɔ], mas quando produzidos por recifenses, uma alta percentagem foi percebida como [ɔ], o que parece apontar para a tendência de os ouvintes do Recife perceberem as vogais posteriores como baixas em geral.

Collischonn e Silva (2013), com o objetivo de discutir o processo de harmonização vocálica no PB, confrontam duas perspectivas teóricas que abordam questões fundamentais sobre as características tipológicas e condicionamentos do fenômeno de harmonia vocálica na língua, respectivamente, a de Hulst e Van Der Weijer (1995) e a de Archangeli e Pulleyblank (2007).

Ao traçar um breve panorama sobre o processo, a partir de estudos sistemáticos, principalmente de cunho variacionista, realizados em diferentes variedades do PB, as autoras destacam que, desde Bisol (1981), sabe-se que a elevação da vogal média pré-tônica se caracteriza como um processo de harmonia de realização variável,

sem indícios de mudança em curso, ou de avanço bastante lento. Ressaltam as autoras que os casos de elevação de vogais médias pretônicas, próximas do categórico, não se caracterizam como harmonização vocálica, por se aplicarem independentemente da existência de vogal alta na palavra.

Para o confronto do tema com as perspectivas teóricas dos autores selecionados, Collischonn e Silva (2013) apresentam as propostas teóricas em separado, destacando os pontos principais que as diferenciam. Assim, primeiro partem da caracterização da harmonia por Hulst e Van Der Weijer (1995), que têm como preocupação estabelecer uma teoria abrangente de harmonia vocálica que explique as questões de representação do processo assimilatório em termos de traços. Questões referentes ao domínio da harmonia (palavra prosódica), à natureza dos traços envolvidos no processo (preenchimento de traços) e à localidade (papel das consoantes intervenientes e transparência/opacidade das vogais intervenientes) são discutidas.

Na perspectiva de Archangeli e Pulleyblank (2007), por outro lado, as questões caras a Hulst e Van Der Weijer (1995) tornam-se secundárias, pois, como pontuam as autoras, para os primeiros o foco está nas propriedades que qualquer modelo teórico precisa derivar, e não nas propriedades formais da gramática propriamente dita. A harmonização vocálica é então caracterizada por propriedades variáveis definidas por condições limitadoras, que podem ser interpretadas em termos de restrições, a exemplo das condições sobre gatilho e alvo (o gatilho tem que estar em posição de núcleo silábico; as condições sobre o segmento alvo podem referir-se a traços ou posições); condições de restrição de domínio (de natureza fonológica ou morfológica ou sintática); condições de direcionalidade (ponto de ancoragem em direção ao qual o processo se reali-

za); condições de limitação de iteração, já que a iteração parece ser compreendida como aplicação *default* da harmonia, caso nenhum tipo de limitador interfira.

Como resultado desse confronto teórico, Collischonn e Silva (2013) concluem que o texto de Archangeli e Pulleblank (2007) não traz um posicionamento claro às instâncias do processo assimilatório de espriamento dos traços entre segmentos vocálicos, pois, embora seja possível vislumbrar a influência de perspectiva autosegmental, pelos posicionamentos dos autores, há, porém, uma referência evidente à noção de *restrição* oriunda da Teoria da Otimalidade.

Matzenauer (2013), com o objetivo de investigar a harmonização vocálica no processo de aquisição da linguagem por crianças falantes nativas do PB, analisou uma amostra de 84 crianças com idades entre 1;9 e 3;9 à luz do Modelo de Economia Representacional com Base em Restrições (CLEMENTS, 2001). As questões norteadoras da pesquisa envolveram a caracterização geral da harmonização vocálica no processo de aquisição da linguagem, a possível relação entre a harmonização vocálica e a harmonização consontal nos estágios de desenvolvimento fonológico das crianças, e a capacidade explanatória do modelo teórico adotado no contexto da pesquisa.

O *corpus* em exame foi dividido em dois grupos, sendo o primeiro, particular da aquisição, composto por dados de harmonização vocálica em que alvo e gatilho podem ser quaisquer vogais. São exemplos: [kolo'sẽw̃] para 'coração', em que se observa a harmonização por espriamento de traço; [ko'kolu] para 'cachorro', com harmonização como resultado de reduplicação e [a'sukarẽ] para 'o açúcar', com harmonização como resultado de epêntese. O segundo grupo foi composto por dados de harmonização vocálica em que o alvo são as vogais médias pré-tônicas e o gatilho, uma vogal alta na sílaba seguinte, a exemplo de [mi'nine] para 'menina'.

A análise conduzida revelou que a harmonia vocálica como alvo nas vogais médias pré-tônicas e com o gatilho da vogal alta, típica da fala adulta, foi observada em quase 100% das produções, fato que conduz ao questionamento sobre qual é a vogal que as crianças possuem na representação subjacente, se uma média alta ou alta e, conseqüentemente, coloca em dúvida a efetividade da aplicação, pelas crianças pequenas, do processo de harmonização. Nesse cenário, propõe a autora a representação lexical com a vogal alta em posição pré-tônica quando o *input* que a criança recebe mostra predominantemente essa vogal. Em etapas seguintes do desenvolvimento, em contato com a escrita, a vogal média seria representada nesse contexto, momento em que a harmonização vocálica passaria a atuar.

Encerra-se esta seção com o registro de que o alçamento/elevação de pré-tônicas, seja no exame especificamente da harmonização vocálica ou do alçamento sem motivação aparente, seja no exame conjunto desses processos, têm encontrado seu terreno mais fértil no âmbito da Sociolinguística. Prova disso é o registro oferecido pelo Portal de Teses de Dissertações da CAPES, que computa, para os últimos dez anos⁴, 12 trabalhos (70,6%) desenvolvidos nessa perspectiva, de um total de 17 sobre o tema.

A seleção dos textos que compuseram este capítulo é em si mesma a atestação da substancial contribuição das pesquisas de Leda Bisol para a Fonologia do Português Brasileiro, quer na perspectiva teórica, a partir da explicação de base gerativa para a harmonização vocálica, quer na perspectiva variacionista, a partir da identificação dos condicionadores desse processo na diacronia e na sincronia.

4 Conforme consulta realizada em 17 de agosto de 2023.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B.; SÂNDALO, F. Coarticulação e harmonia vocálica. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 59, n. 3, p. 487-497, 2017.

ARCHANGELI, D.; PULLEYBLANK, D. Harmony. *In*: DE LACY, P. (Ed.). **The Cambridge Handbook of Phonology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 353-378.

ASSIS, A. P.; CARVALHO, A. M.; GOMES FILHO, A.; MONTEIRO, C. S.; TUCCI, C.; PINHEIRO, C.; SOUSA, S. S.; PINTO, G. C.; FREAZA, L. A. W.; TINI, L. F.; DINIS, M. R.; SCATENA, M. C. N.; DRUMOND, M. C.; ABREU, M. J. C.; COSTA, O.; PAULA, R. M. R. D.; MENEGAZ, R.; PEREIRA, S. B.; SILVA, V. C.; GUIMARÃES, Z. T. P. Índice analítico do vocabulário de Os Lusíadas. *In*: CUNHA, A. G. (Org.). **Dicionário da Língua Portuguesa: Textos e vocabulários**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1966.

BARBOSA, J. S. **Gramática Filosófica da Língua Portuguesa**. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências, 1822.

BARBOSA, P. A.; PAPA, P. B.; SILVA, B. A.; MOURÃO, N. Harmonia vocálica e coarticulação vogal a vogal em duas variedades do português brasileiro. **D.E.L.T.A.**, v. 35, n. 2, p. 01-32, 2019.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Editora Manole, 2004.

BISOL, L. **Harmonização vocálica: Uma regra variável**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

BISOL, L. A vogal pretônica e a diversidade dialetal. **Ilha do Desterro**, n. 20, p. 09 -18, 1988a.

BISOL, L. A harmonização vocálica na fala culta (Dados do Projeto NURC). **D.E.L.T.A.**, v. 4, n. 1, p. 01-20, 1988b.

BISOL, L. Vowel harmony: A variable rule in Brazilian Portuguese. **Language Variation and Change**, n. 1, p. 185-198, 1989.

- BISOL, L. Neutralização das átonas. **D.E.L.T.A.**, v. 19, n. 2, p. 267-276, 2003.
- BISOL, L. Harmonização gradiente. **Diadorim**, v. 8, p. 13 -24, 2011.
- BISOL, L. Harmonização vocálica: Efeito parcial e total. **Organon**, v. 28, n. 54, p. 49-61, 2013.
- BISOL, L. A Harmonização vocálica como indício de uma mudança histórica. **D.E.L.T.A.**, v. 31, n. 1, p. 185-205, 2015.
- BYBEE, J. L. **Morphology**: A study of the relation between meaning and form. Philadelphia: Benjamins, 1985.
- BYBEE, J. L. **Phonology and Language Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BYBEE, J. L. Word frequency and context of use in the lexical diffusion of phonetically conditioned sound change. **Language Variation and Change**, v. 14, n. 3, p. 261- 290, 2002.
- BYBEE, J. L. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CAMARA, Jr., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CALLOU, D.; MORAES, J. A.; LEITE, Y. As vogais orais: Um estudo acústico-variacionista. In: ABAURRE, M. B. (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil (v. VII)**: A construção da palavra fonológica. São Paulo: Contexto, 2013. p. 75-93.
- CEDERGREN, H. J.; SANKOFF, D. Variable rules: Performance as a statistical of competence. **Language**, n. 2, p. 333-355, 1974.
- CLEMENTS, G. N. Place of articulation in consonants and vowels: A unified theory. **Working Papers of the Cornell Phonetics Laboratory**, n. 5, p. 77-123, 1991.
- CLEMENTS, G. N. Representational economy in constraint-based phonology. In: HALL, T. A. (Ed). **Distinctive Feature Theory**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001. p. 71-146.

CLEMENTS, G. N.; HUME, E. V. The internal organization of speech sounds. *In*: GOLDSMITH, J. A. (Ed.). **The Handbook of Phonological Theory**. Cambridge, Mass.: Basil Blackwell, 1995. p. 245-301.

COLLISCHONN, G.; SILVA, M. Elevação das médias pretônicas por harmonia: Questões empíricas e teóricas. **Working Papers em Linguística**, v. 14, n. 2., p. 1-14, 2013.

FEIJÓ, J. M. M. **Orthographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa**. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1739.

FLEMMING, E. Contrast and perceptual distinctness. *In*: HAYES, B.; KIRCHNER, R.; STERIADE, D. (Eds.). **Phonetically Based Phonology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 232-76.

GUY, G. R.; BISOL, L. A Teoria Fonológica e a Variação. **Organon**, n. 18, p. 126 -136, 1991.

HOUAISS, A. **Tentativa de Descrição do Português Culto na Área Dita Carioca**. Rio de Janeiro: Dep. da Imprensa Nacional, 1959.

HULST, H.; VAN DER WEIJER, J. Vowel harmony. *In*: GOLDSMITH, J. (Ed.). **The Handbook of Phonological Theory**. Oxford: Basil Blackwell, 1995. p. 495-534.

KENSTOWICZ, M.; SANDALO, F. **Pretonic Vowel Reduction in Brazilian Portuguese**: Harmony and dispersion. Manuscrito. 2011.

KENSTOWICZ, M.; SANDALO, F. Pretonic Vowel Reduction in Brazilian Portuguese: Harmony and dispersion. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 15, n. 6, p. 1-19, 2016.

KIPARSKY, P. Bloking in non-derived environments. *In*: HARGUS, S.; KAISSE, E. (Orgs.). **Phonetics and Phonology**. Nova Iorque: Academic Press, 1993, p. 277-210.

LABOV, W. Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula. **Language**, n. 45, n. 4, p. 715-762, 1969.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.

LABOV, W. **Language in the Inner City**: Studies in the black English vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972b.

LEAL, E. G.; BISOL, L. Frequência de uso: Tokens e types na harmonia vocálica. **ReVEL**, edição especial, n. 14, p. 82-114, 2017.

LINDBLOM, B. Explaining phonetic variation: A sketch of the H&H theory. In: HARDCASTLE, W. J.; MARCHAL, A. (Eds.). **Speech Production and Speech Modeling**. Dordrecht, Holanda: Springer, 1990. p. 403-39.

MALER, B. **Orto do esposo**. v. I. Texto crítico. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, [1956] 1964.

MARTINS, J. V. P. **Tratado de Confissom**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973.

MATZENAUER, C. L. B. Harmonia vocálica: Um epifenômeno na aquisição fonológica. **Organon**, v. 28, n. 54, p. 31-47, 2013.

NASCIMENTO SILVA, A. **As pretônicas no falar teresinense**. Tese (Doutorado em Linguística). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NUNES, J. J. **Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)**. 5 ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.

OLIVEIRA, F. **A Gramática da Linguagem Portuguesa**: Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, [1536] 1975.

PEREYRA, B. **Thesouro da lingua portvgvesa**. Lisboa: Oficina de Paulo Graesbeeck, 1647.

PEREYRA, B. **Regras Geraes**. Lisboa: Companhia de Jesus, 1666.

PHILLIPS, B. S. Word frequency and the actuation of sound change. **Language**, v. 60, n. 2, p. 320-342, 1984.

RAZKY, A.; SANTOS, E. G. O perfil geolinguístico da vogal /e/ no Estado do Pará. *In*: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (Orgs.). **Dos Sons às Palavras**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 17-40.

SÁ, F. F. **A Língua Portuguesa (Dificuldades e Dúvidas)**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1915.

SACKS, N. P. **The Latinity of Dated Documents in the Portuguese Territory**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1941.

SANDALO, F. Harmonia e redução vocálica no português do Brasil. **Letras de Hoje**, v. 47, n. 3, p. 268 -274, 2012.

SILVA NETO, S. **Fontes do Latim Vulgar**: o Appendix Probi. 3. ed. rev. melh. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1956.

SILVA NETO, S. **História da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. Coleção de Filologia Portuguesa, 1970.

SOUSA DA SILVEIRA, A. F. de. **Lições de Português**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SCHWINDT, L. C. **A harmonia vocálica em dialetos do sul do país**: Uma análise variacionista. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1995.

TRUBETZKOY, N. S. **Principes de Phonologie**. Paris: Editions Klincksieck, 1967.

WETZELS, L. Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 23, p. 19-55, 1992.

A PALATALIZAÇÃO DAS OCLUSIVAS DENTAIS/ALVEOLARES¹

Dermeval da Hora

1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB)

Um dos processos mais produtivos no PB é o processo de palatalização, envolvendo as consoantes oclusivas dentais/alveolares /t, d/. Entende-se como palatalização, segundo a definição de Kochetov (2011), um processo fonológico pelo qual consoantes adquirem articulação palatal secundária ou mudança de seu ponto primário para uma região palatal ou próxima a ela. Foi uma definição cunhada em 2011, mas que desde os anos 1980, já se entendia tal conceito como o por ela formulado.

Esse processo, hoje, é bastante estudado no Brasil, mas seu interesse primeiro, sob uma perspectiva fonética, aparece na dissertação de Cagliari (1974), que faz uma análise palatográfica do processo de palatalização no Português Brasileiro. Na sequência, considerando o aspecto gerativo, aparece na tese de Barbra Lopez (1979), e alguns anos depois é revisitado por Leda Bisol (1985a), como objeto de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de

1 Este texto é uma homenagem à Profa. Leda Bisol, grande iniciadora que foi dos estudos variacionistas, tendo como objeto de estudo a palatalização das oclusivas dentais no sul do país, e que muito contribuiu para os estudos fonológicos no Brasil. A ela devemos muito.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que resultou no relatório *A palatalização e sua restrição variável*. Nesse relatório, a análise apresentada, diferente do que fez Barbra Lopes, tem base variacionista, à luz da proposta laboviana (LABOV, 1966).

O processo de palatalização tem sido um dos mais frequentes objetos de estudo de pesquisas de base variacionista desenvolvidas no Brasil e também algumas análises formais que a ele estão associadas têm sido suscitadas. Considerando que “fatores estruturais e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.126), vários estudos buscaram identificar e medir o efeito de determinadas restrições na aplicação da palatalização em diferentes comunidades de fala do Brasil.

Nos anos 1990, Hora, com base em dados coletados em Alagoinhas (BA), e sob a orientação de Leda Bisol, desenvolve sua tese *A palatalização das oclusivas dentais: variação e representação não linear*. É um dos primeiros trabalhos que considera, ao lado da análise variacionista, a proposta autosegmental, iniciada nos anos 1972 por John Goldsmith nos Estados Unidos.

A partir de então, muitos outros estudos surgiram no Brasil. Entre eles, podemos citar: na Bahia, Mota (1995); Mota e Rollemberg (1997); Ribeiro (2018); na Paraíba, Hora (1997), Hora e Henrique (2015); em Alagoas, Santos (1996), Oliveira (2021); Em Santa Catarina, Almeida (2000), Pagotto (2001), no Rio Grande do Sul, Kamianecy (2002), Pires (2003), Paula (2006); Dutra (2007), Matté (2009), Battisti e Dornelles Filho (2012), Battisti e Hermans (2016); no Rio de Janeiro, Carvalho (2002); em Sergipe, Souza Neto (2008); no Pará, Godinho (2012); em Pernambuco, Silva Filho (2018). Foram estudos realizados em diferentes regiões brasileiras e com análises teóricas diversas, principalmente na perspectiva da Fonologia.

Apesar de haver uma tendência geral em relação a esse fenômeno no PB, sua taxa de uso difere bastante entre as comunidades de fala brasileiras. Inicialmente, vale a pena dizer que esses trabalhos não têm os mesmos parâmetros quanto a sua estratificação na coleta dos dados. Há entre eles trabalhos de cunho dialetológico, embora a maioria siga a metodologia variacionista na perspectiva laboviana (LABOV, 1966). É lamentável não termos um parâmetro que os regule para que a comparação de seus resultados seja mais significativa. Isso lembra-nos o que sempre nos disse Gisele Machline de Oliveira e Silva: “precisamos ter corpora mais ajustados quanto à metodologia, principalmente na sua estratificação, para que os resultados possam ser melhor comparados”. Vale mencionar que os *corpora* utilizados vão de dados coletados individualmente, como também de dados que compõem grandes *corpora*, como é o caso dos resultantes do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC) e do Projeto Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARSUL), entre outros.

Outro aspecto que vale salientar é quanto à variável dependente selecionada. Há trabalhos, como o de Bisol (1985a), que controla, além da palatalização, a africativação; o de Hora (1990), entre outros, por sua vez, que controla apenas a oposição entre palatalização e não palatalização ou oclusiva alveolar. Há, também, trabalhos como o de Pagotto (2001), que controla as ocorrências da oclusiva alveolar, da africada alveolar e da africada palato-alveolar. O que fica claro é que a presença da oclusiva dental/alveolar, em posição de ataque, pode resultar em uma dessas três variantes: [t, d], [ts, dz] ou [tʃ, dʒ], que variavelmente ocorrem nas comunidades em análises.

No conjunto geral dos trabalhos indicados, como demonstra o Quadro 1, as restrições estruturais controladas foram: contexto

fonológico precedente, contexto fonológico seguinte, sílaba, jun-
tura, sonoridade, tonicidade, posição, consoante alvo, natureza
do gatilho, tipo de vogal alta, posição e item lexical. Em relação às
restrições sociais, foram controladas: sexo, idade ou faixa etária,
escolaridade, classe social, etnia, atividade profissional, localida-
de dos falantes.

Quadro 1 – Restrições estruturais controladas e selecionadas

Restrições Estruturais	Autores
Contexto precedente	Bisol (1985a); Hora (1990); Almeida (2000); Pagotto (2001); Kamianecky (2002); Paula (2006); Dutra (2007); Matté (2009); Godinho (2012); Ribeiro (2018); Oliveira (2021)
Contexto seguinte	Bisol (1985a); Hora (1990); Paula (2006); Pires (2003); Dutra (2007); Matté (2009); Battisti; Dornelles Filho (2012)
Sílaba	Bisol (1985a); Almeida (2000); Pagotto (2001); Paula (2006); Pires (2003); Dutra (2007); Matté (2009); Silva Filho (2018); Godinho (2012); Battisti; Dornelles Filho (2012); Ribeiro (2018); Oliveira (2021)
Juntura	Bisol (1985a)
Sonoridade	Pagotto (2001); Paula (2006); Pires (2003); Dutra (2007); Godinho (2012); Battisti; Dornelles Filho (2012); Oliveira (2021)
Tipo de vogal alta	Bisol (1985a); Pagotto (2001); Pires (2003); Dutra (2007); Matté (2009); Godinho (2012); Battisti; Dornelles Filho (2012)
Item lexical	Silva Filho (2018)

Restrições Sociais	
Sexo	Hora (1990; 1997); Pagotto (2001); Paula (2006); Pires (2003); Dutra (2007); Matté (2009); Silva Filho (2012); Battisti; Dornelles Filho (2012); Oliveira (2021)
Idade ou Faixa Etária	Hora (1990, 1997); Pagotto (2001); Kamiarczyk (2002); Paula (2006); Pires (2003); Dutra (2007); Battisti; Dornelles Filho (2012); Oliveira (2021)
Escolaridade	Hora (1997); Pagotto (2001); Pires (2003); Dutra (2007); Oliveira (2021)
Etnia	Bisol (1985a)
Atividade Profissional	Dutra (2007)
Localidade dos falantes	Pagotto (2001); Matté (2009); Godinho (2012); Battisti; Dornelles Filho (2012); Oliveira (2021)

Fonte: o próprio autor

Ao analisarmos o Quadro 1, no tocante às restrições estruturais, o que nos chama atenção é que as três primeiras são as mais controladas, seguidas pela ‘Sonoridade’ e pelo ‘Tipo de Vogal Alta’. A ‘Juntura’ é controlada apenas por Bisol (1985a), e o ‘Item lexical’, apenas por Silva Filho (2018). Quanto às restrições sociais, as que dizem respeito ao ‘Sexo’, ‘Idade’ ou ‘Faixa Etária’, ‘Escolaridade’ e ‘Localidade dos Falantes’ são as mais controladas. Desse conjunto, apenas Bisol controla a ‘Etnia’ e Dutra controla a ‘Atividade Profissional’. Aqui, podemos citar algo que sentimos ser interessante. Quando realizávamos nosso trabalho em 1990, na codificação dos dados, que foram mais de vinte mil ocorrências, já podíamos, antes

mesmo de rodar os dados, intuir que o contexto fonológico precedente era uma das restrições mais significativas, algo que se confirmou após rodada dos dados.

Voltando à análise das restrições estruturais, observamos quanto à restrição ‘Contexto Fonológico Precedente’, em uma das comunidades estudadas por Bisol (1985b), que a vogal média-baixa e a vogal posterior foram as que mais influenciaram a palatalização. Em outras comunidades, a variante vibrante foi a que mais induziu seu comportamento. O que fica explícito no trabalho de Bisol é que a restrição sibilante é a mais forte inibidora da palatalização. Diferentes desse trabalho, os demais autores não salientam um dos fatores que favorecem a não palatalização, e ficam restritos aos fatores favorecedores, que, muitas vezes, coincidem com os de Bisol (1985a,b). Hora (1990) apresenta como principais fatores o contexto nasal, em ‘elefante’, como Paula (2006), Dutra (2007) e Godinho (2012) por exemplo, seguindo-se das vogais médias ‘rede’, ‘bigode’ e da vogal alta ‘pudim’, do rótico faringal ‘perde’ e do glide anterior ‘leite’. Como em Bisol (1985a,b) e Ribeiro (2018), a sibilante é a mais forte inibidora, ao contrário do que foi encontrado por Pagotto (2001), Oliveira (2021). Almeida (2000), analisando dados do Projeto Varsul de Flores da Cunha, observou, ao contrário de Bisol, que o mais forte inibidor à palatalização é a lateral. Em relação aos contextos favorecedores, seguem o mesmo caminho que Bisol (1985a) e Hora (1990), exceto em relação à sibilante. O que fica claro em relação a essa restrição é que a maioria dos trabalhos a selecionou como significativa, com grupos de fatores similares, excetuando-se quando se trata da fricativa que antecede a oclusiva dental/alveolar.

O trabalho de Bisol (1985a), que motiva esse estudo, analisa a restrição da sibilante como a principal inibidora do processo de pa-

latalização, levando, muitas vezes, à realização de uma africada após elisão da vogal /i/, como em ‘an[tis]>an[ts]’, ‘pare[dis]>pare[ds]’. O ‘Contexto Fonológico Seguinte’ serviu como gatilho para a palatalização das oclusivas dentais em várias comunidades (HORA, 1990; KAMIANECKY, 2002; PAGOTTO, 2001; PIRES, 2003). Bisol (1985a) e Pires (2003) encontraram a lateral como mais favorecedora. O que se observa em relação a esta restrição é que há uma divergência entre os diferentes trabalhos, mas o que fica claro é que a fricativa, em boa parte deles (HORA, 1990; PAGOTTO, 2001; PIRES, 2003), funciona como bloqueadora do processo de palatalização, confirmando o encontrado por Bisol (1985a).

A respeito da ‘Sílabas’, são controladas as três posições: tônica, pretônica e postônica, que coincidem com a tonicidade onde ocorre a oclusiva dental/alveolar. Sua influência no emprego da palatalização das oclusivas dentais/alveolares depende bastante da comunidade de fala. De acordo com Dutra (2007), para alguns trabalhos, as variantes que mais motivam a palatalização são as pretônicas e tônicas (BISOL, 1985a; DUTRA, 2007; GODINHO, 2012; KAMIANECKY, 2002; MATTÉ, 2009); em outras comunidades são as postônicas (ALMEIDA, 2000; HORA, 1990). Uma justificativa para a seleção de outra tonicidade que não a tônica, vamos encontrar em Dutra (2007, p.10), segundo a qual, considerando o princípio da saliência fônica, uma inovação menos proeminente teria maior possibilidade de sucesso ou expansão do que uma inovação mais proeminente. Isso significa que a regra inovadora prefere as posições de menor destaque na estrutura silábica, diminuindo, dessa forma, o efeito externo da crítica a um comportamento linguístico não usual ou estranho.

A influência do ‘Vozeamento’ da oclusiva foi significativa em diversos estudos. Em todos eles, o segmento desvozeado foi o

mais influente no processo da palatalização das oclusivas dentais (CARVALHO, 2000; DUTRA, 2007; PAGOTTO, 2001; PIRES, 2003; MATTÉ, 2009).

Nos estudos em que as rodadas estatísticas consideraram a restrição ‘Tipo de Vogal Alta’ significativa, a variante vogal não derivada foi a que mais motivou a aplicação da regra da palatalização das oclusivas dentais/alveolares (BATTISTI *et al.*, 2007; BISOL, 1995b; CARVALHO, 2002; KAMIANECY, 2002; MATTÉ, 2009; PAGOTTO, 2001; PIRES, 2003), como em [tʃi]ro ao contrário de den[tʃi] (ALMEIDA, 2000). Em Godinho (2012), a vogal derivada é que apresenta maior índice de aplicação da regra.

No que diz respeito ao ‘Item Lexical’, um dos poucos trabalhos que controla essa restrição é o de Silva Filho (2018), isso porque ele escolhe trabalhar com a Teoria dos Exemplares. A hipótese que ele persegue é que itens lexicais diferentes apresentarão índices diferentes quanto à ocorrência de oclusivos dentais/alveolares e africadas alveolopalatais. O autor se pauta em estudos realizados por Barboza (2013), que admite que o item lexical é um locus de mudança ou de implementação de variação linguística.

Dada essa visão acerca das restrições estruturais que foram selecionadas nos trabalhos indicados, passaremos às restrições sociais. As restrições, nos dois casos, que não foram selecionadas ficaram de fora dessa descrição.

Em relação ao ‘Sexo’, uma restrição social bastante controlada nos trabalhos citados, vale mencionar que o valor que a variante tem na comunidade diz muito da seleção de acordo com o sexo do falante. Segundo Oliveira e Silva e Paiva (1998, *apud* Dutra, 2007, p.114),

nas situações de mudança que consistem nos processos de implementação de uma variante não padrão, as mulheres preferem

as formas conservadoras, enquanto que os homens lideram o processo. Em situação contrária, isto é, de a variante ser prestigiada, as mulheres estarão na vanguarda. Portanto, podemos inferir que o avanço de uma variante inovadora, por falantes do sexo masculino ou feminino, parece estar na dependência do seu status social na região de pesquisa.

Mas o certo também, segundo Labov (1972), é que não podemos afirmar que são as mulheres ou os homens que são mais inovadores. Isso, para ele, depende muito do objeto de estudo. A restrição ‘Sexo’ nem sempre é selecionada quando olhada isoladamente, mas acaba sendo significativa quando amalgamada com uma das outras restrições sociais.

Dos trabalhos apontados no Quadro 1, há estudos que selecionaram a restrição ‘sexo masculino’ e há trabalhos que selecionaram ‘sexo feminino’, associando-os à variante palatalizada.

No que concerne à ‘Idade ou Faixa Etária’, trata-se de uma restrição que indica muito se a variável que está sendo analisada é uma variável que goza de estabilidade na comunidade ou se está em processo de mudança. Pelo próprio perfil da palatalização, os resultados obtidos nos diferentes trabalhos confirmam que é uma variável em processo de mudança, uma vez que, na maioria dos trabalhos, são os jovens os que mais a promovem (ALMEIDA, 2000; BATTISTI; DORNELLES FILHO, 2012; BISOL, 1985a,b; DUTRA, 2007; HORA, 1990; KAMIANECKY, 2002; PAGOTTO, 2001; PIRES, 2003). Mesmo entre os trabalhos que consideram a possibilidade de uso da forma africada, como no caso de Pagotto (2001), a forma palatalizada é a mais utilizada entre os jovens. Pagotto (2001) ainda considera se não seria o uso da africada um passo para chegar-se à palatalização, uma vez que a africada é a segunda mais usada entre os jovens. Oliveira (2021) analisa três comunidades de fala, Maceió,

Arapiraca e Delmiro Gouveia. O que chama atenção em sua análise para essa restrição é que apenas em Maceió, a capital do estado, a regra é aplicada entre os mais jovens, não demonstrando relevância nas comunidades do interior.

A restrição ‘Escolaridade’ acabou substituindo, no Brasil, a classe social, por ser difícil trabalhar-se com essa restrição nas comunidades brasileiras. A estratificação social no Brasil é muito complexa, embora a escolaridade também não seja muito simples. O fato principal em relação à escolaridade diz respeito aos falantes com mais anos de escolarização utilizarem mais a forma de prestígio. Isso tem reflexo nos trabalhos sobre a palatalização das oclusivas dentais/alveolares. Apesar de defendermos que a palatalização tem a ver com a escolaridade do falante, concordamos com Dutra (2007), quando observa, a partir de seu trabalho na região sul, que a escola não tem preocupação de corrigir o uso de uma forma ou de outra, uma vez que essa variável está mais para a língua falada do que para a língua escrita. E aqui vale a pena observar que nas comunidades do Nordeste é onde se usa mais a forma não palatalizada e que, muitas vezes, é vista como estereótipo por parte de falantes de outras regiões. É interessante também notar que o falante nordestino tem consciência de que ele usa majoritariamente a variante não palatalizada. Mas é interessante observar, também, que essa forma vem sendo, aos poucos, substituída no Nordeste (HORA, 1990, 1997; OLIVEIRA, 2021). Pagotto (2001) observa que, em Florianópolis, as variantes africada e palato-alveolar têm resultados muito próximos, sendo mais favorecidas entre falantes com escolaridades mais altas, ficando a forma da oclusiva mais presente entre falantes com menos escolaridade. Das três restrições sociais mais destacadas, a escolaridade é a menos selecionada entre os trabalhos analisados.

A restrição ‘Etnia’, a única controlada por Bisol em 1985a, será discutida na parte referente ao seu trabalho, assim também como a restrição estrutural ‘Juntura’.

Não são muitas as restrições isoladas apenas em um trabalho ou outro. Há uma tendência de os trabalhos buscarem restrições trabalhadas, até como forma de comparação de resultados. Em Dutra (2007), encontramos a restrição ‘Atividade Profissional’, que não foi controlada por nenhum desses outros trabalhos aqui citados.

Dutra (2007) considerou atividades como: ‘comerciante’, ‘estudante’, ‘funcionário público’, ‘doméstica’, ‘aposentado’, e ainda apareceram alguns falantes que não informaram. A rodada dos seus dados mostra que a forma palatalizada está mais presente entre comerciante, os que não informaram, estudante e aposentado. A forma não palatalizada é mais recorrente entre prestadores de serviço, doméstica e funcionário público. Apesar de alguns fatores controlados não ficarem muito claros, uma vez que, por exemplo, entre funcionários públicos você pode encontrar pessoas com mais ou menos escolaridade, o mesmo acontecendo com os prestadores de serviço, o que fica claro é que em atividades menos valorizadas socialmente há a tendência de uso mais frequente da forma não palatalizada, ficando a forma palatalizada mais presente entre atividades profissionais mais privilegiadas. Sabemos, entretanto, que isso é bem variável de uma região para outra, principalmente em comunidades em que a forma não palatalizada é mais frequente.

A última restrição elencada é a que diz respeito à localidade do falante. Em seu estudo de 2001, Pagotto testemunha uma diferença entre os falantes da região urbana central e os falantes do Ribeirão da Ilha, cabendo a esses últimos um uso mais frequente da variante não africada em contraste com os falantes da região

urbana central. A frequência da variante africada não palatal não se distancia tanto da região urbana central. Seu estudo permite confirmar a entrada da variante africada palatal como inovadora, que emerge na região urbana central. Em relação à variante africada palatal, o autor admite sua existência anterior à variante palatal, apesar de não sistemática, mas um traço flutuante no sistema sociolinguístico da comunidade, sem status social definido. Matté (2009), analisando dados da zona urbana e da zona rural de Caxias do Sul, constata que a variante palatalizada é mais frequente na zona urbana do que na zona rural. Para Battisti e Guzzo (2009), esse padrão dos municípios do interior é uma consequência do perfil socioeconômico da região. Godinho (2012), em seu trabalho de cunho dialetológico no Pará, com oito comunidades, teve essa restrição social como a única selecionada. Dessas oito, três foram retiradas por apresentarem resultados categóricos ou quase categóricos. Das cinco restantes, duas tiveram resultados positivos, favorecendo a palatalização. Das demais, Marabá é a que menos palataliza. Há uma história migratória que favorece a seleção de uma ou outra variante, por isso um estudo mais detalhado merece ser realizado. Oliveira (2021), em seu estudo com três comunidades alagoanas, analisa os resultados em Maceió e constata que os falantes dos bairros mais elitizados dão prioridade à forma palatalizada, ao contrário dos falantes dos bairros mais populares. Nas duas outras comunidades do interior, o fator 'Localidade do Falante' não foi selecionado.

Dentro dessa gama de trabalhos, pelo menos dois propuseram-se a verificar a mudança no padrão de palatalização das oclusivas dentais a partir de um estudo em tempo real do tipo tendência, um na comunidade de Flores da Cunha - RS (BATTISTI e ROSA, 2012), e outro na comunidade de Porto Alegre - RS (BATTISTI e

DORNELLES FILHO, 2012). Battisti e Rosa (2012) compararam as taxas de aplicação da regra em 12 entrevistas do banco de dados do VARSUL, gravadas no início dos anos 90, com as observadas em 12 entrevistas do BDSer (Banco de Dados de Fala da Serra Gaúcha), gravadas entre 2008 e 2009. Os autores constataram que houve um aumento na taxa de aplicação, que foi de 25% para 32%. As variantes linguísticas indicadas como mais favorecedoras para o processo em ambos os bancos foram a vogal alta fonológica /i/ (como em ‘antigo’) e a consoante-alvo desvozeada /t/ (como em ‘time’).

Battisti e Dornelles Filho (2012) investigaram as mudanças no padrão de palatalização das oclusivas apenas antes de /i/ fonológico (não derivado) na cidade de Porto Alegre a partir da análise de 12 entrevistas do VARSUL, feitas no início dos anos 1990, e de 12 do LínguaPOA (UFRGS), feitas em 2016. Foi observado pelos autores um aumento de 96% para 99% na taxa de aplicação, comparando ambas as amostras. Nos dados do VARSUL, a restrição estrutural apontada como mais relevante foi o contexto fonológico precedente, e a variante que apresentou 100% de aplicação foi a consoante sibilante (‘ma[s]tigar’). Nos dados de 2016, a aplicação praticamente categórica da palatalização dificultou o entendimento do efeito das variáveis na palatalização.

Considerando a comunidade de fala de João Pessoa, alguns estudos sobre a palatalização na perspectiva tradicional laboviana já foram realizados. Esses estudos foram conduzidos a partir dos *corpora* coletados pelo Projeto Variação Linguística no estado da Paraíba - VALPB (HORA, 1993). Dois se referem a um estudo de tempo aparente, usando o *corpus* coletado em 1993 (HENRIQUE e HORA, 2015; HORA, 1997), e o outro analisou a palatalização por meio de um estudo em tempo real (AMORIM *et al.*, 2022). No que se refere à taxa geral de aplicação da regra, a proporção parece ser

baixa nessa comunidade, sendo de 7,4%, segundo Hora (1997), e de 10,48%, segundo Hora e Henrique (2015).

Em linhas gerais, a discussão realizada nesta seção buscou oferecer um panorama do processo de palatalização das oclusivas dentais/alveolares /t, d/ nos diferentes estudos realizados no Brasil, mostrando o quão diferentes são as restrições estruturais e, algumas vezes, com resultados diferentes, que condicionam o processo, embora percebamos que há mais coincidências do que divergências. O mesmo se deu em relação às restrições sociais.

Na seção a seguir, apresentaremos a proposta de Bisol (1985a), primeiro estudo que foi realizado no Brasil, sob a perspectiva laboviana (LABOV, 1966), usando como objeto de análise a palatalização das consoantes oclusivas dentais/alveolares do Português Brasileiro.

2. PROPOSTA DE LEDA BISOL (1985a)

A proposta que está no relatório de Bisol (1985a) partiu da ideia de que existiam à época duas metodologias que tratavam a variação: (a) a de Bickerton (1971) e (b) a de Labov (1966). A primeira tem caráter implicacional e parte do pressuposto de que a variação é o resultado do choque entre duas regras categóricas; a segunda, utilizando um modelo probabilístico, opera com dados de grande grupo, e parte do pressuposto de que o modelo reflete “a competência linguística individual, assumindo (como Bickerton também o faz) que todo falante tem consciência da variação que pratica” (BISOL, 1985a, p.2).

Em seu seu trabalho, Bisol (1985a) define como tema o estudo da palatalização das oclusivas dentais /t, d/, antes de /i/ e da queda da vogal antes de /s, z/, respectivamente, que pode resultar na formação de africadas [ts], [dz], fazendo parte do Projeto Variação

Linguística no Sul do País, cujos atores têm diferentes origens: metropolitanos, fronteiriços, italianos e alemães.

Diferentemente da maioria dos estudos que vamos encontrar após o trabalho de Bisol (1985a), já que nenhum deles teve como principal objeto a análise do papel restritivo da sibilante, Bisol define os seguintes objetivos, e aqui selecionamos os que mais dizem respeito ao estudo da variação propriamente dita:

- (a) Distinguir características fonológicas no Português falado por metropolitanos, fronteiriços, italianos e alemães no sul do país;
- (b) Oferecer elementos para projetos de descrição do português falado no Brasil;
- (c) Oferecer argumentos para projetos que digam respeito à norma do Português Brasileiro.

Em sua análise, foram controladas e analisadas restrições sociais (extralinguísticas) e estruturais (linguísticas), a partir da utilização de um método probabilístico que atribui a índices numéricos o papel de cada um dos condicionantes de aplicação da regra.

Como restrições sociais foram controladas 'Idade', 'Etnia', 'Sexo' e 'Estilo'. A 'Idade', por se acreditar que os falantes de colonização italiana usam menos a palatalização por influência de seus antepassados; a 'Etnia', com o objetivo de se verificar a interferência de cada língua ou dialeto interveniente; sobre o 'Sexo', não foi levantada nenhuma hipótese; e o 'Estilo' foi controlado a partir da divisão da entrevista em duas partes: 'teste' e 'fala livre', sendo o teste mais formal, até porque foi aplicado no início da entrevista, o que se pressupõe que o falante estivesse mais tenso; por sua vez, a fala livre levou em conta situações costumeiras da vida dos falantes.

Em relação às restrições estruturais, foram consideradas: a ‘Vogal Propulsora’, a ‘Sílabas’, a ‘Juntura’, e os ‘Contextos Fonéticos Precedente e Seguinte’. A definição dessas restrições teve como base o contato da pesquisadora com a oitiva dos dados, o que motivou, principalmente, a seleção dos contextos fonéticos precedente e seguinte.

A amostra foi assim constituída: 15 indivíduos monolíngues da capital (Porto Alegre), 15 da fronteira, 15 bilíngues da zona de colonização alemã e 15 da zona de colonização italiana, todos eles de instrução primária. Um conjunto de 15 indivíduos de Porto Alegre foi utilizado como amostra de controle. No final, a análise foi realizada com a participação de 75 informantes. Cada entrevista durou cerca de 45 a 60 minutos.

Na discussão dos resultados, Bisol considerou apenas as restrições selecionadas como relevantes, ou seja, aquelas que desempenham papel importante para a regra de palatalização, a saber: (a) contextos fonéticos precedente e seguinte, (b) sílaba, (c) juntura e (d) etnia.

Com relação ao item (a), diante do valor confuso apresentado em relação à maioria das consoantes em ambos os contextos, o valor mais expressivo se deu quando nas duas posições estavam as sibilantes [s,z], em contextos como in[sti]tuto ~ in[stʃ]ituto, e pare[dis] ~ pare[diz].

Vale salientar que tal ocorrência se deu sempre em sílabas átonas. Após uma análise bastante detalhada sobre o papel dos contextos fonéticos precedente e seguinte, Bisol conclui:

Por conseguinte, a palatalização da coronal, de condicionamento fonético, que abre caminho para a formação de africadas palatais [tʃ, dʒ] é sustada pela restrição da sibilante que por sua vez favorece a formação de africadas não palatais [ts, dz],

criando-se, neste contexto particular, pois, uma situação de conflito entre dois processos assimilatórios antagônicos: o desencadeado pela vogal /i/ que palataliza a consoante; o desencadeado por /s/ que preserva a oclusiva em virtude da similaridade fonética. O que de fato esta análise põe em evidência é, pois, o caráter flutuante da palatalização no contexto da sibilante.

Com relação ao item (b), em se tratando da sílaba, a palatalização tanto em sílabas fortes como em sílabas fracas, apresentou a seguinte configuração: tônicas, pretônicas e postônicas. Tomando-se o contexto da fricativa, a sílaba tônica é a mais favorecedora, a exemplo de ‘den’[tʃis]ta’ em oposição a ‘den[tis]’, ‘ar’[tʃis]ta’ em preferência a ‘ar[tis]’.

Para Bisol (1985a, p.42), a palatalização é um caso típico de aumento de propriedades fonéticas que atua, preferencialmente, em situações fortes em conformidades que regem os princípios de processos de reforço. Contrapondo os conceitos de regra e processo, Bisol considera que assim como os processos têm motivação sincrônica, as regras também o têm.

Ao considerar as etnias, Bisol (1985a, p.43) afirma que a palatalização que se aplica na ordem de tônica para pretônica comporta-se de forma inversa nas zonas de colonização italiana e alemã, conforme demonstra a Tabela 1. Uma possível explicação para isso encontra respaldo na saliência fônica, segundo a qual “uma inovação menos saliente tem mais probabilidade de sucesso do que uma inovação mais saliente”. Tendo em vista que a palatalização é a forma mais inovadora nas duas zonas de colonização, é natural que ela seja viabilizada a partir das sílabas menos fortes, onde é menos notada, e depois se espalha para as demais.

Tabela 1 – Palatalização de acordo com a Etnia.

Fatores	Ocorrência	%	Peso relativo
Italianos	317/1720	18	.08
Alemães	1517/2543	60	.40
Fronteiriços	1582/2006	79	.72
Metropolitanos	2557/2826	90	.88

Fonte: Adaptada de Bisol (1985a, p.26)

O que a Tabela 1 nos mostra é que, nos contextos de fala nas zonas de colonização de italianos e de alemães, os pesos relativos são inibidores à regra de palatalização, confirmando o argumento defendido pela autora.

Com relação ao item (c), quando se trata de observar o papel da juntura como restrição à palatalização, o que se observa é que a tendência é a manutenção da oclusiva no início da palavra, ao contrário de quando ela ocupa a posição na sílaba final. Uma análise dos resultados mostra que a ordem de favorecimento da palatalização na palavra se dá, primeiramente na sílaba final, depois na medial e, por último, na inicial, como ilustram os casos /'sede/ ('sede') que dá ['sedzi], raramente ['sedi], /di'ploma/ que dá [dʒi'ploma], raramente dá [di'ploma]. No entanto é mais comum encontrar-se [di'ploma] do que ['sedi].

Papel relevante, ao se tratar da juntura, cabe aos prefixos e aos clíticos. No caso dos prefixos, são analisados: '-de', '-des', '-dis'. O '-de' pode ser visto como agregando-se a uma palavra fazendo parte de seu todo, como em 'degolar', 'debater', em que, por não haver elevação da vogal, impossibilita a palatalização da oclusiva.

Mas, pode ser encontrado em formas como ‘defronte’, ‘debaixo’, ‘de-suso’, em que por serem clíticos, tanto podem ocorrer a elevação da vogal, como podem promover a palatalização, resultando em: ‘[di]fronte’ ~ ‘[dʒi]fronte’; ‘[di]baixo’ ~ ‘[dʒi]baixo’.

No caso do ‘-des’, esse pode confluir para a manifestação fonética ‘-dis’, impossibilitando muitas vezes uma definição da forma fonológica subjacente. Para Bisol (1985a, p.46) não é a categoria do prefixo que exerce a função de reter a palatalização, mas é a incidência de dois entraves: “o da juntura inicial e o de sibilante que lhe emprestam uma categoria especial, para o qual o dado estatístico chama atenção”.

Em relação ao prefixo, ‘de’ ou ‘te’, era de se esperar que tivesse comportamento similar ao dos prefixos, mas o que se observa é algo totalmente oposto, revelando-se em todos os dialetos, com exceção dos fronteiriços, bastante sensível à regra. Bisol retoma uma afirmação de Camara Jr. (1969, p.64), para quem os proclíticos valem por sílabas pretônicas, mas respondem ao vocalismo da átona final. A análise estatística realizada oferece suporte à afirmação de Camara Jr., mas a autora faz uma observação.

Enquanto na variedade da fala da capital, tomada por ponto de referência, a neutralização da átona final ocorre categoricamente, a neutralização do clítico revela-se flutuante. É quando acontece que se cria o contexto para a palatalização operar, aflorando alternâncias: veio [de]carro ~ veio [di]carro ~ veio [dʒ]icarro. (BISOL, 1985a, p.49)

A partir do exposto na citação e com base no dialeto gaúcho, Bisol sugere, reformular a afirmação de Camara Jr. para “Os clíticos que têm a pauta acentual da sílaba pretônica submetem-se variavelmente à neutralização da átona final”.

Com relação ao item (d), ao analisar a última das restrições selecionadas, a ‘Etnia’, Bisol levanta a hipótese de que o contato do dialeto gaúcho com línguas que não têm a palatalização das oclusivas ou não segue os padrões do Português Brasileiro dificulta a expansão da regra, reforçando-lhe a restrição peculiar nas comunidades monolíngues e acentuando-lhe o caráter de regra adquirida nas comunidades bilíngues.

Para uma melhor explicação do que ocorre com a etnia, Bisol confronta a palatalização e a elevação vocálica. O que se observa é que nas zonas de colonização italiana e alemã, em que a regra de palatalização está ausente, também se verifica a pouca presença da elevação da vogal, visto que em vez de ‘pent[i]’, que favoreceria a aplicação da regra de palatalização da oclusiva, encontra-se ‘pent[e]’. Logo, o ordenamento de regra que alimenta a palatalização não se dá.

A autora conclui que

o ordenamento natural entre elevação vocálica e palatalização dá prioridade à primeira é transparente na metrópole e na zona fronteira. É o caráter de regra aprendida, isto é, em estado de aquisição, da elevação vocálica, que diferencia o dialeto fronteira do metropolitano. Os dois dialetos das zonas bilíngues que não possuem, em caráter definitivo, nem uma nem outra regra, distinguem-se dos demais pelo caráter de regra aprendida que tem tanto a elevação vocálica quanto a palatalização, mas deixam antever, no uso opcional das duas, que o ordenamento normal vai tomando seu curso. (BISOL, 1985a, p.53)

Antes de concluir seu estudo, Bisol (1985a, p.55-56) levanta o caso da africada alveolar, deixando ver que a complexidade da palatalização no dialeto gaúcho favorece a formação eventual de africadas alveolares pelas seguintes razões:

(a) retenção da forma antiga /t, d/ que a sua restrição variável propicia; (b) divulgação da regra em sua forma complexa da capital para o interior, com marca de prestígio imprimida. Desta forma, expande-se a aprendizagem imperfeita reabastecendo a língua de bom suprimento de variáveis e deixando itens disponíveis para a elisão da vogal, origem da africada alveolar.

A formação das africadas alveolares, entretanto, não chega a ser, no conjunto de dados analisados, uma tendência geral. Sua ocorrência eventual não tem a ver com um processo de lenição que atinge de forma preferencial sílabas fracas da palavra, privilegiando em ordem descendente postônicas e pretônicas. Trata-se de um processo que se compromete com dois outros: o de silabação e o da palatalização. Com a silabação, porque traz como consequência o encurtamento da palavra com alterações do padrão silábico ou sem [kate'sismu], com quatro sílabas e [ka'tsismu], com três. Com o da palatalização, devido a sua aplicação secundária, o que de outra forma reduziria o número de itens candidatos à palatalização, a regra de cunho geral.

É, pois, o resultado da atração das duas consoantes foneticamente similares, [t, d] e [s, z], que pode provocar a supressão da vogal [-baixa] interveniente, como em 'an[ts]', '[ds]penteado'.

Ao trabalhar com dados de comunidades no sul do Brasil, Bisol (1985a) apresenta as seguintes conclusões:

- a) a palatalização das oclusivas dentais está em plena expansão no dialeto gaúcho;
- b) a restrição variável da sibilante torna a regra complexa, criando flutuações fonologicamente definidas como um processo de espraiamento;

- c) a restrição da sibilante é fortalecida por regras morfológicas;
- d) é nas zonas de colonização italiana e alemã que a regra tem reconhecido seu caráter de prestígio;
- e) a juntura final tende a favorecer a regra;
- f) a elevação vocálica e a palatalização mantêm entre si uma relação de alimentação com aplicação da primeira;
- g) a regra de palatalização é uma regra em estágio de aquisição;
- h) há uma explicação de base fisiológica para a restrição da sibilante;
- i) a palatalização é uma regra que se aplica categoricamente em todos os contextos, exceto no contexto de sibilante.

Desses pontos, o que nos chama a atenção é o tratamento que é dado à regra, salientando a sibilante como inibidora do processo de palatalização. Um outro aspecto bastante significativo é a consideração de que a palatalização é uma regra em estágio de aquisição, mas ao mesmo tempo é vista como estando em expansão no dialeto gaúcho. Entende-se que o tratamento dado à 'Etnia' é extremamente importante e decisivo para o futuro que a palatalização venha a ocupar na comunidade, com um reordenamento das regras de palatalização e elevação vocálica envolvidas. Também chama atenção o fato de ser a vogal alta anterior o segmento que alimenta a palatalização, ambos com um traço comum, o coronal. Inúmeros processos estão envolvidos na realização da regra: espraçamento, princípio do contorno obrigatório, etc.

Dessas conclusões, serão consideradas algumas que contribuem para os estudos posteriores. A ideia que surgiu e foi concretizada em 1985 teve, com certeza, inúmeros frutos, expandindo-se por quase todo o país. É possível que haja outros estudos, no cenário nacional, aos quais não tivemos acesso.

3 CONTRIBUIÇÃO(ÕES) DOS ESTUDOS DE LEDA BISOL PARA A PESQUISA CONTEMPORÂNEA SOBRE O FENÔMENO

Os estudos realizados envolvendo a palatalização deram origem à análise não apenas de um processo que opõe uma forma palatalizada x uma forma não palatalizada. Em algumas comunidades, há a presença de uma africada com a queda da vogal, e isso já fora observado no trabalho seminal de Bisol (1985a). Assim, pois, os estudos trataram de uma regra com três possibilidades de variantes: uma dental/alveolar [t, d], uma africada [ts, dz] e uma palatoalveolar ou palatalizada [tʃ, dʒ], como a ela nos referimos.

Os trabalhos que foram realizados a partir do estudo de Bisol (1985a), necessariamente, não consideraram o papel da sibilante como principal segmento no papel de restringir a palatalização das oclusivas dentais/alveolares, mas foram marcados por verificar o uso da palatalização em outros contextos, buscando explicações de caráter fonológico para o processo, considerando restrições sociais e estruturais.

Em Bisol e Hora (1993), aproveitando os resultados obtidos por Bisol (1985a) em seu relatório encaminhado ao CNPq e os obtidos por Hora (1990), leva-se em conta que os dois apresentam um estudo com base na Fonologia Lexical, em que a palatalização ocorre como regra geral, exceto quando segue /S/ em sílaba átona ('paredes'). Nesse caso, temos três regras sensíveis ao contexto: Neutralização (e>i), Palatalização (d>dʒ), Síncope (des>ds). É pela Fonologia Lexical que Bisol e Hora (1993) analisam a inter-relação entre essas três regras. Diferente do que acontece no sul do Brasil, na Bahia, a síncope não se faz presente, ocorrendo apenas a neutralização da vogal e a palatalização.

Muitas das restrições estruturais levantadas na análise de Bisol (1985a) são perseguidas nos estudos posteriores, havendo, muitas vezes, resultados similares aos obtidos no sul do Brasil. Quanto às restrições sociais, o trabalho de Bisol apresenta uma diferença entre os demais, principalmente pelo fato de considerar a restrição 'Etnia', em que considera quatro grupos, os da metrópole, os fronteiriços, os de zona de colonização italiana e alemã. Nos demais trabalhos, o que observamos é que temos estudos com perspectivas diversas. Há aqueles que utilizaram apenas uma comunidade linguística, há outros que controlaram dados de duas ou mais comunidades, aqueles que consideraram zona rural e zona urbana, e há um trabalho que considerou a origem dos falantes em uma mesma comunidade, mas em bairros diferenciados.

Como era mesmo de se esperar, a maioria dos trabalhos está circunscrito à região sul, principalmente Rio Grande do Sul, mas encontramos trabalhos em Santa Catarina. Também no Nordeste encontramos uma boa quantidade de trabalhos, envolvendo os estados da Bahia, de Sergipe, Maceió, Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e Ceará. Há apenas um trabalho do Norte, e um do Sudeste.

Nas comunidades do Sul em que o estudo foi desenvolvido, o que nos chama atenção é o caráter de expansão da regra, atestado em quase todos os trabalhos que foram realizados. O mesmo pode ser dito em relação a outras regiões, o que nos leva à seguinte indagação: é a palatalização a forma inovadora no Brasil? Apesar de não termos feito um estudo histórico para avaliar seu caráter inovador, podemos intuir que sim, uma vez que os colonizadores europeus que vieram para o Brasil não trouxeram a forma palatalizada, uma vez que o processo de palatalização em pauta não é atestado em sua origem. Acreditamos que por ser a palataliza-

ção um processo que tem a vogal alta anterior como um de seus principais condicionantes, é possível dizermos que a palatalização é fruto de uma influência estrutural muito mais do que de um aspecto social. Acreditamos que a diversidade nos resultados obtidos deva-se ao fato de o processo de palatalização ainda ser bastante variável, se considerarmos todo o Brasil. Intuímos que, possivelmente, no futuro, essa variável estará mais naturalizada.

Analisando as conclusões de Bisol (1985a) e quais as suas contribuições para os futuros estudos, observamos que é inegável o poder de expansão da regra de palatalização, estando em estágio de aquisição em algumas comunidades. Outra coisa que observamos é que se trata de uma regra em estágio de prestígio, principalmente pelo fato de ser mais frequente entre falantes com escolaridade mais alta.

Os anos seguintes ao trabalho de Bisol, como podemos observar, foram frutíferos no sentido de novas análises terem surgido em diferentes cantos do Brasil. Praticamente em todos os trabalhos realizados, a proposta original de Bisol é citada. Vale a pena mencionar que os trabalhos realizados têm uma base variacionista laboviana, mas muitos deles são também analisados considerando uma teoria fonológica, iniciada em Hora (1990) com a proposta autossegmental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. **A variação das oclusivas dentais na comunidade bilingue de Flores da Cunha**: Uma análise quantitativa. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

AMORIM, A. W. D.; NASCIMENTO, I. C.; HENRIQUE, P. F. L.; HORA, D. Um estudo de painel sobre a palatalização de /t/ e /d/: O papel das variáveis linguísticas. **Revista do GELNE**, v. 24, n. 1, p. 30-42, 2022.

BARBOZA, C. L. F. **Efeitos da palatalização das oclusivas alveolares do português brasileiro no percurso de construção da fonologia do inglês língua estrangeira**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BATTISTI, E.; HERMANS, B. Palatalização no Português Brasileiro e nas línguas do mundo: Motivação estrutural, seleção de galhos e alvos. **Linguística**, v. 32, n. 1, p. 61-76, 2016.

BATTISTI, E.; DORNELLES FILHO, A. A Palatalização das plosivas alveolares em Flores da Cunha (RS): Variação linguística e práticas sociais. **ALFA**, v. 56, n. 3, p. 1117-1149, 2012.

BATTISTI, E.; ROSA, R. S. Variação e mudança linguística: Análise em tempo real da palatalização das oclusivas alveolares em um falar do Rio Grande do Sul. **Sociodialeto**, v. 2, p. 1-23, 2012.

BATTISTI, E.; DORNELLES FILHO, A. A.; LUCAS, J. I. P.; BOVO, N. M. P. Palatalização das oclusivas alveolares e a rede social dos informantes. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 5, n. 9, p. 1-29, 2007.

BATTISTI, E.; GUZZO, N. B. A palatalização das oclusivas alveolares em Chapecó (SC). In: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (Orgs.). **Português do Sul do Brasil**: Variação fonológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 114-140.

BICKERTON, D. Inherent variability and variable rules. **Foundations of Language**, v. 7, n. 4, p. 457 - 492, 1971.

BISOL, L. A **palatalização e sua restrição variável**. Relatório apresentado ao CNPq, 1985a.

BISOL, L. A palatalização e sua restrição variável. **Estudos Linguísticos**, n. 5, p. 163-177, 1985b.

BISOL, L.; HORA, D. A Palatalização da oclusiva dental e a Fonologia Lexical. **Letras**, n.5, p. 25-40, 1993.

CAGLIARI, L. C. **A Palatalização em Português**: Uma investigação palatográfica. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1974.

CAMARA JR, J. M. **Problemas de Linguística Descritiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 1969.

CARVALHO, S. D. **A palatalização das plosivas dentais na fala de pescadores no norte e noroeste do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

DUTRA, E. O. **A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ no município do Chuí, Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GODINHO, C. S. **Variação das oclusivas alveolares no falar paraense**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

GOLDSMITH. J. **Austosegmental Phonology**. PhD Dissertation. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1972.

HORA, D. **A palatalização das oclusivas dentais**: Variação e representação não linear. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

HORA, D. **Variação Linguística no Estado da Paraíba**. Editora Mimeo, 1993.

HORA, D. A palatalização das oclusivas dentais e as restrições sociais. **GRAPHOS**, v. 2, n.1, p. 116-135, 1997.

HORA, D.; HENRIQUE, P. F. L. Como as restrições sociais e estruturais compõem a identidade do falante/ouvinte. **Letras de Hoje**, v. 50, n. 5, p. 96-104, 2015.

KAMIANECKY, F. **A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ nas comunidades de Porto Alegre e Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

KOCHETOV, A. Palatalization. **The Blackwell Companion to Phonology**. Boston: Wiley Blackwell, 2011. p. 1-25.

LABOV, W. **The Social Stratification of English in New York City**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LOPEZ, B. S. **The Sound Pattern of Brazilian Portuguese (Cariocan dialect)**. Tese (Doutorado em Letras). University of California, Los Angeles, 1979.

MATTÊ, G. D. A palatalização variável de /t d/ em Caxias do Sul. **Cadernos do IL**, v. 38, p. 43-55, 2009.

MOTA, J. Variantes palatais do português do Brasil. **XXI Congresso Internazionale di Lingüística e Filologia Romanza Palermo**. Palermo, Italia, 1995.

MOTA, J.; ROLLEMBERG, V. Variantes africadas palatais em Salvador. In: HORA, D. (Org.). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 55-70.

OLIVEIRA, A. B. F. **Palatalização regressiva das oclusivas alveolares em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

PAGOTTO, E. G. **Varição e(é) identidade**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PAULA, A. T. **A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ nas comunidades bilíngues de Taquara e Panambi – RS: Análise quantitativa**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PIRES, L. B. **A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ em São Borja, RS.** Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

RIBEIRO, M. A. **A palatalização das oclusivas dontoalveolares antes de [i] no interior baiano.** Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, L. F. **Realização de /t/ e /d/ em Maceió.** Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1996.

SILVA FILHO, E. B. **Oclusivas alveolares e africadas alveopalatais no português de Recife.** Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SOUZA NETO, A. F. **Realização dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju – Sergipe.** Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. *In*: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). **Directions for Historical Linguistics.** Austin: University of Texas, 1968. p. 95-195.

OS DITONGOS

Valéria Neto de Oliveira Monaretto

Ditongos têm uma longa história nas línguas em termos de preservação, de formação e de transformação. No indo-europeu, havia muitos ditongos, assim como no grego antigo. Já, no latim clássico, apenas dois ditongos eram frequentes, ‘*ae*’ e ‘*au*’ (‘*caecum*’>‘cego’; ‘*auro*’>ouro) que se mantiveram no latim imperial com variantes de pronúncia, desde muito cedo. Havia o ditongo crescente em sequências ‘*kw*’ (‘*aqua*’; ‘*quale*’), que também era instável e com hesitação de pronúncia já na língua clássica (‘*cotidie*’/‘*quotidie*’). A redução de ditongos e a constituição de outros demarcaram a sua evolução nas línguas românicas.

Novos ditongos foram criados no período do romance lusitano, a partir de vogais simples, distintas e contíguas no vocábulo em latim, criando-se ditongos crescentes (‘*palea*’>‘pallha’; ‘*pariete*’>‘parede’) e ditongos decrescentes por diferentes processos fonológicos. Os ditongos crescentes depois desaparecem pela absorção da semivogal¹ na consoante precedente e pelo esvaimento da semivogal (CAMARA JR., 1991, p.101). Alguns hiatos também desapareceram, formando ditongos, e outros alternaram com ditongos crescentes.

No português, na fase arcaica, sequências de vogais em hiato passam a ter um *glide*, formando-se ditongos decrescentes (‘*crēdo*’>‘*creo*’>‘creio’; ‘*crue-es_{pl.}*’>‘*crues*’>‘cruéis’). Surgem também os diton-

¹ Vogais assilábicas recebem diferentes nomes: semivogais; semiconsoantes, *glides* etc. Neste texto, manteremos a denominação dada por cada autor.

gos nasais em posição final de palavra, derivados de consoantes finais que desapareceram após a nasalização da vogal precedente (*'manu'*>'mão'; *'ponis'*>'pões').

Os ditongos decrescentes, ao longo da evolução, foram criados por vocalização (*'regno'*>'reino'); síncope de consoantes (*'lěge'*>'lei') e por demais mudanças fônicas. Esses mantiveram-se e entram no sistema do português. O único ditongo decrescente no português que veio do latim é o 'au'. Os demais são secundários, como resultado de transformações ocorridas no período de constituição do hispano-romance do noroeste ibérico, segundo Mattos e Silva (2001, p.64). A história dos ditongos da língua portuguesa está documentada em diversos autores (CAMARA JR., 1985; CASTRO, 2011; CINTRA, 1995; FARIA, 1957; MATTOS E SILVA, 2001; SAID ALI, 1964; TEYSSIER, 1997; WILLIAMS, 1975, dentre outros).

No português moderno, as discussões sobre esse tema giram em torno da estrutura silábica e da natureza do ditongo no português, se fonético ou fonológico. Os primeiros apontamentos utilizados na linguística brasileira têm por base aspectos distintivos da distribuição dos sons e de sua distribuição pela sílaba, segundo o modelo estruturalista em voga na época, sob forte influência dos princípios metodológicos de estudiosos do Círculo Linguístico de Praga, como Nicolai Troubetzkoy e Roman Jakobson.

Joaquim Mattoso Camara Jr. é o precursor do ensino sistemático da linguística no Brasil, com a publicação de uma série de estudos sobre a linguística tradicional e estrutural europeia e norte-americana. Sua preocupação pelos estudos linguísticos em geral e pela língua portuguesa, como a estilística, história da ciência e línguas indígenas, levaram-no às primeiras descrições sincrônicas de fonologia e prosódia, com base no uso coloquial tenso do Rio de Janeiro (UCHÔA, 1975). Suas descrições e apontamentos sobre o sistema fo-

nológico do português são modernos o suficiente para serem relembrados e abordados ainda hoje.

Discípula de Camara Jr., Leda Bisol exerceu profunda influência na reflexão, descrição e análise moderna do sistema fonológico do português. Sua trajetória dedicada à pesquisa, retomando interpretações e argumentos de Camara Jr., com a aplicação consistente de modelos de análise por meio de princípios e pressupostos da teoria da fonologia não-linear, repercutiu e contribuiu para a explicação de diversos fenômenos fonológicos e morfofonológicos e na formação de intelectual de várias gerações de alunos.

As análises que oferece sobre o ditongo é uma dessas grandes contribuições de Bisol ao português brasileiro, sempre com a preocupação de trazer novos argumentos e evidências, com diferentes perspectivas de análise. Esboçaremos aqui, em forma de revisão de suas ideias publicadas, em diferentes textos ao longo dos anos, uma retomada do tema ‘ditongo’, como forma de ilustrar suas propostas e reafirmar a evidência do pioneirismo de sua produção.

Novas hipóteses e explicações para algumas ideias de Camara Jr. foram propostas por Bisol, que aborda o ‘ditongo’ a favor da ideia de que há dois tipos: o ‘fonológico’ (verdadeiro), que é invariante, representado na estrutura subjacente por duas vogais, e o ‘ditongo fonético’ (falso) que ora se manifesta ou não, formado na estrutura subjacente por uma vogal. Em sua primeira publicação sobre o assunto, ‘O Ditongo na Perspectiva da Fonologia Atual’ (1989)², já trata dos ditongos do ponto de vista teórico da fonologia moderna, modelo linguístico

2 Segundo nota, no final de seu artigo de 1989 (p. 221), este estudo foi realizado durante sua visita na Universidade de Stanford em 1988, como bolsista do CNPq. É digno de registro nessa mesma nota os agradecimentos mencionados por Bisol a grandes linguistas das áreas de fonologia e da sociolinguística, como “(...) Paul Kiparsky, pelas valiosas sugestões, a Gregory Guy, pela leitura comentada da versão pré-final. E a Will Leben, William Poser e Sharon Inkelas, também agradeço (...)”.

muito pouco conhecido no Brasil. Em 1994, com a publicação do artigo ‘Ditongos Derivados’, Bisol retoma o assunto para argumentar em favor da ideia da formação do *glide* pela assimilação de traços, com base na análise estatística em termos labovianos, retomando preceitos da teoria fonológica moderna para confirmar sua posição³. Em 2012, em ‘Ditongos Derivados: Um adendo’, traz, em suas evidências, a discussão sobre a variação do ditongo decrescente diante do tepe. Em 2024 (no prelo), reforça sua posição, por meio da discussão da formação do ditongo em termos de sílaba pesada ou leve no formato CVC, seguindo a teoria das moras, através da qual a moracidade, a sonoridade e o molde silábico são os alicerces da silabificação.

Em suas análises, Bisol evoca argumentos da diacronia; do comportamento variável nas variedades faladas do sul do Brasil; da aquisição da língua; do processo derivacional na formação de palavras e de princípios e pressupostos da teoria fonológica moderna. Faz uso, também, dos preceitos do estruturalismo de Troubetzkoy, como a noção de neutralização e de mora.

Sem dúvida, a sua contribuição na explicitação da formação dos ditongos na língua portuguesa é completa e inestimável. É digno de menção também que, em algumas notas de rodapé de suas publicações, pode-se perceber uma de suas características pessoais, como seu lado singelo, ao agradecer pelas sugestões de grandes linguistas e pela leitura crítica de revisores anônimos.

O tema ‘ditongo’ ainda é complexo e rico e é abordado por inúmeros estudiosos, que se valem de argumentos e evidências de Camara Jr. e Leda Bisol, grandes estudiosos do português brasileiro.

3 Em nota de rodapé no artigo de 1994, Bisol justifica a inclusão da informação estatística trazida nesse texto com a intenção especial de homenagear Fernando Tarallo, “(...) que, com sabedoria inigualável, lidava com teoria e dados de variação”.

Neste capítulo, retomaremos inicialmente reflexões e discussões de Camara Jr. sobre a estrutura da sílaba, envolvendo vogais assilábicas, ditongos e hiatos, em forma cronológica de publicação. Após, apresentaremos os argumentos e as análises fonológicas de Bisol a respeito do assunto, com ênfase na análise fonológica feita em sua primeira publicação sobre o tema em 1989, cuja obra não está com acesso disponível na forma digitalizada. Acrescentaremos alguns apontamentos que se fizerem pertinentes para a discussão do assunto, trazendo alguma alternativa de análise apresentada em seus trabalhos posteriores. Propostas e análises divergentes de outros estudiosos não serão abordadas.

1. APONTAMENTOS E DISCUSSÕES DE CAMARA JR.

Para Camara Jr., os ditongos genuínos são os decrescentes, e os ditongos crescentes alternam-se com hiatos. Segundo o autor, há onze ditongos decrescentes, um caso restrito de ditongo crescente com as oclusivas /kw/ e /gw/ e três ditongos nasais. A ditongação, para ele, é uma mudança fonética com a formação sistemática a partir de uma vogal simples. Alerta para o fato de que existe uma variação de ordem sincrônica, comum no português, entre a enunciação de vogais contíguas em uma mesma sílaba (sinérese), ou em duas sílabas (diérese), das quais não resultariam oposições distintivas na língua. Seriam os casos, por exemplo, de ‘ vaidade’/‘traição’ e de ‘cruel’/‘suor’, respectivamente (CAMARA JR., [1977] 1991).

Camara Jr ([1953] 1977), no livro ‘Para o estudo da fonêmica portuguesa’, ao discutir se as vogais assilábicas constituem ou não fonemas da língua portuguesa, volta-se para os ditongos, com destaque para os decrescentes, através dos quais se pode observar uma oposição distinti-

va entre vogais silábicas e assilábicas, como ocorre nos pares de palavras ‘vou’ /vow/ e ‘voo’ /vou/; ‘viu’ /viw/ e ‘vi-o’ /viu/. Já ditongos crescentes podem ser realizados como hiatos, sem que se estabeleça valor distintivo.

Camara Jr. (1969), em ‘Problemas de Linguística Descritiva’, ao analisar a estrutura da sílaba, considera as vogais assilábicas /y/ e /w/ juntamente com /z/, /r/, /l/ como os quatro elementos que formam sílaba travada. Em obra posterior ([1970] 1976), ‘Estrutura da Língua Portuguesa’, considera a semivogal de natureza vocálica e o ditongo decrescente como um padrão de sílaba livre. Além de se diminuir os padrões silábicos do português, considerando-se as vogais assilábicas como fonemas vocálicos, o autor acredita também que a presença de r-fraco seguindo ditongo (‘Laura’, ‘europeu’) evidencia que a sílaba é do padrão silábico (C)VV, ao contrário do que ocorre em sílaba travada com consoante (‘guelra’, ‘Israel’).

Em ‘História e Estrutura do Português’ (CAMARA JR., 1985), cuja primeira edição em português é de 1975, ao tratar da estrutura silábica, afirma que a sílaba em português pode ser travada por uma vogal assilábica, como em ‘pai’ e ‘mau’, por exemplo. Retoma a questão abordada em 1953, indagando se as vogais assilábicas constituem fonemas da língua e se os ditongos decrescentes existem no nível fonológico. Apresenta, como argumento, os pares mínimos ‘rio’ (substantivo)/ ‘rio’ (1ª pessoa do verbo ‘rir’ no presente) / ‘riu’ (3ª pessoa do verbo ‘rir’ no pretérito), o que fornece condições para afirmar que os ditongos decrescentes são fonológicos, mas apenas em posição tônica. Por outro lado, afirma que esses contrastes ocorrem claramente em algumas regiões, como no Rio de Janeiro, mas em outras não. Em posição átona, os ditongos decrescentes podem variar com hiato (‘vai.da.de’~ ‘va.i.dade’).

Em relação aos ditongos crescentes, para Camara Jr. esses só existem no nível fonético, pois as sequências de *glide* mais vogal variam livremente com sequências de duas vogais, formando-se hiatos.

Parece não estar muito claro para Camara Jr. o estatuto fonológico dos ditongos decrescentes. As vogais assilábicas são analisadas de modo diferente em ‘Problemas de Linguística Descritiva’ e em ‘Estrutura da Língua Portuguesa’, paradoxalmente como VC e como VV. A questão fonológica da posição ocupada pela semivogal na estrutura da sílaba surge: fica no núcleo da sílaba ou na coda?

Bisol (1989) retoma a discussão dos ditongos, utilizando-se de outros argumentos, com base principalmente na teoria da fonologia moderna, cujos desenvolvimentos, na época, eram bem recentes e ofereciam novos recursos para se analisar a estrutura interna da sílaba. Evidências na variação, na diacronia e o exame criterioso em torno de aspectos morfológicos, revelam a riqueza, amplitude e aprofundamento de suas hipóteses e propostas.

2. BISOL E A ANÁLISE DOS DITONGOS

Bisol não só inovou com análises sob abordagens da fonologia moderna na análise da fonologia do português brasileiro, mas também explicitou algumas considerações de Camara Jr., como a de existir duas classes de ditongos: “o ditongo pesado, o verdadeiro, associado a duas posições do “*tier*” da rima, e o ditongo leve, associado a uma só posição. O primeiro constitui uma sílaba complexa e tende a ser preservado; o segundo constitui uma rima simples e tende a ser perdido” (BISOL, 1989, p.189-190).

Modelos fonológicos não lineares despontaram em meados dos anos 70 (CLEMETS, 1985; CLEMETS; KEISER, 1983; GOLDSMITH, 1976; HULTZ, 1982; LIBERMAN; PRINCE, 1977; SELKIRK, 1982, entre outros) com um poder explicativo superior para estudos sobre funcionamento dos sons das línguas, em comparação a modelos lineares segmentais de Chomsky (1965) e Chomsky e Halle (1968). Os sons das línguas, pelos modelos não lineares, são entendidos como autosegmentos, cujos

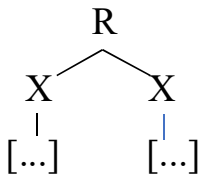
traços distintivos estão organizados de forma hierárquica em diferentes camadas (*tiers*). Assim, o segmento passa a ter uma estrutura interna, e os traços podem funcionar de modo independente ou solidário.

Essa nova concepção na natureza e representação dos segmentos das línguas possibilitou a compreensão de diferentes processos fonológicos, assim como ofereceu recursos para analisar a estrutura interna da sílaba, como bem explica Bisol ao tratar do ditongo:

Desenvolvimentos recentes da teoria fonológica oferecem novos recursos para analisar a estrutura interna da sílaba, a qual vem se mostrando relevante na representação de diferentes processos da língua. Por exemplo, “*onset*”, rima e pé são unidades de regras fonológicas. O acento em muitas línguas não pode ser atribuído sem referência à rima. Ressilabação é definida na base de sílabas subjacentes disponíveis. Elementos mais longos de palavras parecem estar relacionados a propriedades da organização hierárquica das sílabas. É por essa perspectiva, a da fonologia não-linear, que o ditongo será aqui considerado (BISOL, 1989, p.185)

A estrutura subjacente do ditongo é representada por Bisol, pela primeira vez, em 1989, em (1). O ditongo pesado em (1a) possui duas posições na linha de rima (R), e o ditongo leve em (2b), uma só posição.

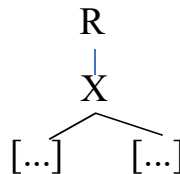
(1) a. Ditongo Pesado (verdadeiro)



Exemplos:

a) pauta, reino, irmão, céu

b. Ditongo Leve (Falso)



b) peixe, homem, feira, caixa

Fonte: Adaptado de BISOL (1989, p.190)

O verdadeiro ditongo é fonológico e forma pares mínimos com a vogal simples: ‘lei’/‘lê; ‘laudo’/‘lado’; ‘caule’/‘cale’. Já o ditongo leve é fonético e alterna com vogal simples, mas não causa diferença de sentido: beira (‘b[ej]ra’ ~ ‘b[e]ra’); eixo (‘[ej]xo’ ~ ‘[e]xo’); baixa (‘b[aj]xa’ ~ ‘b[a]xa’); imagem (‘imag[éj]’ ~ ‘imag[i]’).

Em Bisol (1994), a autora reafirma que o verdadeiro ditongo possui duas vogais na subjacência,

“a segunda das quais se consonantiza por silabação. A formação do glide é uma particular instância do processo de silabação” (...). Esse ditongo ocupa, pois, duas posições no nível CV, chamado também de prosódico ou esqueleto, por vezes, representado por X.” O falso ditongo, ao contrário, ocupa uma só posição” (BISOL, *op. cit.*, p.125-126).

Em trabalhos posteriores, sua tese é retomada com acréscimos de outros argumentos e análises. Em Bisol (2012), o foco é no ditongo fluante diante de tepe, mencionado anteriormente e agora descrito. Em Bisol e Monaretto (2024), a discussão sobre o ditongo como sílaba pesada ou leve no formato CVC é retomada, seguindo a teoria das moras.

A seguir, vejamos as análises de Bisol, para os ditongos decrescentes, crescentes, hiatos e tritongos. Conforme anunciamos anteriormente, a análise original de 1989 será priorizada em termos de representação fonológica, já que essa obra é a primeira que traz suas ideias, retomadas em publicações posteriores.

2.1 Ditongos decrescentes

Algumas evidências que sustentam a hipótese de dois ditongos no português são trazidas por Bisol ao examinar os ditongos decrescentes que mostram variantes com as vogais simples. Nos casos

em que o ditongo é seguido por consoante palatal há um *glide*, que pode ser apagado ('peixe', 'seixo') ou acrescido ('veixame', 'faixina'). "Não há exemplos de pares mínimos neste contexto. O *glide* é sempre consequência da palatal. (...) todo ditongo seguido de palatal possui uma só vogal na estrutura subjacente" (BISOL, 1989, p.191).

Nesse contexto, há um processo assimilatório em que o traço alto da consoante palatal é compartilhado por dois segmentos vizinhos, criando-se um *glide*. Assim, em 'peixe' e 'faxina', por exemplo, as rimas são idênticas, pois o *glide* está ausente nas representações da estrutura profunda, como pode ser observado em (2), em uma primeira versão:

(2) Espreadimento do traço palatal⁴

<p>a. X [-cons] [+cons] X</p> <p style="padding-left: 40px;">[+cont]</p> <p style="padding-left: 40px;">[+estr]</p> <p style="padding-left: 80px;">[-ant]</p> <p style="padding-left: 80px;">[+cor]</p> <p style="padding-left: 40px;">[-alt] ← [+alt]</p> <p style="padding-left: 40px;">[-post] y [-post]</p> <p style="padding-left: 80px;"> </p> <p style="padding-left: 80px;">e š</p> <p>['pey ši]</p>	<p>b. X [-cons] [+cons] X "tier" do modo</p> <p style="padding-left: 40px;">[+cont]</p> <p style="padding-left: 40px;">[+estr]</p> <p style="padding-left: 80px;">[-ant]</p> <p style="padding-left: 80px;">[-cor]</p> <p style="padding-left: 40px;">[-alt] [+alt]</p> <p style="padding-left: 40px;">[-post] [-post]</p> <p style="padding-left: 80px;"> </p> <p style="padding-left: 80px;">e š</p> <p>['pe ši]</p>	<p>"tier" do lugar</p>
---	---	------------------------

Fonte: Bisol (1989, p.192)

4 Os símbolos fonéticos utilizados nessa representação estão expostos conforme o texto original: [y], para o glide, e [š], para a consoante palatal desvozeada, equivalem aos símbolos do IPA [j] e [ʃ], respectivamente. Nos trabalhos posteriores, Bisol passa a usar o símbolo *j* do IPA. Decidimos por conservar a representação original em cada trabalho.

Em (2a) um *glide* [y] aparece entre os dois segmentos /e/ e /ʃ/ como um processo de assimilação do traço [+alto] da palatal. No caso de (2b), o *glide* não se manifesta.

Segundo Bisol (*op. cit.*), esse comportamento reflete o fato histórico de que no latim, para o verdadeiro ditongo, há uma posição para o *glide*, ocupada por uma consoante, que é substituída ou apagada como é o caso de ‘*rector*’ > ‘reitor’, enquanto no ditongo falso não há essa posição (‘*piscis*’ > ‘peixe’), e o *glide*, sem função distintiva, surge por espraçamento ou duração compensatória diante de palatal.

No ambiente de vibrante simples, o ditongo ‘ei’ é leve e alterna livremente com a vogal simples em qualquer ambiente, seja no sufixo ‘-eiro’ pela relação com ‘-ario’ (‘bancário’/‘banqueiro’; ‘primário’/‘primeiro’); com ‘-aria’ (‘padaria’/‘padeiro’; ‘engenharia’/‘engenheiro’); com outros sufixos formadores de nome (‘formiga’/‘formigueiro’, ‘carta’/‘carteiro’), na raiz ou radical (‘feira’, ‘beira’).

Bisol, em 1989, no entanto, não crê que sua análise de alternância ‘-eiro’/‘ero’⁵ esteja adequada, apesar de evidências sugerirem que se trata de um ditongo leve no sentido de que ocupa apenas uma posição no *tier* da rima. “A questão que permanece é explicar o *glide* como o resultado de um espraçamento ou inserção” (BISOL, 1989, p.197). Bisol retoma essa questão em 1994, com o apoio da Teoria da Geometria de Traços, que explica todos os processos de assimilação por espraçamento de traços.

Em 2012, ao trazer a descrição do ditongo variável diante de tepe (‘beira’ ~ ‘bera’), Bisol faz uma generalização desses casos com aqueles diante de palatal (‘peixe’ ~ ‘pexe’) e diante de /S/ pós-vocálico em sílaba final acentuada (‘mês’ ~ ‘meis’). Retomando

5 Bisol preocupa-se em estudar, sob outro ponto de vista, esse morfema em termos de origem e parentesco juntamente com os morfemas ‘-ario’ e ‘-eria’. Ver Bisol e Monaretto (2021).

a ideia central de que os ditongos decrescentes que apresentam duas vogais subjacentes são invariáveis, e de que os ditongos decrescentes variáveis que estão em correspondência com uma só vogal possuem um *glide* flutuante sem representação na estrutura subjacente, concluiu que “esse forma-se por expansão do nó da cavidade oral (CO) da estrutura arbórea da consoante seguinte, que inerentemente carrega os traços seguintes: vocálico, coronal e abertura mínima, os quais consubstanciam o glide” (BISOL, 2012, p.64).

Dados de variação no português do Brasil (MENEGUINI, 1983; PAIVA, 1983, *apud* BISOL, 1989, p.197) também trazem luzes a sua hipótese de que a preferência é pelo uso da vogal simples, em vez de ditongos em contextos de palatal e de tepe. Em trabalho posterior, Bisol (1994) reforça sua análise com dados de fala de sua Tese de Doutorado (BISOL, 1981), agregados posteriormente ao projeto de pesquisa de que é uma das fundadoras, o VARSUL (Variação Linguística no Sul do Brasil), com o acréscimo de mais sete informantes do projeto NURC (Norma Urbana Culta) de Porto Alegre. O suporte com ‘dados reais’ em suas argumentações é uma das características de seus trabalhos.

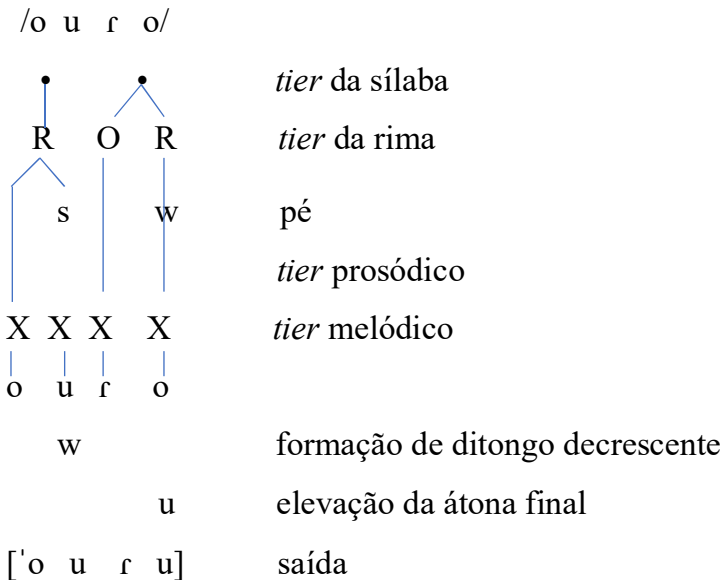
Essa primeira análise de Bisol sobre os ditongos aborda também o ditongo nasal em vogais finais (‘homem’, ‘jovem’) e em palavras com ‘-ão’ (‘órgão’, ‘órfão’). Este assunto poderá ser visto no capítulo sobre ‘Nasalidade’. Por fim, Bisol (1989, p.215), discorre sobre o ditongo ‘ou’, os ditongos crescentes e os tritongos, propondo uma reanálise e trazendo novas evidências. No caso do ‘ou’, esse ditongo pode ser substituído por uma vogal simples, como é apontado desde cedo por Nunes (1956) e por Naro (1973), segundo a autora. É fonológico por distinguir palavras, como em ‘couro’ versus ‘coro’, mas está perdendo seu estatuto funcional.

Bisol acredita que essa propriedade distintiva de ‘ou’ está sendo perdida, pois a substituição por uma vogal /o/ ocorre em todos os contextos, tanto em palavras derivadas, como em não derivadas (‘ouro’>‘oro’; ‘ourives’>‘orives’) e quando duas vogais são morfemas diferentes (‘chegar’ – ‘cheg+o+u’ – ‘chegô’). Os dados de língua falada na variedade do Sul do Brasil mostraram 80% de formas com a vogal como um único elemento na rima.

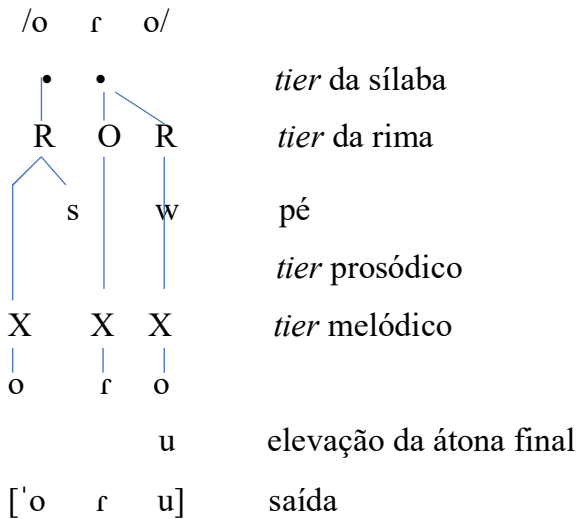
A monotongação do ditongo [ow] é uma mudança em progresso em estágio avançado, coexistindo ambas as variantes, como um caso de reanálise, conforme pode ser visto nas derivações (3a) e (3b):

(3) Alternância de ‘ouro’ ~ ‘oro’

(a)



(b) Reanálise



Fonte: Adaptado de Bisol (1989, p.214-215)

Os ditongos, como em (3a), possuem duas posições no esqueleto prosódico. Vogais simples, como em (3b), estão associadas a uma só posição.

Há a formação, em algumas variedades, de um novo ditongo [ow] pela vocalização da lateral ('gol', 'polpa'). Para esse caso, Bisol argumenta que a semivogal já tem seu lugar garantido no *tier* da rima por substituir a lateral. Nunca é perdida.

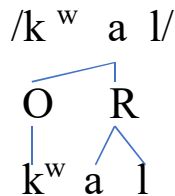
2.2 Ditongos Crescentes, Hiato e Tritongo

Bisol acredita, como Camara Jr., que não há ditongo crescente, com exceção de 'kw'/'gw', seguidos de 'a'/'o' ('quando', 'água'), como uma reminiscência do latim, do qual a língua tende a reduzi-lo com formas alternativas, conforme atesta o dicionário:

‘quatorze’ ~ ‘catorze’; ‘quotidiano’ ~ ‘cotidiano’. Nos casos em que não há alternância de ditongo com vogal (‘qual’ – [kwál ~ *kual]), a consoante velar seguida de *glide* pode ser entendida como uma unidade monofemática, aderindo ao princípio de Troubetzkoy de que essa unidade está no léxico em poucas palavras que preservam o grupo latino.

Essa unidade monofonemática dos grupos ‘kw’/‘gw’ forma um *onset* não ramificado, como pode ser visto em (4):

(4) Ditongos kw/gw



Fonte: BISOL, 1989, p.218

Excluindo-se esses grupos ‘kw’/‘gw’, os ditongos crescentes são estruturas derivadas de vogais simples em rimas de sílabas diferentes, sem papel algum no sistema fonológico. Os ditongos crescentes, entendidos como uma estrutura VV, têm duas posições no esqueleto prosódico, assim como o ditongo pesado. Quando a ressilabação de VV ocorre, a vogal alta desligada associa-se à posição precedente ou seguinte, conforme (5):

(5)

k i a b u



O R R O R



X X X X X



k i a b o



O R O R



k i a b o

y

u

[¹k y a b u]

palavra de três sílabas

tier da sílaba

tier da rima

pé

tier prosódico

tier melódico

ressilabificação

estrutura inicial CVVCV

desligamento da vogal alta

convenção de Associação

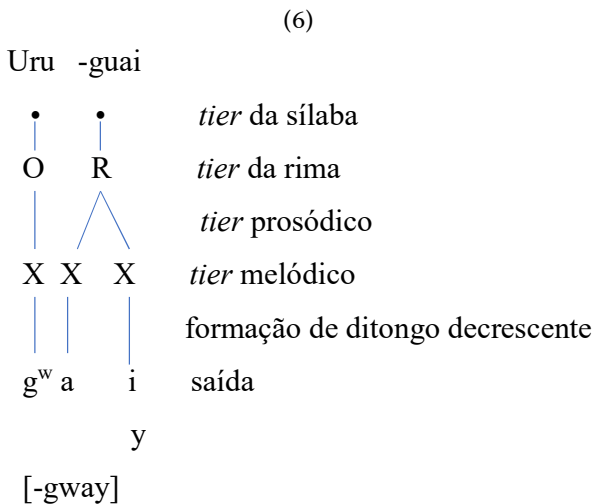
elevação da átona final

saída

Fonte: Adaptado de Bisol (1989, p.218)

O *glide* em ditongos crescentes nunca é apagado, podendo a vogal alta ajustar-se à vogal seguinte, formando um ditongo por ressilabificação ('kya.bo'). Alternativamente, a vogal alta pode desligar-se da posição de rima e associar-se à consoante anterior, formando uma sílaba aberta com vogal (CV), criando-se um hiato na sílaba seguinte ('ki.a.bo'). A opção ditongo/hiato ocorre se a vogal alta não for acentuada. De outra forma, não seria possível a ditongação, como em viúva [vi úva] ~ [¹vyuva] ~ *[viwva].

No caso de tritongos ('Uruguai', 'Paraguai', 'quais'), há três vogais. Como o padrão silábico do português prediz até duas vogais na estrutura subjacente, o /k^w/ e o /g^w/, como uma só unidade fonológica, com o rótulo C, no processo de silabificação, não extrapolaria a estrutura CCVVC. As duas vogais pertencem à rima como um verdadeiro ditongo. Eis a análise da última sílaba de 'Uruguai', em (6):



Fonte: Adaptado de Bisol (1989, p.219)

Nos casos de sequências de três vogais em hiato seguido por ditongo decrescente ('criou', 'leão'⁶), duas vogais, em uma primeira silabificação, aparecem na rima em 'criou', por exemplo. Como 'ow' está perdendo sua estrutura de verdadeiro ditongo, a forma é re-analisada como /kri'o/.

⁶ Conforme dito anteriormente, a discussão e análise de ditongos nasais não serão apresentadas neste capítulo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bisol, por meio do uso de novos recursos recentes da teoria fonológica não linear, utiliza-se da concepção da estrutura da sílaba em constituintes hierárquicos para dar conta de combinações que atendem ao padrão silábico da língua em sua análise dos ditongos. Sua análise oferece argumentos para princípios da nova teoria fonológica que vêm a explicitar e analisar comportamentos fonológicos, como os ditongos.

Assim como Camara Jr., Bisol distingue a existência de dois ditongos decrescentes, o fonético, aquele que pode omitir a semivogal ('peixe', 'caixa') e o fonológico, que nunca perde ('reitor', 'pauta'). Acresce às observações de Camara a análise fonológica e novos argumentos.

São eles respectivamente ditongos leves e pesados. O primeiro alterna com a vogal simples e constitui-se ditongo no "tier" melódico. O segundo forma-se no "tier" da rima, como resultado da primeira silabificação, e é invariável. A seguinte generalização emerge: ditongos formados no nível mais abstrato, "tier" da rima, tendem a ser preservados; ditongos mais próximos à superfície, formados no "tier" melódico podem ser perdidos. (BISOL, 1989, p.220-221)

Também crê na inexistência de ditongos crescentes, com exceção da reminiscência dos grupos latinos 'kw'/'gw', representados por uma só unidade fonológica. Os demais ditongos crescentes são vogais subjacentes de sílabas diferentes, derivados por ressilabificação, assim como são derivadas as estruturas de tritongos que se conformam com o padrão silábico.

Concluindo, Bisol, em todos os seus trabalhos, procura trazer elementos e argumentos em defesa da ideia de que os ditongos

verdadeiros ou fonológicos se formam no componente lexical.
Os ditongos decrescentes variáveis ou fonéticos são leves ou falsos.
Já os ditongos crescentes se formam no componente pós-lexical.

REFERÊNCIAS

- BISOL, L. **Harmonização Vocálica**: Uma regra variável. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.
- BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, v. 5, n. 2, p. 185-224, 1989.
- BISOL, L. Ditongos derivados. *D.E.L.T.A.*, v. 10, n. 3, p. 123-140, 1994.
- BISOL, L. Ditongos Derivados: Um adendo. *In*: LEE, S. H. (Org.). **Vogais Além de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. p. 57-65.
- BISOL, L.; MONARETTO, V. N. O. Sufixos -ario, -eria, -eiro: Um trio de morfemas revisitados. *Labor Histórico*. v. 7, n. 2, p. 107-121, 2021.
- BISOL, L; MONARETTO, V. N. O. O ditongo no português brasileiro. *In*: HORA D.; MATZENAUER, C. (Orgs.). **Fonologia do Português e Interfaces**: Fenômenos de aquisição e da variação. New York: Routledge, 2024 (no prelo).
- CAMARA JR., J. M. **Problemas de Linguística Descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CAMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, [1970] 1976.
- CAMARA JR., J. M. **Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Padrão, [1953] 1977.
- CAMARA JR., J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CAMARA JR., J. M. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, [1977] 1991.
- CASTRO, I. **Introdução à História do Português**. Lisboa: Colibri, 2011.
- CINTRA, L. F. L. **Estudos de Dialectologia Portuguesa**. 2 ed. Lisboa: Sá da Costa, 1995.

CLEMENTS, G. N.; KEYSER, S. J. **CV Phonology**: A generative theory of the syllable. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1983.

CLEMENTS, G. N. The geometry of phonological features. **Phonology Yearbook**, v. 2, p. 225-252, 1985.

FARIA, E. **Fonética Histórica do Latim**. 2 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

GOLDSMITH, J. **Autosegmental Phonology**. Tese (Doutorado, PhD). Cambridge., Mass.: MIT Press, 1976.

LIBERMAN, M; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. **Linguistic Inquiry**, v. 8, n. 2., p. 249-336, 1977.

MATTOS e SILVA, R. V. **O Português Arcaico**: Fonologia. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

NARO, A. J. **Estudos Diacrônicos**. Petrópolis: Vozes, 1973.

NUNES, J. J. **Compêndio de Gramática Histórica**. 5 ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1956.

SAID ALI, M. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.

SELKIRK, E. The syllable. In: HULST, H.; SMITH, N. **The Structure of Phonological Representations**: Part II. Foris, Dordrecht: de Gruyter 1982. p. 337-383.

TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

UCHÔA, C. E. F. (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr**. 2.ed. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1975.

WILLIAMS, E. B. **Do Latim ao Português** – Fonologia e morfologias histórias da língua portuguesa. Traduzido por Antônio Houaiss. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

A NASALIDADE

Elisa Battisti

1. CARACTERIZAÇÃO DA NASALIDADE EM PORTUGUÊS

Investigar a nasalidade em português vem desafiando os linguistas. Implica lidar com um intrincado padrão de alternâncias em que vogais nasalizadas ('cama'), por um lado, vogais nasais ('campo') e ditongos nasais ('cão'), por outro, contribuem para que se confundam os tênues limites entre fonologia e morfologia. Os estudos de Leda Bisol sobre a nasalidade em português, voltados a vogais nasais e ditongos nasais, colaboram para esclarecer tal padrão. Motivam Teses como a da autora deste capítulo, que adapta, nesta introdução, a seção introdutória daquele trabalho de pós-graduação (BATTISTI, 1997), afortunadamente orientado pela professora Leda.

Uma das questões que os fonólogos procuram responder diz respeito à base de vogal nasal e ditongo nasal: seria monofonêmica (ĩ) ou bifonêmica (VN)? O problema consiste em conciliar a análise fonológica com fatos fonéticos que, resumidamente, exporemos nesta introdução.

Vogais nasais e vogais nasalizadas diferenciam-se, em português, principalmente pelo caráter contrastivo que as primeiras apresentam, mas que não é característico das segundas. Pares como 'tampa' e 'tapa', 'minto' e 'mito', 'franco' e 'fraco' atestam o papel que a nasalidade de vogais nasais desempenha em contrastes de

significado, o que não se dá em vocábulos como ‘chama’, ‘feno’: a eventual pronúncia da vogal nasalizada sem nasalidade não muda significado. Além dessa, outra característica que diferencia vogais nasais de vogais nasalizadas relaciona-se ao acento primário. As vogais nasais podem ocorrer em sílaba tônica ou átona (‘t[ẽ]mpa’, ‘t[ẽ]mpado’). Já as vogais nasalizadas encontram-se em sílaba tônica (‘gr[ẽ]ma’) e, opcionalmente, em sílaba átona (‘gr[a]mado’ :: ‘gr[ẽ]mado’). Exceção é o contexto de nasal palatal (‘b[ẽ]nho’, ‘b[ẽ]nhado’), em que o acento parece não desempenhar nenhum papel frente à nasalização, e de diminutivos como ‘paninho’, relacionado a ‘pano’, ‘caminha’, relacionado a ‘cama’, por exemplo, em que a nasalidade se mantém na vogal correspondente à forma base, mesmo em pauta vocálica átona.

Em comum, vogais nasais e nasalizadas têm a qualidade do segmento de *output*: [ĩ, ẽ, ẽ, õ, ũ]. Ou seja, a nasalização no português brasileiro não tem como *output* as vogais médias baixas [ɛ, ɔ] e a vogal anterior baixa [a]². Esse fato é bastante interessante porque, diferentemente, línguas como o francês, por exemplo, exibem vogais nasais baixas³.

Um aspecto peculiar somente às vogais nasais diz respeito à consoante nasal de transição que se pode criar, em nível fonético,

1 Em certos dialetos do português brasileiro, é possível ouvir variavelmente ‘j[ẽ]’nela’, ‘f[ẽ]’mosa’.

2 Abaurre (1973) registra as eventuais pronúncias [‘krẽmi], [‘trẽmi] para ‘creme’ e ‘treme’ no dialeto paulista, em que também podem-se observar variavelmente [‘fõmi], [ẽ”tõnjõ] para ‘fome’, ‘Antônio’, por exemplo.

3 A explicação (fonética) para o fato parece residir, segundo Dellatre (1969), no tipo de processo que ocorre em português. A redução de intensidade do primeiro formante (F₁) – todas as vogais que sofrem nasalização têm F₁ de baixa intensidade – em francês é mais drástica, dá-se por cancelamento ou eliminação de alguns harmônicos, o que é articulatoriamente fácil de acontecer se as vogais forem baixas. Em português, essa redução ocorre pelo decréscimo da amplitude (e não pelo cancelamento) de cada harmônico.

com o mesmo ponto de articulação da consoante seguinte: ‘tampa’ e ‘franco’ podem realizar-se como [tẽ^mpɛ] e [frẽ^mkv], respectivamente. Ou seja, na superfície, uma nasal homorgânica à consoante seguinte, ou até mesmo à vogal precedente, pode ser produzida.

Os ditongos nasais (tônicos) do português brasileiro são ‘-ão’, ‘-ãe’, ‘-õe’, ‘-ui(N)’, como em ‘mão’, ‘mãe’, ‘põe’ e ‘muito’. O mais abundante é o primeiro, ‘-ão’. O último, ‘-ui(N)’, é encontrado em ‘muito’, apenas, ou numa pronúncia monossilábica, variável, de ‘ruim’. Os outros dois, ‘-ãe’ e ‘-õe’, correspondem, o mais das vezes, à flexão de plural de ‘-ão’: ‘alemão’-‘alemães’, ‘leão’-‘leões’. Essa assimetria entre singular-plural repete-se na relação masculino-feminino. Há ‘alemão’-‘alemã’, ‘irmão’-‘irmã’, mas ‘leão’-‘leoa’. Agrupadas essas formas, e a elas somado o aumentativo, a falta de uniformidade no conjunto de correspondências fica ainda mais evidente (Quadro 1).

Quadro 1 – Assimetrias relativas ao ditongo ‘-ão’

Masculino		Feminino	
<i>Singular</i>	<i>Plural</i>	<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
alemão	alemães	alemã	alemãs
irmão	irmãos	irmã	irmãs
leão	leões	leoa	leoas
chorão	chorões	chorona	choronas

Fonte: Battisti (1997, p.13)

O ditongo ‘-ão’ pode também ser átono, como em ‘órgão’, ‘órfão’, ‘bênção’. Nesse contexto, é passível de redução (cf. LEE, 1995; PARKINSON, 1983; TLÁSKAL, 1980, entre outros). A nasalidade

pode se manter, apesar da redução do ditongo, o que se verifica com alguma frequência, por exemplo, em formas verbais de terceira pessoa de plural, como ‘cantavam’ > ‘cantav[õ]’, ‘cantaram’ > ‘cantar[õ]’. Nas formas reduzidas, pode-se também observar a perda total da nasalidade, como ‘órgão’ > ‘órg[õ]’, ‘órfão’ > ‘órf[õ]’, ‘bênção’ > ‘bênc[õ]’.

O mesmo processo pode ocorrer em sequências ‘-eN’ e ‘-oN’ em final de vocábulo. Essas geralmente ditongam-se no português brasileiro (ABAURRE, 1973; LIPSKI, 1975): /eN/ > [ẽj], /oN/ > [õw], como em ‘homem’ e ‘nylon’, que passam a ‘hom[ɪ]’ e ‘nyl[õ]’, respectivamente, quando reduzidas. A flexão de verbos de segunda e terceira conjugação, na terceira pessoa de plural de alguns tempos verbais, também fornece contexto para a redução: eles ‘com[ẽj]’ > ‘com[ɪ]’, ‘dorm[ẽj]’ > ‘dorm[ɪ]’, por exemplo.

Desde a pioneira análise de Camara Jr. (1953), outros estudos linguísticos, como os aqui referidos, trataram da nasalização no português (brasileiro). Sua revisão conduz a algumas constatações sobre o fenômeno, apresentadas a seguir sob forma de generalizações:

- (a) nasalização contrastiva e nasalização alofônica são processos distintos;
- (b) vogais nasais e ditongos nasais derivam de uma sequência bifonêmica /vN/ subjacente é a mais geralmente aceita;
- (c) na superfície, após nasalizar a vogal, a consoante nasal da sequência bifonêmica pode não se superficializar ou realizar-se como consoante homorgânica à vogal precedente ou à consoante seguinte;
- (d) dadas as diferentes possibilidades de manifestação fonética da sequência bifonêmica subjacente, é desafiador analisar a nasalização como resultado da aplicação de regras ordenadas, como também determinar o domínio prosódico de aplicação das diferentes regras, principalmente no que se refere à derivação dos ditongos nasais;

(e) a redução dos ditongos nasais átonos não recebeu tratamento extensivo nos primeiros trabalhos sobre nasalidade em português e não foi associada ao acento.

Essas constatações permitem formular hipóteses a respeito da nasalização em português⁴. Nesse sentido, e considerando especificamente a estrutura silábica, Bisol (1989) faz uma proposta sobre a ditongação em português que abrange, também, os ditongos nasais. Essa e outras propostas da autora acerca da nasalidade em português (BISOL, 1998, 2002, 2016) serão abordadas na próxima seção. Como veremos, revelam a preocupação da autora em conciliar aspectos fonológicos e morfológicos em torno do fenômeno, além de um profundo conhecimento da Teoria Fonológica.

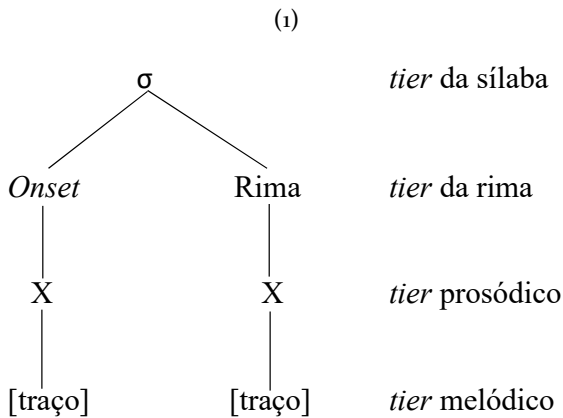
2. AS PROPOSTAS DE LEDA BISOL

Bisol (1989) aborda os ditongos nasais ao propor a existência de verdadeiros e falsos ditongos em português (ver o capítulo ‘Ditongos’, neste volume). A autora leva em conta a estrutura fonológica da sílaba (ver o capítulo ‘A Sílaba’, neste volume) ao analisar a ditongação de vogais nasais finais a partir da sequência /vN/ subjacente, fazendo distinção entre ditongos não passíveis de redução (‘irmão’), presentes em vocábulos que apresentam marcador de classe no léxico, e ditongos passíveis de redução (‘homem’), em vocábulos sem marcador de classe no léxico. O *glide* no primeiro tipo de ditongo surge da vogal temática

4 Por exemplo, Battisti (1997), sobre a base de vogais e ditongos nasais, assume que ambos sejam derivados de uma sequência bimoraica subjacente. Supondo-se que essa sequência de base seja vN.C e vN#, a autora argumenta que a natureza da consoante nasal e a posição que ocupa na sílaba são os elementos desencadeadores de todos os fenômenos relacionados à nasalização em português.

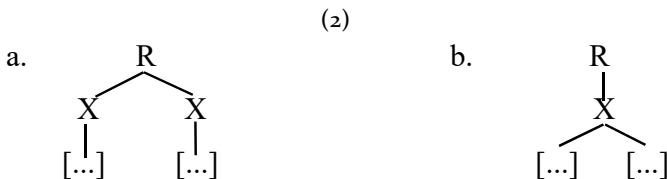
associada ao marcador de classe, no segundo tipo, do próprio processo de nasalização.

A análise de Bisol (1989) baseia-se no modelo autosegmental de Goldsmith (1976). Nesse modelo, os constituintes silábicos são organizados hierarquicamente em *tiers* (níveis) distintos, nos quais os segmentos são dispostos em sequência, como se vê em (1).



Fonte: Adaptado de Bisol (1989, p.186)

Nos ditongos não passíveis de redução ('irmãõ'), a vogal e o *glide* associam-se a duas posições no *tier* da rima, constituindo, assim, uma sílaba pesada (2.a). Já nos ditongos passíveis de redução ('homem'), a sequência de vocoides associa-se a apenas uma posição, formando, assim, um ditongo leve (2.b).



Fonte: Bisol (1989, p.190)

Diferentemente do pesado, o ditongo leve é criado no *tier* melódico por processos assimilatórios, por isso ocupa uma só posição de rima. Como consequência, o primeiro é preservado, o segundo pode ser reduzido, daí sendo denominados por Bisol (1989) de verdadeiro ditongo e falso ditongo, respectivamente. O argumento básico sustentando essa hipótese é o de que o ditongo pesado (verdadeiro), oral ou nasal, forma par mínimo com vogal simples ('pauta'-'pata', 'irmão'-'irmã'), o que não ocorre com o ditongo leve ou falso ('p[ej]xe' :: 'p[e]xe', 'hom[ẽj]' :: 'hom[ɪ]').

A autora analisa diferentes contextos em que se verifica a alternância de ditongo leve com vogal simples⁵. Entre esses contextos está o de vogal nasal em final de palavras com mais de uma sílaba, mais especificamente, o derivado da sequência /eN/ subjacente. Seguindo a ideia de Camara Jr. (1953, 1977, 1984), Bisol (1989) acredita que todos os ditongos nasais da língua portuguesa derivem de uma sequência de vogal mais consoante nasal, ocupando duas posições na linha prosódica. São pontos cruciais da proposta, nas palavras da autora:

- a. A vogal nasal é uma sequência VC subjacente, onde C é uma sonorante nasal não plenamente especificada, cujos traços de lugar serão especificados por regra "default", no fim da derivação.
- b. A sequência VC tem duas posições na linha prosódica.
- c. A regra de desligamento de N (absorção da nasal) opera no nível 2 do léxico, antes da adjunção da marca de classe.
- d. Por desligamento a nasal torna-se um auto-segmento flutuante.
- e. A nasal, auto-segmento flutuante, é ligada à última sílaba por uma regra particular do português, e a nasalidade espraia, seguindo os princípios da teoria auto-segmental. (BISOL, 1989, p.198).



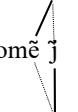

5 A autora trata separadamente ditongos decrescentes, crescentes e tritongos. Somente sua análise dos primeiros será aqui discutida. Assim sendo, o termo 'ditongo' deve ser entendido como ditongo decrescente de agora em diante.

Como afirmamos no início desta seção, a diferença entre os verdadeiros ditongos nasais ('irmão'), não passíveis de redução, e os falsos ditongos nasais, que podem se reduzir ('homem'), está no fato de os primeiros se originarem em vocábulos que apresentam marcador de classe no léxico, o que implica atribuição de vogal temática durante a derivação. Já os segundos têm como base vocábulos sem marcador de classe no léxico, a eles não sendo atribuída a vogal temática. O *glide* dos primeiros surge da vogal temática, o dos segundos resulta do próprio processo de nasalização. Em linhas gerais, a derivação dos dois tipos de ditongo é ilustrada em (3.a) e (3.b).

Em (3.a), a nasal flutuante é reassociada após a adjunção da vogal temática (VT), uma vez que se trata de vocábulo com marcador de classe (MC). O autossegmento nasal flutuante [+N], reassociado ao núcleo da última rima da palavra, espraia para todas as vogais da sílaba. À vogal final é aplicada uma regra geral do português que eleva as vogais nessa posição e, por fim, a vogal final passa a *glide*, formando-se, então, o ditongo nasal.

O vocábulo em (3.b), por seu turno, representa o grupo de itens lexicais sem marcador de classe no léxico. Assim, após o desligamento da nasal, não há atribuição de vogal temática, e a posição de coda da sílaba, embora vazia, permanece. O autossegmento flutuante é, então, reassociado a essa posição, desencadeando o que Bisol (1989) chama de mútuo processo assimilatório: a vogal é nasalizada e forma-se um *glide* com a mesma qualidade da vogal. Como a autora explica, “a qualidade da semi-vogal depende da vogal precedente e a nasalidade, da posição de coda” (BISOL, 1989, p.200).

(3)

<p>a. /irmaN/</p> <p>[+MC]</p> <p>irma Deslig. da nasal</p> <p>[+N] </p> <p style="margin-left: 4em;">MC Adjunção do MC</p> <p>irmao Atribuição de VT</p> <p>[+N]</p> <p>irmão Lig. do [+N] flutuante</p> <p>[+N]</p> <p>irmãõ Espraimento de [+N]</p> <p>[+N]</p> <p>irmãũ Elevação da átona final</p> <p>irmãw̃ Formação do ditongo</p> <p>[ir' mẽw̃] Output</p>	<p>b. /omeN/</p> <p>ome Deslig. da nasal</p> <p>[+N] </p> <p>ome Lig. do [+N] flutuante</p> <p>[+N]</p> <p>omẽ  Nasaliz. da V e formação do glide nasal</p> <p>omẽ  Output</p>
--	---

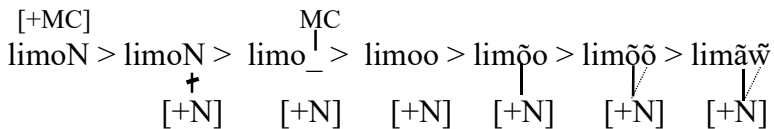
Fonte: Adaptado de Bisol (1989, p.204)

A diferente origem do *glide* nos dois grupos de vocábulos determina a qualidade do ditongo. Em (3.a), representado por ‘irmão’, o *glide* deriva de uma vogal na subjacência. Duas posições são ocupadas no *tier* da rima, e a combinação de duas vogais origina um ditongo pesado. Já em (3.b), no grupo de ‘homem’, o *glide* é criado, havendo na base apenas uma vogal (uma só posição ocupada no *tier* da rima), o que dá origem a um ditongo leve, passível de alternar, na superfície, com vogal simples se o autossegmento nasal permanecer flutuante até o final da derivação e for apagado. Daí se percebe a importância do marcador de classe para a proposta de Bisol (1989).

O papel fundamental do marcador de classe fica ainda mais claro quando a autora trata da alternância observada em pares singular-plural, masculino-feminino de nomes do português terminados em ditongo nasal. O ditongo ‘-ão’ em ‘irmão’/‘irmãos’, por exemplo, se mantém porque o marcador de classe é o mesmo, /o/⁶, tanto no singular quanto no plural. O feminino, ‘irmã’, sem ditongo, é obtido pela aplicação de uma regra morfofonêmica de gênero que transforma ‘o’ em ‘a’, e a crase transforma os dois segmentos idênticos na mesma sílaba em um só.

Já o marcador de classe em nomes como ‘nação’/‘nações’ deve ser diferente: /o/ no singular, /e/ no plural. Isso requer a aplicação de uma regra de dissimilação da rima para que se obtenha a sequência correta do ditongo no singular – ‘-ão’, e não ‘-õo’ –, o que só vai ocorrer após a nasalização. É o que ilustra a derivação de ‘limão’, em (4).

(4)



Fonte: Adaptado de Bisol (1989, p.204)



Bisol (1989) salienta que o marcador de classe deve ser associado ao *tier* da rima antes que se atribua pé, uma vez que o acento primário do português é sensível ao peso da rima. Isso constituiria um problema para a proposta da autora, uma vez que, em vocábulos como ‘órgão’, ‘órfão’, pertencentes ao grupo de ‘irmão’, ‘-ão’ é átono: recebem vogal

6 Bisol (1989) determina a qualidade da vogal com base no paradigma derivacional: ‘irmão’-‘irmãdade’, ‘limão’-‘limonada’.

temática antes da atribuição de pé, mas não atraem acento. Como veremos adiante, Bisol (1989) lança mão da extrametricidade, recurso à disposição no modelo seguido, para resolver tal questão, referente à não atribuição de acento a uma sílaba final pesada.

Além da variante com vogal simples, nomes pertencentes ao grupo de ‘homem’ podem apresentar ditongo leve com traço [+alto] tanto no núcleo da rima, como na coda: [‘õmĩ̃]. A autora esclarece que, quando vogal e glide concordam quanto ao traço [±posterior], o traço [+alto] do glide é assimilado pela vogal. As três variantes de /omeN/, ‘hom[ẽ̃]’ :: ‘hom[ĩ̃]’ :: ‘hom[ɪ]’, têm, então, a derivação em (5). Como se vê, Bisol (1989) não possui uma regra especial para a redução do ditongo leve, oriundo da vogal nasal. A variante com vogal simples deriva da não-associação de [+N], que é, assim, apagado ao final da derivação.

(5)

<i>tier</i> melódico	ome__ [+N]	ome__ [+N]	ome__ [+N]	
	ome__ [+N]	ome__ [+N]	-----	Assoc. da nasal
			-----	Nasaliz. da V e formação do <i>glide</i> nasal
	-----	omĩ̃̃ [+alto]	-----	Espraiamento do traço [alto]
	-----	-----	omi__ [+N]	Elev.da átona final
<i>Output</i>	[‘õmẽ̃]	[‘õmĩ̃]	[‘õmi]	

Fonte: Adaptado de Bisol (1989, p.206)

O fato de o ditongo pesado ‘-ão’ não atrair acento em alguns vocábulos resulta, segundo Bisol (1989), de extrametricidade. Palavras como ‘órgão’, ‘órfão’ têm o último elemento da rima, que corresponde ao marcador de classe, extramétrico no *tier* da rima, o que o torna invisível quando o pé métrico é formado e o acento, atribuído (ver o capítulo ‘O acento de palavra’, neste volume). O elemento marcado por extrametricidade, no entanto, não se perde. É reincorporado ao vocábulo posteriormente, no *tier* prosódico, o que garante que o ditongo, mesmo sem acento, venha à superfície. A variante de uma só vogal que esses vocábulos podem ter (‘órg[ʊ]’, ‘órf[ʊ]’) surge por reanálise: a base do ditongo átono ‘-ão’ é, nesses casos, /oN/, e não /aN/. Somando-se a isso o fato de o segmento nasal flutuante não ser reassociado e, por conseguinte, ser apagado ao final da derivação, tem-se uma sequência de duas vogais /oo/ (a segunda é o marcador de classe, extramétrico no *tier* da rima e reincorporado no *tier* prosódico) idênticas e na mesma sílaba, que sofrem crase e são, assim, reduzidas a uma só.

A proposta de Bisol (1989), então, vale-se de uma certa visão de sílaba – como unidade prosódica cujos constituintes organizam-se hierarquicamente em níveis (*tiers*) de diferentes naturezas – para sustentar a ideia da existência, em português, de verdadeiros e falsos ditongos, tanto orais quanto nasais. No que se refere especialmente à nasalidade, a proposta implica distinguir grupos de vocábulos portadores (‘irmão’), ou não (‘homem’), de marcador de classe, informação morfológica que afeta a sequência bifonêmica /vN/ subjacente, assumida pela autora: a vogal temática inserida nos vocábulos com marcador de classe gera ditongos verdadeiros, em rimas silábicas com segmentos que ocupam duas posições no *tier* prosódico. Já vocábulos sem marcador de classe originam ditongos falsos, em rimas silábicas com segmentos que ocupam uma posição no *tier* prosódico. A contribuição da proposta de Bisol (1989) está no fato de, orientando-se por princí-

pios teóricos para explorar a interface morfologia-fonologia, explicar especialmente a existência, em português, de ditongos nasais que atraem acento e não se reduzem – os verdadeiros ditongos nasais (‘irmão’) – e ditongos nasais que não atraem acento e se reduzem – os falsos ditongos nasais (‘homem’).

A proposta de Bisol (1989) abre flancos para análises futuras, pela necessidade de explicar, por exemplo, formas como ‘órgão’ e ‘refém’. A primeira contém um ditongo verdadeiro que não atrai acento e, além disso, é passível de redução. A autora explica o fato atribuindo-o a uma reinterpretação da base do ditongo promovida pelo falante. Ela invoca a extrametricidade do marcador de palavra para explicar por que a sílaba não recebe acento⁷. A segunda forma, ‘refém’, também tratada pela autora como excepcional, apresenta ditongo (falso) resultante de assimilação e, mesmo assim, não se reduz, recebendo acento. Em tom não definitivo, Bisol (1989) sugere que palavras como ‘refém’ seriam marcadas no léxico, apresentando duas vogais no *tier* da rima⁸.

Em dois estudos subsequentes, Bisol (1998, 2002) muda o foco de análise da nasalidade em português. Passa da emergência e diferenciação dos ditongos nasais para os processos fonológicos que originam a nasalidade. Bisol (1998, 2002) propõe que operações fonológicas realizadas em níveis lexicais distintos resultem em dois tipos de nasalidade: ‘nasalidade por estabilidade’ no nível lexical, decorrente

7 É possível pensar, no entanto, como faz Battisti (1997), que, se vocábulos como ‘órgão’ constituem padrão excepcional de acento e são, por essa razão, marcados no léxico, o emprego de extrametricidade não se justifica. Além disso, a redução dos ditongos nesses casos parece associar-se à atonicidade da sílaba e sua menor força relativa (MOHANAN, 1993), não apenas ao modo como o falante interpreta a forma subjacente, se verdadeiro ou falso ditongo.

8 A excepcionalidade de vocábulos como ‘refém’ parece mostrar, mais uma vez, conforme Battisti (1997), que a redução não se explica pelo fato de o ditongo ser verdadeiro ou falso, mas pela localização do acento: se a sequência /vN/ final é acentuada, não se reduz.

da inserção, na rima, de uma nasal flutuante e estável, e ‘nasalidade por assimilação’ no nível pós-lexical, a partir de uma consoante nasal *in situ*. A autora apoia-se nos modelos da Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1985), da Fonologia Autossegmental (GOLDSMITH, 1976) e da Geometria de Traços (CLEMENTS; HUME, 1995) para dar conta das realizações da sequência /vN/ subjacente em interior de palavra, com vogal nasalizada e nasal homorgânica aos segmentos adjacentes (nasalidade por assimilação), e em final de palavra, contexto de emergência do *glide* nasal (nasalidade por estabilidade). Além disso, como veremos, a autora distingue, por um lado, ditongos nasais em terminais [+VT], com vogal temática, que se originam no nível lexical, de, por outro lado, ditongos nasais em terminais [-VT], sem vogal temática, e vogal nasal em interior de palavra, que se originam no nível pós-lexical.

No início do trabalho, Bisol (1998, 2002) retoma os argumentos de Camara Jr. (1953, 1977, 1984) para derivar a nasalidade do português da sequência bifonêmica subjacente, o que faz também em Bisol (2016). Os argumentos do autor vão expostos a seguir, conforme os elencou Battisti (1997):

Para Camara Jr. (1953, 1977, 1984), vogal nasal é, em português, vogal mais consoante nasal na mesma sílaba. Afirma que “a nasalidade já pode ser considerada em si mesma um fonema consonântico, desde que estabelece o travamento da sílaba nos moldes de vogal mais consoante” (Camara Jr., 1953, p.92). Três fatos da língua portuguesa sustentam sua proposta: (a) a não-realização de crase entre vocábulos como lã azul, a despeito do que ocorre em sequências como casa azul, que só pode resultar da presença do elemento consonântico nasal interveniente, já que, à primeira vista, em ambos exemplos, os vocábulos terminam e iniciam por vogal, ambiente propício para a ocorrência de crase; (b) a realização exclusiva de /r/ múltiplo após a vogal nasal, o

que só acontece se a sílaba for fechada por consoante: hon/r/a, guel/r/a, ls/r/ael, e não *hon/R/a, *guel/R/a, *ls/R/ael; (c) a inexistência de hiato com vogal nasal. (BATTISTI, 1997, p.18-19).

Assumindo a hipótese bifonêmica de Camara Jr. (1953, 1977, 1984) e examinando cuidadosamente os fatos relativos à nasalidade em português, Bisol (1998, 2002) propõe a existência de três grupos de vocábulos com ditongos nasais, um lexical, dois pós-lexicais. O grupo de vocábulos com ditongos nasais originados no nível lexical contempla, por exemplo, ‘irmão’, ‘chorão’, ‘põe’ e ‘limões’. Nessas formas, o ditongo nasal geralmente atrai acento, com algumas exceções (‘órgão’, ‘órfão’, ‘bênção’, ‘Cristóvão’, ‘sótão’) que, segundo a autora, são raras.

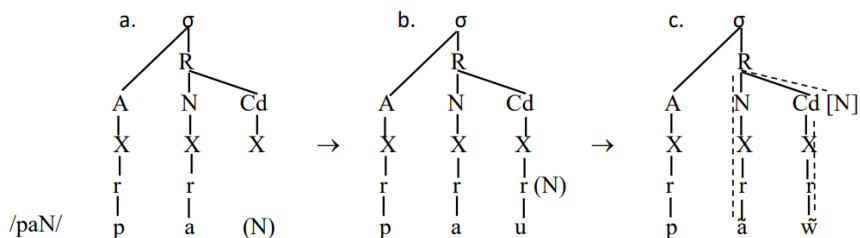
No nível pós-lexical, um dos grupos de vocábulos com ditongos nasais é o de formas verbais como ‘levem’, ‘falaram’. Nelas, a consoante nasal é morfêmica, tem valor flexional de número-pessoa. O outro grupo de vocábulos com ditongos nasais pós-lexicais reúne formas nominais. Nele estão vocábulos como ‘homem’, ‘viagem’, ‘fórum’, com ditongo nasal átono, e ‘bem’, ‘ariticum’, ‘cetim’, em que o ditongo nasal é portador de acento. A autora observa que formas nominais com ditongos pós-lexicais originados de /eN/ exibem ditongos nasais geralmente átonos. Já aqueles derivados de /iN/, /uN/ atraem acento, com raras exceções.

Percebe-se, nesses três grupos, que a proposta de Bisol (1998, 2002) liga-se à de Bisol (1989) no que se refere ao marcador de classe e à vogal temática. Nas palavras da autora: “Em suma, a principal distinção entre ditongo [nasal] lexical e pós-lexical é a presença de VT [vogal temática] como marcador de classe no primeiro e ausência de VT no segundo.” (BISOL, 2002, p.510).

A hipótese para a formação dos ditongos nasais lexicais é a da nasalização por estabilidade, já proposta em Bisol (1989): a conso-

ante nasal em final de vocábulo é desassociada (6.a), por convenção, e permanece flutuante quando da adjunção da vogal temática (6.b). A nasal, um autosssegmento, é então reassociado ao núcleo na rima, de onde percola até o elemento terminal, gerando o ditongo nasal (6.c.).

(6)



Fonte: Bisol (2002, p.511)

A autora chama atenção para o fato de a nasal na sequência $/vN/$ subjacente só tornar-se flutuante se estiver em posição final de item lexical, como em $/paN/$. Se, por derivação sufixal, material morfológico for acrescentado à borda direita da palavra e a nasal passar a *onset* silábico, os traços ausentes na subjacência serão preenchidos, por redundância, pelo traço default [+coronal]. A nasal coronal é $/n/$, por isso ‘mão’ > ‘manual’, ‘pão’ > ‘panifício’.

Em final de palavra, o ditongo nasal lexical constitui sílaba pesada, recebendo acento por essa razão. Em Bisol (1989), o peso silábico vem da sequência vocálica formada na rima: vogal-núcleo mais vogal temática atribuída como marcador de classe. A adjunção da vogal temática ocorreria antes da atribuição de acento primário, já que a consoante nasal de base, que poderia conferir peso à sílaba final, teria sido desassociada antes da ad-

junção de vogal temática. Já em Bisol (1998, 2002), a questão da atribuição de acento por peso silábico é resolvida de outro modo. Concebendo-se subníveis (Nível 1, da Raiz, e Nível 2, da Palavra) no Nível Lexical, o acento é atribuído no Nível 1 e a desassociação-reassociação da nasal ocorre no Nível 2.

(7)

LÉXICO	a./irmaN/ _{N, VT(o)}	b./orfaN/ _{N, VT(o) EX}
Nível 1 (da Raiz)	irmaN	orfaN
Silabação	ir.maN	or.faN
Extrametricidade	-----	or.fa<N>
Acento	ir.ma'N (*)	o'r.fa<N> (* .)
Adjunção do elemento extraviado	-----	o'r.faN
Nível 2 (da Palavra)		
Adjunção da vogal temática	[[ir.ma'N]o]	[[o'r.faN]o]
Desassociação da nasal	[[ir.ma']o] [N]	[[o'r.fa]o] [N]
Silabação e elevação da V átona final	[ir.ma'u] [N]	[o'r.fau] [N]
Reassociação da nasal e percolação	[ir.ma'u] [N]	[o'r.fau] [N]
<i>Output</i>	[ir' mẽw̃]	['orfẽw̃]

Fonte: Adaptado de Bisol (2002, p.514-516)

Como se vê em (7.a), derivação de 'irmão', a silabificação e a acentuação ocorrem no Nível 1, onde /N/ ainda não foi desassociado e a atribuição de vogal temática como marcador de classe ainda não ocorreu. Ou seja, o peso silábico que atrai acento para o ditongo na-

sal não é o da sequência vogal-núcleo e vogal temática, mas da vogal-núcleo e consoante nasal, no Nível 1 do léxico. No Nível 2 do léxico, ocorre a atribuição de vogal temática⁹ e, depois, a desassociação de /N/, a nova silabificação, a elevação da vogal átona final, a reassociação da nasal (autossegmento flutuante). A nasalidade percola à vogal final, que emerge como *glide*. Em (7.b), representação de ‘órfão’, o vocábulo é marcado extramétrico no início da derivação, o que torna a consoante nasal invisível ao acento no Nível 1 do léxico. Por isso a penúltima sílaba, não a última, é acentuada. As demais etapas da derivação ocorrem como no processamento de ‘irmão’.

Formas como ‘leão’, ‘limão’ apresentam ditongo nasal gerado no nível lexical, como ‘irmão’, mas não derivam da mesma sequência bifonêmica subjacente. Para Bisol (1998, 2002), o fato de o par singular-plural ser ‘irmão’-‘irmãos’, num caso, e ‘leão’-‘leões’, ‘limão’-‘limões’, no outro, evidencia que ‘irmão’ deriva de /irmaN/, ‘leão’ e ‘limão’, de /leoN/, /irmoN/, respectivamente. A autora propõe duas regras de dissimilação para gerar -oN > [ẽw̃] no singular ‘leão’, ‘limão’, -oN > [õjs] no plural ‘leões’, ‘limões’. Ambas se aplicam no Nível 2 do léxico, após a atribuição de vogal temática, a elevação da vogal final e a nasalização. A regra que se aplica à forma singular afeta a vogal-núcleo do ditongo: passa [li.¹mõu] a [li.¹mãu]. A regra que se aplica à forma pluralizada afeta a vogal temática ‘-o’, já elevada a [u] no Nível 2. A vogal [u] se coronaliza por expansão do traço [coronal] do morfema {S}, de plural, e assim [li.¹mõuS] passa a [li.¹mõiS].

9 Bisol (2002, p.508) esclarece que “em raízes de terminação nasal, subespecificada, a vogal temática nunca faz parte do processo derivacional, funcionando exclusivamente como marcador de classe” se forem marcadas como [+VT] no léxico. Nessas formas, a vogal temática não é adicionada no Nível 1 do léxico, o da Raiz, mas no Nível 2, da Palavra, como na derivação de ‘irmão’ e ‘órfão’, em (7). Raízes de terminação nasal marcadas [-VT] no léxico, como ‘homem’, não recebem vogal temática na derivação. Já raízes não terminadas em nasal, como a de ‘campo’ /kaNp/, recebem vogal temática no Nível 1 do léxico (ver 8 adiante).

Também no nível lexical formam-se ‘irmã’-‘irmãs’. A sequência bifonêmica subjacente é /aN/, como na derivação de ‘irmão’. A diferença está na vogal temática recebida no nível 2, ‘-a’, na formação de ‘irmã’. Obedecendo ao Princípio do Contorno Obrigatório¹⁰, as duas vogais idênticas fundem-se. Resulta daí um segmento alongado, posteriormente nasalizado nesse mesmo nível.

No nível pós-lexical, além de ditongos nasais, formam-se vogais nasais por nasalização assimilatória, a partir da sequência bifonêmica /vN/ subjacente. Segundo Bisol (1998, 2002), a nasalização de vogal final em vocábulos sem vogal temática (‘homem’, ‘cetim’, ‘hífen’) pode, ou não, criar um ditongo e é o mesmo processo fonológico que nasaliza a vogal em interior de vocábulo, aplicando-se tanto a nomes (‘tango’, ‘senso’, ‘lombo’, ‘cinto’, ‘rumba’) quanto a formas verbais (‘embalar’, ‘combater’, ‘limpar’, ‘cumprir’, ‘andar’). Trata-se do que a autora chama ‘nasalidade por espraçamento’, processo que cria variantes, diferentemente da nasalidade por estabilidade, que cria apenas ditongos.

Um diferencial da proposta de nasalização pós-lexical por espraçamento é que ela não implica desassociação-reassociação de /N/. Em interior de vocábulo, o segmento “permanece *in situ*, porque recebe os traços articulatórios da consoante seguinte ou da vogal precedente” (BISOL, 2002, p.523), podendo eventualmente ser suprimido após nasalizar a vogal. É o que se observa em /kaNpo/ > [‘kẽⁿpɔ] :: [‘kẽ^mpɔ] :: [‘kẽ:pɔ]. Em (8) estão as derivações de ‘campo’ (a) e ‘homem’ (b).

10 Ou OCP, de *Obligatory Contour Principle*, em inglês. Esse princípio é uma restrição à configuração da representação fonológica. Proposto por Leben (1973) e amplamente explorado na Fonologia Autossegmental, proíbe sequências de segmentos adjacentes idênticos, o que leva à fusão (crase) dos segmentos, apagamento ou modificação de um deles.

(8)

LÉXICO	a./kaNp/N, VT(ø)	b./omeN/ N, EX, [-VT]
Nível 1	kanNp	omeN
Adjunção de vogal temática	kaNpo	-----
Silabação	kaN.po	o.meN
Extrametricidade	-----	o.me<N>
Acento	ka'N.po (* .)	o'.me<N> (* .)
Adjunção do elemento extraviado	-----	o'.meN
PÓS-LÉXICO		
Espraiamento de N	ka'Npo 	o'.meN
Implementação de N	ka'mpo 	o'.meŋ :: o'.mej
Apagamento de N (opc.)	kã':po	-----
Elevação vocálica (opc.)	-----	o'.miŋ
<i>Output</i>	['kẽ ^m pɔ], ['kẽ:ɔ]	['õmẽ ⁿ], ['õmẽj], ['õmĩ ⁿ]

Fonte: Adaptado de Bisol (2002, p.525)

Em final de vocábulo, superficializa-se como consoante ou *glide* homorgânico à vogal precedente, como em /omeN/ > ['õmẽⁿ] :: ['õmẽj], vogal essa que pode elevar-se, gerando-se uma terceira variante nasalizada, ['õmĩⁿ]. Outra variante nesse contexto final átono pode resultar, ainda, do apagamento de /N/. Como consequência, a vogal não se nasaliza e pode elevar-se em sua manifestação oral: ['õmĩ].

Na proposta de Bisol (1998, 2002), uma forma verbal como 'põe' é "um verdadeiro ditongo lexical, gerado como os nominais *irmão*,

limão, no léxico, que apresenta a peculiaridade de consonantizar o glide intervocálico para formar *componho*, *compunha* etc.” (BISOL, 2002, p.527). A autora reconhece, no entanto, que há formas verbais com /N/ final que não recebem acento e manifestam-se variavelmente, com ditongo nasal ou não (‘levam’, ‘falaram’). A não atribuição de acento decorre, como em formas nominais tais quais ‘homem’, à extrametricidade de /N/ quando da formação de pés métricos.

Bisol (1998, 2002) menciona, ainda, o fato de que, em contextos de sândi externo, se a nasal final do vocábulo à esquerda manifesta-se como velar, não passará a *onset*, por ressilabação, da sílaba inicial da palavra à direita, como ocorre com a nasal palatal: ‘bem aqui’ [bẽ.ɲa.'ki], mas ‘bom amigo’ [bõɲ. a.'mi.gõ], não *[bo.ɲa.'mi.gõ]. Para a autora, esse bloqueio à nasal velar, mas não à palatal, pode dever-se ao fato de a primeira ser mais marcada do que a segunda, sugerindo que “a ressilabação se retém diante de um segmento altamente marcado” (BISOL, 2002, p.529).

A análise de Bisol (1998, 2002) destaca-se não apenas pela criteriosa sistematização dos diferentes grupos de vocábulos do português com a sequência /vN/ subjacente, mas também pelo conjunto de regras geradoras de vogais e ditongos nasais proposto pela autora. O ordenamento das regras nas derivações, conforme os princípios da Fonologia Lexical, esclarece a operação da morfologia e da fonologia na nasalização e sustenta a defesa de tipos distintos de nasalidade, por estabilidade (lexical) e por assimilação (pós-lexical). A argumentação em torno dos níveis em que situar as regras demonstra o conhecimento aprofundado da autora tanto sobre o modelo teórico seguido, quanto sobre os fatos do português relativos à nasalidade, como ilustra o trecho a seguir:

E porque a regra de espraçamento da nasal (EN) aplica-se também em itens não derivados, como mostram *entre*, *ante* e *sem*, palavras formais, fica ela restringida, pela condição do ciclo estrito,

a operar somente em nível não cíclico, cabendo-lhe as alternativas: (i) no nível 2 do léxico, o da palavra, ou (ii) no pós-léxico. Por ser categórica, (i) seria a escolhida. Todavia, considerando-se que a nasalidade é um traço redundante neste caso, pois o contraste fonológico está garantido no léxico pela sequência VN *versus* V (*seNda/seda; riN/ri*), o princípio de simplicidade que reza *The optimal grammar is the simplest* (Chomsky e Halle, 1968) leva a regra de espriamento de nasalidade para o pós-léxico. Isto é, embora os resultados possam ser alcançados por (29) [Expansão de N] no nível 2 [do léxico], onde a condição do ciclo estrito não opera, a gramática mais simples a classifica como regra pós-lexical, pois, entre uma gramática com redundância e uma gramática sem redundância, a última deve ser escolhida. (BISOL, 2002, p.523)

Bisol (2016) marca uma mudança na concepção do processamento fonológico, de serial, baseado na aplicação ordenada de regras, para o paralelo, baseado na interação de restrições gramaticais. Além disso, dá um passo adiante no exame da sequência bifonêmica subjacente. Para tanto, a autora considera os fatos demonstrados e suas próprias teses, defendidas nos trabalhos anteriores. Em termos teóricos, adota a Teoria da Otimidade (PRINCE; SMOLENSKY, 2004 [1993]). Examinando apenas nomes e adjetivos, deriva o ditongo nasal fonológico de duas bases, /aN/ e /oN/, e a vogal nasal, assim como o ditongo nasal variável, da sequência /vN/ formada por qualquer uma das vogais no subsistema de cinco, em ambiente de consoante nasal seguinte. Com a interação, na gramática, de restrições de marcação e de fidelidade, explica, de um lado, a nasalização vocálica e a assimilação de ponto de articulação pela consoante nasal em coda silábica, no interior de palavra; de outro, as alternâncias observadas no plural de formas com ditongo nasal ‘-ão’.

Para efetuar sua análise, a autora parte das seguintes considerações sobre a nasalidade em português: (i) dos sete segmentos vocálicos distintivos observados em sílaba tônica, apenas cinco constam

no subsistema das vogais vasais, devido à neutralização da oposição entre as vogais médias, manifestando-se as médias altas nesse contexto; (ii) a sílaba com a sequência VN e nasal tautossilábica é bimo-raica, isto é, porta duas unidades de peso e ocupa duas posições no *tier* temporal; (iii) a consoante nasal em coda silábica é licenciada por coarticulação com um segmento vizinho.

O conjunto de restrições proposto por Bisol (2016) é:

Max(N): A nasal do *input* não pode ser apagada sem deixar vestígios. *VN(oral)σ: Vogal oral é proibida em VN tautossilábico. (Uma versão de (*NV oral) de McCarthy ([2002] 2008).

Have Mora: A sílaba nasal deve ter duas moras. (Em concordância com a hipótese de VN bifonêmico).

*μ/CON: Consoante não tem mora. (Segundo Hayes (1995), consoante não tem mora, mas pode adquiri-la por posição).

NPA: A nasal deve assimilar o traço de articulação da consoante [-cont] seguinte. (Versão restrita de NPA de Padgett, [1995] 2004).

NHR: Diante de consoante [+cont], o segmento nasal e a vogal precedente harmonizam-se. N nasaliza a vogal precedente e essa vogal lhe oferece o ponto de articulação. (BISOL, 2016, p.118. Datas entre colchetes e grifos nossos)

Nesse conjunto, Max(N) é uma versão, criada por Bisol (2016), de Maximality, família de restrição de fidelidade ao *input* no mapeamento *input-output*, a qual propõe, em linhas gerais, que todo o elemento no *input* tenha um correspondente no *output*. As demais são restrições de marcação e têm respaldo na literatura, como a própria autora indica. NPA requer que a nasal em coda, subespecificada para ponto de articulação, adquira-o coarticulando-se à consoante seguinte [-contínuo]. Se a consoante seguinte for [+contínuo], NHR garantirá a aquisição de ponto, mas da vogal precedente.

O ordenamento de restrições proposto pela autora para a geração de vogais nasais em interior de vocábulo é: Max-N,

*VN(oral) σ >>NPA, NHR>>HaveMora>> μ /CONS. Nessa hierarquia, as restrições de marcação NPA e NHR não estão em relação de dominância. Da mesma forma, Max-N no topo da hierarquia garante que a nasal de base na sequência vN, subespecificada para ponto de articulação, não seja apagada, realizando-se com o ponto assimilado da consoantes [-contínuo] seguinte ou da consoante precedente se for seguida de consoante [+contínuo]. Max-N divide o topo da hierarquia com *VN(oral) σ , que obriga a nasalização vocálica por nasal tautossilábica. Os *tableaux* 1 e 2 representam a interação das restrições na hierarquia para os *inputs* /kaNto/ e /gaNso/.

Tableau 1

/kaNto/	Max-N	*VN σ (oral)	NPA	NHR	HaveMora	* μ /CON
a. $\text{ḱẽ}^n\text{.tʊ}$						*
b. $kẽ\text{.tʊ}$					*!	
c. $kẽ^m\text{.tʊ}$			*!			*
d. $ka^n\text{.tʊ}$		*!				*
e. $ka\text{.tʊ}$	*!					

Fonte: Adaptado de Bisol (2016, p.119)

Tableau 2

/gaNso/	Max-N	*VN σ (oral)	NPA	NHR	HaveMora	* μ /CON
a. $\text{ḡẽ}^n\text{.sʊ}$						*
b. $gẽ\text{.sʊ}$					*!	
c. $gẽ^m\text{.sʊ}$				*!		*
d. $gaN\text{.sʊ}$		*!				*
e. $ga\text{.sʊ}$	*!					

Fonte: Adaptado de Bisol (2016, p.120)

As restrições HaveMora e * μ /CON têm um papel relevante na proposta de Bisol (2016). Inspirada em Nagy e Reynolds (1997), a autora apela à possibilidade de inverter a ordem de restrições em estratos contíguos na hierarquia e propõe que, em gramáticas de variedades do português em que HaveMora e * μ /CON se encontrem na mesma posição na hierarquia (abaixo de Max-N, *VN(oral) σ >>NPA, NHR), mas em ordem inversa (* μ /CON acima de HaveMora), responderão pela seleção do candidato (b), com vogal nasalizada, mas sem manifestação da consoante nasal: ['kẽ.tʊ, 'gẽ.sʊ]. Nessa inversão, ficando acima de HaveMora, a violação à restrição * μ /CON será a responsável pela não seleção do candidato (a) (['kẽⁿ.tʊ, 'gẽⁿ.sʊ]), com nasal coarticulada, como *output* ótimo.

Já a sequência vN#, em final de palavra, dá origem ao que Bisol (1998, 2002) considerou ditongo nasal pós-lexical, dada a variabilidade em sua realização. Em Bisol (2016), a geração das duas possibilidades de *output*, com ditongo nasal ou com vogal mais consoante nasal coarticulada à vogal precedente, demandou introduzir na hierarquia duas restrições: LC (iniciais de *Licensing Cancellation*), que, segundo a autora, cancela a opção de N subjacente realizar-se como consoante, como mostra o *tableau* 3; e *Diph, restrição que, nas variedades em que domina LC na hierarquia, é responsável pela seleção do candidato com nasalidade, mas sem ditongação como ótimo, o que se vê no *tableau* 4. Segundo a autora, as restrições HaveMora e * μ /COM não estão visíveis na hierarquia porque não têm papel na seleção do candidato ótimo.

Tableau 3

/ʒɔvɛN/	Max-N	*VNσ(oral)	NPA	NHR	LC	*Diph
a. ʒɔ.vẽĩ						*
b. ʒɔ.vẽ					*!	

Fonte: Adaptado de Bisol (2016, p.120)

O *tableau 3* representa a avaliação de candidatos em variedades que selecionam a forma (a), nasalizada e ditongada, como ótima. No *tableau 4*, com a inversão de *Diph e LC, representam-se variedade que selecionam a forma (b), com nasalização, mas sem ditongação como ótima.

Tableau 4

/ʒɔvɛN/	Max-N	*VNσ(oral)	NPA	NHR	*Diph	LC
a. ʒɔ.vẽĩ					*!	
b. ʒɔ.vẽ						*

Fonte: Adaptado de Bisol (2016, p.120)

Candidatos mapeados às sequências /aN/ e /oN/ de *input* darão origem ao que, antes, Bisol (1998, 2002) considerou ditongos nasais lexicais, invariáveis. Uma restrição, AgreeCor – “a nasal do input deve concordar [no output] com o traço coronal de /S/-plural” (BISOL, 2016, p.122) –, é introduzida para dar conta da alternância em formas singular-plural como ‘limão’-‘limões’, cuja forma de *input* é /limoN/, avaliada como se vê no *tableau 5*. O *tableau 5* mostra que a restrição AgreeCor é satisfeita quando a semivigal do ditongo nasal concorda, em coronalidade, com o {S} de plural. Mesmo em sequências subjacentes /aN/, é o que determina a escolha, por exemplo, de ‘pães’ como plural de ‘pão’.

Tableau 5

/limoN/+/S/	Max-N	*VN σ (or)	NPA	NHR	LC	AgreeCor	HaveMora	*Diph
a. $\text{li.m}\ddot{\text{o}}\text{j}\text{s}$								*
b. $\text{li.m}\ddot{\text{o}}\text{s}$							*!	
c. $\text{li.m}\ddot{\text{o}}\ddot{\text{w}}\text{s}$						*!		*
d. $\text{li.m}\ddot{\text{o}}\text{n}\text{s}$					*!			
e. $\text{li.mo}\ddot{\text{j}}\text{s}$		*!						*
f. $\text{li.mo}\ddot{\text{j}}\text{s}$	*!							*

Fonte: Adaptado de Bisol (2016, p.122)

Já no singular, AgreeCor não tem papel na avaliação de formas com *input* /aN/, avaliadas como o ilustrado no *tableau* 6.

Tableau 6

/paN/	Max-N	*VN σ (oral)	LC	HaveMora	*Diph
a. $\text{p}\ddot{\text{e}}\ddot{\text{w}}$					*
b. $\text{p}\ddot{\text{e}}$				*!	
c. $\text{p}\ddot{\text{e}}\text{N}$			*!		
d. $\text{p}\ddot{\text{e}}\ddot{\text{w}}$		*!			*
e. $\text{p}\ddot{\text{e}}\text{w}$	*!				*

Fonte: Adaptado de Bisol (2016, p.120)

Ao finalizar seu trabalho, Bisol (2016) chama atenção para o fato de que, examinados diferentes pares singular-plural com ditongo ‘-ão’ (‘leão’-‘leões’, ‘mão’-‘mães’, ‘irmão’-‘irmãos’), nota-se que, “na pluralização de nomes e adjetivos, três ditongos diferentes emergem, os quais convergem a uma só forma no singular [...] essa confluência constitui um legítimo caso de neu-

tralização em favor da forma mais simples, -ão, [ẽw̃] ...” (BISOL, 2016, p.124-125). Essa afirmação alinha-se ao que observamos antes (BATTISTI, 1997, p.89): “Dos ditongos nasais, ‘-ão’ é o que mais ocorre em português. Ele faz parte de (a) palavras não-derivadas, integra (b) sufixos como ‘-ção’, um dos mais produtivos da derivação deverbal e se verifica, também, no (c) paradigma da verbalização denominal”. É o que justificou o tratamento fonológico dedicado aos ditongos nasais naquela tese, e continua sendo, na visão de Bisol (2016), fato a se destacar na fonologia do português brasileiro, no que se refere à nasalidade e aos ditongos nasais em nomes e adjetivos do português.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de Leda Bisol acerca da nasalidade em português contribuem para a pesquisa contemporânea sobre o fenômeno porque, como se procurou demonstrar neste capítulo, conciliam as interpretações estruturalistas de Camara Jr. (1953, 1977, 1984) aos princípios de diferentes modelos da Teoria Fonológica gerativista. Além disso, abordam a interface fonologia-morfologia a partir do quadro mais amplo de formas atestadas na língua, invocando, com propriedade, aspectos representacionais motivadores das alternâncias observadas. Em termos mais pontuais, as análises da autora conseguem mostrar que há processos lexicais e pós-lexicais envolvidos na nasalidade, relacionados à posição da sequência /vN/ no vocábulo e às realizações de vogais e ditongos nasais, algumas variáveis, outras, não. Nesse sentido, o tratamento que a autora dá à nasalidade pela Fonologia Lexical, aliada à Fonologia Autossegmental, é impecável.

Para quem seguir a trilha de estudos sobre o tema, a leitura e discussão dos estudos de Bisol são etapas obrigatórias. Apresentarão os conjuntos de dados a tratar, as soluções teórico-metodológicas já empregadas e, como em qualquer trabalho científico, as perguntas ainda a responder. Pode-se questionar a análise não unificada, efetuada pela autora, de vogais nasais, ditongos nasais invariantes e variáveis, mas não se contesta a precisão da argumentação e dos procedimentos por ela empregados, especialmente nas análises subsidiadas pela Fonologia Autossegmental e Lexical. Sobre o último estudo aqui revisado (BISOL, 2016), pela Teoria da Otimidade, talvez se possa investir em versões do modelo mais adequadas para tratar, particularmente, das realizações nasais variáveis, como o de Coetzee (2016), o que se apresenta como possibilidade futura de investigação. Ademais, análises da nasalidade em português em perspectivas fonológicas como a da Teoria de Exemplares (CRITÓFARO-SILVA; GOMES, 2017; JOHNSON, 2006; PIERREHUMBERT, 2001), que esclareçam a representação fonética detalhada das formas nasalizadas, poderão lançar outras luzes a questões perseguidas por Leda Bisol, em estudos que seguirão inspirando gerações de linguistas.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M. **Nasality in Portuguese: A critical consideration of a proposed analysis for word-final diphthongs.** Monografia (Linguística). Departamento de Linguística, SUNY/AB, Nova Iorque, 1973.

BATTISTI, E. **A nasalização no português brasileiro e a redução dos ditongos nasais átonos:** Uma abordagem baseada em restrições. Tese (Doutorado em Linguística). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. **D.E.L.T.A.: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 5, n. 2, p. 185-224, 1989.

BISOL, L. A nasalidade, um velho tema. **D.E.L.T.A.: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 27-46, 1998.

BISOL, L. Estudo sobre a nasalidade. *In*: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Orgs.). **Gramática do Português Falado - Volume VIII: Novos estudos descritivos.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 501-535.

BISOL, L. A nasalidade fonológica em português e suas restrições. **Diadorim**, v. 18 - Número Especial, p. 116-126, 2016.

CAMARA JR., J. M. **Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa.** Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

CAMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa.** 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CAMARA JR., J. M. **Problemas de Linguística Descritiva.** 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. **The Sound Pattern of English.** Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1968.

CLEMENTS, G. N.; HUME, E. V. The internal organization of speech sounds. *In*: GOLDSMITH, J. A. (Ed.). **The Handbook of Phonological Theory.** Oxford: Blackwell Publishers, 1995. p. 245-306.

COETZEE, A. W. A comprehensive model of phonological variation: Grammatical and non-grammatical factors in variable nasal place assimilation. **Phonology**, v. 33, n. 2, p. 211-246, 2016.

CRISTÓFARO SILVA, T.; GOMES, C. A. Teoria de Exemplos. *In*: HORA, D.; MATZENAUER, C. (Orgs.). **Fonologia, Fonologias**: Uma introdução. São Paulo: Contexto, 2017. p. 157-168.

DELLATRE, P. Explaining the chronology of nasal vowels by acoustic and radiographic analysis. *In*: **Institute of International Studies of the US Department of Health, Education and Welfare**, 1969. p. 101-119.

GOLDSMITH, J. **Autosegmental Phonology**. PhD dissertation. Cambridge, Mass.: Massachusetts Institute of Technology, 1976.

HAYES, B. **Metrical Stress Theory**: Principles and case studies. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1995.

JOHNSON, K. Resonance in an exemplar-based lexicon: the emergence of social identity and phonology. **Journal of Phonetics**, v. 34, n. 4, p.485-499, 2006.

KIPARSKY, P. Some consequences of lexical phonology. *In*: EWEN, C.; ANDERSON, J. (Eds.) **Phonology Yearbook**: Volume 2. London: Cambridge University Press, 1985. p. 85-138.

LEBEN, W. **Suprasegmental Phonology**. PhD dissertation, Massachusetts Institute of Technology. Distributed by Indiana University Linguistics Club, 1973.

LEE, S.-H. **Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

LIPSKI, J. M. Brazilian Portuguese vowel nasalization: Secondary aspects. **The Canadian Journal of Linguistics**, v. 20, n. 1, p. 59-77, 1975.

MCCARTHY, J. J. **Doing Optimality Theory**: Applying theory to data. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

MOHANAN, K. P. Fields of attraction in phonology. *In*: GOLDSMITH, J. A. (Ed.) **The Last Phonological Rule**. Chicago: University of Chicago Press, 1993. p. 61-116.

NAGY, N.; REYNOLDS, B. Optimality Theory and variable word-final deletion in Faeter. **Language Variation and Change**, v. 9, n. 1, p. 37-55, 1997.

PADGETT, J. Partial class behavior and nasal place articulation. **Arizona Phonology Conference Vol. 5** - Proceedings of South Western Optimality Theory Workshop, 1995. p. 145-183.

PARKINSON, S. Portuguese nasal vowels as phonological diphthongs. **Lingua**, v. 61, n. 2-3, p. 157-177, 1983.

PIERREHUMBERT, J. B. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition and contrast. *In*: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.) **Frequency and the Emergence of Linguistic Structure**. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p.137-158.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. **Optimality Theory**: Constraint interaction in generative grammar. Oxford: Blackwell, [1993] 2004.

TLÁSKAL, J. Remarques sur les voyelles nasales en portugais. **Zeitschrift für Phonetik**, v. 33, p. 562-570, 1980.

A SÍLABA

Evellyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa

Giovana Ferreira-Gonçalves

Tatiana Keller

Neste capítulo, trazemos considerações sobre a definição de sílaba para as teorias Autossegmental, Métrica e Mórica, e abordamos o processo de silabificação a partir de regras e filtros ou de princípios gerais. Na parte central, discorreremos sobre a sílaba do português nos trabalhos de Leda Bisol, bem como suas análises sobre epêntese e sândi externo. Por fim, registramos as contribuições das pesquisas da autora para o estudo da sílaba do português, as quais evidenciam-se em trabalhos desenvolvidos por diversos pesquisadores no Brasil ao longo dos últimos 30 anos.

1. A SÍLABA ENQUANTO UNIDADE FONOLÓGICA

Inicialmente, a Fonologia não se deteve na análise da sílaba, senão quando Hooper (1976) incluiu essa unidade nos estudos da Fonologia Natural e Kahn (1976), nos estudos da Fonologia Autossegmental. Kenstowicz (1994) comenta que o fato de a sílaba não ter correlatos fonéticos claramente definidos foi um dos motivos para que esse constituinte tenha sido negligenciado no

início dos estudos gerativos¹. Após a aceitação da sílaba como unidade fonológica, as investigações sobre ela preocupavam-se com sua definição, seu papel na Fonologia, sua organização e sua implementação.

Conforme Blevins (1995), as sílabas podem ser definidas como unidades estruturais que organizam melodicamente as cadeias fonológicas. Tal organização melódica é baseada, principalmente, na sonoridade inerente dos segmentos, os quais alternam-se entre sequências ascendentes e/ou descendentes (segmentos consonantais) em torno de um pico (segmento vocálico).

Selkirk (1982, p.337) defende a sílaba como uma “unidade significativa que deve ter seu lugar na teoria fonológica” e apresenta três razões para isso: (i) a explicação mais geral e explanatória de regras fonotáticas só pode ser feita com base na estrutura silábica; (ii) somente através da sílaba podemos caracterizar adequadamente o domínio de aplicação de certas regras da fonologia segmental; (iii) um tratamento adequado de fenômenos suprasegmentais, tais como o acento e o tom, requer que os segmentos estejam agrupados em unidades do tamanho da sílaba.

Reconhecer a sílaba como uma unidade prosódica, segundo Itô (1986), é entender melhor processos fonológicos relacionados a ela. Em consequência disso, a sílaba pode ser tratada como as demais estruturas da hierarquia prosódica, tais como o pé métrico, a palavra fonológica e a frase entonacional, como proposto por Nespor e Vogel (1986).

No que tange à organização da sílaba, há basicamente três concepções:

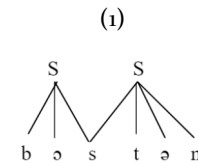
¹ A discussão sobre a definição da sílaba, do ponto de vista fonético, não será aqui abordada, tendo em vista os objetivos deste texto.

- (i) a sílaba é composta por segmentos que se sucedem de modo linear;
- (ii) a sílaba é composta por uma estrutura interna binária;
- (iii) a sílaba é composta por unidades de peso.

O posicionamento expresso em (i) corresponde a abordagens no âmbito da Teoria Autossegmental, o em (ii), à Teoria Métrica e o em (iii), à Teoria Mórica. É o que passamos a apresentar a seguir.

1.1 Teoria Autossegmental

À semelhança da Teoria Autossegmental, de Goldsmith (1976), Kahn (1976) argumenta em favor de uma camada independente (simbolizada por ‘S’), que se liga diretamente aos segmentos através de linhas de associação. Cada sequência de segmentos dominada por apenas um nó ‘S’ constitui uma sílaba. Em (1), temos a representação da palavra ‘*Boston*’ [‘bɒs.tən’]:



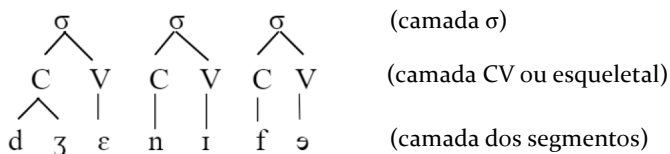
Fonte: Kahn (1976, p.37)

Ao contar o número de nós ‘S’ da camada mais alta, vemos que a palavra ‘*Boston*’ possui duas sílabas. Além disso, na representação em (1), o segmento *s* pode ser interpretado como um segmento ambissilábico, isto é, dominado por dois nós silábicos ao mesmo tempo. Conforme essa representação, no entanto, não é possível distinguir picos e margens de uma sílaba. Em virtu-

de disso, os segmentos que compõem a sílaba relacionam-se de modo igual, e somente a sílaba como um todo pode ser referida por regras fonológicas.

Clements e Keyser (1983), de certo modo, estendem a proposta de Kahn (1976) ao incluírem uma terceira camada à representação em (1), denominada ‘camada CV ou esqueletal’, que faz a ligação entre a camada da sílaba (σ) e a camada dos segmentos. Observemos a representação da palavra ‘Jennifer’ [‘dʒɛ.nɪ.fə] em (2).

(2)



Fonte: Clements; Keyser (1983, p.8)

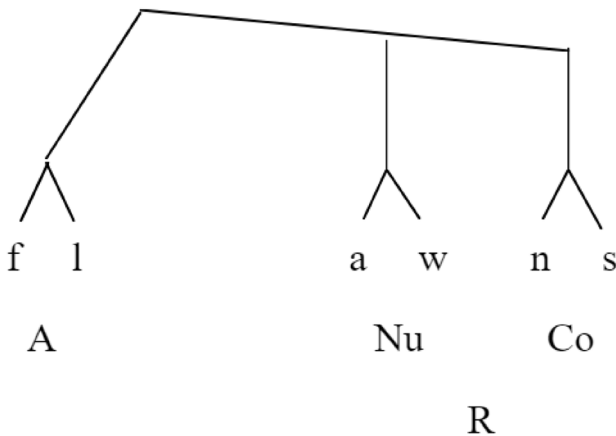
Diferentemente do modelo de Kahn (1976), a abordagem de Clements e Keyser (1983) possibilita a diferenciação entre picos e margens de sílaba. Assim, na representação em (2), os elementos dominados por V ([ε, i, ə]) são picos de sílaba e os elementos dominados por C ([d, ʒ, n, f]) são as margens. Contudo, ainda não é possível explicar o fato de que certos segmentos consonantais são preferidos à esquerda do pico e outros à sua direita.

1.2 Teoria Métrica

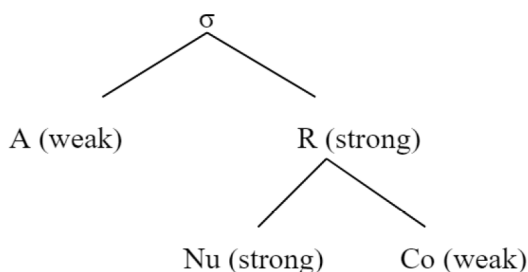
Tanto na abordagem de Kahn (1976) como na de Clements e Keyser (1983), a sílaba não tem subdivisão interna. Selkirk (1982), por outro lado, adota uma abordagem de constituintes imediatos em detrimento de uma abordagem que define a sílaba

como uma sequência linear de segmentos. Para a autora, as sílabas têm estrutura interna ramificada à semelhança das representações arbóreas da sintaxe. A divisão binária da sílaba se dá por meio do ataque (A) e da rima (R); esta, por sua vez, subdivide-se em núcleo (Nu) e coda (Co), como vemos na representação da palavra *'flounce'* ['flawns] em (3). Dentre os constituintes, apenas o núcleo é obrigatório. A relação mais estreita entre núcleo e coda e o fato de co-ocorrências de restrições fonotáticas serem mais comuns entre esses dois constituintes do que entre ambos e o ataque sustentam a análise com base nos constituintes imediatos. Por definição, um constituinte prosódico possui dois subconstituintes em uma relação de forte (*strong*) e fraco (*weak*), ou vice versa, isto é, uma relação de subordinação, como a representada em (4).

(3) Estrutura ramificada da sílaba



(4) Sílabas como constituinte prosódico



Fonte: Selkirk (1982, p.338)

No âmbito dessa teoria, sílabas com rima ramificada são consideradas pesadas, complexas ou travadas, e sílabas sem rima ramificada são chamadas de leves, simples ou livres.

1.3 Teoria Mórica

Diferentemente das propostas anteriores que discutem se há ou não subdivisão da sílaba em constituintes internos, Hyman (1984) sugere que a sílaba seja composta por unidades prosódicas que reúnem os segmentos em uma categoria prosódica. A silabificação, dentro dessa abordagem, consiste em agrupar os segmentos das línguas do mundo em “batidas” ou em “unidades de peso”, que correspondem à ideia de mora².

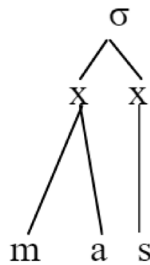
Partindo da distinção entre sílabas pesadas e sílabas leves nas línguas do mundo, Hyman (1984) mostra como algumas estruturas silábicas podem ser tratadas quanto ao peso ou à quantidade: (i) algumas línguas, como o latim, tratam sílabas cujas rimas são preenchidas por vogal curta como leves e sílabas cujas rimas são

2 Hyman (1984) representa a mora por ‘x’. Hayes (1989), por sua vez, a representa por ‘μ’.

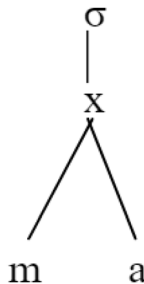
compostas por vogal longa ou por consoante final como pesadas; (ii) em outras línguas, como o huadesco (falado na Espanha), as sílabas cujas rimas possuem vogal curta são leves, já as sílabas cujas rimas apresentam vogal longa são pesadas, não importando, para o peso silábico, o travamento por consoante.

Em uma abordagem por moras (identificadas por um 'x'), uma sílaba pesada é composta por duas moras, como vemos na representação (5), enquanto uma sílaba leve, por uma mora, como em (6).

(5) sílaba pesada



(6) sílaba leve



Fonte: Elaboração própria

2. SILABIFICAÇÃO: A SÍLABA E SEUS PRINCÍPIOS

Muitas teorias assumem que a sílaba não está presente na estrutura profunda, por isso é preciso explicar de que maneira ela emerge. De modo geral, há dois tipos de silabificação: (i) a estrutura silábica é construída por regras e filtros (CLEMENTS; KEYSER, 1983; HARRIS, 1983; KAHN, 1976, entre outros) e (ii) a estrutura silábica é atribuída por meio de princípios gerais (CLEMENTS, 1990; ITÔ, 1986; SELKIRK, 1982, entre outros).

2.1 Regras e filtros

De acordo com Harris (1987, p.107), uma sílaba surge através da aplicação de regras de formação do ataque e da rima. Em (7a-d), vemos a formulação de regras relativas ao núcleo, ao ataque, à rima e à adjunção de /s/. Em (8), ilustramos a aplicação dessas regras na formação da sílaba inicial da palavra ‘monstro’. Primeiro, de acordo com a regra (7a), o segmento vocálico [o] é associado ao núcleo (8a); depois, pela regra (7b), a consoante [m] é ligada ao ataque (8b); com a regra (7c), cria-se a rima com a consoante nasal (8c), e por fim, [s] é adjungido à rima (8d) através de uma regra especial de adjunção (7d).

(7) Regras de formação da sílaba

- a) regra do núcleo: $V \rightarrow \underset{\text{R}}{\underset{|}{V}}$ b) regra do ataque: $C V_i \rightarrow \underset{\text{R}}{\underset{|}{C}} \underset{\text{AR}}{\underset{|}{V_i}}$
- c) regra da rima: $XX \rightarrow \underset{\text{R}}{\underset{|}{X}} \underset{\text{R}}{\underset{|}{X}}$ d) adjunção de s: $Xs \rightarrow \underset{\text{R}}{\underset{|}{X}} \underset{\text{R}}{\underset{|}{s}}$

(8) Aplicação das regras de formação da sílaba

- a) $\underset{|}{V}$ b) $\underset{|}{C} \underset{|}{V}$ c) $\underset{|}{C} \underset{|}{V} \underset{|}{C}$ d) $\underset{|}{C} \underset{|}{V} \underset{|}{C} \underset{|}{C}$
 o m o m o n m o n s

Fonte: Harris (1987, p.107)

As referidas regras, contudo, não são capazes de impedir sequências como [dl] em dialetos do espanhol em posição de ataque, por exemplo; em decorrência disso, após a aplicação de regras de formação, são necessários filtros, os quais limitam as sequências de segmentos no interior de um constituinte ou a presença de um determinado segmento em uma posição silábica específica. Em português, por exemplo, a nasal e a lateral palatal, apesar de serem produtivas na constituição de vocábulos em posição de ataque medial, não o são em ataque inicial, exceto em alguns empréstimos da língua, como ‘nhoque’ e ‘lhama’.

2.2 Princípios gerais

De acordo com Selkirk (1982), a estrutura silábica não é atribuída por meio de regras. Ela é controlada pelo Princípio de

Composição da Sílabla Básica (que trata da formação do núcleo, do ataque e da rima) e por princípios que fazem referência, sobretudo, à sonoridade e à prosódia.

O Princípio de Composição da Sílabla Básica compreende um molde, além de princípios que lidam com a identificação do núcleo, formação do ataque e expansão da rima e restrições colocacionais.

O molde carrega um conjunto de características importantes para a estrutura silábica: (i) a composição da sílabla em termos de tipos de segmentos de classe maior; (ii) a ordem desses segmentos dentro da sílabla; (iii) as relações estruturais entre esses tipos de segmentos (definidos em termos de constituintes imediatos) e (iv) a opcionalidade desses segmentos ou grupos de segmentos dentro da sílabla.

A silabificação procede da seguinte forma: primeiramente, núcleos são identificados via escala de sonoridade (como a ilustrada em (9)), e, conseqüentemente, a sílabla é projetada. A seguir, a sílabla ramifica-se para a esquerda, mapeando a consoante adjacente mais próxima, para formar o ataque. Esse mapeamento à esquerda continua até atingir todas as consoantes (maximização do ataque). Finalmente, a coda se constitui por anexação à rima das consoantes adjacentes, ainda não silabificadas.

Desde o final do século XIX, linguistas como Sievers (1881) e Jespersen (1904) têm mostrado que a ordem dos segmentos em uma sílabla é governada pela sonoridade. Assim, em uma sílabla, há um segmento que ocupa o pico silábico e é precedido e/ou sucedido por uma seqüência de segmentos com um decréscimo progressivo na sonoridade, isto é, a sonoridade deve diminuir em direção às duas margens da sílabla (Princípio de Seqüência de Sonoridade – PSS, de Clements (1990). De acordo com Clements (1990), a sonoridade pode ser incorporada à teoria fonológica por

meio de uma escala universal construída com base nos traços de classes maiores. A escala em (9) apresenta as classes de segmentos ordenadas da menos sonora para a mais sonora:

(9) Escala de sonoridade

Obstruintes	<	Nasais	<	Líquidas	<	Glides	<	Vogais
0		1		2		3		4

Fonte: Adaptado de Clements (1990, p. 294)

Além do PSS, existem outros princípios que fazem referência à sonoridade, como a ‘Distância Mínima de Sonoridade’ e a ‘Lei do Contato Silábico’. Em análises do grego e do espanhol, Steriade (1982) e Harris (1983), respectivamente, observaram que segmentos consonantais em uma mesma sílaba mantêm uma determinada distância de sonoridade entre si. A partir dessas observações, os autores propuseram o ‘Princípio de Distância Mínima de Sonoridade’. Steriade (1982) mostra que, no grego, a distância de sonoridade entre segmentos em ataque complexo é 4; já em espanhol, é 2 (HARRIS, 1983). Há também princípios que se aplicam a sequências consonantais intersilábicas, tais como a ‘Lei do Contato Silábico’, proposta por Murray e Vennemann (1983). Essa Lei postula que o contato preferido entre duas sílabas adjacentes se dá quando o segmento que termina a primeira sílaba tem sonoridade maior do que o segmento que começa a segunda sílaba, ou seja, a sonoridade diminui.

Ainda no que diz respeito ao PSS, muitos pesquisadores analisam os encontros consonantais de acordo com sua obediência ou não obediência a esse princípio. Clements (1990), por exemplo, chama os encontros consonantais tautossilábicos com sono-

ridade crescente (a primeira consoante é menos sonora do que a segunda) de *core clusters*, ou seja, sequências consonantais que fazem parte da silabificação básica das línguas. Sequências como [pr], [kr], [gl], [bl] são exemplos desse tipo de encontro.

Na perspectiva de Itô (1986), a atribuição da sílaba deve atender a três Princípios Prosódicos:

- (i) Licenciamento Prosódico: todas as unidades fonológicas devem ser prosodicamente licenciadas, ou seja, devem pertencer a uma estrutura prosódica mais alta na hierarquia;
- (ii) Localidade: a boa-formação da estrutura prosódica é determinada localmente; e
- (iii) Direcionalidade: o mapeamento fonológico ocorre direcionalmente, isto é, da direita para a esquerda ou da esquerda para a direita.

Hayes (1989) define ‘mora’ como uma unidade de peso do *tier* prosódico a partir de Hyman (1984). Uma sílaba é leve se portar apenas uma mora; é pesada se for constituída por duas moras. As vogais longas, que correspondem a duas vogais, portam duas moras, à medida que vogais curtas, uma mora. As consoantes geminadas compartilham uma mora subjacentemente, o que as diferenciam das consoantes simples e dos *glides* que não portam mora.

Uma mora pode ser atribuída a uma consoante simples ou a um *glide* pós-vocálico através de ‘*Weight by position*’, no caso das línguas para as quais CVC é pesada. Esse princípio é retomado por muitos estudos, como Rosenthal e Van der Hulst (1999, p.458): “*In languages with Weight-by-Position closed syllables pattern with long vowels, and in languages without*

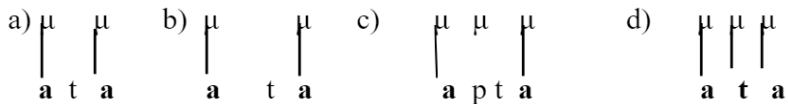
*Weight-by-Position closed syllables pattern with short, open (monomoraic) syllables*³.

Elementos recebem mora na subjacência e, se não forem alvo de alguma regra de apagamento, esses elementos portarão mora na superfície. De acordo com essa abordagem, a silabificação consiste nos seguintes passos: (i) escolha do segmento mais sonoro para dominar o nó da sílaba; (ii) adjunção da consoante do *onset* ao nó silábico; (iii) se a sílaba for pesada, cria-se uma nova mora, se não for, a consoante é incorporada.

Para a Teoria Mórica, os segmentos portadores de mora, vogais simples, vogais longas e consoantes geminadas, projetam o nó da sílaba. Os demais segmentos são associados de acordo com dois Princípios: (i) *Weight by Position*: atribui mora a consoantes pós-vocálicas e a *glides* para línguas nas quais CVC é pesada; (ii) *Adjunção de segmentos restantes*: associa segmentos sem conferir peso à sílaba.

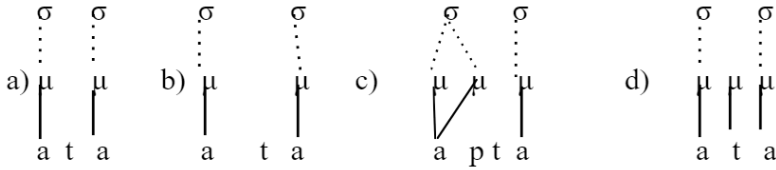
No escopo dessa teoria, no que se refere à silabificação, vogais e consoantes geminadas, que portam mora na subjacência, projetam as moras, como em (10). Após esse passo, as moras projetam o nó da sílaba, como em (11).

(10) Formas subjacentes

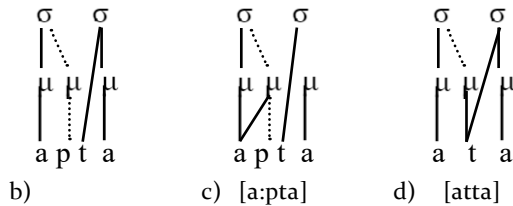


3 Em línguas nas quais *Weight by Position* se aplica, sílabas travadas se comportam como sílabas compostas por vogal longa; em línguas nas quais *Weight by Position* não se aplica, as sílabas travadas se comportam como sílabas compostas por vogais curtas, ou seja, sílabas abertas monomoraicas (Tradução nossa).

(11) Atribuição do nó da sílaba



(12) Adjunção via Peso por posição, Adjunção de segmentos restantes e adjunção da folha esquerda da geminada



Fonte: Adaptadas de Hayes (1989, p.259)

A partir disso, ainda respeitando a sonoridade, as consoantes são adjungidas ao ataque do nó da sílaba, o que ocorre com o segmento [t] em (12). As consoantes pós-vocálicas são associadas via *Weight by Position*, o que ocorre com *p* em (12b), ao passo que as pós-vocálicas em sílabas duplamente travadas são adjungidas através de Adjunção de Segmentos Restantes, sem conferir peso à sílaba, o que ocorre com *p* em (12c). Em (12d), a folha da geminada à direita é associada ao ataque da sílaba.

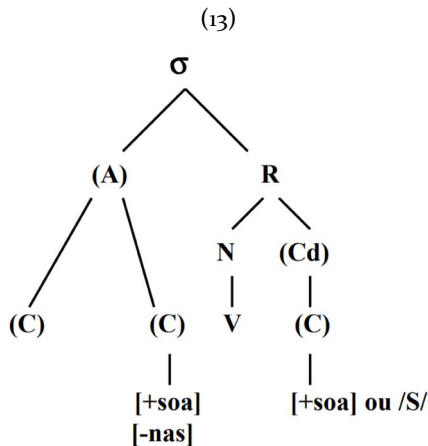
3. A SÍLABA DO PORTUGUÊS NOS ESTUDOS DE LEDA BISOL

O estudo da sílaba do português brasileiro recebeu especial atenção de Bisol em seu trabalho 'A sílaba e seus constituintes', de 1999, no qual a autora aborda a estrutura da sílaba, seus princípios de boa formação, bem como suas restrições, sob a égide da Fonologia Métrica.

Conforme a autora, no português, a sílaba é uma entidade prosódica composta de dois constituintes (ataque e rima), cuja silabação é entendida como um processo de projeção de núcleo, formação de ataque e expansão da coda, os quais ocorrem sucessivamente até a formação de padrões silábicos que comportam maximamente dois elementos no ataque, um no núcleo e dois na coda (CCVCC). A temática surge, ainda, especialmente em seus trabalhos sobre a epêntese, a ressilabificação e em pesquisas sobre os ditongos do português (BISOL, 1989, 1994a, 2012). A seguir, discorreremos sobre alguns desses tópicos.

3.1 Estrutura da sílaba e princípios de boa-formação

A análise da sílaba do português, proposta por Bisol (1999a), segue a linha dos que defendem a ideia de que a sílaba é um constituinte prosódico e possui, igualmente, uma estrutura interna de constituintes. O molde proposto pela autora para o português está em (13).



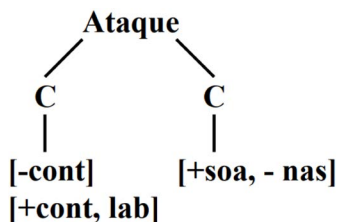
Fonte: Bisol (1999a, p.703)

Conforme Bisol (1999a, p.704), da representação em (13), é possível inferir que a sílaba do português tem estrutura binária, formada por ataque (A) e rima (R) – cada constituinte também maximamente binário. A rima é formada pelos constituintes núcleo (N) – sempre uma vogal – e coda (cd) – uma soante ou /S/ –, sendo que apenas (N) é obrigatório. O ataque, por sua vez, quando ramificado, limita-se a apresentar uma soante não nasal em seu segundo elemento.

O molde em (13) prevê os padrões silábicos: V (é), CV (má), CVC (mar), VC (ar), CCV (tri), CCVC (três). Para dar conta dos padrões VCC, CVCC e CCVCC, com coda ramificada, a autora defende a necessidade de uma regra adicional de adjunção de /S/, de acordo com a qual deve-se acrescentar /S/ à rima bem formada. Bisol comenta que a regra se aplica ao português apenas em um pequeno número de palavras: ‘fausto’, ‘monstro’, ‘austral’, ‘claustro’, ‘auspícios’, ‘auscultar’, ‘austero’, ‘solstício’, ‘interstício’, ‘perspectiva’, ‘transporte’, dentre outras.

Como vimos, o molde permite a emergência de sílabas bem formadas, mas não é capaz de excluir padrões mal formados, tal como um ataque complexo, em que o primeiro segmento é uma fricativa não-labial, como *[sla], *[zra], *[xla], etc. Para que sílabas desse tipo não sejam geradas, Bisol (1999a, p.718) propõe uma restrição colocacional, a Condição Positiva do Ataque Complexo, como está em (14).

(14) Condição Positiva do Ataque Complexo



Fonte: Bisol (1999a, p.718)

Conforme (14), os segmentos que constituem o ataque ramificado precisam ter, entre si, o distanciamento de dois pontos na escala de sonoridade, sendo assim, a primeira consoante comporta apenas plosivas e fricativas labiais, que antecedem as soantes não-nasais /l/ e /r/.

No mesmo sentido, temos a Condição de Coda, em (15), uma condição de língua particular, a fim de proibir que outros segmentos, plosivos e fricativos, com exceção de /S/, tais como *p*, *t*, *k* (apto, ritmo, pacto), ocupem a posição de coda.

(15) Condição de Coda

* C | σ
 |
 [-soante], exceto /S/

Fonte: Bisol (1999a, p.718)

A seguir, apresentamos a aplicação dos Princípios de Composição Básica da sílaba para o português, conforme Bisol (1999a, p.705-707). Em (16a), há a identificação dos núcleos e, em (16b), a projeção das sílabas. A seguir, em (16c), a sílaba ramifica-se para a esquerda, mapeando as consoantes adjacentes mais próximas, para formar o ataque. Finalmente, em (16d), a coda se constitui por aneção à rima das consoantes adjacentes, ainda não silabificadas.

(16) Formação da sílaba

(a)

N N N N
 | | | |
 bi ci cle ta

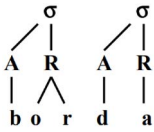
(b)

σ σ σ σ
 | | | |
 R R R R
 | | | |
 N N N N
 | | | |
 bi ci cle ta

(c)

σ σ σ σ
 / | / | / | / |
 A R A R A R A R
 | | | |
 N N N N
 | | | |
 b i c i c l e t a

(d)



Fonte: Bisol (1999a, p. 705-707)

De acordo com a autora, apesar de os Princípios de Composição Básica responderem adequadamente à escansão dos segmentos sonoros da língua, acabam por viabilizar, também, outras estruturas, não presentes no sistema. Sendo assim, é preciso considerar a atuação, no português, de princípios universais, como: Princípio de Sequência de Sonoridade, Princípio de Preservação de Estrutura, Princípio de Maximização de Ataque, Princípio de Preservação de Integridade Prosódica e Princípio de Licenciamento Prosódico. Conforme a autora, todos os princípios, aqui reportados, atuam no nível lexical, sendo que apenas o Princípio de Licenciamento Prosódico atua também no nível pós-lexical.

Por meio do Princípio de Sequência de Sonoridade, por exemplo, explica-se o fato de o português evitar platôs no interior das sílabas – *‘a.pti.dão’ –, embora possa aceitá-los quando ocorrem nas bordas, entre duas estruturas silábicas, como em ‘pas.ta’, em que fricativa e obstruente apresentam o mesmo grau na escala de sonoridade (cfe. (9)), ou seja, grau o.

Já o Princípio de Preservação de Estrutura (PPS) impede que sílabas que ultrapassem, em número de elementos, o molde canônico da língua ou que infrinjam as restrições de coda possam emergir no léxico, ficando restritas ao pós-léxico, como em ‘dentes’>’dents’ e ‘parentes’→ ‘pa.rents’. Como o PPS não atua no pós-léxico, torna possível a produção dessas formas na língua.

A escansão dos segmentos, primeiramente em núcleo e, na sequência, de forma iterativa, na posição de ataque, como ocorre no português, dá-se pela atuação do Princípio de Maximização do Ataque, garantindo, por exemplo, que uma sequência VCV, como em /ala/, apresente a sílaba canônica CV, tendo-se, assim, /a.la/ e não */al.a/.

Ainda atuando apenas no componente lexical do português, o Princípio de Integridade Prosódica garante que apenas segmentos livres sejam silabificados, ou seja, provenientes da perda do elemento nuclear, como em 'rɔ.za' → 'rɔ.zi.ja'.

Por fim, há de se reportar, também, o Princípio do Licenciamento Prosódico (PLP), que assegura a silabificação de todo o elemento que constitui a cadeia sonora da fala. A extraprosodicidade tem a propriedade de preservar segmentos de borda até o nível pós-lexical, quando são silabificados, tendo em vista a atuação do PLP. Assim, os elementos não licenciados pelo nó silábico ou por extraprosodicidade, nos processos lexicais, são apagados, no final do léxico, pela regra universal de Apagamento do Elemento Extraído. A extraprosodicidade, nos estudos de Bisol, tem importante papel nas regras de atribuição de acento em português, o que será visto no capítulo sobre o tema neste volume.

Ainda, no que concerne à sílaba do português, a autora não deixa de discorrer sobre aspectos controversos, como (i) a formação de ditongos crescentes e decrescentes, (ii) a possibilidade de variação entre ditongos e hiatos, (iii) a silabificação de sequências de três vogais e de vogais idênticas, (iv) a representação da nasalidade em coda silábica e (v) a silabificação das sequências /kw, gw/. Os referidos aspectos, no entanto, não serão aqui abordados, pois são discutidos em outros dois capítulos do presente livro, a saber 'Ditongos' e 'Nasalidade'.

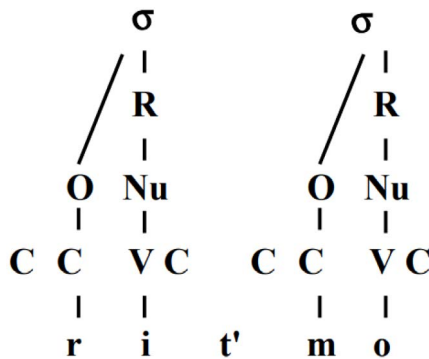
3.2 A sílaba e a epêntese

Outra forma de salvar elementos flutuantes, tornando possível a sua silabificação, é por meio da epêntese.

Bisol (1999a) considera a epêntese como um mecanismo que permite que segmentos que não foram silabificados, por meio dos Princípios de Composição Básica da Sílaba, porque violavam princípios universais ou condições de língua particular, possam ser incorporados à estrutura silábica. Esse mecanismo está disponível nos níveis lexical e pós-lexical.

Na representação (17), observamos que a oclusiva /t/ da palavra 'ritmo' não está associada a nenhum nó silábico, uma vez que viola a Condição de Ataque (cf. (14)), que proíbe sequências que não sejam plosivas ou fricativas labiais seguidas por soantes não nasais (*'ritmo') no ataque em português. Além disso, a Condição de Coda (cf. (15)) também é violada, pois, em português, nesta posição, não são permitidos segmentos [-soantes], com exceção de /S/ (*'rit.mo').

(17) Consoante não associada ao nó silábico



Fonte: Bisol (1999a, p.729)

Por meio da epêntese, insere-se um núcleo vazio (desprovido de traços) que licenciará a consoante extraviada como ataque de uma sílaba CV, como se vê em (18). O preenchimento da vogal ocorre posteriormente por regra *default*.

(18) Epêntese vocálica



Fonte: Bisol (1999a, p.730)

A autora menciona que a vogal inserida (por *default*), na maioria das vezes, é [i]; contudo, em alguns dialetos, observa-se também a ocorrência de [e], mas apenas em posição pretônica, como se vê em formas como ‘futibol’ e ‘pineu’, que podem apresentar as variantes ‘futebol’ e ‘peneu’.

Ainda, segundo a autora, a epêntese ocorre em casos de flexão quando há acréscimo de /S/ em palavras terminadas por /r, l/, como em ‘po.mar’→‘po.mars’→‘pomarVs’→‘po.ma.res’. Bisol (1999a) comenta que parece ser o morfema de plural que demanda a inserção da vogal, uma vez que ela não ocorre em palavras como ‘perspectiva’, em que a sequência bem-formada [rs] figura na coda silábica. A autora chama a atenção para o fato de, em português, codas com

obstruintes poderem dispensar a ocorrência de epêntese. Contudo, a pesquisadora aponta que essa não seria a tendência atual, mas sim, reflexo de uma gramática antiga. A possibilidade de incorporação da obstruinte à coda seria, segundo a autora, um caso de Afrouxamento da Condição de Coda (cf. (15)). Dessa forma, poderia se explicar a realização variável da epêntese em português, como os trabalhos de Collischonn (1996, 1997, 2000, 2003a, 2003b) ilustram.

Além da epêntese medial, já aqui reportada, Bisol (1999a) de-
tém-se sobre a ocorrência de epêntese em palavras iniciadas por /S/
seguido de:

- a) obstruinte: ‘stá’~‘istá’; ‘strela’~‘istrela’; ‘spaço’~‘ispaço’ (‘está’, ‘estrela’, ‘espaço’).
- b) líquida: ‘slide’ ~ ‘islide’.

De acordo com a autora, nesses contextos, a presença de vogal epentética é mais frequente do que sua ausência, o que indicaria que a silabação de ‘sC’ com epêntese inicial estaria se lexicalizando.

3.3 Ressilabificação (sândi externo)

De acordo com Câmara Jr. (1979, p. 69-70), no português, pode ocorrer a juntura de vocábulos, como se fossem “formas presas de um único vocábulo”, por meio de um processo de ligação denominado ‘sândi’. O autor reporta os processos que ocorrem entre duas palavras, quando a primeira termina por consoante ou vogal e a segunda começa por vogal, como ‘mar alto’→ma- ral – to’ e ‘campo ardente’→‘cam -puar -den – te’. Conforme o autor, no segundo caso, as vogais sofrem processo de crase ou de ditongação, mas não de elisão, processo presente apenas no português europeu.

Ainda, a ocorrência de sílabas tônicas funciona como restrição à aplicação aos processos de degeminação e ditongação.

É nos estudos de Bisol (1992, 1994b, 1996, 1999b, 2000, 2002, 2003, 2013), no entanto, que a temática é profundamente abordada, estando presente em vários artigos e capítulos de livros da autora, de forma que só é possível discorrer sobre os processos de degeminação, ditongação e elisão, no português brasileiro, tendo os referidos estudos como base.

De acordo com Bisol (1996, 2013), os processos de sândi decorrem da militância de princípios universais da Teoria Fonológica, ocorrendo no componente pós-lexical, como o Princípio do Licenciamento Prosódico, o Princípio de Sequência de Sonoridade e o Princípio do Contorno Obrigatório⁴.

No português, a ressilabificação pode ocorrer preferencialmente no nível da frase fonológica, de forma a licenciar segmentos flutuantes em decorrência do apagamento de uma sílaba – devido ao choque de núcleos silábicos em fronteira de palavra –, como ocorre nos exemplos em (19):

(19) Ressilabação: elisão e degeminação

(a) cami[za u]sada → cami[zu]sada

(b) cami[za a]marela → cami[za]marela

Fonte: Bisol (1996, p.160)

Em (19a), temos um caso de elisão, que se aplica quando a vogal /a/ está em posição átona final, seguida por uma palavra

4 O 'Princípio do Contorno Obrigatório' (LEBEN, 1973) proíbe sequências adjacentes de unidades idênticas nas representações fonológicas.

iniciada por vogal distinta em posição pretônica. O Princípio do Licenciamento Prosódico garante, assim, que a consoante flutuante da última sílaba seja associada ao ataque da sílaba seguinte. Para a degeminação, em (19b), a vogal átona final e a pré-tônica da palavra seguinte precisam ser idênticas.

A ressilabificação também pode ocorrer por ditongação, sendo necessário, para sua emergência, que uma das duas vogais envolvidas no processo seja alta e átona, conforme disposto em (20).

(20) Ressilabação: ditongação

cami[za u]sada → cami[zaw]sada

Fonte: As autoras

O contexto para aplicação das regras se apresenta formado, basicamente, por sílabas átonas, produzidas sem pausa entre si. Conforme a autora, a elisão e a degeminação podem ser aplicadas quando uma das vogais for tônica (no entanto, com taxa de ocorrência bem menor), especialmente quando a vogal da segunda palavra for acentuada – ‘cas[u]único’ → *‘ca[zú]nico’.

Os três processos foram investigados em detalhe pela autora, sendo abordados sob diferentes enfoques nas últimas três décadas. Nas próximas subseções, abordaremos cada um deles, compilando os principais aspectos que os caracterizam, em acordo com os estudos de Bisol.

3.3.1 O processo de elisão

O apagamento da vogal baixa, átona final, quando seguida por palavra iniciada por vogal, é, conforme Bisol (2013), recorrente em

português. Tal processo ocorre, com maior frequência, quando a vogal da sílaba seguinte é posterior e, com menor frequência, quando for anterior.

Conforme já referido, estar a vogal final da primeira palavra posicionada em sílaba átona é condição *sine qua non* para a ocorrência do processo; no entanto, é preciso, ainda, considerar a tonicidade da vogal inicial da segunda palavra. A regra se aplica, assim, preferencialmente, quando as duas vogais são átonas, como em (21a), com menor recorrência quando a vogal da segunda palavra for tônica (21b), e não se aplica quando houver choque acentual (21c):

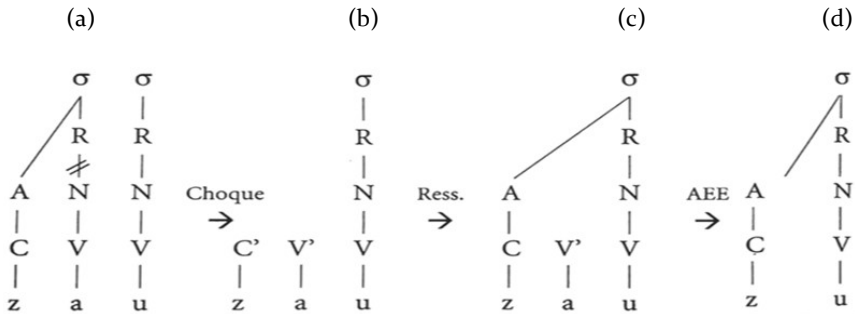
(21) Exemplos de elisão (BISOL, 2013)

- (a) Eu estava hospitalizado → Eu esta[vos]pitalizado
- (b) Foi feita uma peça bonita → Foi fei[tu]ma peça bonita.
- (c) Ela toca órgão → *Ela to[kor]gão

Fonte: Adaptado de Bisol (2013, p. 55)

A formalização da regra é elegantemente apresentada pela autora, evidenciando a sensibilidade métrica do processo, uma vez que o choque entre os elementos nucleares de duas rimas desencadeia o apagamento da vogal da primeira palavra e a consequente ocorrência da ressilabificação, conforme (22).

(22) *camisa usada* → *cami[zu]sada*



Fonte: Bisol (2013, p.56)

Em (22a), devido ao choque dos elementos nucleares, ocorre o apagamento da vogal final da primeira palavra. Com o apagamento da vogal, C'V' passam a ser segmentos flutuantes (22b), voltando C' a ser licenciada, pela atuação do Princípio do Licenciamento Prosódico e do Princípio de Sequência de Sonoridade, ao adjunzir-se à primeira sílaba da palavra seguinte (22c), por meio de um processo de ressilabificação. Em (22d), ocorre o apagamento de V', que, sem estar licenciada prosodicamente, sofre aplicação da regra de Apagamento de Elemento Extraviado.

3.3.2 O processo de ditongação

Outra forma de resolver o choque de núcleos silábicos, como já reportado, é o processo de ditongação. O contexto para a ocorrência da ressilabificação que o origina também inclui a atonicidade das vogais envolvidas (23a); no entanto, é possível que o processo ocorra quando uma das duas vogais é tônica, conforme (23b) e (23c). Em todos os casos, a presença de uma vogal alta é determinante para a aplicação da regra.

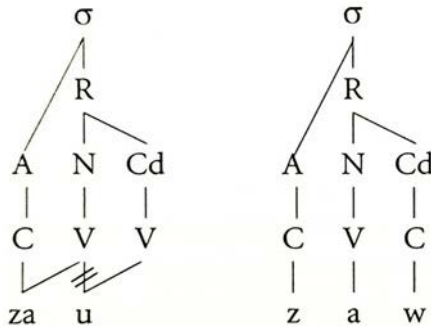
(23) Exemplos de aplicação do processo de ditongação

- (a) verde amarelo → ver[dja]marelo
 (b) está estranho → es[tajs]tranho
 (c) come ostra → co[mjos]tra
 (d) revi isso → *re[vji]sso

Fonte: Bisol (1996, p.58)

Quando as duas vogais envolvidas são átonas, e a segunda é [+alta], a diferença para aplicação da regra de elisão ocorre apenas nas etapas finais do processo, como pode ser constatado em (24).

(24) camisa usada → cami[zau]sada



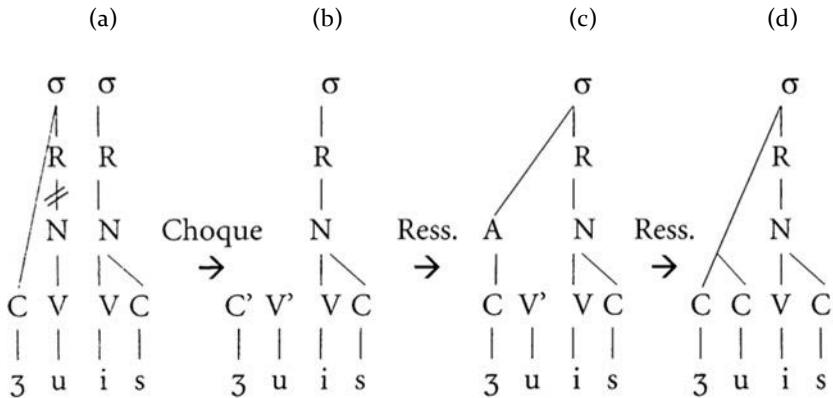
Fonte: Bisol (2013, p.57)

Assim, após a aplicação das três primeiras etapas, representadas em (22a), (22b) e (22c), o processo de ditongação difere do processo de elisão, primeiramente, por apresentar duas etapas de ressilabificação. A primeira repete o mesmo processo apresentado em (22c), ou seja, após o desligamento da linha de associação de V' e, conseqüentemente, de C' , como em (22b), em que a consoante se associa ao ataque silábico da sílaba seguinte. A diferença se estabe-

lece na segunda etapa da ressilabificação (24a), em que V', devido ao Princípio de Sequência de Sonoridade, assume a posição nuclear da sílaba, deslocando a vogal /u/ para a posição de coda (24b), na qual passa a funcionar como um *glide*. O mesmo processo ocorre nos casos em que a vogal da esquerda apresenta acento, como em (23b), ou seja, com atonicidade mínima, como reporta Bisol (2013).

Por fim, é importante descrever a formalização do processo de ditongação quando as duas vogais são [+altas], ainda que com atonicidade máxima, conforme (25).

(25) vejo estrelas → ve[ʒwjs]trelas



Fonte: Bisol (2013, p.60)

Novamente, repetem-se os três primeiros passos dos demais casos já reportados aqui, com o desligamento da vogal inicial, por conta do choque de núcleos (25a), e, conseqüentemente, a desassociação da consoante (25b), a qual se associa, na primeira etapa de ressilabificação, ao núcleo da segunda palavra (25c). A atuação do Princípio de Sequência de Sonoridade, desta vez, não é capaz de determinar o posicionamento da vogal flutuante, pois apresenta o

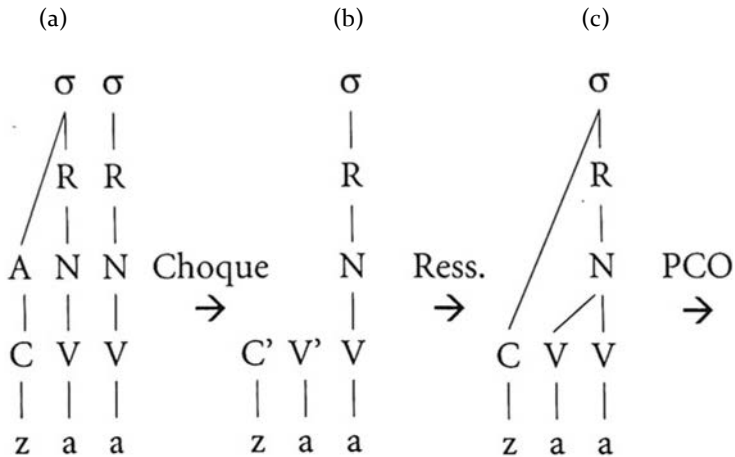
mesmo grau de sonoridade da vogal da segunda palavra. A vogal fluante, então, em um novo processo de ressilabação, associa-se ao ataque da sílaba, formando um ataque ramificado (25d).

3.3.3 O processo de degeminação

Em termos contextuais, o processo de degeminação é mais restrito que o de ditongação, pois pode ser aplicado quando as duas vogais são átonas – ‘casa azul’ → ‘ca[za]zul’ – ou quando a primeira é tônica e a segunda é átona – ‘Pará amado’ > ‘Pa[ra]mado’, mas mais amplo que o da elisão, uma vez que ocorre não só com a vogal baixa, mas também com as vogais altas – ‘vestido usado’ → ‘vesti[du]sado’.

Na representação em (26), é possível visualizar as etapas do processo.

(26) casa azul → ca[za]zul



como o Princípio de Sequência de Sonoridade e o Princípio do Contorno Obrigatório, e a regra de Apagamento do Elemento Extraviado, por exemplo.

Tendo iniciado com a discussão acerca dos processos de degeminação e elisão, em Bisol (1992), a temática foi abordada em vários trabalhos da autora, com a discussão do processo de ditongação em Bisol (1996), e com a ampliação do foco da discussão para os diferentes domínios prosódicos de aplicação das regras, como o grupo clítico, a frase fonológica, a frase entonacional e o enunciado. A aplicação dos processos nos dados do VARSUL também recebeu olhar atento em Bisol (2002). O sândi foi também abordado na perspectiva da Teoria da Otimidade, por meio de restrições de junção local e de alinhamento (BISOL, 2003), que explicitaram o funcionamento do processo, com a preferência à ditongação, quando o acento frasal recai na vogal da segunda palavra. Em cada análise proposta pela autora, os processos de elisão, degeminação e ditongação no português foram, assim, profundamente descortinados.

4. CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE LEDA BISOL PARA AS PESQUISAS SOBRE A SÍLABA DO PORTUGUÊS

Os estudos de Leda Bisol têm impacto imensurável na literatura da área. Diversas dissertações e teses foram escritas a partir de pressupostos desenvolvidos pela autora. Nesta seção, são apresentados trabalhos desenvolvidos no âmbito da Pós-Graduação em diversas Universidades do Brasil, os quais foram orientados por Leda Bisol ou seguiram as análises propostas por ela no que

tange à estrutura da sílaba e à silabificação em português, bem como ao tratamento dispensado à epêntese vocálica em português e também em relação à aquisição de línguas estrangeiras. Por fim, são mencionadas pesquisas que tiveram como objetivo analisar a ocorrência de sândi externo (elisão, degeminação e ditongação) em português sob diferentes perspectivas teóricas.

Com o foco no estudo da estrutura silábica, citamos os trabalhos: ‘A lateral pós-vocálica no português gaúcho: Análise variacionista e representação não-linear’ (1993), de Laura Quednau; ‘Processos de estrutura silábica em crianças com desvios fonológicos: Uma abordagem não-linear’ (1996), de Ana Paula Fadanelli Ramos; ‘Análise prosódica da sílaba em Português’ (1997), de Gisela Collischonn; ‘Os processos fonológicos de estrutura silábica no desenvolvimento fonológico normal e nos desvios fonológicos evolutivos’ (1997), de Andrea Cristina Rizzotto; ‘A lateral em coda silábica no sul do Brasil’ (1999), de Maria Tasca; ‘Aquisição dos fonemas na posição de coda medial, do português brasileiro, em crianças com desenvolvimento fonológico normal’ (1999) e ‘Aquisição da coda no português brasileiro: uma análise via teoria de Princípios e Parâmetros’ (2004), de Carolina Lisboa Mezzomo; ‘A aquisição das sequências finais de obstruintes do inglês (L2) por falantes do Sul do Brasil: Análise via Teoria da Otimidade’ (2008), de Ubiratã Kickhöfel Alves; ‘O papel da sonoridade no mapeamento de sequências consonantais’ (2010), de Tatiana Keller; ‘Os efeitos da estrutura moraica do latim em três línguas românicas: italiano, português e espanhol’ (2011), de Evelyne Costa; ‘Uma análise dos vocoides altos em português brasileiro: relações entre silabificação e atribuição do acento’ (2011), de Taíse Simioni; ‘A sílaba CVC e sua função no sistema’ (2014), de Carla de Aquino.

Dentre as pesquisas que têm como objetivo investigar a epêntese, temos ‘Epêntese vocálica em encontros consonantais mediais por falantes porto-alegrenses de inglês como língua estrangeira’ (2008), de Letícia Pereyron; ‘A epêntese medial em PB e na aquisição de inglês como LE: Uma análise morfofonológica’ (2009), de André Schneider; ‘A epêntese consonantal no português brasileiro: um estudo introdutório’ (2010) e ‘A Consoante Intrusiva no Processo Sufixal: Um estudo sincrônico e diacrônico’ (2022), de Samanta Sá Canfield; ‘A Epêntese no Português Brasileiro (L2), em segmentos plosivos em codas mediais, por falantes nativos do Espanhol Colombiano (L1): uma análise via Teoria da Otimidade Estocástica e Gramática Harmônica’ (2011) e ‘Formalização fonético-fonológica da interação de restrições na produção e na percepção da epêntese no Português Brasileiro e no Português Europeu’ (2016), de Roberta Quintanilha Azevedo; ‘Epêntese vocálica em encontros consonantais por falantes brasileiros de inglês como língua estrangeira’ (2015), de Gleisibel Nascimento.

O tema do sândi vocálico é desenvolvido nos trabalhos: ‘A degeminação no interior do vocábulo’ (2002), de Daniela Borsato; ‘O sândi vocálico externo e os monomorfemas em três variedades do português’ (2003), de Brenda Veloso; ‘Estudo do fenômeno de ditongação e elisão no sândi externo: Análise acústica dos sons [a] e [u] na fronteira de palavras e do ditongo /aw/ no interior de palavra (2004)’, de Cleidinéia Seabra Freire; ‘A elisão da vogal média /e/ no sul do Brasil: Uma regra variável’ (2005), de Claudia Soares Barbosa; ‘O processo de sândi externo na aquisição da fonologia do português brasileiro: Uma abordagem com base na Teoria da Otimidade’ (2006), de Juliana Radatz Kickhöfel; ‘A degeminação no italiano em frase fonológica reestruturada’ (2006) e ‘O sândi em italiano na frase fonológica reestruturada’ (2011), de Denise

Nauderer Hogetop; ‘Aspectos segmentais dos processos de sândi vocálico externo no falar de São Paulo’ (2007), de Milca Veloso Nogueira; ‘Análise sociolinguística do processo de elisão da vogal /a/ no dialeto pessoense’ (2008), de Rafaela Veloso Machado; ‘Os processos de sândi externo: análise variacionista da fala de São Borja’ (2008) e ‘Uma análise da elisão e da degeminação com base em restrições’ (2014), de Juliana Escalier Ludwig-Gayer; ‘A elisão em dois Portos: evidências para comparação entre PB e PE’ (2013), de Ana Paula Mello Alencastro Moreno; ‘Sândi vocálico externo no Português Arcaico’ (2014), de Ana Carolina Cangemi.

Os trabalhos aqui elencados, apresentados em caráter não exaustivo, são uma amostra da vitalidade e da importância dos estudos de Leda Bisol sobre o português. Tal levantamento recobre quase 30 anos de investigações e mostra a relevância e a atualidade da vasta obra de Leda Bisol, mas, sobretudo, seu legado inestimável para a Fonologia do Brasil e da Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, U. K. **A aquisição das sequências finais de obstruintes do inglês (L₂) por falantes do sul do Brasil**: Análise via Teoria da Otimidade. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- AQUINO, C. **A sílaba CVC e sua função no sistema**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- AZEVEDO, R. Q. **A epêntese no português brasileiro (L), em segmentos plosivos em codas mediais, por falantes nativos do espanhol colombiano (L₁)**: Uma análise via Teoria da Otimidade Estocástica e Gramática Harmônica. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.
- AZEVEDO, R. Q. **Formalização fonético-fonológica da interação de restrições na produção e na percepção da epêntese no Português Brasileiro e no Português Europeu**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2016.
- BARBOSA, C. S. **A elisão da vogal média /e/ no sul do Brasil**: Uma regra variável. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, v. 5, n. 2, p. 185-224, 1989.
- BISOL, L. Sândi vocálico externo: Degeminação e elisão. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 23, p. 83-101, 1992.
- BISOL, L. Ditongos derivados. *D.E.L.T.A.*, v. 10, n. 3, p. 123-140, 1994a.
- BISOL, L. Sândi externo: O processo e a variação. In: KATO, M. (Org.). **Gramática do Português Falado**: Convergências. Vol. V. Campinas: Ed. da UNICAMP, p. 55-96, 1994b.
- BISOL, L. O sândi e a Ressilabação. *Letras de Hoje*, v. 31, n. 2, p. 159-168, 1996.

BISOL, L. A sílaba e seus constituintes. *In*: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do Português Falado**. Vol. VII. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999a. p. 701-742.

BISOL, L. O sândi e a sintaxe. *In*: AGUILERA, V. A. (Org.). **Estudos Fonéticos e Fonológicos**. Londrina: Editora UEL, 1998b. p. 1-10.

BISOL, L. A elisão, uma regra variável. **Letras de Hoje**, v. 35, n. 1, p. 319 - 330, 2000.

BISOL, L. A degeminação e a elisão no VARSUL. *In*: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (Orgs.). **Fonologia e Variação: Recortes do português**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 231-250.

BISOL, L. Sandhi in Brazilian Portuguese. **Probus** (Dordrecht), v. 15, n. 2, p. 177-200, 2003.

BISOL, L. Ditongos derivados: Um adendo. *In*: LEE, S.-H. (Org.). **Vogais além de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2012. p. 57-65.

BISOL, L. Sândi vocálico externo. *In*: ABAURRE, M. B. (Org.). **Gramática do Português Culto falado no Brasil** - Vol, VII: A construção fonológica da palavra. São Paulo: Contexto, 2013. p. 53-74.

BLEVINS, J. The syllable in Phonological Theory. *In*: GOLDSMITH, J.(Ed.). **The Handbook of Phonological Theory**. London: Blackwell, p. 207-243, 1995.

BORSATO, D. **A degeminação no interior do vocábulo**. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CÂMARA JR., J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CANFIELD, S. S. **A epêntese consonantal no português**: Um estudo introdutório. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CANFIELD, S. S. **A consoante intrusiva no processo sufixal**: Um estudo sincrônico e diacrônico. 2022. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

CANGEMI, A. C. F. G. A. **Sândi vocálico externo no Português Arcaico**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

CLEMENTS, G. N. The role of the sonority cycle in core syllabification. *In*: KINGSTON, J.; BECKMAN, M. (Orgs.). **Papers in Laboratory Phonology I**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 283-333.

CLEMENTS, G. N.; KEYSER, S. J. **CV Phonology: A Generative theory of the syllable**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1983.

COLLISCHONN, G. Um estudo da epêntese à luz da teoria da sílaba de Junko Ito (1986). **Letras de Hoje**, v. 31, n. 2, p. 149-158, 1996.

COLLISCHONN, G. **Análise prosódica da sílaba em português**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

COLLISCHONN, G. A epêntese vocálica no Português do Sul do Brasil: Análise variacionista e tratamento pela Teoria da Otimalidade. **Letras de Hoje**, v. 35, n. 1, p. 285-318, 2000.

COLLISCHONN, G. A epêntese vocálica no português do sul do Brasil. *In*: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. **Fonologia e Variação: Recortes do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003a. p. 205-230.

COLLISCHONN, G. Epêntese vocálica no português do Sul do Brasil: Variáveis extralinguísticas. **Revista Letras**, v. 61, n. especial, p. 285-297, 2003b.

COSTA, E. P. F. de S. **Os efeitos da estrutura moraicada do latim em três línguas românicas: Italiano, português e espanhol**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FREIRE, C. S. S. **Estudo do fenômeno de ditongação e elisão no sândi externo: Análise acústica dos sons [a] e [u] na fronteira de palavras e do ditongo /aw/ no interior de palavra**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GOLDSMITH, J. **Autosegmental Phonology**. Tese (Doutorado em Letras). Cambridge, Mass.: MIT, 1976.

HARRIS, J. **Syllable Structure and Stress in Spanish: A non linear analysis**. Cambridge: MIT Press, 1983.

HARRIS, J. Epenthesis processes in Spanish. *In*: NEIDLE, C.; CEDEÑO, R. A. N. (Eds.). **Studies in Romance Languages**. Dordrecht: Foris, 1987. p. 107-122.

HAYES, B. Compensatory lengthening in moraic phonology. **Linguistic Inquiry**, v. 20, n. 2, p. 253-306, 1989.

HYMAN, L. **A Theory of Phonological Weight**. Dordrecht: Foris Publications, 1984.

HOGETOP, D. N. **A degeminação no italiano em frase fonológica reestruturada**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

HOGETOP, D. N. **O sândi em italiano na frase fonológica reestruturada**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HOOPER, J. B. **Introduction to Natural Generative Phonology**. New York: New York Academic Press, 1976.

ITÔ, J. **Syllable theory in prosodic phonology**. Tese (Doutorado em Letras). University of Massachusetts, Amherst, 1986.

JESPERSEN, O. **Lerbuch der phonetic**. Leipzig und Berlin: B. G. Teubner, 1904.

KAHN, D. **Syllable-based generalizations in English phonology**. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1976.

KELLER, T. **O papel da sonoridade no mapeamento de sequências consonantais**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

KENSTOWICZ, M. **Phonology in Generative Grammar**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1994.

KICKHÖFEL, J. R. **O processo de sândi externo na aquisição da fonologia do português brasileiro** – Uma abordagem com base na Teoria da Otimidade. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2006.

LEBEN, W. **Suprasegmental Phonology**. PhD Dissertation (Doctor in Philosophy). Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1973.

LUDWIG-GAYER, J. E. **Os processos de sândi externo: Análise variacionista da fala de São Borja**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LUDWIG-GAYER, J. E. **Uma análise da elisão e da degeminação com base em restrições**. 2014. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MACHADO, R. V. **Análise sociolinguística do processo de elisão da vogal A no dialeto pessoense**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

McCARTHY, J. J. OCP effects: Gemination and antigemination. **Linguistic Inquiry**, v. 17, n. 2, p. 207 – 234, 1986.

MEZZOMO, C. L. **Aquisição dos fonemas na posição de coda medial, do português brasileiro, em crianças com desenvolvimento fonológico normal**. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MEZZOMO, C. L. **Aquisição da coda no português brasileiro: Uma análise via teoria de Princípios e Parâmetros**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MORENO, A. P. M. **A elisão em dois Portos: Evidências para a comparação entre PB e PE**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MURRAY, R.; VENNEMANN, T. Sound change and syllable structure in Germanic phonology. **Language**, v. 59, n. 3, p. 514-528, 1983.

NASCIMENTO, G. C. A. **Epêntese vocálica em encontros consonantais por falantes brasileiros de inglês como língua estrangeira**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.

NESPOR, M.; VOGEL, I. **Prosodic Phonology**. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

NOGUEIRA, M. V. **Aspectos segmentais dos processos de sândi vocálico externo no falar de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREYRON, L. **Epêntese vocálica em encontros consonantais mediais por falantes porto-alegrenses em inglês como língua estrangeira**. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

QUEDNAU, L. **A lateral pós-vocálica no português gaúcho: Análise variacionista e representação não-linear**. 1993. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

RAMOS, A. P. **Processos de estrutura silábica em crianças com desvios fonológicos: Uma abordagem não-linear**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

RIZZOTTO, A. C. **Os processos fonológicos de estrutura silábica no desenvolvimento fonológico normal e nos desvios fonológicos evolutivos**. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

ROSENTHALL, S.; VAN DER HULST, H. Weight-by-position by position. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 17, n. 3, p. 499-540, 1999.

SELKIRK, E. The syllable. In: HULST, H. V. D.; SMITH, N. (Eds). **The Structure of Phonological Representations** - part II. Foris: Dordrecht, 1982. p. 337-383.

SCHNEIDER, A. **A epêntese medial em PB e na aquisição de inglês como LE:** Uma análise morfofonológica. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SIEVERS, E. **Grundzuge der Phonetik.** Leipzig: Breitkopf und Härtel, 1881.

SIMIONI, T. **Uma análise dos vocoides altos em Português Brasileiro:** Relações entre silabificação e atribuição do acento. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

STERIADE, D. **Greek prosodies and the nature of syllabification.** Tese (Doutorado em Linguística). Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1982.

TASCA, M. **A lateral em coda silábica no Sul do Brasil.** Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

VELOSO, B. **O sândi vocálico externo e os monomorfemas em três variedades do português.** Dissertação (Mestrado em Letras). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

O ACENTO DE PALAVRA

José Magalhães

Qualquer descrição e análise do acento de palavra no português passa obrigatoriamente pelos trabalhos e investigações desenvolvidos por Leda Bisol. Pioneira em inúmeros estudos sobre a fonologia do português, incluindo aqueles que envolvem modelos gerativistas, a análise do acento de palavra realizada por Bisol capta generalizações que indicam sua perspicácia como linguista não apenas em lidar com dados, mas também com modelos teóricos. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo principal trazer à luz contribuições de Leda Bisol para a compreensão dos fenômenos acentuais do nível da palavra no português e apresentar seu legado para as pesquisas que se realizaram na sequência.

1. FONOLOGIA MÉTRICA: APARATO TEÓRICO PARA A DESCRIÇÃO DO ACENTO

O modelo fonológico gerativista mais apropriado para dar conta da descrição do acento é a fonologia métrica, o qual representou um grande avanço em relação à fonologia gerativa clássica (CHOMSKY; HALLE, 1968), a qual tratava o acento com um traço distintivo e, assim como os demais traços de notação binária, atribuía ao segmento portador de acento, sempre uma vogal, o rótulo [+acentuado] ou [-acentuado]. O problema com este modelo é que ele não previa limite de acentos, haja vista que, a cada ciclo de formação da estrutura morfológica numa dada estrutura sintática, a acentuação se reaplicava fazendo emergir, por vezes, um sem-fim de vogais portadoras de acento.

Com o advento da fonologia métrica, inicialmente com Liberman (1975), depois Liberman e Prince (1977), Prince (1983), Halle e Vergnaud (1987) e Hayes (1981, 1995), o acento ganha adequação descritiva ao ser interpretado como um elemento da estrutura prosódica das línguas não mais associado às vogais e sim à sílaba, sendo determinado por proeminências relacionais que cadenciam o ritmo entre sílabas fortes e sílabas fracas. Os trabalhos de Bisol acerca do acento do português valem-se, fundamentalmente, das propostas de análise de Halle e Vergnaud (1987) e de Hayes (1981), razão pela qual este capítulo esboçará o perfil apenas desses dois modelos, embora os *insights* gerais de todas essas teorias fundamentem-se em princípios básicos, entre os quais estão: i) o acento como propriedade rítmica das línguas; ii) o acento associado à sílaba; iii) o acento como elemento alternante, de modo que os sistemas tendem, de um lado, a evitar choques (isto é, dois elementos acentuados adjacentes) e, de outro, a evitar lacunas, ou seja, sequências de mais de uma sílaba sem proeminência.

Tanto para Halle e Vergnaud (1987) quanto para Hayes (1995), a representação da rítmica das línguas se dá por meio de uma grade métrica, edificada em constituintes que são construídos por meio de parâmetros que devem obedecer aos princípios elencados no parágrafo anterior. Em caso de desobediência a tais princípios, novas leis deverão ser empregadas a fim de que a grade métrica seja corretamente erigida.

Começemos com o modelo de Halle e Vergnaud, para os quais a grade métrica é permeada por parênteses representativos de constituintes, não necessariamente binários, que agrupam as sílabas horizontalmente de modo que cada constituinte projete, verticalmente, sua parte mais proeminente. Esse elemento proeminente, chamado de cabeça pelos autores, é representado na grade métrica por meio de asteriscos, como ilustrado a seguir:

(1) Grade métrica, conforme Halle e Vergnaud (1987)

Linha 2: (*)
Linha 1: (* . * .)
Linha 0: (bor.bo).(le.ta)

Fonte: Elaboração própria

A alternância rítmica, conforme o modelo ilustrado em (1), informa que a sílaba 'le' recebe o acento primário, a sílaba 'bor' recebe o acento secundário, enquanto as demais sílabas não possuem qualquer proeminência. A construção desta grade é resultado da operação de um algoritmo que distribui os constituintes em linhas horizontais com a projeção dos cabeças em colunas verticais. Portanto, na representação acima, os seguintes parâmetros foram aplicados em cada linha: Linha 0 – constituintes binários da direita para a esquerda, com o cabeça de cada constituinte projetado na linha 1, à esquerda; Linha 1 – constituinte ilimitado com seu cabeça projetado na Linha 2, à direita. Nesta proposta teórica, algumas condições são fundamentais, entre elas: i) a exaustividade, operando para que a construção dos constituintes seja exaustiva, isto é, que todo elemento – marca de grade – seja escandido. Isto significa que toda sílaba deve fazer parte de algum constituinte; ii) a maximalidade, entendendo que cada constituinte deve possuir um número máximo de elementos; iii) o peso silábico, preconizando que, em línguas sensíveis ao peso, as sílabas pesadas projetem, de imediato, um asterisco diretamente na linha 1; iv) a extrametricidade, ferramenta que deixa invisível às regras de acento certos elementos, os quais serão recuperados ao final de todas as operações do algoritmo. Essas condições foram utilizadas por Leda Bisol em sua análise do acento de palavra no português, assunto que será tratado na seção seguinte. Importa,

agora, exemplificar como age a extrametricidade na construção da grade métrica, já este recurso surgirá como imprescindível na proposta descritiva do acento empreendida por Bisol.

(2) Extrametricidade

Linha 2:	(. . * . .)
Linha 1:	(* . * .)
Linha 0:	(ma.te). (ma.ti) <ca>

Fonte: Elaboração própria

Note-se que, para a construção dos constituintes binários de cabeça à esquerda, a sílaba final <ca> não se submeteu à aplicação do algoritmo, uma vez que a ela foi atribuída a extrametricidade, ficando, assim, invisível às regras; porém, sendo recuperada ao final da aplicação, na linha 2.

Da mesma forma que Halle e Vergnaud, Hayes (1995) também incorpora à grade métrica constituintes horizontais e seus cabeças na vertical. Contudo, este autor deixa claras algumas propriedades do acento que, antes, não eram tão evidentes. Uma delas é a total falta de assimilação dos acentos, o que significa que uma sílaba não se torna acentuada por influência de outra sílaba portadora de acento. No modelo de Hayes, a condição de exaustividade não se aplica, já que, para este autor, a construção de um único constituinte é suficiente para captar o acento primário da palavra. Outros princípios atuam para captar os demais acentos. Por óbvio, a não exaustividade soa econômica em termos de aplicação de regras, haja vista dispensar mecanismos suplementares para eliminar acentos gerados incorretamente por meio da concepção exaustiva de construção de constituintes, o que acontecia com alguma frequência no modelo de Halle e Vergnaud, resul-

tando na proposição, por esses autores, de um novo procedimento, chamado “*conflation line*”, para excluir os acentos excedentes. Esse mecanismo não será detalhado aqui por ultrapassar o escopo deste capítulo. Sugere-se, contudo, conferir Magalhães (2004, 2009) para maiores explanações. Hayes também disciplina o uso da extrametricidade, já que, para o autor, esta ferramenta só pode atuar na borda da palavra, preferencialmente a direita. Portanto, se, em um processo derivacional, a sílaba extramétrica deixar a borda, imediatamente a extrametricidade desaparecerá e esta sílaba, antes extramétrica, torna-se visível às regras. O exemplo abaixo ilustra este caso:

(3) A extrametricidade e condição de borda

$$\begin{array}{ccc} x & & x \\ (\text{ar.vo}) <\text{re}> \rightarrow & \text{ar.vo} & .(\text{re.do}) \end{array}$$

Fonte: Elaboração própria

O modelo de Hayes é fortemente baseado na relação entre intensidade e duração, já que há línguas cujo acento é intensivo e outras cujo acento é duracional, levando em conta o peso/duração da sílaba. É o que o autor chama de Lei do Iambo (duração) e do Troqueu (intensidade):

(4) Lei do Iambo e do Troqueu

- a- “Elementos que contrastam em intensidade naturalmente formam agrupamentos com proeminência inicial” (Troqueu);
- b- “Elementos contrastantes em duração naturalmente formam agrupamentos com proeminência final” (Iambo).

Fonte: Hayes (1995, p.80)

Portanto, com base nas premissas em (4), o autor assume que “o ponto crucial para qualquer teoria métrica paramétrica se refere às formas básicas dos pés que ela permite”. (HAYES, 1995, p.62). Em virtude disso, o modelo métrico de Hayes é desenhado em três tipos de pés, a saber: i) o Troqueu Silábico ($\sigma \sigma$), um tipo de constituinte que ignora a estrutura interna da sílaba, se pesada ou leve, e possui cabeça à esquerda; ii) o Troqueu Mórico ($\check{\sigma} \check{\sigma}$) ou ($\bar{\sigma}$), também de cabeça à esquerda, mas que enxerga a estrutura interna da sílaba. Para a representação do troqueu mórico, o autor conta com a unidade ‘mora’ (μ), compreendendo que uma vogal curta equivale uma mora e uma vogal longa a duas moras. Assim, uma sílaba formada por ditongo ou terminada em consoante possui o mesmo número de moras que uma sílaba contendo vogal longa; iii) o Iambo ($\check{\sigma} \bar{\sigma}$), de cabeça à direita e que considera fundamental o peso das sílabas; assim, o melhor pé iâmbico seria aquele formado por uma sequência de uma sílaba leve mais uma sílaba pesada. A proposta de Bisol para o acento de palavra em português conta com a formulação de Hayes quanto à extrametricidade na borda direita, bem como com a estrutura do constituinte não exaustivo. Outros pesquisadores seguiram este modelo com mais proximidade, como Massini-Cagliari (1999) e Lee (1994).

2. O ACENTO DE PALAVRA

Esta seção tratará das análises de Leda Bisol para o acento de palavra no português, o que inclui, necessariamente, o aparato teórico apresentado brevemente na seção anterior. Ainda nesta parte, serão discutidos pontos fundamentais presentes nas propostas de Bisol, a saber a extrametricidade e o peso silábico.

Um dos primeiros trabalhos da autora sobre o acento de palavra no português data de 1992, sob o título de “O acento: duas alternativas de análise”, que começou a circular como manuscrito entre os fonólogos. Este mesmo artigo foi, 20 anos depois, publicado pela revista *Organon*, em sua forma original e com o mesmo título. Trata o trabalho de uma averiguação, sob duas vertentes da fonologia métrica, sobre qual seria o melhor modelo a incorporar com mais acurácia os dados do português. A primeira alternativa, que logo foi abandonada pela autora, faz uso generalizado da extrametricidade, não interpreta a língua como sensível ao peso e necessita de uma série de filtros que tornam a descrição demasiadamente custosa para o modelo. Um exemplo desse custo está na necessidade de, no decorrer da aplicação das regras, ser imprescindível a troca de posição do acento, por meio do mecanismo ‘Apague X’, o que determina o apagamento de um asterisco na grade para que este mesmo asterisco se aloje noutra posição. Esse mecanismo soa *ad hoc*, haja vista a previsibilidade de que uma etapa do algoritmo se aplicará para, sabidamente, perder seus efeitos na sequência. Por essas razões, entende-se não necessário detalhar essa primeira alternativa. A segunda alternativa de análise foi amplamente difundida e seguida por inúmeros investigadores, incluindo o autor deste capítulo. Tal proposta, ainda em 1992, foi publicada pela revista *Cadernos de Estudos Linguísticos-Unicamp* e, em 1994, pelo periódico *Letras de Hoje - PUCRS*, nos dois casos sob o título “O acento e o pé métrico binário”. Daí em diante, a autora continua não apenas a se preocupar com o acento, como a instigar e a inspirar novas gerações de fonólogos. Em 2000, Bisol publica o artigo “O Troque silábico no sistema fonológico (um adendo ao artigo de Plínio Barbosa)”, na revista *DELTA - PUC-SP*, retomando o tema dos pés métricos, mas olhando para o nível da frase. Logo em seguida,

em 2002, a autora recupera suas investigações sobre o acento no nível da palavra, com o trabalho “O acento, mais uma vez”, publicado pela revista *Letras&Letras-UFU*. Por fim, em 2015, Bisol estabelece uma intrigante discussão sobre o peso silábico em artigo publicado em parceria com Carla de Aquino, pela *Revista da Abralin*. Como o objetivo deste capítulo é tratar do acento de palavra, será destacado o trabalho de 1992b.

2.1 O acento e o pé métrico binário

Conforme apresentado na primeira seção deste capítulo, os modelos teóricos de Halle e Vergnaud (1987) e Hayes (1981) são fundamentais para os empreendimentos de Bisol acerca do acento de palavra no português. Especialmente para propor o pé métrico binário, a autora recupera de Halle e Vergnaud a construção de constituintes parentetizados e a projeção de marca de grade para sílaba pesada. De Hayes (1981) a autora extrai a ideia do peso inerente às sílabas de rima ramificada, ou seja, aquelas terminadas em consoante. Essa informação antecipa a visão da autora de que o português é uma língua sensível ao peso, embora de modo não generalizado, mas circunstancialmente na posição final do domínio da palavra. Assim se configuram, pois, as regras do acento primário, conforme Bisol (1992a,b, 1994):

(5) Regra do acento primário

Domínio: a palavra lexical

- i- Atribua um asterisco (*) à sílaba pesada final, isto é, sílaba de rima ramificada (SQ);
- ii- Nos demais casos, forme um constituinte binário (não-iterativamente) com proeminência à esquerda, de tipo (*.), junto à borda direita da palavra (FCP).

Essas regras devem se aplicar tanto a verbos quanto a não verbos, contudo a autora adverte que há diferenças na estrutura morfológica entre essas duas categorias lexicais. Para nomes e adjetivos, “a palavra fica entendida como radical + vogal temática ou marca de gênero, que pode estar ausente. A flexão, que não interfere, fica fora deste domínio” (BISOL, 1992b, p.69). Para os verbos, a proposta compreende a palavra como “radical + vogal temática + sufixo modo-temporal + sufixo de número-pessoa, em qualquer um desses morfemas pode incidir o acento”.

Como já mencionado, a regra (5) é a mesma para verbos e não verbos, mas a diferença advinda da estrutura morfológica aponta, seguindo pressupostos da Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1985), que nos não verbos esta regra é cíclica, reaplicando-se, pois, toda vez que um morfema derivacional for adicionado; já para os verbos, a regra é não cíclica, por isso só se aplica no final de toda a formação, operando apenas uma vez (BISOL, 1992a, b). Também o instrumento da extrametricidade é evocado tanto para não-verbos quanto para verbos, todavia para aqueles a ferramenta incide sobre casos excepcionais, portanto é uma informação lexical, não uma regra; enquanto para estes é atribuída por regra, como apresentado mais adiante. Os elementos extramétricos são, ao final, incorporados ao pé métrico como sua parte não proeminente, por meio da regra de Adjunção da Sílabas Perdida (ASP). Os casos excepcionais aqui referidos e que serão alvo da extrametricidade incluem as palavras proparoxítonas, as quais terão invisível às regras a sílaba final (‘núme<ro>’), e as paroxítonas terminadas em consoante, que terão este segmento extramétrico (‘líde<r>’). A autora aponta, como evidência para tratar a consoante final de palavras paroxítonas como invisíveis às regras, o fato de 80% das palavras acabadas em consoante terem acento final, como em ‘anil’ e ‘pomar’. Assim, apenas

20% seriam palavras como ‘caráter’ e ‘lápiz’, que, tendo a consoante final extramétrica lexicalmente, passam a figurar, no domínio do acento, da mesma forma que palavras terminadas em sílabas leves do tipo *casa* e *pote*. É importante mencionar que, para lidar com a extrametricidade, a autora se vale da condição de periferia (HAYES, 1981), demandando que, se o elemento extramétrico perder a posição de borda, perderá também a invisibilidade e, assim, passará a ser alvo da aplicação normal das regras, como se vê em (6), a seguir:

(6) A extrametricidade e a condição de periferia

líde<r>	→	liderança
núme<ro>	→	numeroso

Fonte: Elaboração própria

A informação sobre a extrametricidade está sempre atrelada à noção de sílaba e seus domínios, portanto a propriedade idiossincrática dessa aplicação carrega consigo as seguintes informações lexicais para os não-verbos:

(7) A extrametricidade nos não-verbos

i- palavras proparoxítonas: [+Ex(Sil)], onde se lê: a sílaba final de palavras com acento na terceira sílaba a partir da borda direita da palavra é lexicalmente extramétrica;

ii- palavras paroxítonas terminadas em consoante ou em ditongo: [+Ex(Coda)], onde se lê: a coda final de palavras terminadas em consoante ou em ditongo com acento não final é lexicalmente extramétrica.

De volta às regras apresentadas em (5), note-se que a primeira delas caracteriza a língua como de Sensibilidade Quantitativa (SQ), uma vez que o algoritmo demanda a atribuição de um asterisco à sílaba final de rima ramificada. Isso significa dizer que sílabas cuja

rima final possua coda atraem o acento, em oposição às sílabas finais leves que não atraem acento e que estariam, portanto, sujeitas à segunda regra em (5), isto é, à regra de Formação de Constituintes Prosódicos (FCP). Para assumir o português como língua sensível ao peso, Bisol conta que 78% das palavras acabadas em consoantes são oxítonas. Certamente, esse número, no mínimo, aponta essas formas como não-marcadas em português. O outro indício para que o peso silábico seja considerado é o fato de palavras proparoxítonas não admitirem sílaba com rima ramificada na segunda posição (Ex: ‘cátedra’, ‘cadeira’, mas não *‘cátedra’ ou *‘cadeira’). Ainda sobre as regras SQ e FCP, estas são não-iterativas, aplicando-se uma única vez na borda direita da palavra. Elas também não competem entre si, de modo que, se SQ encontra contexto de aplicação, FCP não tem mais vez. O cabeça do constituinte gerado por uma e outra regra é projetado na linha acima, pela Regra de Fim (RF), gerando o acento primário e, assim, finalizando a construção da grade métrica. A aplicação de todas as regras se apresenta abaixo, ressaltando-se que, primeiramente, ocorre a silabação.

(8)

/kaz+a/	/pared+e/	/borboleta+a/	léxico
ka.za	pa.re.de	bor.bo.le.ta	silabação
(* .)	(* .)	(* .)	FCP (5.ii)
(*)	(*)	(*)	RF (Regra de Fim)
[káza]	[paréde]	[borboléta]	saída

Fonte: Adaptado de Bisol ([1992a] 2013, p.311)

Veja-se que, em (8), o pé métrico binário é formado logo no início por FCP, que organiza o constituinte binário de cabeça à direita logo no primeiro passo do algoritmo.

(9)

/pomar/	/troféu/	/koronɛl/	léxico
po.mar	tro.fɛu	ko.ro.nɛl	silabação
(*)	(*)	(*)	SQ (5.i)
(*)	(*)	(*)	RF
[pomár]	[troféú]	[koronɛl]	saída

Fonte: Adaptado de Bisol ([1992a] 2013, p.311)

Como se vê em (9), a regra de Sensibilidade Quantitativa (SQ) expressa o português como língua sensível ao peso silábico para atribuição do acento.

Conforme aponta Bisol (1992a,b, 1994), as duas classes ilustradas em (8) e (9) representam a maior parte das palavras da língua. Configuram, então, as palavras de acento regular. Passemos, agora, às formas irregulares ou, nas palavras de Bisol, classes minoritárias.

(10)

/fɔsforo/	/arvore/	/numero/	léxico [Ex(sílaba)]
fɔs.fo.ro	ar.vo.re	nu.me.ro	silabação
fɔs.fo<ro>	ar.vo<re>	nu.me<ro>	Ex(sílaba)
(* .)	(* .)	(* .)	FCP (5.ii)
(* . .)	(* . .)	(* . .)	ASP
(*)	(*)	(*)	RF (Regra de Fim)
[fósforo]	[árvore]	[número]	saída

Fonte: Adaptado de Bisol ([1992a] 2013, p.311)

O processo derivacional apresentado em (10) recebe a instrução para a extrametricidade no léxico, uma vez que a extrametricidade nestes casos não se aplica por regra, já que se configura como propriedade idiossincrática. A Regra de Adjunção da Silaba perdida

(ASP) demanda a incorporação da sílaba invisível às regras como membro fraco do pé antes da aplicação da Regra de Fim.

(11)

/util/	/fasil/	/vizivel/	léxico [Ex(Coda)]
u.til	fa.sil	vi.zi.vel	silabação
u.ti<l>	fa.si<l>	vi.zi.ve<l>	Ex(Coda)
(* .)	(* .)	(* .)	FCP (5.ii)
(*)	(*)	(*)	RF (Regra de Fim)
[útil]	[fásil]	[vizível]	saída

Fonte: Adaptado de Bisol ([1992a] 2013, p.312)

Da mesma forma que a sílaba extramétrica em (10), a consoante final em (11) é incorporada ao constituinte métrico no final da derivação. Assim, a diferença fundamental do acento em pares de palavras como ‘útil’/‘sutil’ ou ‘dúvida’/‘duvida’ está na marca lexical que a primeira palavra de cada par possui. Conclui, pois, Bisol que a extrametricidade é regulada por uma restrição que a associa apenas a “irregularidades idiossincráticas” (BISOL, 1992b, p.73). Palavras terminadas em sílabas superpesadas também passam pelo mesmo processo ilustrado em (11), caso de ‘ônix’: oni<ks>, ‘tórax’: tora<ks> e ‘látex’: late<ks> (BISOL, 1992b, p.77)

Há um outro grupo de palavras que se revelam, conforme a autora, como o maior obstáculo para a análise. São as palavras que, mesmo terminando em vogal, recebem acento final, como ‘pajé’, ‘saci’, ‘cipó’. Elas correspondem a um pequeno número de palavras vindo do latim, mas que se ampliaram graças à entrada de empréstimos advindos de línguas africanas e indígenas, caso desses três exemplos. Apresentam-se sem Vogal Temática, portando o radical termina com uma vogal plena e que não sofre redução. Propõe a

autora que vocábulos dessa natureza recebem acento também por SQ, à semelhança da representação em (11), por também possuírem uma consoante idiossincrática no léxico e que vem à superfície em palavras derivadas, o que se aplica também a palavras de raiz monossilábica, como nos exemplos a seguir:

(12)

café > cafeteira, cafezal
 robô > robotiza, robótico
 tricô > tricotar
 chá > chaleira
 nu > nudez, nudismo
 pé > pedal, pedágio, pedestre

Fonte: Bisol ([1992a] 2013, p.313)

A autora acrescenta que palavras sem vogal temática preferem o sufixo -zinho, sejam elas terminadas em vogal plena ou em consoante, e também optam por sufixo com -z, caso apresentem essa variante, como se observa em (13):

(13)

abacaxi > abacaxizeiro	abacaxiC > abacaxiz + eiro
imbu > imbuzeiro	imbuC > imbuz + eiro
picolé > picolezeiro	picoleC > picolez + eiró
sofá > sofazão	sofaC > sofaz + ão

Fonte: Bisol ([1992a] 2013, p.314)

Bisol, assim como Halle e Vergnaud, incorpora à sua proposta elementos da Fonologia Lexical. Seguindo os preceitos desta teoria, a consoante abstrata, no nível da palavra não derivada, encontra-se na posição de rima e se apaga por convenção, enquanto, no nível da de-

rivação, no segundo ciclo de aplicação das regras, a consoante passa à posição de *onset* silábico e vem à superfície, uma vez que estará recuperada pela vogal do sufixo que será o núcleo silábico. É o que mostra a representação a seguir para as palavras ‘pomar’, ‘café’ e ‘cafeteira’:

(14)

			Ciclo 1
/pomar/	/kafɛC	/kafɛC/+eir+a/	léxico
po.mar	ka.feC		silabação
(*)	(*)		SQ (5.1)
—	∅		Por convenção
			Ciclo 2
		kafeteir+a	
		ka.fe.tei.ra	silabação
		(* .)	FCP (5.ii)
[pomár]	[kafɛ]	[cafetéira]	saída

Fonte: Adaptado de Bisol ([1992a] 2013, p.315)

Para sustentar sua proposta nesses casos, Bisol informa que, no primeiro ciclo, faz-se contexto para a aplicação de SQ, com resultados corretos para ‘pomar’ e ‘café’. No segundo ciclo, em que afixos cíclicos são introduzidos, a informação do plano anterior do acento é obliterada, conforme Halle e Vergnaud (1987), o que permite à regra FCP gerar a estrutura métrica correta para ‘cafeteira’.

O acento dos verbos obedece às mesmas regras apresentadas em (5). Como já mencionado, há uma importante diferença quanto ao instrumento da extrametricidade, o qual, nos não-verbos, é interpretado como uma propriedade lexical de certas palavras e, nos verbos, assume a forma de uma regra específica de modo a que se interprete como leves as sílabas terminas em S ou N com estatuto de desinência, caso de ‘faleN’ e ‘falaS’.

(15) Extrametricidade nos verbos: marque como extramétrica:

- i. A sílaba final da primeira e da segunda pessoa do imperfeito
- ii. Nos demais casos, a consoante com estatuto de flexão {S e N}

Portanto, na derivação do acento nos verbos, aplicando-se as regras em (5) e em (15), tem-se:

(16)

/kaNtaS/	/kaNteN/	/kantar/	
kaN.taS	kaN.teN	kaN.tar	silabação
kaN.ta<S>	kaN.te<N>	—	Ex (15.ii)
		(*)	SQ (5.i)
(* .)	(* .)	—	FCP (5.ii)
(*)	(*)	(*)	RF (Regra de Fim)
[kántas]	[kántêj]	[kantár]	saída

Fonte: Adaptado de Bisol (1992a [2013], p.317)

(17)

/kaNtassemos/	/kantaveis/	
kaN.ta.sse.mos	kaN.ta.ve.is	silabação
kaN.ta.sse<mos>	kaN.ta.ve<is>	Ex (15.i)
(* .)	(* .)	FCP (5.ii)
(* . .)	(* . .)	ASP
(*)	(*)	RF (Regra de Fim)

Fonte: Adaptado de Bisol ([1992a] 2013, p.317)

Em (16), os verbos no presente ('cantas', 'cantem') e no infinitivo ('cantar') e, em (17), os verbos no imperfeito do subjuntivo ('cantássemos' e 'cantáveis') demonstram que a proposta

de Bisol mantem para os verbos as mesmas regras aplicadas aos não-verbos.

Para finalizar sua análise, a autora destaca que os verbos no futuro se comportam como compostos, o que faz com que radical e sufixo se submetam, de forma independente, às regras. Além disso, a autora aponta, nos tempos do futuro, o pé degenerado (PD), “acreditando-se que sua origem locucional, atribuída à combinação do infinitivo com o presente ou o pretérito imperfeito do verbo *haver*, futuro e condicional, respectivamente, ainda tem reflexos na sincronia” (BISOL, 1992b, p.78). Seguindo este raciocínio, é como se “falarei” equivalesse a “hei de falar”; e “falaria” a “havia de falar”

Para evitar o choque de acento nessas formas, Bisol traz à luz o procedimento ‘Apague X’, amplamente utilizado nos modelos métricos desde os primeiros trabalhos (cf. PRINCE, 1983), com a função de evitar duas sílabas adjacentes acentuadas. Embora a autora não demonstre detalhadamente a derivação com todos os passos de seu algoritmo, apresentamos em (18), para o futuro do presente e, em (19), para o futuro do pretérito, todos os detalhes, a fim de que se compreenda a perspicácia da análise de Bisol.

(18)

/falar/+/ei/	/falar/+/aS/	/falar/+/emoS/	
—	falar+a<S>	falar+emo<S>	Ex (15.ii)
(*) (*)	(*) —	(*) —	SQ
(*) (*)	(*) (*)	(*) —	PD
(*) (*)	(*) (*)	(*) (* .)	FCP
∅ (*)	∅ (*)	∅ (* .)	Apague X
(*)	(*)	(*)	RF

Fonte: Adaptado de Bisol ([1992a] 2013, p.317)

(19)

/falar/+/ia/	/falar/+/iaS/	/falar/+/iamos/	
—	falar+ia<S>	falar+ia<mos>	Ex (15.ii)
(*) —	(*) —	(*) —	SQ
(*) (*.)	(*) (*.)	(*) (*.)	FCP
∅ (*.)	∅ (*.)	∅ (*.)	Apague X
(*)	(*)	(*)	RF

Fonte: Adaptado de Bisol ([1992a] 2013, p.318)

Note-se que, no futuro do pretérito (19), o material morfológico acrescentado ao radical gera um pé binário pela aplicação de FCP. Ademais, na forma de 1ª. pessoa do plural ‘falaríamos’, aplica-se a extrametricidade à sílaba final que, mais tarde, foi recuperada por ASP. Por fim, em todos os casos, ‘Apague X’ exclui o asterisco da esquerda, atendendo à motivação da língua para que o acento se posicione mais à direita possível. Esta motivação é justificada pela Restrição de Janela de Três Sílabas, a qual determina que o acento primário no português jamais ultrapasse a terceira sílaba a contar da borda direita da palavra. Palavras proparoxítonas acrescentadas de afixos são um bom exemplo para esta restrição, como se vê em (20):

(20) Restrição da Janela de Três Sílabas

lú.ci.fer +es → lucíferes
 Jú.pi.ter + es → jupíteres

Fonte: Bisol ([1992a] 2013, p.316)

Outras análises alicerçadas nos modelos métricos de Halle e Vergnaud (1987) e, especialmente, de Hayes (1981, 1995), como a de Lee (1994) e de Massini-Cagliari (1999), advieram depois da proposta de Bisol. Lee, por exemplo, argumenta em favor de pés que osci-

lam entre iampos e troqueus, o que gera uma sobrecarga de regras em função da diversidade de passos distribuídos entre verbos e não verbos. Por outro lado, Massini-Cagliri defende o troqueu mórico.

A análise de Bisol, além de ser o ponto de referência para outras investigações, apresenta, de forma elucidativa, a descrição dos fatos da língua. Há questionamentos sobre o uso da extrametricidade, porém se reconhece que este é um instrumento da teoria e sua utilização é bem justificada pela autora. Ademais, a abordagem capta de modo uniforme e simples o padrão regular do acento de palavra no português, qual seja, acento penúltimo se a sílaba final da palavra é leve e acento final se a última sílaba possui rima ramificada. Outra grande vantagem da proposta é a uniformidade de regras tanto para verbos quanto para não verbos.

3. ACENTO E GRAMÁTICA: REGRAS E RESTRIÇÕES

Os modelos métricos se caracterizam por serem representacionais e manterem os propósitos gerativistas com representações subjacentes capazes de gerar, por meio de regras seriais, a forma de superfície. Esse ordenamento de regras atingiu o auge descritivo com a Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1982, 1985) e, na descrição do acento, com os algoritmos de Halle e Vergnaud (1987) e Hayes (1981, 1995) para a construção da grade métrica preenchida com constituintes e seus cabeças. Ainda mantendo a noção de *input*, mas sem dar-lhe todo o protagonismo, dispensando qualquer aplicação por meio de regras, surgiu na década de 1990 do século passado uma teoria que se apresentava como um modelo de gramática focado na forma de superfície (*output*). Nomeada de Teoria da Otimidade (McCARTHY; PRINCE, 1993; KAGER, 1999), esta proposta opera com restri-

ções universais ordenadas de forma hierárquica, as quais atuam sobre o *input* para a geração do melhor *output*, entre vários possíveis. A hierarquia de restrições capaz de fornecer o output ótimo equivale à própria gramática da língua. Nesses termos, então, realizar a descrição do acento equivale a descrever a gramática do acento, essa definida pela hierarquia de restrições responsável por gerar a estrutura acentual da língua. Os princípios da teoria definem que as restrições são universais, e seu ordenamento hierarquizado é o que define uma língua particular e sua gramática.

O modelo métrico de Bisol foi inspirador também de trabalhos sobre o acento alicerçados na Teoria da Otimidade. Retomamos aqui a descrição de Magalhães (1994, 2009), que, na busca pela gramática de restrições do acento dos não verbos do português, se valeu principalmente daquilo que Bisol captou acerca das particularidades do acento, como apresentado na seção anterior. Para que não se extrapole o escopo e o espaço destinado a este capítulo, serão apresentados dois pontos apenas: um referente às formas irregulares e outro à extrametricidade.

(21) Acento irregular pela Teoria da Otimidade

i. Acento penúltimo

- a- CV.CVC *píres* (Coda obstruinte)
- b- CV.CVC *líder, nível* (Coda soante)
- c- CVC.CVC *revólver, repórter*

ii. Acento antepenúltimo

- d- CV.CV.CV *fôlego, pêssego...*
- e- CVC.CV.CV *árvore, fósforo...*

iii. Casos excepcionais (também acento penúltimo)

- a- CV.CVC.CV *récorde, pénalti*
- b- CV.CV.CVC *lúcifer, júnior*

Fonte: Magalhães (2004, p.145)

Como se percebe pela estrutura interna das sílabas em (21.ii) e (21.iii), a despeito de se tratar de palavras proparoxítonas, em (21.iii) são apresentados exemplos extremamente raros na língua, ainda que de uso frequente. A proposta de Bisol atribui a todos os casos a extrametricidade lexical, seguida da aplicação do algoritmo. Como a Teoria da Otimidade não lida com regras algorítmicas, mas sim com restrições atuando em paralelo, não é possível estabelecer passos de aplicação. Também não se pode instituir qualquer restrição de natureza lexical, conforme o princípio da Riqueza da Base (McCARTHY; PRINCE, 1993). Portanto, é preciso apenas reconhecer que o acento nesses casos está presente no *input*, mas sem determinar previamente em que sílaba ele se aloja, ficando esta tarefa a cargo da hierarquia de restrições. Fica, pois, explicitada a principal diferença entre o modelo métrico de Bisol (1992a,b) e o modelo de restrições de Magalhães (2004, 2009). Em suma: para Bisol, coda final ou sílaba final são lexicalmente extramétricas nas formas não verbais irregulares, ficando a cargo das outras regras captarem a estrutura métrica correta; para Magalhães, o acento dessas mesmas formas está presente no *input*, o que é captado pela restrição StressFaith, e não existe extrametricidade ou qualquer restrição que se refira a esta ferramenta, restando à hierarquia de restrições a tarefa de determinar a posição exata do acento.

(22) Restrição de Fidelidade ao Acento

STRESS FAITH: o acento no *input* deve se conservar na mesma posição no *output*.

Fonte: Magalhães (2004, p.145)

Apesar de esta restrição demandar que o acento no *input* deva se manifestar, no *output*, na mesma posição, isso não está assegurado

por ela, uma vez que é um princípio da teoria que todas as restrições são violáveis, em que pese tais violações serem mínimas. Logo, o que determinará a real posição do acento é a atuação de outras restrições conforme seu ranqueamento na gramática da língua. Como já afirmado, não serão detalhados os procedimentos adotados por Magalhães neste capítulo. O objetivo é apenas apresentar como o trabalho de Leda Bisol – fundamentado em modelos de regras – foi capaz de fomentar também investigações que se valeram de modelos de gramática baseados em restrições, como a Teoria da Otimidade.

Também podem ser encontradas contribuições diretas do trabalho de Bisol para análises empreendidas pela Teoria da Otimidade em Lee (2007), em sua análise unificada do acento no português.

4. A ANÁLISE DE LEDA BISOL E OS MODELOS PÓS-GERATIVOS

Nos últimos anos, as análises fonológicas de abordagem gerativista, descritas como de natureza categórica – uma vez que buscam generalizações –, têm dividido espaço com propostas, aqui chamadas de pós-gerativas, que se baseiam essencialmente no uso por meio de interpretações multirrepresentacionais (CANTONI, 2013; GARCIA, 2017). Não raro, estas interpretações incorporam procedimentos da fonologia experimental com vistas a estabelecer as propriedades do acento como um sistema de redes em relações complexas armazenadas no léxico. São modelos que procuram examinar os fatos da língua por meio de abordagens probabilísticas, trazendo à luz a noção de gradiência em oposição às generalizações categóricas dos modelos gerativos.

Embora se apresentem como distantes e diferentes de análises como a de Bisol, fundamentalmente embasada em modelos mé-

tricos e, por excelência, categóricas, o empreendimento multirrepresentacional, ao tratar do acento no português, volta à descrição de Bisol para sustentar a argumentação, mesmo que no sentido de contrapor a autora. Isso prova evidente que as análises realizadas por Bisol não apenas guiaram investigações sustentadas na fonologia métrica, como também exercem forte influência sobre as pesquisas mais recentes e que tratam de outro viés teórico.

Cumpra, pois, destacar que modelos pós-gerativos – como a Fonologia de Uso e interpretações multirrepresentacionais – continuam a se apropriar dos *insights* captados por Leda Bisol, mesmo que seja para a interposição de uma visão mais funcionalista sobre o acento. Essas propostas, contudo, não suplantam os resultados obtidos pelos trabalhos de Bisol, os quais alcançaram irrefutáveis generalizações acerca dos fenômenos do acento de palavra no português.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste capítulo foi apresentar parte da grandeza do trabalho de Leda Bisol sobre do acento de palavra no português. Buscou se, assim, retomar sua análise mais emblemática – O acento e o pé binário, de 1992b – para demonstrar a importância deste trabalho para a fonologia de viés gerativista, seja para modelos métricos, seja para modelos de restrições, como também, apontar, em breves linhas, que até propostas que seguem concepções diferentes também buscam em Bisol *insights* para consolidar argumentos, mesmo que por caminhos que se opõem à visão categórica para enxergar a gradiência.

REFERÊNCIAS

AQUINO, C.; BISOL, L. A sílaba CVC e o peso variável. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 1, p. 155-170, 2015.

BISOL, L. **O Acento**: Duas alternativas de análise. Manuscrito, 1992a.

BISOL, L. O Acento e o pé métrico binário. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 22, p. 69-80, 1992b.

BISOL, L. O Acento e o pé binário. **Letras de Hoje**, v. 29, n. 4, p. 25-36, 1994.

BISOL, L. O acento, mais uma vez. **Letras & Letras**, v. 18, n.2, p. 103-177, 2002.

BISOL, L. O acento: Duas alternativas de análise. **Organon**, v. 28, n. 54, p. 281-321, [1992a], 2013.

BISOL, L. O troqueu silábico no sistema fonológico (Um adendo ao artigo de Plínio Barbosa). **D.E.L.T.A.**, v. 16, n. 2, 2000.

CANTONI, M. M. **O acento no português brasileiro**: Uma abordagem experimental. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. **The Sound Pattern of English**. New York: Harper and How, 1968.

GARCIA, G. D. **Weight Effects on stress**: Lexicon and grammar. PhD Dissertation. McGill University, Montreal, 2017.

HALLE, M.; VERGNAUD, J. R. **An Essay on Stress**. Cambridge: MIT Press, 1987.

HAYES, B. **A Metrical Theory of Stress Rules**. Bloomington, Indiana: Indiana University Linguistics Club, 1981.

HAYES, B. **Metrical Stress Theory**: Principles and Case Studies. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

KAGER, R. **Optimality Theory**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1999.

KIPARSKY, P. Lexical morphology and phonology. *In*: YANG, S. (Org) **Linguistics in the Morning Calm**. Seoul: Hanshin Publishing Co., 1982. p. 3-91.

KIPARSKY, P. Some consequences of Lexical Phonology. **Phonology Yearbook**, n. 2, p. 85-138, 1985.

LEE, S. H. A regra do acento do português: Outra alternativa. **Letras de Hoje**, v. 29, n. 4, p. 37-42, 1994.

LEE, S. H. O acento primário no português: Uma análise unificada na Teoria da Otimidade. *In*: ARAÚJO, Gabriel A. (Org.). **O Acento em Português: Abordagens fonológicas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 120-143.

LIBERMAN, M. **The Intonational System of English**. Doctoral dissertation. Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1975.

LIBERMAN, M; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. **Linguistic Inquiry**, v. 8, n. 2, p. 249-336, 1977.

MAGALHAES, J. S. **O Plano Multidimensional do Acento na Teoria da Otimidade**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MAGALHÃES, J. S. O acento dos não verbos no português brasileiro no plano multidimensional. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 52, n. 2, p. 405-430, 2009.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Do Poético ao Lingüístico no Ritmo dos Trovadores**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

McCARTHY, J.; PRINCE, A. **Prosodic Morphology I: Constraint interaction and satisfaction**. Technical report 3, Rutgers University Center for Cognitive Science, MIT Press, 1993

PRINCE, A. Relating to the grid. **Linguistic Inquiry**, v. 14, n. 1, p. 19-100, 1983.

A PALAVRA FONOLÓGICA

Carla de Aquino

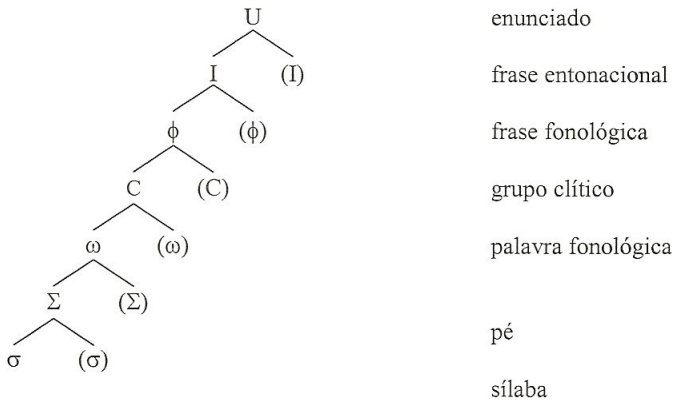
Luciene Bassols Brisolará

1. SOBRE A PALAVRA FONOLÓGICA

A palavra fonológica caracteriza-se por ser domínio de regras dentro da fonologia e por exibir organização interna, apresentando eventualmente isomorfismo com a palavra morfológica, uma vez que é nesse nível da hierarquia que se dá a interação entre os componentes fonológico e morfológico da gramática. Em 1967, Câmara Jr. já aborda as diferenças entre formas livres, presas e dependentes no que concerne à palavra na língua, distinguindo, assim, os vocábulos formais (mórficos), que incluem formas dependentes, sem acento, que chamamos de clíticos, dos vocábulos fonológicos, portadores de acento e que se comportam como formas livres.

Bisol (2005) introduz a palavra fonológica no português brasileiro (PB) como parte dos constituintes prosódicos, seguindo a proposta de Nespor e Vogel (1986), na qual a hierarquia prosódica é representada como segue:

(i) Representação da Hierarquia Prosódica, segundo Nespor e Vogel (1986)



Fonte: Bisol (2005, p.244)

A respeito de tal hierarquia, verifica-se a formação de cada constituinte por minimamente um membro do anterior, bem como o fato de que cada constituinte deve estar exaustivamente contido no superior, o que é garantido pela Hipótese da Camada Estrita¹ (SELKIRK, 1984). No caso da existência de dois ou mais membros, eles estabelecem entre si uma relação de dominância em que há um membro dominante (cabeça) e um ou mais dominados, obedecendo essa noção de forte/fraco. Isso resume os quatro princípios que atuam regulando a hierarquia proposta por Nespor e Vogel (1986):

1. Cada unidade é composta de um ou mais elementos da unidade imediatamente anterior/mais baixa;
2. Cada unidade está exaustivamente contida na imediatamente superior;
3. Os constituintes são estruturas n-árias;

¹ *Strict Layer Hypothesis.*

4. Existe uma relação de proeminência relativa entre os constituintes que formam a unidade, de modo a estabelecer a alternância forte/fraco. Apenas a um elemento será atribuído o valor forte.

Nespor e Vogel (1986, p.7) referem que os constituintes estão sujeitos à regra que segue: *Incorpore em X^p todos os X^{p-1} incluídos em uma cadeia dominada pelo domínio de X^p .*

Conforme essa proposta, a menor categoria prosódica é, portanto, a sílaba. Em português, essa sílaba tem um cabeça que é uma vogal, elemento mais sonoro, que pode dominar ataques e codas formados por consoantes ou glides.

As sílabas, por sua vez, são agrupadas em constituintes que são os pés métricos. Esses são binários com cabeça à esquerda no português, construídos a partir da borda direita da palavra. Neste nível, quando n-ários, verifica-se que os pés permitem sílabas extramétricas².

Com base na organização dos pés, estabelece-se a palavra fonológica, ou palavra prosódica, que é domínio de diversas regras no português, a exemplo do acento. Essa, como anteriormente mencionado, pode apresentar isomorfismo com a palavra morfológica, mas não necessariamente o faz. No nível da palavra fonológica é permitido o reagrupamento de sílabas e pés, que podem fazê-la diferir da palavra morfológica. Palavras compostas, por exemplo, podem conter duas palavras fonológicas e apenas uma morfológica, como em [[gwarda] ω [roupa] ω] φ (BISOL, 2004, 2005). Assim sendo, a palavra fonológica é organizada pelo ritmo, enquanto a palavra morfológica está relacionada com o significado.

² Para mais informações sobre extrametricidade, ler o Capítulo 8 deste livro, denominado 'O acento de palavra', de Magalhães.

A palavra fonológica deve apresentar apenas um elemento proeminente, ou seja, terá apenas um acento primário, e poderá, segundo Nespor e Vogel (1986), ter extensão igual à palavra terminal de uma árvore sintática (ex.: ‘pre+fixo’ > ‘prefixo’) ou ser menor do que ela (ex.: ‘pré + estreia’ > ‘pré-estreia’). Bisol (2004) menciona que, para Booij (1983), no entanto, há três possibilidades, aceitando-se ainda que a palavra fonológica seja maior do que o elemento terminal da árvore (ex.: ‘de seda’).

Bisol, por meio da discussão da proposta de hierarquia prosódica de Nespor e Vogel (1986), com exemplos do Português Brasileiro, mostra a importância do domínio da palavra prosódica na língua. Nesse sentido, Leiria (2000) contribui com evidência da existência desse domínio, analisando regras que a ele se aplicam, como a da haplologia, que consiste no apagamento de vogal com alongamento de obstruintes em contexto $C_1V_1C_2V_2$. A regra em questão apaga a sequência CV_1 e alonga a segunda consoante C_2 , a exemplo de [canto]w[tonal]w ~ ‘cant[t:]onal’. Na seção seguinte, abordaremos algumas regras que se aplicam no domínio da palavra fonológica, apresentando mais detalhes sobre as mesmas.

O grupo clítico é o elemento imediatamente superior à palavra fonológica na proposta de Nespor e Vogel. O clítico é uma unidade com comportamento ambíguo no sentido de que não funciona isoladamente, mas junto à palavra em que se hospeda pode formar uma ou duas palavras fonológicas. Bisol (2004, p.63) refere que, para Selkirk (1984), Peperkamp (1997) e Vigário (2001), “esse domínio não se sustenta”. Tal discussão será aprofundada na seção denominada “O grupo clítico: elemento da palavra fonológica ou unidade imediatamente superior”.

O constituinte imediatamente superior ao grupo clítico é a frase fonológica, que é formada por um ou mais grupos clíticos. Conforme Bisol (2005, p.250), esse constituinte é composto pelo “grupo clítico,

que tanto pode ser uma locução (a casa) quanto apenas uma palavra fonológica (casa)”. Comparando-se a frase fonológica e a frase sintática, segundo a autora, não há uma relação de isomorfismo entre estes componentes. Além disso, a frase fonológica apresenta um elemento mais proeminente, ou seja, seu cabeça, que se encontra mais à direita.

Seguindo a frase fonológica, está a frase entonacional, que é formada por uma ou mais frases fonológicas com uma entonação identificável, sendo que o seu final coincide com o lugar em que pode ser introduzida uma pausa.

O constituinte mais alto da escala prosódica é o enunciado, que é constituído por uma ou mais frases entonacionais. Para identificar o enunciado, é preciso observar a pausa ou limites sintáticos³.

2. REGRAS QUE SE APLICAM NO DOMÍNIO DA PALAVRA FONOLÓGICA

Nesta seção, são apresentadas, de forma breve, algumas regras que têm como domínio de aplicação o constituinte ‘palavra fonológica’, como neutralização das vogais átonas, harmonia vocálica, abaixamento datílico e abaixamento espondeu.

2.1 Neutralização das vogais átonas

O Português Brasileiro apresenta um sistema de sete vogais apenas na posição tônica, e nas posições átonas sofre neutralização, reduzindo-se, segundo Bisol (2003), a cinco vogais na posição pretônica,

3 Considerando que o foco do presente capítulo é a palavra fonológica e o grupo clítico, já que o clítico pode ou não pertencer à palavra, a depender da abordagem teórica, os demais constituintes não serão aprofundados neste texto.

quatro vogais na posição postônica não final, e três na posição postônica final. A neutralização das átonas tem como domínio de aplicação a palavra fonológica, embora a redução da átona final também atinja clíticos (ex.: ‘me’ - m[i], ‘te’ - t[i], ‘o(s)’ - [u]s).

Na pauta pretônica, perde-se a distinção entre as vogais médias baixas /ε, ɔ/ e médias altas /e, o/, restando as vogais altas, e, em algumas localidades do país, como no Norte e Nordeste, as vogais médias baixas. A exemplo temos as palavras ‘porteiro’ e ‘ferreiro’ que, no Sul do país, tendem a ser produzidas como ‘p[o]rteiro’ e ‘f[e]rreiro’, mas no Norte e Nordeste costumam ser ‘p[ɔ]rteiro’ e ‘f[ε]rreiro’. Essa regra, segundo Bisol, é uma regra categórica no PB.

Na posição postônica não final, desaparece a oposição entre a vogal média alta posterior /o/ e a vogal alta posterior /u/, resultando na permanência da vogal alta, como em ‘fósforo’, que seria produzido como ‘fósf[u]ro’. Nesta posição, também ocorre a síncope da vogal átona, ou seja, o apagamento da vogal postônica não final em palavras proparoxítonas, resultando em ‘fos[fru]’ (AMARAL, 2002; GOMES, 2011).

Na posição postônica final, o sistema é reduzido a três vogais, perdendo-se a distinção entre vogais médias e vogais altas, o que resulta nas vogais /i, a, u/, como em ‘creme’ - ‘crem[i]’, ‘boca’ - ‘boc[a]’ e ‘bico’ - ‘bic[u]’. A redução da átona final é um processo variável, sendo categórica em Porto Alegre e opcional em Curitiba (BISOL, 2003).

2.2. Harmonia vocálica

A harmonia vocálica⁴ é outra regra que tem como domínio a palavra fonológica, tendo aplicação variável. Segundo Bisol (2013), nas

4 Para maiores esclarecimentos sobre o processo de harmonia vocálica, ler o Capítulo 3 deste livro, denominado ‘Harmonização vocálica’, de Silva e Brescancini.

variedades do português faladas no Sul/Sudeste, a pauta pretônica é de cinco vogais, sendo que as vogais /e, o/ mudam para /i, u/ quando as vogais médias antecedem uma vogal alta, obedecendo a duas condições: (a) a escala de sonoridade, que mostra que “a diferença em graus de sonoridade entre a vogal média, o alvo, e a vogal alta, o gatilho, é mínima, ou seja, somente um grau de sonoridade os separa” (BISOL, 2013, p.50); e (b) a convenção de adjacência, que indica que o gatilho da regra deve encontrar-se em sílaba subsequente ao alvo, não podendo haver saltos entre o alvo e o gatilho. Nos exemplos apresentados pela autora, a palavra ‘peregrino’ pode ser produzida variavelmente como ‘peregrino’ ~ ‘perigrino’ ~ ‘pirigrino’, mas a forma ‘piregrino’ não é possível, porque há pulos entre o alvo e o gatilho. Conforme os exemplos apresentados por Bisol (2013), em ‘perigrino’, o gatilho da regra está na posição tônica; já em ‘pirigrino’, o gatilho está na posição pretônica. Essa regra também indica que a mudança de /e/ para [i] gera apenas uma diferença de graus de sonoridade entre essas vogais.

Considerando o Norte/Nordeste do país, há dois tipos de harmonia, um parcial e um total; essa diferença decorre do fato de que o sistema vocálico pretônico nestas regiões tem sete vogais. No caso da harmonia parcial, as vogais médias abertas /ɛ/ e /ɔ/ se transformam em /e, o/, como em ‘al[ɛ]gria’ e ‘n[ɔ]vidade’, quando são produzidos como ‘al[e]gria’ e ‘n[o]vidade’. No outro tipo, o resultado da harmonia parcial é gatilho para a total, ou seja, /e, o/ é gatilho para [i, u]; neste caso, ‘al[e]gria’ e ‘n[o]vidade’ são produzidos como ‘al[i]gria’ e ‘n[u]vidade’. No entanto, o segundo processo não tem obrigação de acontecer.

2.3. Abaixamento datílico

Outra regra que tem como domínio a palavra fonológica é o abaixamento datílico ou *Dacty-low* (*Dactylic Lowering*), que consiste

em uma regra de neutralização por abaixamento. Segundo Wetzels (1992), o léxico divide-se em *strata*, o que quer dizer que casos excepcionais para a aplicação das regras de acento na língua são marcados no léxico profundo. A morfologia derivacional encontra-se no Nível 1 do léxico, enquanto morfologia flexional encontra-se no Nível 2. A partir deste, a palavra está pronta para ir ao pós-léxico.

A regra proposta pelo autor aplica-se no Nível 1. É uma regra que proíbe que na sílaba tônica haja vogais médias altas, quando a palavra é proparoxítone, que, como regra, atinge palavras derivadas, como, por exemplo, ‘cadáver’ – ‘cadáv[e]r’, mas ‘cadavérico’ – ‘cadav[ε]rico’ (BOHN, 2015) e, como restrição, atinge palavras não derivadas, por exemplo, ‘médico’ – ‘m[ε]dico’ - com a vogal /ε/ (mas, neste caso, há exceções, como na palavra ‘pêssego’ – ‘p[ε]ssego’, que tem a vogal média alta e não a média baixa). Esse processo se aplica a palavras fonológicas, mas não tem aplicação em verbos regulares do PB, por exemplo, em ‘aprendêramos’ – ‘aprend[e]ramos’, em que a vogal tônica se mantém como média alta, não sendo conferida a vogal média baixa.

Diferentemente das regras de neutralização das vogais átonas, esta regra advoga em razão da preservação das vogais médias baixas e atinge vogais tônicas. O resultado dela é a formação de um pé ternário com cabeça à esquerda, o excepcional pé datílico, após o desligamento do traço aberto 3 para a vogal, que neutraliza a vogal acentuada.

2.4 Abaixamento espondeu

O abaixamento espondeu ou espondeico (*Espondaic Lowering*) é mais uma regra apresentada por Wetzels (1992), cujo domínio de aplicação é a palavra fonológica e que, como o abaixamento datílico,

advoga em razão das vogais médias baixas. Por essa regra, palavras paroxítonas com sílaba pesada final recebem acento na penúltima sílaba, formando um pé espondeu, em que há duas sílabas longas. Neste caso, há também o desligamento de aberto 3 para as vogais médias das sílabas pré-finais. Essa regra atinge tanto palavras derivadas (ex.: ‘dócil’ – ‘d[ɔ]cil’) quanto não derivadas (ex.: ‘réptil’ – ‘r[ɛ]ptil’), mas não ocorre em ambiente de palavras com sílaba final pesada formada por morfema de flexão verbal ou nominal, como ‘mesas’ → *‘m[ɛ]sas’ ou ‘esqueças’ → *‘esqu[ɛ]ças’ (BOHN, 2017).

A proposta é de que as palavras não derivadas em que ocorre a formação excepcional do pé sejam marcadas via diacrítico e os sufixos que se encontram no Nível 1 do léxico também o sejam. Além de ter a vantagem de dispensar a necessidade de interpretação de sílabas como extramétricas na formação dos pés no português, a proposta oferece descrição dos ambientes de neutralização pelo contexto na palavra e não por referência ao acento.

3. O GRUPO CLÍTICO: ELEMENTO DA PALAVRA FONOLÓGICA OU UNIDADE IMEDIATAMENTE SUPERIOR

O grupo clítico é formado por uma palavra de conteúdo e um ou mais clíticos⁵. Fonologicamente, esses elementos apresentam um comportamento de formas dependentes, pois não possuem acento,

5 Conforme Bisol (2005, p.164), “clíticos são palavras funcionais que não pertencem a uma classe morfológica específica”. Esses elementos possuem cinco propriedades, sendo as três primeiras universais e as duas últimas, de língua particular: 1. são átonas; 2. são formas dependentes; 3. pertencem a diferentes classes morfológicas; 4. regras sensíveis a informação morfológica não atingem clíticos; 5. clítico + hospedeiro são sensíveis apenas a regras pós-lexicais. No PB, são clíticos os seguintes elementos: artigos (‘o(s)’, ‘a(s)’, ‘um(ns)’, ‘uma(s)”), preposições (‘de’, ‘em’, ‘por’, ‘à’), pronomes pessoais oblíquos (‘me’, ‘te’, ‘se’), conjunções (‘e’, ‘mas’, ‘ou’), dentre outros.

necessitando apoiar-se sintática e fonologicamente a uma palavra, que é considerada seu hospedeiro. Sintaticamente, clíticos constituem morfemas que se comportam como palavras, porém estão sempre ligados à palavra adjacente. Para Câmara Jr. (1970), clíticos pronominais funcionam como sílabas pretônicas ou postônicas de uma palavra e não são palavras fonológicas.

Conforme Nespor e Vogel (1986), esse constituinte é importante para explicar a regra de elisão de ‘t’ no catalão, já que [t] é apagado quando precedido de [n] se está em posição final de palavra (ex.: [fèn]C [əʃə] C (<[fènt]) ‘fazendo isto’ (NESPOR; VOGEL, 1986, p.162), mas a regra será bloqueada quando após a oclusiva houver uma palavra prosódica dentro do grupo clítico (ex.: [[purtànt]w [u] w] C (<*[purtàn u]) ‘trazendo-o’ (NESPOR; VOGEL, 1986, p.162).

Para Bisol (2005), regras de sândi externo têm como menor domínio de aplicação o grupo clítico. Por exemplo, a regra de elisão de ‘a’ se aplica no grupo clítico (ex.: ‘para operar’ – ‘par[o]perar’) e na frase fonológica (ex.: ‘casa escura’ – ‘cas[e]scura’), mas não se aplica no interior da palavra (ex.: ‘maometano’ – *‘mometano’).

Segundo a autora, “o clítico é prosodizado no pós-léxico junto à palavra fonológica” (BISOL, 2005, p.164), e forma o constituinte ‘grupo clítico’ ou ‘palavra prosódica pós-lexical’. A proposta é justificada pela existência de um só acento no referido constituinte, diferentemente da frase fonológica, que pode possuir mais de um acento. Além disso, no Português Brasileiro, o grupo clítico é domínio de regras de nível pós-lexical, nível em que não são evidenciadas informações morfológicas, como neutralização das átonas finais, nasalização, sonorização da fricativa coronal, palatalização de /t/ e /d/, elisão da vogal ‘a’, elisão da vogal média [-post] (BRISOLARA, 2008). Bisol (2005) também ressalta que esse constituinte é necessário para a explicação de algumas regras, pois ele apresenta um comportamen-

to específico, sendo domínio de aplicação da regra de elisão de /e/ (ex.: **em um** – **num**; **em outro dia** – **noutro dia**), que, segundo a autora, é uma regra incipiente.

Bisol (2007), buscando classificar a sequência clítico mais hospedeiro em uma escala sem o grupo clítico como constituinte, propõe que tal sequência forma uma palavra fonológica pós-lexical. Apresenta os seguintes argumentos para diferenciar o clítico mais hospedeiro de palavra fonológica lexical: (a) palavras fonológicas são domínios de regras fonológicas lexicais e pós-lexicais, enquanto a tal sequência são aplicadas apenas regras fonológicas pós-lexicais (ex.: no PB, redução vocálica, nasalização, vozeamento e palatalização); (b) palavras fonológicas apresentam restrições fonotáticas (ex.: no PB, com exceção dos empréstimos, palavras não iniciam com palatais), mas essa restrição não atinge clíticos (ex.: clítico pronominal 'lhe'); (c) uma palavra fonológica pode corresponder a duas palavras morfológicas (ex.: 'guarda-chuva') ou ser menor do que a morfológica (ex.: 'pré', de 'pré-vestibular'); diferentemente dessas, o grupo clítico pode ter o tamanho maior do que o de uma palavra fonológica, ao lhe serem inseridos um ou mais clíticos (ex.: 'o menino'; 'com o menino'). Embora o clítico com o hospedeiro e a palavra fonológica possuam apenas um acento, para a autora, os argumentos anteriores provam que são constituintes diferentes. Além disso, a presença de um constituinte que integre o clítico mais o hospedeiro é importante para explicar os "vazios de aplicação" das regras de redução de vogal média final e palatalização das oclusivas dentais no PB (ex.: 'pote', sofre palatalização, mas na sequência **de** noite', a aplicação é variável, tendendo à preservação).

Peperkamp (1997), diferentemente de Nespor e Vogel (1986) e Bisol (2005, 2007), argumenta contra a existência do grupo clítico na Escala Prosódica, apresentando os seguintes argumentos: no inglês, no alemão e no italiano clíticos pronominais possuem comportamen-

to diferente a depender da posição em que se encontram, ou seja, pró-clise ou ênclise, não sendo evidenciada simetria entre esses clíticos, o que, segundo a autora, é necessário para a existência desse constituinte prosódico. Para a autora, regras que são explicadas fazendo referência a esse domínio prosódico podem prescindir dele, como é o caso do apagamento de /v/ e a palatalização de /s/ e /z/ no inglês americano (HAYES, 1989). Para Peperkamp, essas duas regras podem ser de domínio dos constituintes ‘frase fonológica’ e ‘frase entonacional’.

Ainda segundo a autora, o grupo clítico constitui um problema se considerarmos a Hipótese da Camada Estrita, pois clíticos podem ser menores do que um pé; por essa razão, não portam acento. Além disso, os clíticos não podem formar palavras prosódicas independentes, pois não seguem as exigências das palavras.

Peperkamp (1997) também afirma que clíticos violam restrições fonotáticas que dizem respeito a palavras, exemplificando com o holandês, em que palavras prosódicas precisam ter uma vogal plena e iniciar com outro segmento que não o *schwa*; no entanto, nessa língua, clíticos podem ser formados por uma só vogal, sendo essa o *schwa*, ou por apenas uma consoante, ferindo a restrição de palavra, o que evidencia que não formam palavras. Assumir que clíticos formam sílabas vazias e se unem à ω num C violaria a Hipótese da Camada Estrita.

Outro argumento mostrado por Peperkamp (1997) é a localização do C na escala prosódica, já que, no Português Europeu, este constituinte tem como hospedeiro a ω , ficando entre a ω e a ϕ ; por sua vez, no Hausa, língua falada na Nigéria, o seu hospedeiro seria a frase fonológica, portanto C encontra-se entre a ϕ e a I. Por fim, no Bantu, língua também falada na Nigéria, C tem como hospedeiro a frase entonacional, estando entre I e U.

A autora também argumenta, com base nos dialetos napolitano, luciliano e italiano padrão, falados na Itália, que, em cada um des-

ses dialetos, há um comportamento diferente com relação à interação do acento e dos enclíticos. No napolitano, se há dois clíticos na palavra, há um acento adicional; no luciano, o acento sempre cai na penúltima sílaba da sequência com enclítico, e no italiano padrão não há interação do acento com os pronomes enclíticos. Por essa razão, Peperkamp (1997) sustenta que os enclíticos são unidos a seus hospedeiros por adjunção à ω (quando o clítico é visível às regras) ou por incorporação à ω ou à ϕ (quando o clítico é invisível às regras).

Assim como Peperkamp (1997), Vigário (2001) argumenta contra a existência de C como constituinte prosódico. Com base em Inkelas (1990), afirma que a maioria das regras que justificam a presença do referido constituinte podem ser reinterpretadas se houver diferenciação entre palavra prosódica lexical e palavra prosódica pós-lexical, essa última podendo incluir clíticos.

Outro questionamento da autora é a própria definição do constituinte 'grupo clítico', proposta por Nespor e Vogel (1986), pois, considerando a Hipótese da Camada Estrita, clíticos devem formar palavras prosódicas independentes. Não obstante, a esses elementos lhes faltam algumas características da ω , como a propriedade acentual. Diferentemente da ω , precisam de um hospedeiro que carrega acento para se apoiar fonológica e sintaticamente. Assim como Peperkamp (1997), Vigário (2001) considera que os clíticos podem ter mais de um hospedeiro, que pode ser a palavra prosódica, a frase fonológica e a frase entonacional.

A autora também afirma que clíticos e afixos apresentam várias diferenças, pois os afixos se unem à palavra prosódica no nível lexical, enquanto os clíticos se unem a seu hospedeiro no nível pós-lexical. Apóia-se nas seguintes evidências para fazer tal afirmação: (a) clíticos são manipulados por operações sintáticas; (b) sua distribuição considera informações frasais; (c) são insensíveis à mudança

de acento; esse argumento indica que não estão presentes na aplicação do acento à palavra; (d) clíticos não são gatilho da regra de inserção de glide para desfazer um hiato no Português Europeu (PE); (e) regras que dizem respeito à informação morfológica também diferenciam afixos de clíticos como, por exemplo, a centralização do *schwa* da vogal temática de verbos de terceira conjugação (/i/), no PE. A regra tem aplicação no final de palavra seguida de clítico ou não, mas é bloqueada em afixos; (f) o apagamento da vogal temática seguida de um afixo que começa com uma vogal não ocorre com clíticos, indicando que não se comportam como afixos flexionais. (g) clíticos pronominais se ligam ao hospedeiro após todos os sufixos flexionais, indicando que se unem pós-lexicalmente a palavras que já estão totalmente flexionadas; (h) clíticos pronominais no PE se hospedam em qualquer verbo, sem exceções. Todos esses argumentos levam a autora a afirmar que clíticos possuem um comportamento diferente de afixos, possuindo autonomia sintática e podendo aparecer antes ou depois do verbo.

Para a autora, clíticos se unem ao hospedeiro no componente pós-lexical, tendo proclíticos um comportamento diferente de enclíticos, indicando assimetrias entre esses elementos, conforme já referido por Peperkamp (1997). Vigário (2001) considera que proclíticos são adjungidos ao hospedeiro, enquanto enclíticos são incorporados a ele.

4. DISCUSSÃO DA ANÁLISE PROPOSTA POR LEDA BISOL

Apresentamos, até aqui, a proposta de Bisol de que existem os domínios ‘palavra fonológica’ e ‘grupo clítico’ no Português Brasileiro, sujeito a regras lexicais e pós lexicais, citando a própria au-

tora e trabalhos que conversam com sua obra. Entretanto, é também importante discorrer sobre formas derivadas e compostas na língua e incluir nessa discussão outras pesquisas que corroboram a importância do domínio da palavra fonológica para a descrição fonológica do português.

A não isomorfia entre palavra fonológica e palavra morfológica, mencionada na primeira seção, também é encontrada em estudos que abordam as palavras afixadas em Português Brasileiro, não abordadas por Bisol.

4.1 Derivação

Lopes (2016, p.38) cita formas criadas por morfema (prefixo) acrescido à palavra base, ambos acentuados, resultando em duas palavras prosódicas (ex.: ‘pré-avaliação’, ‘pós-graduação’) e apenas uma palavra morfológica, enquanto prefixos não acentuados, ao serem adicionados a uma palavra base com acento, formam apenas uma palavra prosódica e morfológica.

Na análise de Nespor e Vogel, que embasa a discussão de Bisol, é exatamente a proposição da existência dos constituintes prosódicos como domínio de regras o que permite resolver essa falta de isomorfia. No italiano, por exemplo, o estudo da sonorização intervocálica do S no norte da Itália demonstra a existência de diferentes tipos de prefixos: um grupo que é identificado pelos falantes na construção de palavras derivadas, o que torna possível reconhecer duas palavras prosódicas independentes, contexto em que a regra se aplica (ex.: ‘pre[z]entire’), e outro em que o falante não reconhece a estrutura interna composta por prefixo. Desse modo, algumas derivações perdem a noção da natureza do prefixo e ele é incorporado à palavra a que é adjungido, de maneira

a formar apenas um vocábulo fonológico, quando a regra não se aplica (ex.: ‘pre[s]entire’).

4.2 Prefixos no português

Schwindt (2000) apresenta um estudo dos prefixos no Português Brasileiro com base na Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1985) e na Fonologia Prosódica (NESPOR; VOGEL, 1986), propondo, ao utilizar dados do português, que o léxico seja segmentado em dois níveis. Os prefixos analisados são diferenciados entre Composicionais e Legítimos. Os primeiros são tratados como vocábulos fonológicos independentes, ou formas livres, e são adicionados no pós-léxico a um outro vocábulo fonológico. O que ocorre é que eles não podem formar uma única palavra fonológica, porque ambos possuem acento, como em ‘pr(ε)-sil[a]bico’. Diferentemente, os prefixos legítimos constituem sílabas átonas adjungidas à esquerda de uma base, esta sim com acento próprio, e não mudam o padrão acentual da mesma. Neste caso, juntos formam uma única palavra fonológica, pois mantêm apenas um acento primário e são, assim, tratados como formas presas, a exemplo de ‘descuid[a]do’.

Para o autor, os prefixos composicionais, que compreendem formas livres, estão para as demais palavras existentes na língua, à semelhança das que formam compostos autênticos, enquanto os prefixos legítimos, formas presas, estão para os clíticos.

Como argumentos para defender a distinção entre os prefixos na língua, Schwindt utiliza inicialmente o critério do acento, seguindo a restrição do acento trazida por Nespor e Vogel a um acento primário por palavra. Por meio da atuação das formas livres e presas, encontra o segundo argumento para a proposta, citando que os prefixos composicionais aparecem livremente, sendo utilizados

como demais vocábulos da língua de maneira isolada, enquanto os prefixos legítimos não o fazem. Em seguida, analisa a ocorrência de processos fonológicos, demonstrando que regras que se aplicam no nível da palavra fonológica, como a neutralização das átonas finais e o sândi vocálico externo, se aplicam em prefixos composicionais em detrimento dos prefixos legítimos. Exemplos são os vocábulos ‘autoavaliação’ → ‘aut[u]avaliação’ e ‘contraexemplificar’ → ‘contr[e]xemplificar’, sujeitos, portanto, a regras que se aplicam entre palavras fonológicas. Os prefixos que assim se comportam são referidos como Grupo I e não suportam processos do Grupo II. Ao Grupo II pertencem os prefixos que estão sujeitos a processos que ocorrem no interior da palavra fonológica, como neutralização da pretônica (ex.: ‘n[ε]ologismo’ ~ ‘n[e]ologismo’), harmonização vocálica (ex.: ‘r[e]tiro’ ~ ‘r[i]tiro’) e assimilação da nasal (ex.: ‘paN’ + ‘islamismo’ → ‘pa[ŋ] islamismo’ ~ ‘p[ã:] islamismo’, mas *‘pa[n]islamismo’).

O autor propõe uma organização do léxico em dois níveis: da raiz e da palavra. Enquanto os prefixos composicionais fazem o percurso até o pós-léxico para serem novamente alçados e afixados no Nível 2, como ocorre com palavras fonológicas independentes da língua, os prefixos legítimos demonstram comportamento de sílabas pretônicas que podem ser adjungidas em Níveis 1 ou 2, conforme a divisão sugerida no estudo.

4.3 Sufixos no português

A respeito dos sufixos na língua portuguesa, conforme Villalva (1994), há os flexionais e derivacionais, demonstrando um diferente comportamento entre os dois. A autora aponta que todo o processo de flexão na língua se realiza por meio de sufixos e que, no caso

desse, sempre se realiza uma categoria morfossintática como tempo-modo-aspecto, número, pessoa-número, sendo que a categoria sintática dos radicais não é alterada. Eles afetam a interpretação da palavra à qual se anexam de forma regular e previsível (a exceção de formas lexicalizadas), apesar da realização cumulativa (tempo-modo-aspecto, por exemplo), chamada pela autora de amálgama.

Villalva (1994, p.140) afirma que sufixos derivacionais “associam-se a radicais ou a temas verbais, formando novos radicais” e podem alterar sua categoria sintática. A autora os categoriza como sufixos derivacionais, avaliativos, Z-avaliativos, e trata o sufixo ‘-mente’ em separado. Os sufixos em questão têm a interpretação idiossincrática, ou seja, permitem mais variação na interpretação e, por vezes, determinado sentido pode ser realizado por mais de um sufixo.

Por meio da análise da recursividade, que não estaria presente na flexão, mas sim na derivação, Villalva aponta mais uma diferença entre os sufixos flexionais, derivacionais e sufixos avaliativos e Z-avaliativos - ou ainda formas compostas, que serão tratadas na seção seguinte. A pesquisadora ressalta que em alguns casos o processo de flexão se aplica na base e em outros na palavra como um todo, de modo a mostrar que, no caso dos sufixos Z-avaliativos, aplica-se flexão interna e externa, a exemplo de ‘*anel-zinho*’ → ‘*anei-zinhos*’. Sendo assim, mostra que a sufixação derivacional e a sufixação avaliativa ou Z-avaliativa são processos morfológicos diferentes. Chama a atenção também o fato de sufixos avaliativos selecionarem radicais para associação, enquanto os Z-avaliativos selecionam palavras, como ‘*livr-inho*’ e ‘*livro-zinho*’.

Como a derivação seleciona temas ou radicais e forma novos radicais, enquanto a flexão seleciona temas e forma palavras, a segunda tem uma posição mais periférica do que a primeira, ou seja, aplica-se posteriormente. O fato é que o resultado da flexão é sempre uma palavra morfológica e fonológica, enquanto no caso da derivação, isso pode

variar. Especialmente no que se refere a sufixos Z-avaliativos (nem flexionais, nem derivacionais, conforme Villalva) e ‘-mente’, o *output* será de duas palavras fonológicas, domínio de aplicação de regras.

Ulrich (2021) discute o estatuto morfológico e prosódico dos sufixos avaliativos, mais precisamente as formas ‘-inho’, ‘-zinho’ e ‘-íssimo’ no PB, considerando-os modificadores, como proposto por Villalva, domínio de aplicação de regras no nível da palavra (LEE, 1995), e tratando-os como membros da categoria de afixos composicionais, como proposto por Scwindt (2000) no tratamento dos prefixos da língua. Os dados analisados, resultantes de tarefas de decisão lexical e de análise acústica de parâmetros como duração e ênfase, apontam para uma possível divisão entre dois tipos de sufixos no PB, aqueles que são derivacionais (e alteram categorias morfossintáticas ou morfosssemânticas) e os que não o fazem (e são prosodicamente independentes).

4.4 Composição

De acordo com Schwindt (2000 p.56), a composição constitui “a união de duas ou mais raízes para formar um único vocábulo morfológico”⁶. Em português, pode ocorrer de diferentes formas: por justaposição ou por aglutinação. No primeiro caso, não acontecem perdas fonéticas ou mórficas, enquanto no segundo, ocorrem perdas na associação dos dois vocábulos. No entanto, a composição não foi seu objeto de estudo.

Diferentemente do processo de derivação em que um afixo (forma presa ou dependente) se une a um radical (em ge-

6 Schwindt utiliza os termos ‘raiz’ e ‘radical’ sem fazer diferenciação entre elas em seu trabalho. Fazemos o mesmo neste capítulo. Alguns autores (LEE, 1995; VILLALVA, 1994) dirão que a composição é a união de duas palavras já formadas ou concatenação de radicais.

ral, forma livre ou independente⁷), na composição ocorre a união de dois radicais, ou seja, duas formas livres que, portanto, operam ou são utilizadas individualmente em outros contextos. Exemplos são as formações ‘amor-próprio’, ‘ganha-pão’, ‘amor-perfeito’, ‘quebra-nozes’ (KEHDI, 2002).

Sendo assim, a diferença fundamental entre derivação e composição é que na derivação temos um *output* que geralmente é uma palavra fonológica, excetuando-se casos discutidos como os prefixos e sufixos composicionais (SCHWINDT, 2000; ULRICH, 2021), enquanto na composição *per se*, o *output* da operação são duas palavras fonológicas.

Lopes (2016) aponta o fato de não haver muitos trabalhos que compilem todos esses dados e proponham, sob uma única perspectiva, uma análise da palavra fonológica em português. A questão é, entretanto, compreensível, uma vez que os compostos, por formarem duas palavras fonológicas apesar de serem uma única unidade de sentido, são normalmente analisados dentro da perspectiva da morfossintaxe.

Lee (1995), uma das exceções, descreve o léxico do Português Brasileiro e dá conta dos níveis derivacional e flexional. O autor oferece uma análise dos compostos em português com base na Fonologia Lexical Prosódica (INKELAS, 1989, 1993). Para o pesquisador, existem dois tipos distintos de compostos na língua: lexicais e pós-lexicais. Os primeiros são considerados os verdadeiros compostos, que são unidades independentes nas operações morfológicas. Os últimos são palavras sintáticas reanalisadas, considerados pseudo-compostos, que permitem processos fonológicos entre seus constituintes. A diferença entre as formas derivadas e os compostos, segundo ele, são que:

7 Câmara Jr. (1967) identifica que os radicais aos quais se unem os prefixos podem também ser formas presas, como em ‘elisão’.

“i. Os compostos podem carregar dois acentos (...); ii. os compostos podem ter flexões entre constituintes (...); iii. os compostos (...) caracterizam-se somente por categorias lexicais [+N] (...)” (LEE, 1995, p.52).

Exemplos de compostos do primeiro tipo seriam os vocábulos ‘autopeça’, ‘espaçonave’, ‘sociocultural’, ‘guarda-chuva’. Termos como ‘garota propaganda’, ‘fim de semana’ e ‘primeiro ministro’ são exemplos do segundo tipo, que permitem, por exemplo, acréscimo de morfema de plural entre suas partes: ‘garotas propaganda’, ‘fins de semanas’ e ‘primeiros ministros’. No caso dos verdadeiros compostos, cujo resultado da anexação é uma palavra fonológica única, o plural é acrescentado no final do composto, a exemplo de ‘autopeças’ e ‘espaçonaves’.

Além da operação de formação de plural, os compostos lexicais podem também sofrer derivação, como ocorre com a formação ‘puxa-saco’, que recebe sufixo ‘-ismo’ e resulta em ‘puxa-saquismo’, entre outros exemplos. Compostos pós-lexicais, por sua vez, podem apenas receber alguns prefixos, como ‘ex-’ e ‘super-’, exatamente o tipo de prefixo que funciona como palavra independente. Os compostos lexicais apresentam semelhantemente comportamento de unidade - palavra fonológica única - na construção do diminutivo ‘guarda-roupa’ → ‘guarda-roupinha’, enquanto compostos pós-lexicais sofrem o processo entre suas partes e podem ter preservado o *status* de palavra independente para o núcleo da formação, como em ‘hora-extra’ → ‘horinha-extra’.

Com relação à ordem dos elementos, os dois tipos de compostos comportam-se diferentemente. No caso dos lexicais, apresenta-se sempre a sequência de determinante+determinado (‘autopeça’). Nos compostos pós-lexicais podem ser verificadas as duas ordens, determinante+determinado (‘curto-circuito’) ou determinado+determinante (‘trem-bala’).

Lee (1995) ainda verifica que há uma diferença no que diz respeito à concordância entre as partes dos compostos dentro das duas categorias que sugere. Assim, defende que os compostos lexicais sejam sintaticamente opacos, mostrando-se como apenas uma palavra fonológica ou unidade única para processos, ou seja, resultam em um domínio prosódico apenas. Por outro lado, compostos formados no pós-léxico são sintaticamente transparentes, permitindo flexão, derivação e concordância internos. Esses últimos formam dois domínios prosódicos pelo Algoritmo de Formação de Constituintes (INKELAS, 1993).

Bopp da Silva (2010) apresenta uma proposta de análise do fenômeno composicional em PB utilizando a Teoria dos Constituintes Prosódicos (NESPOR; VOGEL, 1986) e a Teoria da Otimidade (McCARTHY & PRINCE, 1993; PRINCE; SMOLENSKY, 1993) para dar conta da interação entre os componentes gramaticais envolvidos no mesmo: morfologia, fonologia, sintaxe e semântica. A autora discute o fato de compostos serem tratados como tal dentro da hierarquia em vez de serem referidos como frases fonológicas ou enunciados, e também busca encontrar diferenciação entre composição de derivação em casos de união de duas palavras prosódicas ou prefixo independente e palavra prosódica, momento em que se assemelham. Bopp da Silva investiga a interação entre fonologia e sintaxe abordando o estudo do composto que deveria obedecer ao princípio da não recursividade, mantendo apenas um acento por palavra, enquanto o que ocorre, por vezes, é a não isomorfia entre palavra prosódica, que são duas, e palavra sintática resultante da composição.

Aqui, também, a verificação das partes dos compostos ou do resultado deles como domínio de regras, assim como no estudo dos afixos que se unem a bases, auxilia na identificação dos diferentes tipos de compostos. Bopp da Silva (2010) verifica que nos compostos formados por justaposição e cujo resultado é de dois vocábulos fonológicos inde-

pendentes, ocorre, por exemplo, a neutralização da átona final, processo que se aplica no limite da palavra prosódica, como em ‘ferr[u]-velho’, ‘livr[i]-comércio’, ‘bat[i]-boca’ e ‘aut[u]didata’. Diferentemente, compostos que resultam do processo de aglutinação normalmente perdem a visibilidade do limite entre os vocábulos anteriores para a aplicação da neutralização e se comportam como palavra prosódica simples, como nos casos de *‘quil[u]grama’, *‘fot[u]cópia’ e *‘mit[u]logia’.

Além disso, a autora observa que em compostos formados por dois vocábulos prosódicos independentes, não se aplica a neutralização da pretônica, regra típica de limite de palavra, em razão de o limite fonológico anterior se manter preservado e transparente para os falantes da língua, como em ‘p[ɔ]rta-malas’, ‘c[ɔ]po-de-leite’ e ‘r[ɔ]dapé’, em vez de *‘p[o]rta-malas’, *‘c[o]po-de-leite’ e *‘r[o]dapé’.

A não aplicação da regra de harmonia vocálica traz indícios adicionais de que os vocábulos em alguns compostos se comportam de forma independente. No exemplo ‘bem-te-vi’, tomando o composto como uma palavra fonológica apenas, criar-se-ia o contexto para a aplicação da regra *‘b[i]m-ti-vi’. Opostamente a isso, o que acontece é o bloqueio da regra em virtude da manutenção da qualidade da vogal no monossílabo tônico, mostrando que ela não é prosodizada com o elemento contíguo.

A autora ainda testa, analogamente ao que faz Schwindt (2000) com os prefixos, o comportamento da vogal nasal em fronteira de vocábulo - sequência de vogal + consoante nasal - na prosodização dos compostos, e verifica que em compostos prosodizados com dois acentos pode ocorrer apagamento da nasal, ressilabificação como nasal palatal ou ditongação na fronteira entre os vocábulos e não coronalização ou assimilação, que ocorreriam em interior de palavra.

Finalmente, Guzzo refere que, na análise de compostos, “assim como ocorre com sequências de clítico+hospedeiro, o domínio em

que estruturas composicionais são prosodizadas e os processos fonológicos a que se submetem dependem das restrições que são ativadas em seu mapeamento da sintaxe para a estrutura prosódica” (GUZZO, 2015, p.65).

Pensamos, assim, ter abordado as principais formas produtivas do léxico da língua em que se faz relevante a discussão do estatuto da palavra fonológica ou prosódica como domínio de regras, como discutido por Bisol (2005).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta seção final é trazer uma pequena discussão de como a análise proposta por Bisol influenciou e ainda inspira estudos atuais dentro do campo da fonologia. Para isso, buscamos ou retomamos algumas investigações mais recentes que utilizam os construtos da palavra fonológica e do grupo clítico para discutir dados do português.

Conforme apresentamos neste capítulo, a palavra fonológica é um constituinte fundamental na escala prosódica, pois é domínio de regras fonológicas (BISOL, 2003, 2004, 2005; BOHN, 2015; NESPOR; VOGEL, 1986; WETZELS, 1992). Os estudos também descrevem algumas características desse constituinte prosódico, como a presença de apenas um acento primário, além da não necessidade de isomorfismo entre palavra fonológica e palavra morfológica.

Lopes (2016), através da interação dos componentes prosódicos e morfológicos, descreve o que são palavras prosódicas individuais no PB. Para a autora, somente através da interação desses componentes a palavra prosódica pode ser definida. Segundo o estudo, constituem palavras prosódicas os seguintes elementos:

- i. radical + (marcadores);
- ii. radical + (sufixos derivacionais) + (marcadores);
- iii. os prefixos acentuados que, ao se unir a uma base, mantêm sua independência fonológica;
- iv. os prefixos inacentuados juntamente com o radical ao que se juntam;
- v. cada parte de um componente lexical que consiste em duas palavras prosódicas (cf. LEE, 1995);
- vi. cada parte do componente pós-lexical (cf. LEE, 1995);
- vii. palavras compostas que formam somente uma palavra prosódica;
- viii. palavras compostas por radicais;
- ix. os sufixos -mente e Z-avaliativo; e
- x. formações resultantes de processos não lineares de formação de palavras, tais como *blends*, truncamento, hipocorísticos e alguns casos de duplicação. (LOPES, 2016, p.96)

Considerando a união de uma ou mais palavras funcionais com a palavra lexical, não há um consenso com relação à sua prosodização. Para autores como Nespor e Vogel (1986) e Bisol (2005), a sequência ‘clítico (palavra funcional) + hospedeiro (palavra lexical)’ constitui um grupo clítico.

Corroborando a proposta de Nespor e Vogel e Bisol, Lopes (2016) argumenta que os clíticos não são palavras, em virtude de terem natureza frasal e de não portarem acento, não sendo considerados “como parte de uma palavra prosódica ou de uma frase fonológica devido a seu caráter híbrido, por estarem em posição intermédia entre afixos e palavras” (LOPES, 2016, p.176). Para a autora, clíticos apresentam comportamento diferente de afixos de palavras e não constituem palavras independentes. Por essa razão, é necessária a existência de um domínio prosódico para integrar os clíticos. No entanto, Lopes não se posiciona sobre a existência do grupo clítico, afirmando apenas que não

são palavras independentes, pois carecem de acento e se diferem de morfemas, em função de serem formas livres que ocorrem em ambiente sintático, sendo considerados, portanto, como palavras morfológicas. Fonologicamente não são palavras prosódicas, por não aparecerem de forma isolada e precisarem se apoiar em um hospedeiro que possui acento primário. Conforme a autora, “consideramos pertinente a não inserção dos clíticos no rol que elencamos como palavras prosódicas no PB, uma vez que suas propriedades morfológicas e fonológicas dão a ele estatuto distinto daquele constituinte” (LOPES, 2016, p.179).

Diferentemente do que defendem Nespor e Vogel (1986) e Bisol (2005), Peperkamp (1997) e Vigário (2001) argumentam que o grupo clítico não integra a hierarquia prosódica. Para Peperkamp, regras que fazem referência a esse constituinte podem ser justificadas considerando a frase fonológica e a frase entonacional. Para Vigário (2001), a divisão de palavras prosódicas no nível lexical e no nível pós-lexical eliminam a necessidade de um novo constituinte prosódico, já que os clíticos podem compor, com uma palavra lexical, uma palavra prosódica pós-lexical.

Brisolara (2008), ao analisar a sequência ‘clítico+hospedeiro’ e ‘hospedeiro+clítico’ no Português Brasileiro e observar que essa sequência é domínio apenas de regras pós-lexicais, defende que o clítico + hospedeiro não constitui uma palavra lexical, pois essa também está sujeita a regras lexicais. Por essa razão, sustenta que “o clítico é prosodizado no componente pós-lexical junto à palavra fonológica com a qual constitui uma palavra recursiva” (BRISOLARA, 2008, p.155-6), a partir dos seguintes argumentos: (a) clítico + hospedeiro sofrem somente regras pós-lexicais; (b) a regra de neutralização da postônica final se aplica a proclíticos e enclíticos; (c) a harmonização vocálica não atinge clíticos; (d) a regra de

elisão de /a/ tem como menor domínio de aplicação a sequência ‘clítico+hospedeiro’; (e) essa sequência constitui uma palavra maior do que a morfológica.

Para a autora, não há a necessidade da existência do grupo clítico na hierarquia prosódica, pois o clítico é adjungido ao hospedeiro no pós-léxico, criando uma estrutura recursiva. A não existência desse constituinte na escala prosódica, segundo a autora, tem a vantagem de as diferentes línguas do mundo poderem apresentar diferentes representações prosódicas para o clítico e seu hospedeiro, podendo constituir “uma palavra prosódica lexical, uma palavra prosódica pós-lexical, uma frase fonológica, etc., havendo maior liberdade para sua representação” (BRISOLARA, 2008, p.157).

Simioni (2008), ao investigar a localização de clíticos na escala prosódica do PB, afirma que os mesmos se comportam, por um lado, como afixos, já que são átonos, mas, por outro lado, como palavras lexicais, pois possuem certa mobilidade na frase, podendo aparecer na posição anterior (próclise) ou posterior (ênclise) ao verbo. Conforme defendido pela autora, dado que não existe nenhuma regra que se aplique exclusivamente no interior do grupo clítico, esse constituinte não integra a escala prosódica, sendo, portanto, o clítico unido ao hospedeiro - palavra prosódica - no constituinte frase fonológica (ou seja, sem um constituinte intermediário entre a palavra e a frase fonológica). Simioni (2008) apresenta os seguintes argumentos para defender tal proposta: (i) clíticos não se comportam como palavras prosódicas independentes e tampouco como sílabas pretônicas/postônicas e, por fim, (ii) seu comportamento não parece ser o de um elemento no início de uma palavra prosódica.

Toneli (2017), buscando definir o domínio da palavra prosódica no PB, afirma que palavras prosódicas lexicais são formadas por

“um radical mais afixos tanto à direita quanto à esquerda” (TONELI, 2017, p.533). No que diz respeito aos sufixos, para a autora, por modificarem a posição do acento primário, o que faz com que a palavra morfológica aumente de tamanho (ex.: ‘lógica’, ‘logicismo’), são considerados sílabas átonas que se incorporam à palavra fonológica no nível lexical, menos nos casos dos sufixos ‘-zinho’ e ‘-mente’, que formam por si só palavras prosódicas, por portarem acento. Com relação aos prefixos, são considerados sílabas pretônicas e se juntam à palavra fonológica prontas no nível lexical, resultando em uma só palavra nesse nível. Já no que diz respeito a palavras funcionais do PB, propõe que, uma vez que a essas palavras são aplicadas apenas regras de cunho variável, as mesmas são prosodizadas no léxico como sílabas átonas, e, no pós-léxico, unem-se a uma palavra prosódica pronta, formando uma palavra prosódica pós-lexical. Assim como Brisolara (2008), Toneli (2017) defende, portanto, a recursividade, afirmando que é um fenômeno bastante frequente nas línguas do mundo e, para a autora, fazer uso da recursividade é menos custosa à gramática do PB do que violar a exaustividade.

Conforme podemos observar, os autores supracitados, tomando como base os estudos de Bisol sobre fonologia prosódica, tratam de palavras lexicais, mostrando seus limites, e de palavras funcionais, defendendo diferentes prosodizações dos clíticos, seja argumentando contra os clíticos integrarem palavras no nível lexical e não se posicionando sobre sua prosodização (LOPES, 2016), ou a favor da junção do clítico com o hospedeiro no nível pós-lexical, formando uma palavra por recursividade (BRISOLARA, 2008; TONELI, 2017), ou, ainda, uma frase fonológica (SIMIONI, 2008).

Ainda no que diz respeito ao tratamento de prefixos e sufixos, discutimos as análises trazidas por Schwindt (2000), Lopes

(2016) e de Ulrich (2021) que retomam o estatuto prosódico de palavras afixadas retomando a escala de Nespôr e Vogel (1986) e trabalhos como o de Villalva (1994) e Lee (1995), que já apontavam para uma divisão entre tipos de prefixos e sufixos na língua portuguesa. Schwindt divide o léxico do PB em dois níveis e os prefixos em Grupos I e II: Prefixos Legítimos - sílabas átonas que se incorporam a uma base prosodicamente independente e resultam em uma única palavra fonológica - e Prefixos Composicionais - que são palavras prosódicas independentes e são anexados a uma base, a exemplo do que ocorre na composição, apenas no pós-léxico (Nível 2). O resultado de tal união é a permanência de dois vocábulos fonológicos. Ulrich segue a mesma metodologia de divisão de sufixos, tratando os sufixos estudados por Villalva como modificadores (avaliativos e Z-avaliativos) e o sufixo ‘-íssimo’ como Composicional de modo que, quando anexado à base, produz como *output* uma palavra morfológica e duas palavras fonológicas independentes.

Quanto à discussão dos compostos, Lee (1995), Bopp da Silva (2010) e Lopes (2016) apontam para a separação entre dois tipos de compostos: os aglutinativos, em que ocorrem perdas morfológicas ou fonéticas, a partir dos quais é formada uma palavra fonológica com os limites entre os vocábulos invisíveis para regras; e os formados por justaposição, em que não ocorrem perdas e preservam-se dois vocábulos fonológicos independentes, mantendo-se a visibilidade dos limites entre eles para aplicação de regras em fronteira de palavra.

O que essas pesquisas revelam é que há muito ainda a ser estudado sobre prosódia, especialmente no que diz respeito a palavras e clíticos, e que as pesquisas de Bisol abriram espaço para tal discussão.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. P. A síncope em proparoxítonas: Uma regra variável. *In*: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. R. **Fonologia e Variação**: Recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 99-125.
- BISOL, L. Neutralização das átonas. **D.E.L.T.A.**, v, 19, n. 2, p. 267-276, 2003.
- BISOL, L. Mattoso Câmara Jr. e a palavra prosódica. **D.E.L.T.A.**, 20: Especial, p. 59-70, 2004.
- BISOL, L. Os constituintes prosódicos. *In*: BISOL, L. (Org.). **Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro**. 4ed. revisada e ampliada. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 243-255.
- BISOL, L. A palavra fonológica pós-lexical. *In*: GUIMARÃES, E; MOLLICA, M. C. (Orgs). **A palavra**: Forma e sentido. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007. p. 13-22.
- BISOL, L. Harmonização vocálica: Efeito parcial e total. **Organon**, v. 28, n. 54, p. 49-61, 2013.
- BOHN, G. P. **Aquisição das vogais tônicas e pretônicas do Português Brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BOHN, G. P. Processos e representações lexicais: O caso das vogais posteriores do dialeto paulista. **D.E.L.T.A.**, v. 33, n. 2, p. 413-436, 2017.
- BOOIJ, G. Principles and parameters in prosodic phonology. **Linguistics**, v. 21, n. 1, p. 249-280, 1983.
- BOPP da SILVA, T. **Formação de Palavras Compostas em Português Brasileiro**: Uma análise de interfaces. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- BRISOLARA, L. B. **Os clíticos pronominais do Português Brasileiro e sua**

prosodização. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CÂMARA JR., J. M. **Princípios de Linguística Geral.** 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa.** 18ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

GOMES, D. K. Síncope das vogais postônicas não-finais: Variação na fala popular urbana do Rio de Janeiro. **Diadorim**, v. 8, p. 81-102, 2011.

GUZZO, N. B. **A prosodização de clíticos e compostos em português brasileiro.** Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HAYES, B. The prosodic hierarchy in meter. *In*: KIPARSKY, P.; YOUMANS, G. (Eds.). **Phonetics and Phonology.** Vol 1 - Rhythm and Meter. San Diego: Academic Press, 1989. 201-260.

INKELAS, S. **Prosodic constituency in the Lexicon.** Tese (Doutorado). Stanford University, Stanford, 1989.

INKELAS, S. **Prosodic Constituency in the Lexicon.** New York: Garland Publishing, 1990.

INKELAS, S. Deriving Cyclicity. *In*: HARGUS, S.; KAISSE, E. M. (Eds.). **Studies in Lexical Phonology.** San Diego: Academic Press, 1993. p. 75-110.

KEHDI, V. **Formação de palavras em Português.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

KIPARSKY, P. Some consequences of lexical phonology. **Phonology Yearbook**, v. 2, p. 85-138, 1985.

LEE, S H. **Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil.** Tese (Doutorado em Letras). Universidade de Campinas, Campinas, 1995.

LEIRIA, L. L. **Em busca da palavra prosódica**. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

LOPES, S. M. M. **Análise do estatuto da palavra prosódica no português brasileiro na interação entre constituintes prosódicos e morfológicos**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

McCARTHY, J; PRINCE, A. Generalized alignment. *In*: BOOIJ, G. E.; MARLE, J. V. (Eds.). **Yearbook of Morphology**. Dordrecht: Kluwer, 1993. p. 79-153.

NESPOR, M.; VOGEL, I. **Prosodic Phonology**. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1986.

PEPERKAMP, S. **Prosodic Words**. HIL Dissertation 34. The Hague: Holland Academic Graphics, 1997.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. **Optimality Theory**: Constraint interaction in Generative Grammar (Technical Report no. RuCCS-TR-2). New Brunswick, NJ: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.

SCHWINDT, L. C. **O prefixo no português brasileiro**: Análise morfofonológica. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SELKIRK, E. **Phonology and Syntax** - The relation between sound and structure. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.

SIMIONI, T. O clítico e seu lugar na estrutura prosódica em português brasileiro. **Alfa**, v. 52, n. 2, p. 431-446, 2008.

TONELLI, P. M. Revisitando a palavra prosódica no português brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 59, n. 3, p. 519-535, 2017.

ULRICH, C. W. **O estatuto morfológico e prosódico da sufixação avaliativa em Português Brasileiro**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

VIGÁRIO, M. C. **The prosodic word in European Portuguese**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

VILLALVA, A. **Estruturas Morfológicas**: Unidades e hierarquias nas palavras do Português. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

WETZELS, L. M. Mid-vowel neutralization in Brazilian Portuguese. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 23, p. 19-55, 1992.

EPÍLOGO

Texto lido pelo Prof. Luiz Carlos Schwindt, na cerimônia de outorga do título de Professora Emérita da UFRGS à Profa. Leda Bisol, em 14 de outubro de 2021.

Disponível em <https://youtu.be/lz0lVyLRpKA>

Eu começo por cumprimentar, em nome do Instituto de Letras, em nome dos ex-orientandos e alunos da Professora Leda Bisol, aos que oportunizam essa cerimônia, ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes e sua equipe, à Diretora do Instituto de Letras, Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva e, de modo particular, ao Prof. Dr. Sergio de Moura Menuzzi, nosso colega e diretor do IL, seu ex-aluno, que prontamente acolheu nossa sugestão de outorga desse honroso título à Professora Leda e o defendeu junto ao Conselho do Instituto de Letras e ao Conselho Universitário — o que se substanciou pela Decisão nº 311 de 29 de novembro de 2019, assinada pelo Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann, à época Reitor e presidente do Conselho Universitário.

Quero cumprimentar também às demais pessoas presentes neste ato e aos que nos assistem neste momento pelo canal do Cerimonial da UFRGS no YouTube: colegas do Instituto de Letras da UFRGS, da PUCRS, de nossos grupos de estudo e pesquisa, ex-alunos e ex-orientandos da professora Leda, seus inúmeros amigos e seus queridos familiares.

E meu especial cumprimento, não poderia ser diferente, é dirigido a ti, Leda, nossa homenageada que, de tão indiscutível merecimento, confere mérito ao próprio ato que a homenageia.

Esta cerimônia acontece hoje e neste formato [durante a pandemia de covid-19, em gabinete] porque é justa, mas, além disso, porque é necessária. É necessária na medida em que, ao se registrar o mérito do percurso da professora Leda Bisol, pronunciamos contundentemente nosso registro de resistência em favor da ciência brasileira e do lugar das mulheres nesse honroso cenário (em que a UFRGS tem importante protagonismo).

Leda Bisol graduou-se em Letras Neolatinas pela nossa Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1954, e obteve o título de mestre e de doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, respectivamente, nos anos de 1972 e 1981, sob a orientação do prof. Dr. Anthony Julius Naro. Durante o doutorado, entre 1978 e 1979, realizou estágio na Universidade de Edinburgh, na Escócia, e, entre 1988 e 1989, estágio pós-doutoral na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Sua formação se alimentou nas classes de grandes mestres, dos quais se destaca Joaquim Mattoso Câmara Jr., reconhecidamente o primeiro representante da Linguística dita Moderna no Brasil, com quem teve oportunidade de interagir nos cursos que frequentou no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. É, além disso, há mais de 30 anos, pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, na categoria 1A. CNPq, aliás, que recentemente honrosamente a incluiu no rol das mulheres Pioneiras da Ciência no Brasil (cujo verbete de homenagem teve também a honra de assinar).

Atuou em todos os níveis de ensino. Na Educação Básica, por exemplo, foi professora em escolas do interior do RS e em Porto Alegre, incluindo nosso Instituto de Educação Flores da Cunha. Já mestre, atuou como professora do Curso de Pós-Graduação em Letras da PUCRS e, em 1974, ingressou na UFRGS, no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, nosso LET1, ao lado de grandes no-

mes — para citar um apenas, o de seu saudoso amigo e colega Prof. Celso Pedro Luft. Aposentou-se da UFRGS em 1990 e, por um período de 25 anos, de 1991 a 2016, integrou o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. Em 2017, Leda retorna à UFRGS — universidade a que sempre se referiu como “sua casa” — como docente aposentada, a convite agora do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária, o LET3, e da Linha de Pesquisa ‘Fonologia & Morfologia’ do Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de Estudos da Linguagem.

Com sólida formação estruturalista e profunda conhecedora da Linguística do Círculo de Praga, Leda Bisol tornou-se, a rigor, importante representante da Linguística Gerativa no Brasil. Nesse sentido, transitou pela sintaxe, tratando, em sua dissertação de mestrado, dos predicados complexos do português. Sua decisiva contribuição, contudo, deu-se nos estudos de fonologia. O tema de sua tese de doutorado, o processo de harmonia vocálica em português brasileiro, consagrou-a como referência inconteste no segmento. Daí, seguiram-se estudos referentes ao acento, à nasalidade, ao comportamento dos ditongos, expandindo-se para a interface com a morfologia, no debate sobre o estatuto da palavra em português, e com a sintaxe, em sua minuciosa descrição dos processos de juntura intervocabular, entre inúmeros outros temas.

Apesar da meta formalista de seus trabalhos, em sua investigação sobre os sons da fala, Leda sempre reservou lugar de destaque ao uso da linguagem em situação de comunicação, a perspectiva da Sociolinguística Variacionista, fundada por William Labov, nos EUA, nos anos 1960 — herança em vida de seu orientador e do grupo a que muito cedo se associou no Rio de Janeiro e com o qual mantém permanente relação de amizade e de parceria intelectual.

Nesse sentido, envolveu-se nos primeiros projetos de abrangência nacional preocupados com a descrição e explicação da língua falada, como o Projeto Norma Urbana Culta (NURC) e o Projeto Gramática do Português Falado. Baseada nessa experiência, propôs, em 1982, com colegas dos estados de Santa Catarina e do Paraná, a criação do Projeto Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARSUL), atualmente com sedes na UFRGS, na PUCRS, na UFSC e na UTFPR. Integrou a coordenação deste Projeto e realizou inúmeros estudos utilizando-se de seu banco de dados, isoladamente e em parceria com seus alunos e colegas pesquisadores. Esses estudos repercutiram em publicações de forte impacto nacional e internacional, servindo de referência sobre a descrição do português falado no Brasil, particularmente na Região Sul. Com Leda Bisol, pode-se dizer, aprendeu-se, no Brasil, que boa intuição em linguística formal, e em particular em fonologia de base gerativa, se alcança por dados, muitos dados, organizados e quantificados — casamento esse, entre abordagens gerativas e sociolinguísticas, incomum à época, inclusive no cenário internacional.

Sua produção bibliográfica — e aqui se frise: que se beneficiou de privilegiar qualidade e sempre esteve associada a pesquisa consolidada — registra, em âmbito nacional e internacional, em torno de 28 livros publicados e inúmeros capítulos de livros e artigos em periódicos, além de contribuições em revistas, jornais e anais de congressos. Essa produção assumiu significativo impacto na área, constituindo-se como referência obrigatória no Brasil e no exterior quando se coloca em foco a descrição da fonologia do português.

Leda Bisol tem importante contribuição no que diz respeito à formação de recursos humanos em ensino e pesquisa: orientou em torno de 80 estudantes em nível de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Eu sou um desses privilegiados estudantes orientados por Leda Bisol. E peço permissão para relatar muito brevemente minha experiência. Conheci a professora Leda há 30 anos, quando ingressei no mestrado em Linguística na PUCRS, por indicação de minha querida colega, aqui presente, Profa. Valéria Monaretto, uma de suas primeiras bolsistas na UFRGS, a quem sou sempre grato por isso. Meu primeiro impacto foi com a simplicidade e o que eu chamaria, em termos de hoje, de “timidez empoderada” da professora Leda Bisol — provável herança familiar, muitos conhecemos, fundada em sólidos princípios humanistas e em grande erudição intelectual — tudo isso contrastando com seu já enorme prestígio acadêmico. Éramos três mestrandos cheios de curiosidade naquela turma, e a Leda queria verdadeiramente conhecer o que pensávamos nas aulas, nas reuniões de pesquisa — sobre aquelas teorias, sobre aqueles fenômenos fonológicos que ali problematizávamos. E tivemos o privilégio de aprender muito com esse seu interesse genuíno por nossas ideias — sem câmeras, sem *likes*, sem espetacularização de nenhum tipo. Contávamos apenas com liberdade e autêntico entusiasmo pela ciência linguística. Isso não quer dizer em absoluto que não fosse muito exigente conosco ou que nos liberasse do ideal de construção de uma carreira sólida. Pelo contrário, sempre deixou claro que esperava o melhor de nós, e isso nos fez desejar ser bons em nosso ofício, reconhecendo e valorizando os que vieram antes de nós, sem temer perdermos por isso identidade na construção de nossa própria história. A mim, a Leda desafiou academicamente pelo menos duas vezes: primeiro ao me legar, no mestrado, o estudo da harmonia vocálica, o seu tema, afinal; depois, no doutorado, ao me sugerir o estudo da interface da fonologia com a morfologia, olhando para a derivação prefixal e para a palavra fonológica em português.

E ela não sabe e talvez fique tímida ao ouvir, mas, a cada vez que a escuto proferir uma palestra ou quando temos hoje a oportunidade de pesquisar ou de escrever juntos, eu sempre gasto, antes, alguns segundos para agradecer ao bom Deus, em que nós dois cremos, por essa honra, por esse indiscutível privilégio.

Cada um de seus ex-orientandos teria por certo uma história tão ou mais encantada do que a minha para contar sobre sua experiência com a professora Leda. A maioria atua hoje em universidades brasileiras, incluindo representativa presença no Instituto de Letras da UFRGS, e muitos se tornaram referências em seus segmentos, produto da disciplina e seriedade da formação que receberam. A característica mais proeminente, entretanto, de seu perfil de pesquisadora e formadora exemplar está no fato de que sempre desejou caminhar junto com os seus: por mais de 25 anos, reuniu-se periódica e sistematicamente com ex-alunos e orientandos, hoje colegas, e com os orientandos de seus orientandos, em grupos de estudo e investigação, pensando e produzindo coletivamente. A cada 15 dias, muitas vezes em dois turnos, por alguns anos, discutimos combativamente os textos mais atuais sobre teoria fonológica, escrevemos juntos, criticamos com a mais absoluta franqueza os trabalhos uns dos outros... Da associação dessas pessoas, sob sua coordenação, resultaram importantes produções, com destaque, entre diversas outras obras, para os livros 'Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro', com 6 edições, 'Fonologia e Variação: Recortes do português brasileiro' e 'Teoria da Otimidade: Fonologia', que estão presentes na formação de estudantes e são referência em pesquisas em todo o país. Também emanou desse grupo a proposição de um evento de forte repercussão, o 'Seminário Internacional de Fonologia', com 4 edições coordenadas por Leda Bisol em parceria com colegas,

trazendo para a PUCRS expoentes internacionais no âmbito da Fonologia, como Paul Kiparsky, John McCarthy, George Clements, Joan Mascarò, Leo Wetzels, Gregory Guy, Marina Nespór, Ben Hermans, Ricardo Bermúdez-Otero, além da maioria dos fonólogos brasileiros responsáveis pela expansão e qualificação dessa área da Linguística.

Dos pesquisadores que construíram o patrimônio da Linguística em nosso país, patrimônio de que temos excelentes razões para nos orgulhar, Leda Bisol ocupa seguramente lugar de destaque, com unânime reconhecimento entre seus pares. Esteve direta ou indiretamente envolvida nos passos iniciais de nossas mais destacadas associações de Linguística, como a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), em particular atuando no GT de Fonética e Fonologia, e a *Asociación de Lingüística e Filología de America Latina* (ALFAL), integrando o Projeto 19, dedicado à Fonologia. Cofundadora do Programa de Pós-Graduação em Letras de nossa Universidade, também ao seu legado devemos em boa parcela o lugar mais alto de excelência que hoje ocupamos segundo a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

É essa história viva e vibrante que hoje queremos celebrar contigo, Leda. É teu brilhantismo suave e generoso, que permite aos que te acompanham enxergar o fundo sem menosprezar as bordas, o que festejamos neste ato: essa subjacência que aprendemos contigo a procurar na superfície do que o olho vê e o ouvido registra. Emérita é a palavra que achamos para formalizar nosso agradecimento. E é em nome dos poucos que aqui estão e dos muitos que nos assistem neste momento que concluo essa homenagem, materializando o abraço, que tão custosamente nos

é vedado nestes tempos de restrições sanitárias, com este singelo texto. A ti, Leda Bisol, pelo que contigo partilhamos e pelo que desejamos seguir partilhando, nosso carinho e nosso mais valioso e permanente aplauso. Muito obrigado.

Luiz Carlos Schwindt

Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária

PPG Letras / Linha 'Fonologia & Morfologia'

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SOBRE OS ORGANIZADORES

GLADIS MASSINI-CAGLIARI

Professora Titular do Departamento de Linguística, Literatura e Letras Clássicas da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Campus de Araraquara. É Bacharel e Licenciada em Letras, com Mestrado e Doutorado em Linguística (Unicamp). Pós-Doutorados na *University of Oxford* e na *University of Sheffield*, Inglaterra. É coordenadora do Grupo de Pesquisa ‘Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro’. É autora de 6 livros e organizadora de outros 9, tendo publicado diversos artigos em periódicos, capítulos de livros e textos completos em anais, no Brasil e no exterior, nas áreas de Linguística Histórica, Fonologia, Alfabetização, Política Linguística.

E-mail: gladis.massini-cagliari@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4050-7645>

UBIRATÃ KICKHÖFEL ALVES

Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Doutor em Letras (PUCRS- 2008), tendo sido orientado pela Professora Leda Bisol. Realizou estágio de Doutorado Sanduíche na *University of Massachusetts – Amherst*, Estados Unidos (2007) e Estágio de Pós-Doutorado na *Universidad Nacional de Mar del Plata* (UNMDP), Argentina (2014). É Bolsista de Produtividade – nível 1D – do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente, é coordenador da Comissão

de Fonologia da ABRALIN. É autor de diversos livros e artigos na área de Aquisição Fonético-Fonológica de L2.

E-mail: ukalves@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6694-8476>

SOBRE OS AUTORES

AILMA DO NASCIMENTO SILVA

Doutora em Letras pela PUCRS e Mestre em Linguística pela UFPE. Professora Associada I – Dedicção Exclusiva – da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, docente permanente do Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS/UESPI). Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares em Linguística e Literatura INTERLIT/UESPI. Desenvolve pesquisas na área de Variação e Ensino.

E-mail: ailmanascimento@uespi.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3234-0195>

ANA RUTH MORESCO MIRANDA

Graduada em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (1993). Possui Mestrado e Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996 e 2000) e Pós-doutorado em Linguística (Aquisição da Escrita) pela Universidade de Barcelona (2014). É professora titular da Universidade Federal de Pelotas e pesquisadora 1D do CNPq. Atua nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Letras, desenvolvendo investigações sobre aquisição da linguagem, com ênfase na escrita inicial e em sua relação com a fonologia.

E-mail: anaruthmmiranda@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1380-5751>

CARLA DE AQUINO

Concluiu o Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no ano de 2014 sob orientação da professora Leda Bisol, realizando um estudo sobre peso e acento no Português Brasileiro dentro de uma perspectiva de interface entre Fonologia e Morfologia. Realizou sua pesquisa de Pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense.

E-mail: carlaaquino@ifsul.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5861-7108>

CARMEN LÚCIA BARRETO MATZENAUER

Professora Visitante da Universidade Federal do Rio Grande. Professora Colaboradora da Universidade Federal de Pelotas. Professora Titular pela Universidade Católica de Pelotas. Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisadora 1A do CNPq. Investigadora da área de Linguística, com ênfase em Fonologia, com foco principal nos seguintes temas: aquisição da fonologia, fonologia do português, fonologia clínica e teoria fonológica.

E-mail: carmen.matzenauer@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4505-7521>

CÍNTIA DA COSTA ALCÂNTARA

Graduada em Letras – Habilitação em Português e Francês, pela Universidade Federal de Pelotas (1993). Possui Mestrado em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (1998) e Doutorado

em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003). É Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas. Desenvolve pesquisas em fonologia e morfologia do português, bem como em aquisição do francês como segunda língua, com ênfase em fonologia.

E-mail: cintiacaog@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8731-1458>

CLÁUDIA REGINA BRESCANCINI

Doutora em Letras pela PUCRS e Mestre em Linguística pela UFSC, com estágio pós-doutoral na Univeristy of York, Inglaterra. É professora adjunta da Escola de Humanidades da PUCRS, onde atua no curso de graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras. É coordenadora da agência VARSUL da PUCRS e membro do Laboratório de Áudio e Fonética Acústica (LAFA) da Escola Politécnica da PUCRS. Desenvolve pesquisas na área de Sociolinguística, com ênfase em Sociofonética.

E-mail: bresc@pucrs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4950-494X>

DERMEVAL DA HORA

Professor titular pela Universidade Federal da Paraíba - aposentado. Professor visitante da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do CNPq. Presidente da Associação de Linguística e Filologia da América Latina. Membro do Comitê Científico do Comitê Permanente de Linguistas.

E-mail: dermeval.dahora@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9303-5664>

ELISA BATTISTI

Licenciada em Letras pela UCS, Mestre em Letras pela UFRGS e Doutora em Linguística pela PUCRS. Tem Pós-doutorado em Fonologia pela Vrije Universiteit-Amsterdam e Meertens Instituut, Holanda. É professora Associada do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária do Instituto de Letras da UFRGS. Nessa instituição, ministra disciplinas de Linguística nos cursos de Graduação em Letras e em Fonoaudiologia. No Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, atua em duas linhas de pesquisa: linha de Fonologia & Morfologia, linha de Sociolinguística. Desenvolve pesquisa sobre fonologia do português brasileiro e variação linguística como prática social. Coordena o banco de dados LínguaPOA (<https://www.ufrgs.br/linguapoa/>). É pesquisadora 1-B do CNPq.

E-mail: battisti.elisa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6701-4218>

EVELLYNE PATRÍCIA FIGUEIREDO DE SOUSA COSTA

Possui graduação em Letras-Português/Latim pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002); Mestrado em Letras - Teoria e Análise Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006) e Doutorado em Teoria e Análise Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011). Tem experiência na área de Latim e Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: fonologia, latim clássico, latim vulgar, estudos diacrônicos de língua portuguesa. É professora associada do Departamento de Letras Clássicas e Linguística da Universidade Federal de Santa Maria e atua no programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM coordenando o projeto 'Português Antigo do Rio Grande do Sul:

Sociolinguística Histórica e Humanidades Digitais’. Participa do Grupo de Pesquisa HlinFu (História da Língua e Formação Urbana).

Email: evellyne.costa@ufsm.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2805-6095>

GIOVANA FERREIRA-GONÇALVES

Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas, onde atua nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação. Tem Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Santa Catarina (2017) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2023). Coordenadora do Laboratório Emergência da Linguagem Oral (LELO/UFPel). Desenvolve pesquisas na área de Fonologia, com foco em teorias fonológicas e aquisição fonológica de língua materna e de língua estrangeira. Em seu percurso acadêmico, publicou trabalhos cujas análises foram realizadas sob diferentes perspectivas teóricas, com ênfase em Teoria da Otimidade. Nos últimos dez anos, tem voltado suas pesquisas para estudos em Fonologia Articulatória. Seu projeto “A ultrassonografia aplicada ao ensino de línguas” é pioneiro no Brasil e se soma a propostas recentes de incursão de tecnologias inovadoras para o desenvolvimento fonético-fonológico de línguas adicionais.

Email: giovanaferreiragoncalves@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3237-0255>

JOSÉ MAGALHÃES

José Magalhães é professor titular do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, com atuação

em pesquisa e ensino nos cursos de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Possui doutorado em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com estágio na Universidade de Tilburg. Atua na área de descrição e análise linguística, desenvolvendo pesquisas sobre o sistema fonológico do português brasileiro. Coordena o Grupo de Pesquisa GEFONO e o Projeto 19 - Fonologia: Teoria e Análise da ALFAL (Associação de Linguística e Filologia da América Latina).
Email: mgsjose@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0268-1826>

LUCIENE BASSOLS BRISOLARA

Doutora em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008), tendo realizado Estágio de Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pelotas (2018). Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e ao Instituto de Letras e Artes. Tem experiência na área de Fonologia, pesquisando especialmente a aquisição e o ensino de espanhol, a aquisição e a variação de L2.
E-mail: lucienebrisolara@furg.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7248-6765>

LUIZ CARLOS SCHWINDT

Professor Titular do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador 1C do CNPq. Investigador da área de Linguística, com ênfase em Fonologia, Morfologia e

Morfofonologia, com particular interesse em teoria e descrição gramatical, variação e mudança linguística e aquisição e aprendizagem da linguagem.

E-mail: schwindt@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0533-589X>

TATIANA KELLER

Doutora em Linguística Aplicada pela PUCRS (2010) com Pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA (2020) na linha Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita. Mestre em Teoria e Análise Linguística pela UFRGS (2004) e Licenciada em Letras Português e Inglês pela UFRGS (2001). Professora Associada III do Departamento de Letras Vernáculas da UFSM na área de Língua Portuguesa. Membro do GT de Sociolinguística da ANPOLL e do grupo de pesquisa 'História da Língua e Formação Urbana' (HLinFU). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM na linha de pesquisa 'Estudos do texto e práticas linguísticas'. Tem experiência nas áreas de Teoria e Análise Linguística, Filologia e Fonologia do português e atua principalmente nos seguintes temas: variação e mudança linguística, edição e análise de manuscritos, história linguística e social do português brasileiro.

Email: tatianakeller.ufsm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5837-1259>

VALÉRIA NETO DE OLIVEIRA MONARETTO

Professora Titular do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária do Instituto de Letras da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul desde 1995. Atua nas áreas de Sociolinguística, Fonologia e Linguística histórica na graduação e na pós-graduação. É coordenadora do Projeto VARSUL/UFRGS e do Projeto PHPB do RS. É vice-presidente da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) na gestão do biênio 2022-2024. Fez mestrado e doutorado com Leda Bisol na UFRGS e na PUCRS nas áreas de Sociolinguística e Teoria Fonológica, desenvolvendo o tema descrição da vibrante no sul do Brasil e a discussão do seu estatuto fonológico.

E-mail: monareto@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7560-5034>

EDITORES

Ana Paula Scher (USP)

Olga Ferreira Coelho (USP)

CONSELHO EDITORIAL

Adeilson P. Sedrins (UFRPE/UAG)

Adelia Maria Evangelista Azevedo (UEMS)

Ana Paula Scher (USP)

Anieli Improta França (UFRJ)

Atilio Butturri Junior (UFSC)

Carlos Alberto Faraco (UFPR)

Carlos Piovezani (UFSCar)

Carmem Luci Costa e Silva (UFRGS)

Cassiano R. Haag (MPSC)

Cátia de Azevedo Fronza (Unisinos)

Cláudia Regina Brescancini (PUCRS)

Claudia Toldo Oudeste (UPF)

Dermeval da Hora (UFPB)

Eduardo Kenedy (UFF)

Edwiges Maria Morato (Unicamp)

Eliane Silveira (UFU)

Elisa Battisti (UFRGS)

Esmeralda Negrão (USP)

Heloisa Monteiro Rosário (UFRGS)

Heronides Moura (UFSC)

Ingrid Finger (UFRGS)

Jairo Nunes (USP)

Janaína Weissheimer (UFRN)

João Paulo Cyrino (UFBA)

Juciane Cavalheiro (UEA)

Leonel Figueiredo de Alencar
(UFC)

Luiz Carlos Schwindt (UFRGS)

Luiz Francisco Dias (UFMG)

Mailce Mota (UFSC)

Marcelo Ferreira (USP)

Marcos Lopes (USP)

Marcus Lunguinho (UnB)

Maria Eugenia Duarte (UFRJ)

Mariangela Rios de Oliveira (UFF)

Olga Ferreira Coelho (USP)

Pablo Ribeiro (UFRGS)

Plínio Barbosa (Unicamp)

Rafael Minussi (Unifesp)

Renato Basso (UFSCAR)

Ronice Muller de Quadros (UFSC)

Ruth Lopes (Unicamp)

Simone Guesser (UFRR)

Simone Sarmento (UFRGS)

Sirio Possenti (Unicamp)

Sonia Cyrino (Unicamp)

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

Ubiratã K. Alves (UFRGS)

Vitor Nóbrega (UFSC)

Viviane de Melo Resende (UnB)

Obras já publicadas

COLEÇÃO ALTOS ESTUDOS EM LINGUÍSTICA

Da subjacência à superfície: a contribuição de Leda Bisol para a materialização da Fonologia no país

Ubiratã Kickhöfel Alves e Gladis Massini-Cagliari

A aventura de Saussure

Eliane Silveira

“Ai, se seu te pego...”: aspectos prosódicos de estruturas desgarradas em língua portuguesa

Aline Ponciano dos Santos Silvestre

Aquisição atípica da linguagem: modelos linguísticos e prática clínica

Cristiane Lazzarotto-Volcão, Marian Oliveira e Maria João Freitas

Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente

Rodriana Dias Coelho Costa, Kléber Aparecido da Silva e Edinei Carvalho dos Santos

Formas de tratamento e “cordialidade”: mudança linguística e conceptualizações culturais

Geisa Mara Batista

Gramaticalização e gramática gerativa

Lorenzo Teixeira Vitral

Linguagem, cognição e ensino: reflexão sobre a linguagem em crianças com e sem diagnósticos

Thalita Cristina Souza Cruz e Fernanda Moraes D’Oliveira

Monotongação de ditongos orais no português brasileiro: uma revisão sistemática da literatura

Nancy Mendes Torres Vieira

O caso mais grosseiro da semiologia: o que Saussure pode nos dizer sobre os nomes próprios?

Stefania Montes Henriques

Uma abordagem da cena genérica como embreante paratópico: em pauta as cartas privadas de Mário, Drummond, Freud, Sêneca e John Wesley

Manuel Veronez

COLEÇÃO LINGÜÍSTICA EM AÇÃO

Manual de Prosódia Experimental

Plínio A. Barbosa

Introdução à estatística para linguistas

Livia Oushiro

Investigando os sons de línguas não nativas: uma introdução

Felipe Flores Kupske, Ubiratã Kickhöfel Alves e Ronaldo Manguiera Lima Jr.

Linguística no feminino. Vozes femininas que fizeram a linguística no Brasil

Daniel Carvalho e Raquel Freitag

Manual de Morfologia Distribuída

Ana Paula Scher, Indaiá de Santana Bassani e Paula Roberta Gabbai Armelin

ORGANIZAÇÃO

Ubiratã Kickhöfel Alves

Gladis Massini-Cagliari

REVISÃO

Ubiratã Kickhöfel Alves

Gladis Massini-Cagliari

PROJETO GRÁFICO

Ad&a Studio

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Da subyacência à superfície [livro eletrônico] : a contribuição de Leda Bisol para a materialização da fonologia no país : uma homenagem da Associação Brasileira de Linguística / organizadores Ubiratã Kickhöfel Alves, Gladis Massini-Cagliari. -- 1. ed. -- Campinas, SP : Editora da Abralín, 2023.

PDF

Vários autores.

ISBN 978-85-68990-46-9

1. Bisol, Leda 2. Fonologia 3. Homenagem

I. Alves, Ubiratã Kickhöfel. II. Massini-Cagliari, Gladis.

23-177581

CDD-414

Índices para catálogo sistemático:

1. Fonologia : Linguística 414

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

DOI 10.25189/9788568990469



EDITORA DA **ABRALIN**



editora.abralin.org